

Gestão Participativa do SNUC



1º Edição

Brasília, DF
2004

Ministério do
Meio Ambiente



ÁREAS PROTEGIDAS DO BRASIL

República Federativa do Brasil

- Presidente: Luiz Inácio Lula da Silva
- Vice-Presidente: José Alencar Gomes da Silva

Ministério do Meio Ambiente

- Ministra: Marina Silva
- Secretário Executivo: Claudio Roberto Bertoldo Langone
- Diretor de Educação Ambiental: Marcos Sorrentino
- Secretário de Biodiversidade e Florestas: João Paulo Capobianco
- Diretor do Programa Nacional de Áreas Protegidas: Maurício Mercadante
- Coordenador do Programa Áreas Protegidas da Amazônia: Ronaldo Weigand Jr.

Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

- Presidente: Marcus Luiz Barroso Barros
- Diretora de Ecossistemas: Cecília Foloni Ferraz
- Diretor de Florestas: Antônio Carlos Hummel
- Diretor de Gestão Estratégica: Luiz Fernando Krieger Merico
- Chefe do Centro Nacional de Desenvolvimento Sustentável das Populações Tradicionais - CNPT: Angela Stoianoff
- Coordenador Geral de Educação Ambiental: José Silva Quintas



Gestão
Participativa
do SNUC

Esta publicação é resultado da Oficina de Gestão Participativa do SNUC, realizada em Brasília, de 10 a 12 de agosto de 2004.

Organização:

Ministério do Meio Ambiente

Diretoria do Programa Nacional de Áreas Protegidas - DAP:

Iara Vasco Ferreira, José Luiz de Andrade Franco, Regina Célia Negrão Machado, Virginia de Siqueira Barros, Selene Maria da Costa Sotero, Paula Moraes Pereira, André Luiz Ribeiro Justino

Diretoria de Educação Ambiental - DEA:

Renata Rozendo Maranhão, Daniela Kolhy Ferraz, Philippe Pomier Layrargues

Programa Áreas Protegidas da Amazônia - ARPA:

Ronaldo Weigand, Fernando Vasconcelos, Roberto Xavier de Lima

Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA

Diretoria de Ecossistemas - DIREC:

Eliana Maria Corbucci, Bernardo Alves de Brito, Dione Corte, Rosa Lia Gondim de Castro

Diretoria de Florestas - DIREF:

Marcelo Augusto Monteiro Ferraz, Shirley Barbosa, Ana Lúcia das Graças Amador Chagas, Jaime Tadeu França

Centro Nacional de Desenvolvimento Sustentável das Populações Tradicionais - CNPT:

Fenelon Muller Neto, Ângela Stoianoff

Coordenação Geral de Educação Ambiental:

Elisio Oliveira, Patrício Gomes

Fundo Brasileiro para a Biodiversidade - FUNBIO

Luiz Carlos Pinagé

WWF-Brasil:

Marco Aurélio Rodrigues, Cláudio C. Maretti

Instituto Internacional de Educação do Brasil - IEB

Leila Soraya Menezes, Gordon Armstrong, Lidiane Rocha

The Nature Conservancy - TNC

Ana Cristina Barros

Consultoria:

Karen Follador Karam

Renato José Rivaben de Sales

Consultor responsável pela elaboração do documento Princípios e Diretrizes para a Gestão Participativa de Unidades de Conservação: Renato José Rivaben de Sales

Agradecimentos especiais: Sr. Luis Antônio Nolasco do Ministério da Saúde, pela palestra "Gestão Participativa do Sistema Único de Saúde"

Fotos: DAP/SBF/MMA

**Ministério do Meio Ambiente
Secretaria de Biodiversidade e Florestas
Diretoria do Programa Nacional de Áreas Protegidas
Programa Áreas Protegidas da Amazônia**



**Gestão
Participativa
do SNUC**

**Brasília, DF
2004**

Ministério do Meio Ambiente
Secretaria de Biodiversidade e Florestas
Diretoria do Programa Nacional de Áreas Protegidas
Programa Áreas Protegidas da Amazônia

Série Áreas Protegidas do Brasil, 2
Acompanha 1 CD Rom

Parceiros desta Edição:
WWF - Brasil

Secretária Geral: Denise Hamú

Fundo Brasileiro para a Biodiversidade

Secretário Geral: Pedro Wilson Leitão Filho

Instituto Internacional de Educação do Brasil

Secretária Executiva: Maria José M. C. Gontijo

The Nature Conservancy

Representante Nacional: Ana Cristina Barros

Editora: Iara Vasco Ferreira

Equipe de Edição:

DAP: José Luiz de Andrade Franco, Regina Célia Negrão Machado, Virginia de Siqueira Barros,

Maria Carolina Hazin, Kátia Geórgia Costa Gonçalves

WWF-Brasil: Cláudio C. Maretti, Marco Aurélio Rodrigues, Marco Antônio Gonçalves

FUNBIO: Luiz Carlos Pinagé

Produção Gráfica: Ângela Ester Magalhães Duarte, Alenne Felizardo da Costa Namba

Diagramação: André Ramos

Jornalista responsável pelas entrevistas: Cristina Pedrosa

Revisão de português: Elizabeth de Andrade Lima (textos) e Ana Maria dos Santos Coutinho (entrevistas)

Fotos: DAP/SBF/MMA

ISBN 85-87166-72-7

Gestão participativa do SNUC / Ministério do Meio Ambiente. Secretaria de Biodiversidade e Florestas. Diretoria do Programa Nacional de Áreas Protegidas. Programa Áreas Protegidas da Amazônia. — Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004.

205p. ; 29,7cm. — (Áreas Protegidas do Brasil, 2)

Acompanha 1 CD Rom.

1. Unidades de Conservação – Brasil. I. Brasil. Ministério do Meio Ambiente. Secretaria de Biodiversidade e Florestas. Diretoria do Programa Nacional de Áreas Protegidas. Programa Áreas Protegidas da Amazônia.

CDU 502.4

Ministério do Meio Ambiente – MMA

Centro de Informação, Documentação Ambiental e Editoração *Luís Eduardo Magalhães* – CID Ambiental

Esplanada dos Ministérios – Bloco B – térreo

70068-900

Tel.: 55 61 317 1235

Fax: 55 61 224 5222

e-mail: cid@mma.gov.br

Sumário

Apresentações

Diretoria de Áreas Protegidas (DAP)/Secretaria de Biodiversidade e Florestas (SBF) do Ministério do Meio Ambiente (MMA)	11
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA)	13
WWF-Brasil	14
Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (FUNBIO)	15
Instituto Internacional de Educação do Brasil (IEB)	16
The Nature Conservancy (TNC)	17

Parte I

Princípios e Diretrizes para a Gestão Participativa de Unidades de Conservação	18
--	----

Parte II

Experiências de Consulta Pública para a criação de Unidades de Conservação	46
1. Floresta Nacional Anauá, RR	47
2. Parque Nacional Grande Sertão Veredas, BA/MG	52
3. Reserva Extrativista do Batoque, CE	64
4. Experiências do Estado do Amazonas	82

Parte III

Experiências de Conselhos Gestores de Unidades de Conservação	96
1. Parque Nacional da Serra do Divisor, AC	97
2. Parque Nacional da Restinga de Jurubatiba, RJ	117
3. Parque Estadual da Ilha do Cardoso, SP	131
4. Floresta Nacional de Tapajós, PA	136
5. Área de Proteção Ambiental Capivari-Monos, SP	165
6. Reserva Extrativista Tapajós-Arapiuns, PA	185
7. Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá, AM	192

Anexos

1. Mapa de Localização das Experiências	198
2. Participantes da Oficina de Gestão Participativa do SNUC	199
3. Fichas Técnicas das Instituições Parceiras	
• WWF-Brasil	202
• FUNBIO	203
• IEB	204
• TNC	205



Apresentações



Apresentação da Diretoria de Áreas Protegidas/Secretaria de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente

A Lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC, aprovada em 2000, introduziu modificações importantes na política de criação e gestão de unidades de conservação, no sentido de assegurar uma maior e efetiva participação da sociedade nesses processos. Essas modificações introduzidas traduzem a convicção de que a participação da sociedade (comunidades locais, organizações não governamentais, poderes públicos municipais e estaduais, órgãos governamentais de outros setores que não apenas o de meio ambiente, proprietários rurais, iniciativa privada, instituições de ensino e pesquisa etc.) é essencial para o sucesso a longo prazo da estratégia de conservação baseada em unidades de conservação.

Dentre as inovações da Lei do SNUC com essa finalidade, duas merecem destaque: a consulta pública para a criação de unidades de conservação e os conselhos de gestão das unidades criadas. A Lei obriga o Poder Público a consultar previamente a sociedade, com atenção especial à população local, sobre toda proposta de criação de unidade de conservação (exceto no caso de Estação Ecológica ou Reserva Biológica). Diz a Lei, também, que toda unidade de conservação deve dispor de um conselho de gestão (com caráter consultivo ou deliberativo, conforme a categoria da unidade), composto por representantes governamentais e da sociedade.

Passados quatro anos da aprovação da Lei do SNUC, e a despeito do Decreto nº 4.340 de agosto de 2002, que regulamentou a lei, a experiência demonstra que os conceitos e regras que presidem a realização das consultas públicas e a criação e funcionamento dos conselhos de gestão precisam ser melhor desenvolvidos e estabelecidos para que as finalidades desses instrumentos possam ser efetivamente alcançadas.

Com essa preocupação, a Diretoria de Áreas Protegidas do Ministério do Meio Ambiente, por meio do Programa de Áreas Protegidas da Amazônia (ARPA), juntamente com o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), em parceria com o WWF-Brasil, Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (FUNBIO), Instituto Internacional de Educação do Brasil (IEB) e The Nature Conservancy (TNC), realizou em Brasília, de 10 a 12 de agosto de 2004, oficina sobre “Gestão Participativa do SNUC”.

A oficina reuniu técnicos de governo e representantes de organizações da sociedade para apresentar e debater experiências sobre consulta pública e criação e funcionamento de conselhos de gestão de unidades de conservação. Na escolha das experiências, se procurou considerar todas as categorias de unidades de conservação, os níveis de governo federal, estadual e municipal, e as diferentes regiões do País (com alguma ênfase na região amazônica, com o fim de atender as necessidades mais imediatas de execução do Programa ARPA). Para relatar cada experiência, foram convidados pelo menos um representante do órgão gestor da unidade e um representante da sociedade civil participantes da consulta pública para a criação da unidade ou membros do conselho gestor.



As experiências apresentadas foram as seguintes: no caso de consulta pública: Floresta Nacional de Anauá (RR), PARNA Grande Sertão Veredas (MG/BA), RESEX Batoque (CE) e experiências do Estado do Amazonas; no caso de conselhos de gestão: PARNA da Serra do Divisor (AC), PARNA de Jurubatiba (RJ), Parque Estadual da Ilha do Cardoso (SP), Floresta Nacional de Tapajós (PA), APA de Capivari-Monos (SP), RESEX Tapajós –Arapuins (PA) e RDS Mamirauá (AM).

A Oficina ofereceu a oportunidade para uma troca de experiências e um debate extremamente rico entre os participantes e possibilitou a construção de um quadro bastante abrangente sobre os problemas e desafios envolvendo as consultas públicas e os conselhos de gestão.

Houve um entendimento entre os participantes de que a consulta pública não se limita à realização de audiências públicas, que é a prática atual. A consulta pública é um processo que envolve estudos e pesquisas, intercâmbio de informação, mediação de conflitos e negociação, do qual participam todos os atores interessados, do governo e da sociedade.

Sobre os conselhos de gestão, debateu-se, sem se chegar a um entendimento comum, a natureza consultiva ou deliberativa desses colegiados. Houve acordo, todavia, sobre a necessidade de se democratizar a presidência dos conselhos, hoje prerrogativa do chefe da unidade de conservação, bem como sobre a necessidade de dotar os conselhos dos recursos necessários para o seu funcionamento e de capacitar seus membros para que possam cumprir adequadamente com suas funções.

A primeira parte desta publicação, “Princípios e diretrizes para a gestão participativa de unidades de conservação”, registra os resultados da oficina mencionada e constitui um documento base para discussão. A segunda parte apresenta os relatos das experiências debatidas e as entrevistas realizadas com lideranças comunitárias e outros atores relevantes, presentes no evento. O CD que a acompanha contém ainda a memória do processo de organização e realização da oficina.

O documento base será objeto de amplo debate no Fórum Nacional de Áreas Protegidas. Com base nos resultados desse debate, a Diretoria de Áreas Protegidas proporá diretrizes e procedimentos para consulta pública e constituição e funcionamento dos conselhos de gestão de unidades de conservação. Os resultados subsidiarão também as ações da Diretoria com o fim de apoiar os órgãos gestores e a sociedade civil no exercício e aprimoramento desses importantes instrumentos para a gestão participativa das unidades de conservação.

Mauricio Mercadante
Diretor de Áreas Protegidas/ SBF/MMA



Apresentação do IBAMA

A Oficina de Gestão Participativa realizada em Brasília, no período de 10 a 12 de agosto de 2004, é parte de um conjunto de ações que marca uma nova estratégia para a implementação da política do Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC.

A participação e o controle social como ações do governo no âmbito do MMA/IBAMA se concretizam da formulação à execução das políticas ambientais. No que se refere à formulação, no escopo do SNUC, optou-se pela realização da Oficina de Gestão Participativa, visando colher subsídios para definir princípios e diretrizes para a realização de consultas públicas para a criação de unidades de conservação e implementação de seus conselhos, junto aos demais órgãos de governo e organizações da sociedade civil.

Além do aspecto participativo da elaboração das diretrizes para consulta pública e conselhos, orientador de uma nova forma de fazer gestão de políticas ambientais, a oficina contribuiu para a convergência de orientações dos diversos entes que atuam na área ambiental, sejam do Estado, sejam da sociedade civil. Cabe ainda destacar o papel central desempenhado pelo poder público e o espírito de cooperação e solidariedade entre os parceiros, presentes em todos os momentos de organização da oficina. Isso reforça a posição de que Estado e sociedade civil devem estar lado a lado na gestão das políticas ambientais.

Quanto à execução das políticas ambientais, a participação e controle social são meios para que os órgãos executores do SNUC possam aumentar o grau de efetividade de suas ações. Essa efetividade está diretamente relacionada ao grau de inserção dos atores sociais na formulação e execução das ações ambientais. A consulta pública é entendida, não só como oitiva, mas também como discussão e negociação com as populações locais para o aperfeiçoamento das propostas de criação de unidades de conservação. Concebida dessa forma, a consulta pública contribui para a ampliação da consciência ambiental e potenciais parceiros na conservação da natureza.

Os conselhos de unidades de conservação também contribuem para elevar o grau de efetividade das mesmas. O conselho, entendido como o espaço de discussão e negociação dos problemas e conflitos sócio-ambientais, permite a expressão plural das diversas racionalidades e dos interesses dos diversos atores sociais envolvidos no manejo das UCs. A pluralidade deve ser entendida como potencialidade para a elaboração de alternativas ambientais, consequência da negociação, buscando a melhoria da gestão das unidades e, ao mesmo tempo, elevando o grau de efetividade da ação ambiental.

Luiz Fernando Krieger Merico
Diretor de Gestão Estratégica/IBAMA

Cecília Foloni Ferraz
Diretora de Ecossistemas/IBAMA

Antônio Carlos Hummel
Diretor de Florestas/IBAMA



Apresentação do WWF-Brasil

As áreas protegidas, em particular as unidades de conservação (UCs), têm sido consideradas instrumentos dos mais importantes para garantir a conservação da natureza e promover o desenvolvimento sustentável. Por isso, esse é um tema que claramente interessa a diferentes setores da sociedade, como cientistas, comunidades locais, ambientalistas e servidores públicos. Antes, poderia se argumentar que as UCs representavam a designação de uma área cujo uso fosse mais restritivo que o de outras. Hoje, mais do que serem caracterizadas pelas restrições que trazem consigo, as UCs devem representar estruturas institucionalizadas com atribuições e atividades em prol de um desenvolvimento conservacionista.

Em outros tempos, UCs foram criadas sem a devida atenção a certos atores sociais. Hoje, porém, se impõe a necessidade do maior envolvimento possível de diferentes segmentos da sociedade nas várias etapas do processo de criação e gestão dessas áreas. Assim, se por um lado é crescente o reconhecimento da importância do papel das áreas protegidas no desenvolvimento e bem-estar da humanidade, por outro só com o amplo apoio de diferentes atores sociais será possível viabilizar sua manutenção e gestão eficiente, gerando resultados em longo prazo.

É sob esse enfoque que o WWF-Brasil parabeniza a iniciativa do Governo Federal de dialogar com a sociedade brasileira para a implementação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) e de cumprir, de forma integrada, compromissos assumidos pelo país na Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB) – como o Programa de Trabalho em Áreas Protegidas (Decisão nº VII/28). E o tem feito de forma tecnicamente consistente, ao mesmo tempo democrática e participativa, com propostas e estudos que não se limitam apenas ao debate, mas que devem resultar em definições e em execução concreta, por meio de uma Política, um Fórum e um Plano Nacional de Áreas Protegidas.

Não só tomamos parte e apoiamos essa iniciativa, como vemos na forma como foi trabalhado este tema ora apresentado um modelo para a implementação do SNUC e para o cumprimento dos compromissos brasileiros junto à CDB. Sobretudo através de nosso Programa de Áreas Protegidas, temos também defendido a implementação das diretrizes no Programa de Áreas Protegidas da Amazônia (ARPA), uma parceria do Ministério do Meio Ambiente com IBAMA, OEMAS, Banco Mundial, KFW, GTZ, WWF-Brasil e FUNBIO, entre outros.

Assim, com nossa participação em processos como o ora apresentado e com nossas contribuições, ao ARPA, entre outras ações, o WWF-Brasil colabora com a implementação do SNUC e do Programa Nacional de Áreas Protegidas.

Denise Hamú
Secretária Geral do WWF-Brasil

Apresentação do Fundo Brasileiro para a Biodiversidade – FUNBIO

A discussão e aprovação da Lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC mobilizaram durante mais de dez anos a sociedade civil e os poderes públicos brasileiros. O resultado foi compensador, pois hoje o Brasil tem uma legislação avançada e abrangente para o setor.

Entretanto, alguns pontos cruciais necessitam de regulamentação para garantir a efetividade da aplicação da Lei do SNUC, com a devida participação e engajamento dos diversos setores da sociedade, mesmo daqueles que têm suas atividades limitadas pela Lei, mas que serão igualmente beneficiados pelo SNUC, bem como os seus descendentes.

Desta forma, os capítulos referentes à Consulta Pública para criação de Unidades de Conservação e à formação, capacitação e implantação dos seus Conselhos Gestores revestem-se de importância e urgência extremas, e precisam ser regulamentados de imediato com ampla participação popular.

Como um dos primeiros signatários do Protocolo de Intenções para Implementação do Programa de Trabalho para Áreas Protegidas no Brasil no âmbito da Convenção sobre Diversidade Biológica – CDB (Decisão VII/28 da 7ª Conferência das Partes da CDB), o Fundo Brasileiro para a Biodiversidade - FUNBIO apoiou técnica e financeiramente a iniciativa do Governo Brasileiro – DAP/MMA de realizar a Oficina de Gestão Participativa do SNUC, realizada em Brasília, de 10 a 12 de agosto de 2004. Essa ação vem ao encontro de sua missão institucional de promover ações estratégicas em prol da conservação e uso sustentável da biodiversidade no Brasil.

O FUNBIO tem certeza de que esta Oficina será um marco divisor no processo de regulamentação do SNUC. Especialmente porque contou com a participação de pessoas e entidades diretamente envolvidas com o tema, que apresentaram suas experiências de vanguarda e resultados práticos, além de discutirem e apresentarem propostas concretas de regulamentação dos capítulos referentes à Consulta Pública e aos Conselhos Gestores. As propostas e os resultados desta Oficina representam uma fonte de inspiração e consulta inestimável para a conclusão desta crucial discussão para a sociedade brasileira e para a comunidade internacional.

Pedro Leitão

Secretário Geral do FUNBIO





Apresentação do Instituto Internacional de Educação do Brasil – IEB

O apoio do Instituto Internacional de Educação do Brasil-IEB à Oficina de Gestão Participativa do Sistema Nacional de Unidades de Conservação decorre do compromisso que nossa instituição vem firmando com o processo de criação e implementação de Ucs, com base em trabalhos que evidenciam, cada vez mais, por meio de resultados práticos, a correção dos preceitos de controle social sobre a ação pública e de construção compartilhada de políticas para o País.

No caso das políticas ambientais relacionadas a Unidades de Conservação, essa construção tem-se dado de maneira paulatina e consistente nas últimas décadas, o que é exemplificado pelo processo que levou à existência da Lei do Sistema de Unidades de Conservação da Natureza e indicou o caminho participativo para sua aplicação.

A Oficina mostrou que esse caminho exige um engajamento permanente do Estado e da sociedade civil, pois, mais do que diretrizes, extrair da participação e do controle social seus melhores resultados implica uma busca metodológica e filosófica cotidiana, que leve ao aperfeiçoamento dos instrumentos e ao crescente comprometimento de cada um com o fazer conjunto.

O IEB congratula-se com os parceiros que tornaram possível um evento tão marcante, pela troca de experiências, pela coleta de subsídios e pela demonstração de que devemos manter ativa a convergência ali firmada em torno de uma nova forma de gestão ambiental e da consolidação de passos fundamentais para o SNUC, como as consultas públicas e a efetiva implementação e funcionamento dos conselhos nas unidades de conservação.

Estamos certos de que esta publicação contribuirá para fazer avançar a compreensão, por parte da sociedade brasileira, do papel das Unidades de Conservação como promotoras do bem comum e patrimônio público a ser defendido por todos.

Maria José Gontijo
Secretária Executiva do IEB

Apresentação da The Nature Conservancy – TNC

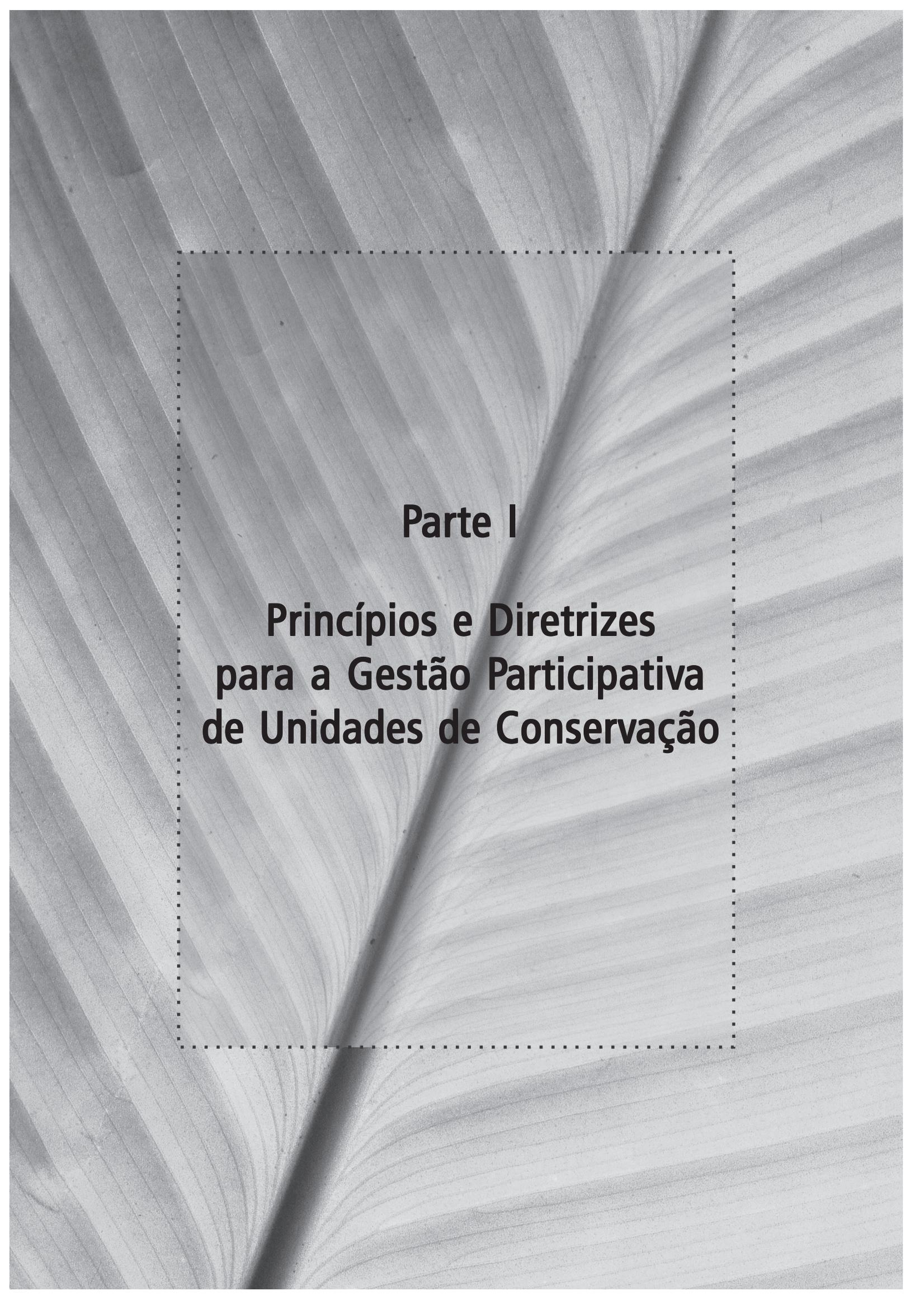
É com imensa satisfação que apresentamos, juntamente com as outras organizações e com a Diretoria de Áreas Protegidas do Ministério do Meio Ambiente, esta publicação que resultou da Oficina de Gestão Participativa do SNUC, desenvolvendo procedimentos para consulta pública no processo de criação de Unidades de Conservação e para a formação e funcionamento de seus conselhos gestores. A iniciativa aqui refletida tem múltiplos significados. Antes de tudo, ela simboliza a continuidade do trabalho de implantação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC. A agenda do SNUC é extensa e urgente, precisa de ação imediata e continuada. A meta oficial do Brasil, como signatário de vários tratados internacionais é a consolidação e a manutenção, até 2010, de um sistema de áreas protegidas efetivamente manejado e representativo da biodiversidade brasileira, tendo o prazo prorrogado até 2012 para áreas costeiras e marinhas.

Essa Oficina tem um significado para além de si mesma. Ela é precursora das ações do Fórum Nacional de Áreas Protegidas, que tratará de temas como o da gestão das Unidades, e abrirá um construtivo e denso debate na sociedade e no governo, como ferramenta facilitadora de um plano de ação integrado e efetivo para Unidades de Conservação e outras Áreas Protegidas. Participação é a palavra-chave. Participação calcada na enorme capacidade técnica existente na sociedade civil brasileira. As ONGs têm-se mostrado cada vez mais ativas, técnicas e profissionalizadas para colaborar com o governo dentro dos seus compromissos sócio-ambientais. A participação, que envolve também moradores do interior e do entorno dessas áreas, tem sido muitas vezes facilitada pelas ONGs, mobilizando e trazendo essas pessoas para o processo de formulação de políticas e procedimentos a partir de suas experiências, potencial e limitações. Ministério do Meio Ambiente e IBAMA ganham uma dupla fonte de reforço no cumprimento da sua missão. Um reforço atento, que reclama, que às vezes grita, mas que está pronto a colaborar. Empresas e outros níveis da administração pública ainda precisam ser mais efetivamente envolvidos nesse processo, o que já aparece nos planos do Fórum Nacional de Áreas Protegidas.

Finalmente, a conclusão desta Oficina e a edição deste segundo caderno da *Série Áreas Protegidas do Brasil* se constituem nas primeiras ações de efetivação do compromisso assumido pelo Brasil, na última Conferência das Partes da Convenção Sobre Diversidade Biológica, que aconteceu na Malásia, em fevereiro de 2004. Neste evento, foi aprovado um Programa de Trabalho para Áreas Protegidas, com metas e prazos bastante claros para as ações de países signatários, como o Brasil. Esse Programa de Trabalho internacional, a ser adaptado para a agenda nacional, vai mostrar o caminho para uma Política Nacional de Áreas Protegidas mais forte. Teremos que, juntos, oferecer não só ao Brasil, mas ao mundo, a nossa capacidade de gestão, a nossa união de forças e a importância do componente ambiental no futuro de um país desenvolvido. Isso é - muito - trabalho para todos. Bom que já começou.

Ana Cristina Barros
Representante Nacional da TNC





Parte I

**Princípios e Diretrizes
para a Gestão Participativa
de Unidades de Conservação**

1. Preâmbulo

Considerando que cabe ao Poder Público e à coletividade o dever de defender e preservar o meio ambiente, conforme o artigo 225 da Constituição Federal de 1988;

Considerando que a Lei Federal nº 9.985, de 18 de julho de 2000 e o Decreto Federal nº 4.340, de 22 de agosto de 2002, ambos sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza, dispõem sobre a obrigatoriedade de realização de consultas públicas para criação da maior parte das categorias de unidades de conservação, assim como de formalização de conselhos consultivos ou deliberativos para sua gestão;

Considerando que a Política Nacional de Áreas Protegidas, em elaboração pelo Ministério do Meio Ambiente, apresenta como diretrizes a realização de ampla consulta popular prévia à criação de unidades de conservação, inclusive para definição de sua categoria, e o reconhecimento dos conselhos enquanto componentes fundamentais na tomada de decisões sobre a gestão dessas unidades;

Considerando que o Brasil é signatário da Convenção sobre Diversidade Biológica, a qual em sua sétima reunião, realizada em fevereiro de 2004, na Malásia, ratifica a pertinência da plena e eficaz participação de comunidades locais e setores interessados na implantação e gestão de áreas protegidas, bem como a necessidade de promoção da igualdade e o compartilhamento de benefícios resultantes da ocorrência dessas áreas;

Considerando que as deliberações da I Conferência Nacional do Meio Ambiente, de 2003, apontam para a necessidade de fortalecimento e capacitação dos conselhos gestores de unidades de conservação por meio da garantia de ampla participação da sociedade civil, incluindo populações locais, comunidades indígenas, ONGs e iniciativa privada;

Considerando, finalmente, que a falta de detalhamento sobre as formas de gestão participativa na Lei que institui o SNUC, assim como no Decreto que o regulamenta, tem determinado com que órgãos gestores de unidades de conservação apresentem diferenciados entendimentos e práticas no que diz respeito tanto à realização de consultas públicas para criação de unidades de conservação, quanto à implantação e funcionamento dos conselhos gestores,

O Ministério do Meio Ambiente encaminha proposta de princípios e diretrizes que devem nortear os órgãos gestores de unidades de conservação nos procedimentos de gestão participativa, com ênfase em consultas públicas e conselhos gestores, para sua avaliação e aprimoramento, no âmbito do Fórum Nacional de Áreas Protegidas.

2. Contexto

Os dez anos de contribuições e discussões sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza revelaram diferenciados e



legítimos interesses e posicionamentos ideológicos e técnico-científicos dos setores nacionais envolvidos e afetados pelos temas ambientais, os quais se fizeram refletir no escopo da Lei Federal de nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que instituiu o SNUC.

Apesar do avanço representado pelo fato de o país finalmente contar com um sistema legal específico para áreas naturais protegidas, a lei do SNUC foi aprovada pelo Congresso Nacional tangenciando temas mais polêmicos, entre eles o relacionado à democratização dos procedimentos para criação de áreas protegidas e das formas de gestão dessas áreas.

Dessa maneira, as reivindicações para que a sociedade civil pudesse exercer seu papel de controle e de apoio à criação e administração de unidades de conservação foram, por um lado, contempladas na lei e, por outro, dispostas de forma imprecisa, situação que perdurou quando da promulgação do Decreto nº 4.340, de agosto de 2002, que veio regulamentar a lei do SNUC.

A seguir constam pareceres sobre dois dos temas do SNUC mais afeitos à gestão participativa - consultas públicas e conselhos gestores - tomando-se como base a própria lei e o decreto que a regula, a Oficina de Gestão Participativa do SNUC¹, realizada em agosto de 2004 e os relatórios de consultoria para a DIREC / IBAMA sobre gestão das unidades de conservação e desempenho de seus respectivos conselhos, elaborados também no ano de 2004².

2.1 Consultas Públicas

No que se refere ao tema “consultas públicas para criação de novas unidades de conservação”, a lei do SNUC, em seu Capítulo IV, artigo 22, § 2º, dispõe que a “criação de uma unidade de conservação deve ser precedida de estudos técnicos e de consulta pública que permitam identificar a localização, a dimensão e os limites mais adequados para a unidade, conforme se dispuser em regulamento. No § 3º do mesmo artigo é disposto que no “processo de consulta de que trata o § 2º, o Poder Público é obrigado a fornecer informações adequadas e inteligíveis à população local e a outras partes interessadas”.

A leitura desses artigos remete ao entendimento de que cabe ao Poder Público a obrigatoriedade de fornecer informações adequadas aos possíveis interessados, mas não há menção a práticas e mecanismos de

¹ A Oficina de Gestão Participativa do SNUC foi iniciativa da Diretoria de Áreas Protegidas do Ministério do Meio Ambiente, com a colaboração técnica e financeira do IBAMA, WWF– Brasil, The Nature Conservancy, Fundo Brasileiro para a Biodiversidade, Programa de Áreas Protegidas da Amazônia e Instituto Internacional de Educação do Brasil. Durante a Oficina, foram relatadas e discutidas experiências sobre consultas públicas e conselhos gestores de unidades de conservação.

² IBAMA/DIREC, 2004 – Relatório de Consultoria Referente ao Contrato 2003/003143 - PNUD BRA 00/009: Avaliação e Proposição de Melhorias nas Atividades de Gestão em Unidades de Conservação com Ênfase nas Questões Sociais – Tomos I, II, III. Brasília / DF. Para esse trabalho, foram avaliadas, até o momento, dez unidades de conservação federais, quais sejam: PARNAs Aparados da Serra (RS), Serra Geral (RS / SC), Restinga de Jurubatiba (RJ), Abrolhos (BA), Chapada Diamantina (BA) e Descoberto (BA), APA de Cananéia-Iguape-Peruibe (SP), REBIOS de União (RJ) e Tinguá (RJ) e ESEC Carijós (SC).



assimilação de críticas e sugestões dos segmentos da sociedade envolvidos.

Fica também claro que a categoria de unidade de conservação a que uma área será submetida não é objeto a ser discutido com a sociedade, cabendo nas consultas apenas a identificação de sua localização, dimensão e limites. No mais, o § 4º exclui as categorias Estação Ecológica e Reserva Biológica da obrigatoriedade de realização de consultas públicas.

A regulamentação desse assunto, no Decreto nº 4.340/2002, reafirma, em seu Capítulo I, artigo 4º, a competência do órgão proponente da nova unidade para realizar, quando for o caso, a consulta pública e dispõe, no artigo seguinte, sobre a única finalidade dessa instância: “subsidiar a definição da localização, da dimensão e dos limites mais adequados para a unidade”.

Ou seja, cabe à sociedade, no processo de consulta pública, tomar ciência das implicações e conseqüências da implantação de determinada unidade de conservação e propor alterações em reuniões públicas ou, a critério do órgão ambiental competente, em outras formas de oitiva da população local e de outras partes interessadas, conforme § 1º do artigo 5º do decreto regulamentador da lei do SNUC.

Não sem motivo, experiências relatadas na Oficina de Gestão Participativa do SNUC, realizada em agosto de 2004 (ver nota 1), demonstram que o entendimento de órgãos gestores sobre consulta pública geralmente remete à realização de uma ou duas audiências públicas formais, onde são expostos os motivos para a criação da nova unidade, sem que reuniões preliminares sejam realizadas, e sem que material preparatório seja encaminhado com antecedência aos grupos interessados.

Além disso, também não são especificados as formas e os mecanismos de formalização de críticas e sugestões e não são estipulados prazos para seu encaminhamento. Acrescente-se a essa situação a falta de critérios para convocação de representantes da sociedade às audiências e a insuficiência, ou mesmo inexistência, de prévios estudos sócio-econômicos e fundiários em campo.

Resultado desse posicionamento, a consulta pública acaba por se traduzir em mera exposição técnica de argumentos ambientalistas para criação de nova área protegida, em que a perplexidade e a falta de entendimento ou de reação por parte dos presentes são geralmente interpretadas como concordância da sociedade.

A argumentação mais freqüentemente utilizada por representantes dos órgãos gestores para essa forma de atuação é a de que o conhecimento prévio, por parte da sociedade, sobre a intenção de se criar uma unidade de conservação determina que setores que, porventura, tenham seus interesses contrariados, promovam a descaracterização ambiental da área ou acirrem a exploração de seus recursos naturais.

Dessa forma, raramente são realizados prévios estudos sócio-econômicos em campo ou reuniões com os diversos segmentos sociais,



econômicos e públicos para troca de informações e detecção de atuais ou potenciais conflitos. Assim sendo, não são viabilizadas formas e vias de negociações³ e não são agendadas oficinas públicas para apresentação detalhada das causas para criação da unidade e discussão de suas consequências para a região.

Entretanto, exemplos por todo o país demonstram que esse posicionamento tem apenas o efeito de adiar o surgimento de problemas e conflitos regionais e, comumente, as unidades não são assimiladas e adotadas pela sociedade, sendo consideradas somente ingerências em assuntos locais e obstáculos ao desenvolvimento regional, principalmente no que diz respeito a produtores rurais e comunidades de usuários diretos de recursos naturais. Essa situação tem acarretado sérias dificuldades para a administração das unidades de conservação e desgaste da imagem pública dos órgãos gestores, assim como tem comprometido o próprio objetivo de conservação ambiental e, de acordo com a Convenção sobre Diversidade Biológica, do desenvolvimento regional em bases sustentáveis⁴.

Por outro lado, registram-se mais recentemente, mas de forma ainda pontual, casos de mobilização social para proteção de ecossistemas e para o desenvolvimento sustentável, em que a criação de unidades de conservação, inclusive a definição de sua categoria, é resultado de intenso debate entre os segmentos locais. Nesses casos, os órgãos gestores ambientais têm sido posteriormente acionados pelos representantes da sociedade civil para viabilizar técnica e formalmente a implantação da área protegida, invertendo o processo usual e determinando maior legitimidade e eficácia da unidade de conservação.

Tais exemplos reforçam a tese de que a efetiva troca de informações⁵, a abertura de vias de negociação e a explanação sobre as consequências da criação de uma área protegida, incluindo seus potenciais benefícios econômicos, podem amainar conflitos de interesses e concorrência de usos, além de propiciar a composição de importantes alianças locais para a proteção ambiental.

2.2 Conselhos Gestores

No que diz respeito a outro tema importante para a efetivação da gestão participativa de unidades de conservação, os conselhos gestores, a situação também é complexa, tanto pelo seu ineditismo, quanto pela falta de normatização e de assimilação de seus preceitos entre as instâncias gestoras das unidades e a própria sociedade.

³ O ideal seria que nessas negociações, além da discussão sobre limites, área e localização da UC, fossem também debatidas as categorias previstas no SNUC, mais adequadas à realidade local, contemplando-se, inclusive, a implantação dos mosaicos de áreas protegidas previstos no Art. 26 da Lei no 9985/00.

⁴ Relatório da 7a Conferência das Partes da CDB em Kuala Lumpur, 2004. Elemento programático 2, atividade 2.1.4: "Usar os benefícios sociais e econômicos gerados por áreas protegidas para o desenvolvimento social e redução da pobreza, em conformidade com os objetivos da gestão de unidades de conservação".

⁵ A efetividade desse processo de troca de informações passa pela consideração do conhecimento patrimonial das populações locais, notadamente as usuárias diretas dos espaços e recursos naturais.



A lei do SNUC traça, em linhas gerais, a composição dos conselhos, determinando que os mesmos sejam presididos pelo órgão responsável pela administração das unidades de conservação e constituídos por representantes dos órgãos públicos, de organizações da sociedade civil e, quando for o caso, de populações tradicionais residentes e de proprietários de terras, conforme se dispuser no regulamento e no ato de criação das unidades.

O assunto é tratado nos seguintes artigos:

- Artigo 15 , § 5º , referindo-se às Áreas de Proteção Ambiental, sem especificar o caráter deliberativo ou consultivo desse colegiado;
- Artigo 17, § 5º, referindo-se às Florestas Nacionais e conferindo o caráter consultivo ao seu conselho;
- Artigo 18, § 2º, ao tratar de Reservas Extrativistas e conferindo o caráter deliberativo ao seu conselho;
- Artigo 20, § 4º, ao tratar de Reservas de Desenvolvimento Sustentável e conferindo o caráter deliberativo ao seu conselho;
- Artigo 29, referindo-se às unidades de conservação do grupo de proteção integral, as quais disporão de conselhos consultivos;
- Artigo 41, § 4º, referindo-se às Reservas da Biosfera, as quais disporão de conselhos deliberativos.

No decreto de regulamentação da lei do SNUC, o Capítulo V, artigos 17 a 20, é destinado exclusivamente à criação e atribuições dos conselhos das unidades de conservação.

Inicialmente, o artigo 17 define que a presidência desse colegiado, consultivo ou deliberativo segundo a Lei nº 9.985/2000, é reservada ao chefe da unidade de conservação, o qual designará os demais conselheiros indicados pelos setores a serem representados.

Três pontos merecem ser destacados nesse enunciado:

- 1) O cargo de chefe de unidade é elemento funcional afeito aos quadros do órgão federal, o IBAMA, não necessariamente sendo encontrado equivalente entre as entidades competentes das esferas estadual e municipal. Não raro, as unidades de conservação estaduais e municipais estão sob a responsabilidade de uma secretaria, ou mesmo de uma diretoria ou setor de um órgão público, não havendo um responsável direto pela administração da unidade. Ao interpretar de maneira fiel o que está disposto no decreto, a presidência do conselho poderá ficar a cargo de uma autoridade ou funcionário graduado, que pelas atribuições de seu cargo, provavelmente estará pouco inteirado das atividades, problemas e conflitos específicos da área protegida, com disponibilidade limitada para estar presente nas reuniões do conselho e pouco colaborará para o andamento de seus trabalhos e atendimento de suas demandas.
- 2) As unidades de conservação de uso sustentável estaduais e municipais são usualmente administradas por comitês, ou mesmo conselhos, presididos por representantes da sociedade, os quais são eleitos entre os demais membros que os compõem. A disposição legal para que a presidência desses fóruns gestores fique a cargo dos órgãos públicos



responsáveis pode representar o comprometimento de sua eficácia e legitimidade frente à sociedade civil, além de poder determinar a queda da qualidade e de freqüência de suas atividades. Mesmo unidades de conservação de uso sustentável geridas pelo poder público federal podem apresentar semelhante problema, em função das características legais que dispunham sobre suas formas de gestão⁶, antes da promulgação da lei do SNUC.

- 3) O fato de o artigo enunciar que o presidente do conselho “designará” os demais membros “indicados” pelos setores a serem representados enseja interpretação dúbia. Se for considerada a sinonímia entre os termos “designar” e “indicar”, não fica claro quem seria o responsável pela composição do conselho. Por outro lado, se “designar” aqui tiver a conotação específica de “dar ou consentir a posse formal”, o entendimento é de que a decisão final para a escolha dos membros é de exclusiva responsabilidade do presidente do conselho, mesmo que os setores interessados indiquem seus representantes, comprometendo significativamente a legitimidade democrática desse tipo de fórum.

Se for esse o entendimento jurídico, há o amparo legal para que o conselho seja constituído por entidades escolhidas pela chefia da unidade federal, ou cargo homólogo nas outras esferas de poder, permitindo que seja formado apenas por representantes de setores e entidades cujos interesses se coadunem com os do órgão gestor, ou do próprio responsável pela administração da área protegida. Exemplos dessa situação puderam ser observados, em maior ou menor grau, em metade das dez unidades de conservação visitadas durante os trabalhos de consultoria para a Diretoria de Ecossistemas do IBAMA (DIREC), visando à avaliação da gestão e desempenho dos conselhos em unidades federais.

A recorrência dessa situação pode comprometer dois pontos fundamentais para o efetivo funcionamento dos conselhos: o alcance da representação de segmentos sociais e órgãos públicos e sua legitimidade.

Entende-se por alcance da representação o grau de participação no conselho de membros que tenham delegação formal para expressar as posições e defender os interesses dos variados segmentos sociais e econômicos envolvidos, beneficiados ou prejudicados com a ocorrência da unidade de conservação. A representação deve considerar, tanto - e principalmente - os segmentos locais e regionais, quanto os demais interessados, em função das características de direito difuso inerentes à proteção ambiental e à cidadania, cujas ações e políticas permeiam os processos de criação e gestão de unidades de conservação.

Quanto à legitimidade, entende-se, nesse caso, como a qualidade e efetividade com que os membros do conselho exercem suas funções na defesa dos interesses dos segmentos que a eles delegaram o direito de expressão, assim como no encaminhamento e avaliação dos assuntos pertinentes a eles, ao conselho e à unidade de conservação.

⁶ Anteriormente ao SNUC, as Reservas Extrativistas eram geridas conjuntamente por associações de moradores ou de produtores e o CNPT/IBAMA, não havendo necessariamente um representante desse órgão alocado na região, determinando, na prática, que a gestão mais cotidiana se desse por meio das decisões dessas organizações locais.



Para se atingir um bom nível de representação e sua legitimidade, é fundamental que os preceitos do conselho estejam, a princípio, suficientemente entendidos e incorporados pelos órgãos gestores e pelas equipes técnicas responsáveis pelas unidades de conservação para que, então, possam divulgá-los amplamente, principalmente na região de ocorrência da unidade, objetivando a abertura de oportunidades de participação para todos os segmentos interessados.

No entanto, o que se registra nos trabalhos de avaliação em campo dos conselhos e nos relatos de casos da Oficina de Gestão Participativa do SNUC, é que as atividades para criação desses colegiados têm geralmente se constituído em processos restritos a poucas entidades, sendo comum que os convites para participação sejam direcionados prioritariamente a órgãos públicos e ONGs ambientalistas, cabendo a participação de outras organizações sociais apenas à imposição legal de paridade entre representantes de entidades públicas e da sociedade civil (§ 3º do Capítulo V do Decreto nº 4.340 / 2002). Mesmo assim, nota-se a tendência para se convidar entidades que representem os interesses empresariais e de segmentos urbanos, em detrimento das formas de organização de moradores e dos produtores mais diretamente relacionadas à unidade de conservação.

Tal postura permite algumas constatações:

- O papel e atribuições dos conselhos não estão devidamente entendidos e assimilados pelos órgãos gestores e responsáveis pelas unidades de conservação, determinando que procurem entidades mais próximas e com interesses afins para que possam construir conjuntamente o arcabouço conceitual e operacional desse colegiado. A abertura desse processo à sociedade como um todo exporia a fragilidade do órgão gestor por não dominar um assunto disposto recentemente na lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza.
- Ainda vigora entre setores de órgãos executores do SNUC a postura centralizadora e fechada para administração das unidades de conservação, para os quais a existência de uma instância gestora de composição pluralista representa ameaça ou inoperância. Em função da exigência legal para criação dos conselhos, tais instâncias são admitidas conquanto sejam formadas por uma maioria de representantes de entidades com interesses afins.
- Perdura também entre setores de órgãos executores a posição de que moradores e produtores do entorno ou do interior das unidades de conservação são, em sua maioria, contrários às políticas de conservação ambiental, não podendo ter representantes em conselhos gestores dessas áreas. Além disso, perdura também o preconceito contra populações locais, cujos representantes não teriam como contribuir técnica e politicamente para os trabalhos desses fóruns.
- Relacionada aos dois itens anteriores, a usual postura de encastelamento dos responsáveis pelas unidades de conservação, assim como a recorrente ausência de levantamentos e cadastros sócio-econômicos da área de ocorrência das unidades, determina a ignorância, por parte dos órgãos gestores, sobre a diversidade de atores regionais.
- Além da disposição legal, vários conselhos gestores foram criados para atendimento de questões específicas, como, por exemplo, avaliar



planos de manejo das unidades, por orientação de instâncias superiores dos órgãos executores. Nesses casos, os convites para a formação do conselho têm sido direcionados a entidades que pretensamente teriam mais a colaborar com o assunto em questão.

- O histórico de conflitos entre segmentos da sociedade e órgãos gestores de unidades de conservação tem determinado que os relacionamentos se dêem de forma distanciada, pautada pela mútua desconfiança, fazendo com que os segmentos locais não acreditem na pertinência e eficácia de se fazerem representar nos conselhos.
- É ainda incipiente no país a capacidade de organização formal de produtores primários, moradores rurais e indígenas, determinando que se vejam legalmente impedidos de participar dos conselhos.

A partir desses itens listados, constatados por meio da análise de experiências em curso pelo país, não se trata apenas de retórica afirmar que a representação, na grande maioria dos conselhos, é ainda precária, dificultando o exercício das atribuições legais desses colegiados.

Em muitos casos, o próprio regimento do conselho define nominalmente as entidades que nele se farão representar, dificultando a inserção de novos segmentos da sociedade, uma vez que somente aos conselheiros empossados cabem as alterações regimentais julgadas necessárias. Se não houver disposição por parte da formação atual do conselho de aprimorar o alcance da representação, somente uma forte pressão da sociedade civil poderá alterar esse quadro, o qual é agravado pelo fato de que a população em geral desconhece esse espaço institucional, segundo depoimentos de todos os conselheiros entrevistados para os trabalhos de avaliação dos conselhos promovidos pela DIREC / IBAMA.

No entanto, cabe destaque a duas situações observadas:

- 1) Em quatro dos dez casos analisados em campo, os próprios conselhos, incluindo-se sua presidência, apresentam como algumas de suas prioridades a divulgação sobre o papel desses fóruns, a detecção de segmentos sociais locais que não conseguiram se fazer representar nas primeiras composições, a sensibilização de seus membros sobre a importância de participação e o apoio para a regularização de suas organizações formais.
- 2) Em um caso, a sociedade civil, por meio de suas organizações, forçou a entrada em uma reunião preparatória do conselho, cujos integrantes discutiam sua composição inicial, priorizando entidades que tinham interesse econômico na elaboração e implantação do plano de manejo da unidade. Após esse episódio, cerca de oitenta organizações pleitearam sua participação no conselho, determinando que se chegasse a um consenso de agrupá-las em comitês de entidades com objetivos e interesses afins, cada qual com direito à indicação de um representante.

Essa situação remete a outro ponto a ser considerado, que trata do número de cadeiras titulares no conselho. Em dois casos analisados, em função de conflitos de interesses entre segmentos da sociedade, notadamente de caráter econômico, houve forte pressão para que diferentes representantes de um mesmo segmento fossem contemplados com



cadeiras no conselho. Tal situação tem determinado uma tendência para se priorizar nas reuniões os assuntos de interesse dos segmentos representados em excesso, que paradoxalmente, têm seu poder de representação enfraquecido, devido à pulverização de posicionamentos. Ou seja, o conselho não deve ser espaço para resolução de problemas e conflitos afeitos a uma categoria ou segmento específico, sob pena de prejudicar a defesa de seus próprios interesses e, principalmente, o objetivo e o andamento dos trabalhos inerentes a esse tipo de colegiado.

Além disso, a composição muito numerosa do conselho acarreta maior dificuldade para obtenção de quorum nas reuniões, notadamente pelo que dispõe o § 3º, Capítulo V, do Decreto nº 4.340/2002, sobre paridade na participação de entidades públicas e da sociedade civil. Isso é, o acréscimo do número de entidades de uma parte acarreta a necessidade de se convidar entidades da outra, fazendo com que instâncias com pouco interesse na condução dos assuntos da unidade de conservação sejam formalmente envolvidas, embora, na prática, pouco tenham com o que colaborar e pouco compareçam às reuniões.

Tanto nas situações de aumento excessivo do número de conselheiros, em função de conflitos internos de determinado segmento ou categoria, quanto naquelas onde a representação não é satisfatória porque os convites à participação são muito seletivos, a legitimidade das funções dos membros do conselho fica comprometida. No primeiro caso, em função da priorização da defesa de interesses particulares, em detrimento dos interesses mais amplos do segmento. No segundo caso, porque a seleção de entidades geralmente está relacionada ao convite para participação de pessoas específicas, escolhidas por apresentarem formas de atuação e posicionamentos que não contrariem os interesses do funcionário responsável pela unidade de conservação, presidente do conselho.

De fato, um dos maiores problemas detectados no desempenho dos conselhos gestores é a personalização da representação, tanto pelas razões acima expostas, quanto pela precariedade da organização de grande parte das entidades da sociedade civil, assim como de órgãos públicos. Dos pouco mais de quarenta conselheiros entrevistados em campo pelo trabalho de consultoria à DIREC/IBAMA sobre conselhos gestores, apenas cinco declaram ter o hábito de se reunir com suas entidades ou com as bases que representam, para se prepararem para os assuntos em pauta das reuniões dos conselhos. Da mesma forma, somente uma pequena parcela (dez conselheiros) declara repassar sistematicamente os assuntos tratados e as decisões tomadas nessas reuniões.

Dentre os demais, uma menor parte declara ter autorização de suas entidades ou bases para se posicionar e decidir de forma autônoma⁷, e a maioria declara não dar satisfação a seus pares, por não haver cobrança ou mesmo interesse por parte deles.

Uma das razões para essa situação é o fato, constatado em campo, de que são poucos os conselhos que estão tratando de assuntos de real

⁷ Mesmo que não ocupem cargos de direção.



interesse da sociedade, como planos de manejo, definição de zonas de amortecimento, estabelecimento de termos de compromisso com as comunidades locais, implantação de atividades econômicas e técnicas produtivas sustentáveis, visitação pública das unidades etc.

Até porque a maior parte dos conselhos é ainda muito recente, os temas atualmente tratados dizem mais respeito à sua própria estruturação, como por exemplo, a redação dos regimentos internos. Em alguns outros casos, as reuniões apresentam ainda resultados pouco concretos em função de estarem servindo como um momento de catarse para a população, dado às demandas por se expressar e ouvir explicações, reprimidas pela falta de aproximação dos órgãos gestores durante anos, ou mesmo décadas.

Por outro lado, registram-se casos de conselhos que foram criados para avaliar os planos de manejo das unidades, os quais eram de interesse de vários segmentos sociais e econômicos locais, por envolverem visitação pública. No entanto, em um desses casos, a pressa com que o conselho foi criado e a pressão para que fossem aprovadas as propostas do plano provocaram um esvaziamento na participação, uma vez que os conselheiros passaram a se sentir manipulados pelos funcionários da unidade de conservação e pela empresa responsável pela elaboração do plano.

Dessa forma, não têm sido dadas as condições para que o papel, as atribuições e as decisões do conselho possam ser transmitidos à sociedade de forma capilar, enfraquecendo-o enquanto instrumento de gestão participativa de unidades de conservação e de fomento à sua integração regional.

A solução para tal problema passa necessariamente pela capacitação dos membros dos conselhos, pela ampla divulgação da importância dessa instância, pelo apoio às formas de organização das entidades da sociedade civil e pela adoção de mecanismos que estimulem os setores representados a formalizar seus posicionamentos, cabendo a seus representantes o papel de porta-voz de seus anseios, dúvidas e interesses. Para tanto, é importante que:

- a seleção dos assuntos para as pautas das reuniões se dê de forma democrática, procurando-se mesclar os temas relacionados à administração da unidade com outros mais afeitos à sua integração regional;
- as convocatórias para as reuniões sejam feitas com a antecedência necessária para discussão e avaliação dos assuntos em pauta entre os setores e entidades representados nos conselhos;
- as reuniões para discussão sobre assuntos técnicos sejam precedidas pelo envio de materiais de apoio (textos, cartilhas, mapas etc.), cujas formas de apresentação e linguagem levem em consideração a pluralidade cultural dos membros dos conselhos.

Os aspectos operacionais básicos dos conselhos, tais como o caráter público de suas reuniões, o prazo mínimo para as convocatórias e o apoio do órgão executor à participação dos conselheiros nas reuniões, são tratados nos artigos 18 e 19 do Decreto nº 4.340 /2002.



Sobre esses aspectos cabe um destaque ao último deles, na medida que é recorrente entre as equipes das unidades de conservação e conselheiros, a indicação das dificuldades operacionais para realização das reuniões, ou outras atividades afins, em função da falta de transporte ou ajuda de custo aos membros menos favorecidos economicamente e/ou residentes em locais mais afastados ou isolados⁸. No entanto, por não estarem previstos recursos para o funcionamento dos conselhos no planejamento orçamentário anual da maioria das unidades de conservação, as dificuldades não são apenas as relacionadas ao acesso dos conselheiros às reuniões, mas se estendem à produção e distribuição de material técnico, de convocatórias e de atas, e à disponibilização de equipamentos básicos para as reuniões, sem mencionar atividades de capacitação dos conselheiros e equipes técnicas, assunto crítico e que será tratado mais adiante nesse documento.

As dificuldades orçamentárias para o funcionamento dos conselhos também são, em muitos casos, um dos motivos para o não cumprimento do disposto na alínea I do Artigo 19, que dispõe sobre o prazo mínimo de sete dias para convocação das reuniões: em sete das dez unidades de conservação avaliadas pelo trabalho de consultoria à DIREC/IBAMA, anteriormente mencionado, os conselheiros apresentaram reclamações relacionadas aos meios e formas de convocatórias (não raro restritas a recados, sem menção aos assuntos em pauta), à aleatoriedade com que são realizadas, à ausência de material impresso preparatório dos temas a serem discutidos e ao próprio descumprimento do prazo estabelecido pelo decreto.

Mesmo que a falta de recursos financeiros venha se constituindo em problema para o funcionamento dos conselhos, a situação acima exposta pode ser amainada com a criação e o efetivo funcionamento de uma secretaria executiva, função não mencionada na lei e no decreto de regulamentação do SNUC.

Embora a maior parte dos conselhos avaliados tenha previsto a criação de secretarias executivas em seus regimentos internos, poucas têm desempenhado um papel eficiente para a viabilização operacional dos conselhos e, entre os motivos para tanto, podem ser citados:

- Em grande parte dos conselhos, a secretaria executiva está a cargo do responsável pela unidade ou de sua equipe, fazendo com que o órgão gestor acumule as funções de presidência e secretaria. Em alguns casos, a sobrecarga de atribuições e de tarefas das equipes das unidades determina que as atividades do conselho não sejam priorizadas. Em outros, o acúmulo das funções por representantes dos órgãos gestores permite um significativo controle sobre os assuntos do conselho, facilitando a interposição de obstáculos em suas atividades, caso esses representantes não sejam afeitos a formas de gestão participativa ou se indisponham com os conselheiros. Além disso, nos casos de vacância dos responsáveis pelas unidades, duas das principais instâncias funcionais do conselho ficarão descobertas⁹.

⁸ Embora seja agravada na Amazônia, essa situação é encontrada em todas outras regiões do país.

⁹ Não é raro que unidades de conservação, inclusive federais, fiquem sem chefia por longos períodos de tempo.



- Alguns membros dos conselhos eleitos para secretariá-los não foram capacitados para o desempenho de suas atribuições ou representam entidades que não dispõem de recursos materiais suficientes para a realização das tarefas requeridas.

Portanto, cabe aos conselhos providenciarem a concepção de instâncias de secretariado, cujos responsáveis sejam eleitos entre os membros desse colegiado e, se for o caso, capacitados para a execução de suas funções. No mais, cabe aos órgãos gestores das unidades o aporte dos recursos necessários para o desempenho satisfatório das secretarias executivas.

Também relacionado à estruturação e formas de operação do conselho, não há menção nos dispositivos legais sobre a vice-presidência desse colegiado, assim como sobre os mecanismos para seu funcionamento em casos de ausência de seu presidente. Concordando que esse assunto pode ser tratado no escopo dos regimentos internos, o que se tem notado, entretanto, é que quando é instituída a função da vice-presidência, geralmente é destinada ao substituto do responsável pela unidade de conservação, concentrando o poder no órgão gestor. Em alguns casos, a presidência, a vice-presidência e a secretaria executiva estão, regimentalmente, a cargo do órgão gestor, comprometendo o caráter participativo desses fóruns.

Mesmo nas situações em que os vice-presidentes são eleitos entre os membros do conselho, não há referências claras a suas atribuições, notadamente no que diz respeito à condução ordinária dos trabalhos e ao relacionamento com outras instâncias do órgão gestor, nos casos de vacância dos titulares.

Ou seja, o que se depreende das análises sobre o funcionamento dos conselhos e suas disposições regimentais, é que está subentendido, por algumas instâncias gestoras, que esses fóruns são meros apêndices da administração das unidades de conservação, sem autonomia e existência própria, cujo funcionamento depende exclusivamente dos responsáveis diretos pela gestão da unidade, os quais são também seus únicos interlocutores na estrutura hierárquica dos órgãos competentes.

Dessa forma, os encaminhamentos de petições, críticas, sugestões e dúvidas do conselho, são submetidos ao responsável direto pela unidade, que também é o presidente do conselho, conferindo à função da presidência poderes suplementares, inclusive de veto. Há registros de casos de discordância sobre determinados assuntos entre os presidentes do conselho e seus demais membros, resultando no cancelamento de sua tramitação. A alegação dos presidentes dos conselhos foi a de que, enquanto funcionários do órgão executor, eram obrigados a acatar as posições de seus superiores hierárquicos, naqueles casos, contrárias às do conselho.

Portanto, para que os conselhos venham a ter condições para desempenhar seu papel de forma eficaz, torna-se necessário a internalização de seus preceitos nos órgãos gestores das unidades, o estabelecimento de regras e mecanismos que garantam a continuidade oficial dos trabalhos em casos de vacância da presidência ou de desinteresse manifesto do responsável pela unidade, a capacitação dos conselheiros e equipes técnicas



das unidades de conservação e a implantação de uma ouvidoria no Ministério do Meio Ambiente, órgão central de coordenação do SNUC, para recebimento de críticas e resolução de pendências, conforme detalhado mais adiante neste documento.

Por fim, dando seqüência à análise do Decreto nº 4.340/2002, seu vigésimo artigo trata da competência dos conselhos de unidades de conservação.

Os incisos que o compõem podem ser divididos em quatro blocos, de acordo com o assunto tratado:

Funcionamento do conselho

I - Elaborar seu regimento interno, no prazo de noventa dias, contados da sua instalação.

Administração da unidade de conservação

V – Avaliar o orçamento da unidade e o relatório financeiro anual elaborado pelo órgão executor em relação aos objetivos da unidade de conservação.

VI – Opinar, no caso de conselho consultivo, ou ratificar, no caso de conselho deliberativo, a contratação e os dispositivos do termo de parceria com a OSCIP, na hipótese de gestão compartilhada da unidade.

VII – Acompanhar a gestão da OSCIP e recomendar a rescisão do termo de parceria, quando constatada irregularidade.

Conservação ambiental

II - Acompanhar a elaboração, implementação e revisão do Plano de Manejo da unidade de conservação, quando couber, garantindo seu caráter participativo.

III – Buscar a integração da unidade de conservação com as demais unidades e espaços territoriais especialmente protegidos e com o seu entorno.

VIII – Manifestar-se sobre obra ou atividade potencialmente causadora de impacto na unidade de conservação, em sua zona de amortecimento, mosaicos ou corredores ecológicos.

Integração regional da unidade

IV - Esforçar-se para compatibilizar os interesses dos diversos segmentos sociais relacionados com a unidade.

IX – Propor diretrizes e ações para compatibilizar, integrar e otimizar a relação com a população do entorno ou do interior da unidade, conforme o caso.

A análise dos incisos sobre a competência dos conselhos dispostos no decreto de regulamentação do SNUC permite três constatações:

- Está legalmente estabelecido que os conselhos gestores têm o papel de controle social da administração das unidades de conservação (incisos V, VI e VII), e de apoio à sua gestão, principalmente para a manutenção da



qualidade ambiental da unidade (incisos II e VIII) e da região em que está inserida (incisos III e VIII), assim como para sua integração sócio-econômica (incisos IV e IX).

- Na prática, são raros os conselhos que detêm conhecimento sobre essa competência que a eles é atribuída por lei e, conseqüentemente, são poucos os que efetivamente têm cumprido seu papel de controle e apoio à gestão das unidades de conservação. De acordo com os trabalhos de avaliação do funcionamento dos conselhos realizados pela DIREC/IBAMA e com as experiências relatadas na Oficina de Gestão Participativa do SNUC, os poucos conselhos cujos papéis se aproximam do que está previsto em lei são aqueles derivados de outras formas de instâncias participativas, as quais já funcionavam antes da promulgação da lei do SNUC e que foram criadas a partir de pressão e mobilização da sociedade.
- Frente ao que dispõe a lei sobre as responsabilidades dos conselhos, mesmo os consultivos, os órgãos gestores não estão preparados, nem têm conseguido responder às necessidades básicas para que possam viabilizar seu pleno funcionamento.

O histórico da ocorrência de instâncias de composição pluralista no controle e apoio à administração de bens públicos é recente e pouco conhecido, tornando compreensível que representantes da sociedade e órgãos gestores ainda estejam em um processo de aprendizado, *lato sensu*, e de estruturação funcional desse tipo de colegiado.

No entanto, no caso de unidades de conservação, a situação tende a ser mais complexa: desde meados do século passado, quando houve um incremento na criação de áreas protegidas no país, os procedimentos para implantação e gestão das unidades de conservação como bens públicos, salvo raras exceções, alijaram qualquer forma de participação social, sendo características recorrentes das unidades de conservação seu isolamento regional e as relações conflituosas de suas equipes gestoras com as sociedades locais.

Esse quadro é engendrado, principalmente, pela falta de processos eficazes de consultas públicas anteriores à criação das unidades e à inobservância das formas de ocupação das áreas objeto de proteção, via de regra habitadas e/ou utilizadas economicamente por produtores rurais e comunidades isoladas, cujos direitos patrimoniais e consuetudinários não foram considerados e para os quais não foram propostas alternativas de re-alocação, indenização de benfeitorias e desapropriações em bases justas¹⁰. Tanto para esses atores, quanto para as comunidades e empreendimentos do entorno das unidades de conservação, também não foram sugeridas e apoiadas atividades e técnicas produtivas compatíveis com a necessidade de conservação ambiental.

Ou seja, somado ao próprio histórico de parca presença da sociedade no controle e apoio à gestão do bem público, as unidades de conservação não são, em sua maioria, bem avaliadas por segmentos das regiões

¹⁰ Apenas para exemplificar, os PARNAs de Aparados da Serra (RS) e de Itatiaia (RJ), criados pelo IBDF, há mais de 50 anos, até hoje não solucionaram a questão de ocorrência de propriedades particulares em seu interior, cujos responsáveis vêm mantendo disputas judiciais com a União desde sua criação.



onde ocorrem. Suas formas de gestão, em geral de caráter predominantemente repressivo, também têm colaborado para a consolidação de um posicionamento de antagonismo aos assuntos relativos à proteção ambiental por parte da sociedade não urbana do país.

A determinação legal do SNUC e a disposição atual do Ministério do Meio Ambiente para democratizar a gestão das unidades de conservação e trazer a população para compor seus conselhos têm suscitado duas reações por parte da sociedade:

- a) de desconfiança quanto à conveniência e eficácia na participação em conselhos, devido ao histórico de criação e às formas de gestão das unidades;
- b) de entusiasmo por, finalmente, serem abertas vias oficiais de conversação e negociação com os órgãos gestores do SNUC.

Tanto para convencer setores da sociedade sobre a importância de participar dos conselhos, quanto para não frustrar as expectativas dos que já demonstram vivo interesse na participação, é fundamental que, inicialmente, os órgãos gestores sejam capacitados para o que dispõe a legislação a respeito da gestão participativa, assim como tenham suas rotinas reestruturadas para atendimento das demandas inerentes às novas formas de administração.

Cabe também aos órgãos executores do SNUC o enfrentamento de questões crônicas, que têm desgastado o conceito de unidades de conservação e a imagem de suas instâncias responsáveis, como regularização fundiária, pagamento de indenizações e desapropriações, estabelecimento de termos de compromisso com as populações do interior das unidades, elaboração e implantação de planos de manejo participativos e apoio à implementação de atividades econômicas e a técnicas produtivas, que permitam o desenvolvimento regional em bases sustentáveis.

3 - Princípios e Diretrizes para Realização de Consultas Públicas no Processo de Criação de Unidades de Conservação e para Criação e Funcionamento de Conselhos Gestores

A Lei Federal nº 9.985, de julho de 2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza, dispõe, entre suas diretrizes (Artigo 5º), que deve ser assegurada a participação efetiva das populações locais na criação, implantação e gestão de unidades de conservação (inciso III), assim como devem ser incentivadas as populações locais e as organizações privadas a estabelecerem e administrarem unidades de conservação dentro do sistema nacional (inciso V).

A recente proposta de Política Nacional de Áreas Protegidas aberta à discussão pelo Ministério do Meio Ambiente (2004) vem reforçar a aplicação dessas diretrizes, ao apregoar que a interação entre as diferentes esferas e setores do governo, comunidades locais e demais atores sociais interessados é pré-condição para efetividade da gestão de um sistema de áreas protegidas mais amplo, abrangendo terras indígenas, de quilombos, reservas legais e áreas de preservação permanente.



Apresenta ainda como diretrizes próprias para a criação de unidades de conservação, a realização de estudos prévios e de ampla consulta popular, incluindo a discussão sobre sua categoria, a necessidade de se levar em conta a realidade social e econômica da região objeto de estudo, além do mapeamento e da negociação dos conflitos de interesses envolvidos na área.

Sobre os conselhos gestores, a Política Nacional em construção define-os como componentes fundamentais na tomada de decisões sobre a gestão das unidades de conservação.

Tais pressupostos e diretrizes são condizentes com as atividades sugeridas para o Elemento Programático de número 2 da Convenção Sobre Diversidade Biológica¹¹, a partir de sua sétima reunião (Malásia, 2004), que trata da "Governança, Participação, Igualdade e Compartilhamento de Benefícios Resultantes do Estabelecimento e Gestão de Áreas Protegidas". As metas do Elemento Programático acima mencionado estabelecem, até 2008, a implantação de mecanismos para compartilhamento equitativo dos custos e benefícios resultantes da criação e gestão de áreas protegidas, tendo como uma de suas principais atividades o envolvimento de comunidades locais, grupos indígenas e demais partes interessadas em esquemas participativos de planejamento e governança.

Da mesma forma, a I Conferência Nacional do Meio Ambiente, realizada em novembro de 2003, apresenta em sua proposta de nº 326 a ratificação da obrigatoriedade de implementação de consultas públicas para criação de novas unidades de conservação.

Em outras cinco propostas (as de números 205, 268, 313, 337 e 342), a Conferência reforça a necessidade de consolidação dos conselhos gestores das unidades de conservação por meio do incentivo e apoio dos órgãos executores, da capacitação de seus membros e da garantia de participação de representantes de todos os segmentos envolvidos com essas áreas protegidas.

Como forma de aplicar efetivamente as diretrizes, atividades e propostas acima elencadas, entre outras consideradas necessárias para o aprimoramento do Sistema Nacional de Unidades de Conservação, o Ministério do Meio Ambiente iniciou uma série de ações, constando entre seus principais resultados o estabelecimento do Fórum Nacional de Áreas Protegidas, órgão consultivo da Secretaria de Biodiversidade e Florestas desse Ministério.

Criado em julho de 2004 (portaria ministerial nº 134/04), o fórum terá funcionamento contínuo, apresentando como principal objetivo o atendimento à deliberação da Conferência Nacional do Meio Ambiente, por participação e controle social na elaboração e condução de políticas públicas para áreas protegidas.

Para municiar tecnicamente o fórum em suas discussões e deliberações, o Ministério do Meio Ambiente iniciou, paralelamente, uma série de

¹¹ A Convenção sobre Diversidade Biológica foi assinada pelo Brasil em junho de 1992 e ratificada em fevereiro de 1994.



encontros e oficinas para tratar de forma mais detalhada os temas pertinentes às áreas protegidas.

O primeiro evento dessa série foi realizado em Brasília, em agosto de 2004, sendo intitulado Oficina de Gestão Participativa do SNUC, tratando dos temas “consultas públicas para criação de unidades de conservação” e “conselhos gestores”, como mencionado anteriormente.

A programação da Oficina foi resultado da realização de reuniões preliminares com representantes da Diretoria de Áreas Protegidas, Diretoria de Educação Ambiental e Programa de Áreas Protegidas da Amazônia (ARPA), do Ministério do Meio Ambiente, WWF-Brasil, Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (FUNBIO), The Nature Conservancy (TNC), Instituto Internacional de Educação do Brasil (IEB) e IBAMA, além de reuniões específicas de grupos de trabalho, incluindo-se reuniões internas do IBAMA, contemplando membros da Diretoria de Ecossistemas (DIREC), Diretoria de Florestas (DIREF), Coordenação Geral de Educação Ambiental (CGEAM) e Centro Nacional de Desenvolvimento Sustentável das Populações Tradicionais (CNPT).

Optou-se, nessas reuniões, pela realização de um evento com três dias de duração, em forma de oficina de trabalho fechada, contemplando exposições de experiências realizadas ou em curso, as quais pudessem contribuir para a discussão sobre conceitos e práticas de participação social na criação e gestão de unidades de conservação, priorizando-se os temas “consultas públicas” e “conselhos gestores”.

Decidiu-se também que a escolha das experiências a serem relatadas durante a oficina deveria procurar obedecer a alguns critérios básicos, quais foram: contra-posição de experiências referenciadas como exitosas e equivocadas; consideração de todas as categorias de unidades de conservação, inclusão de órgãos gestores das três esferas de poder e contextualização regional, com alguma ênfase na região amazônica, como forma de atender as necessidades mais imediatas de execução do Programa ARPA.

Para o relato de cada experiência, deveriam ser convidados ao menos um representante do órgão gestor da unidade e um representante da sociedade civil que tivessem participado da consulta pública para criação de uma unidade ou de um conselho gestor.

Dessa forma, a programação final ficou assim constituída:

Abertura: Mauricio Mercadante (Diretor de Áreas Protegidas do MMA).
Palestra e debate: Gestão Participativa do SUS (Sistema Único de Saúde), por Luiz Antônio Nolasco (Ministério da Saúde)
Apresentação das experiências de Consulta Pública para criação de UCs:
FLONA de Anauá (RR)
PARNA Grande Sertão Veredas (MG/BA)
RESEX Batoque (CE)
Experiências do Estado do Amazonas (reservas de uso sustentável estaduais de Atumã, Carauari e Catoá)
Apresentação das experiências de Conselhos Gestores de UCs:
PARNA da Serra do Divisor (AC)



PARNA de Jurubatiba (RJ)
Parque Estadual da Ilha do Cardoso (SP)
FLONA de Tapajós (PA)
APA Municipal de Capivari-Monos (SP)
RESEX Tapajós –Arapuins (PA)
RDS Estadual Mamirauá (AM).

Ficou estabelecido que haveria, durante os três dias de oficina, por volta de oito horas reservadas a debates para avaliação das experiências pelo plenário, assim como para formulação de propostas de princípios, diretrizes e instrumentos para a realização de consultas públicas e para a criação e formas de funcionamento dos conselhos gestores de unidades de conservação.

Os resultados da oficina, obtidos de forma consensual entre as mais de setenta pessoas que compuseram seu plenário são a seguir expostas, servindo como base para a formulação de princípios e diretrizes para consultas públicas e conselhos gestores de unidades de conservação, objetivo principal desse documento.

3.1 – Princípios e Diretrizes para Consultas Públicas

As propostas discutidas e elaboradas pelo plenário da oficina foram baseadas:

- Nos relatos e debates sobre os casos referentes à Floresta Nacional de Anauá (RR), ao Parque Nacional Grande Sertão Veredas (MG/BA), à Reserva Extrativista Federal do Batoque (CE) e às unidades de uso sustentável de Atumã, Carauari e Catoá, geridas pela Secretaria de Desenvolvimento Sustentável do governo do estado do Amazonas.
- No conhecimento e na experiência dos técnicos, autoridades e representantes da sociedade civil, presentes no evento.
- No texto sobre procedimentos para a realização de consultas públicas para criação de unidades de conservação da Diretoria de Florestas (DIREF) do IBAMA.
- Nas análises e propostas dos trabalhos de avaliação das formas de gestão de unidades de conservação federais¹² promovidos pela Diretoria de Ecossistemas (DIREC) do IBAMA.

Constam a seguir os princípios e diretrizes, propostos durante a oficina, complementados de acordo com os preceitos da proposta de Política Nacional de Áreas Protegidas, e as deliberações da I Conferência Nacional do Meio Ambiente e da Convenção sobre Diversidade Biológica:

3.1.A) Princípios para Consultas Públicas

3.1.A.a) Para fins de aplicação da Lei do SNUC de nº 9.985/00 e do Decreto Federal que a regulamenta, de nº4.340/02, entende-se consulta pública como um processo participativo e legitimamente representativo de interlocução entre atores sociais da esfera governamental e não-governamental, envolvidos na criação de Unidades de Conservação, por meio de

¹² Ver relação de unidades na nota 2 desse documento.



fóruns (reuniões, debates públicos, oficinas e visitas técnicas, assembleias ou outras reuniões similares), estudos e pesquisas complementares. A Consulta Pública compõe-se de etapas que tem por finalidade trocar e nivelar informações e conceitos, dirimir dúvidas, negociar posições, mediar interesses e conflitos, de forma a se chegar a uma proposta que subsidie o poder público na tomada de decisão quanto à criação de Unidades de Conservação. As etapas que compõem este processo devem prever mecanismos e prazos para assimilação de críticas e sugestões, expressas pela sociedade e respeitar princípios, diretrizes e uso de instrumentos previamente estabelecidos.

Ressalta-se nessa formulação o caráter de processo da consulta pública, composto por diferentes etapas, e não de eventos pontuais, como vem sendo entendido e aplicado por várias instâncias responsáveis pela criação de novas unidades de conservação. Tal entendimento se deve, tanto às formas tradicionais de atuação de alguns órgãos gestores, que têm como princípio apenas informar a sociedade sobre a criação de uma unidade de conservação, quanto ao próprio termo “consulta pública” que consta na lei do SNUC e que pode levar ao equivocado entendimento de se tratar somente de um ou mais eventos, como, por exemplo, audiência (s) pública (s).

Cabe destaque também na conceituação acima exposta a inclusão de estudos e pesquisas complementares no processo de consulta pública, os quais devem ser realizados sempre que os atores envolvidos identificarem lacunas de conhecimento sobre os diversos aspectos relacionados à criação de uma unidade de conservação.

3.1.A.b) A consulta pública é um processo deflagrado pela indicação da necessidade de proteção de determinada área e só encerrado, após a realização de estudos, consultas, troca de informações e negociações que permitam que todos os atores direta e indiretamente envolvidos sejam inteirados sobre as causas e conseqüências referentes à proteção ambiental da área e possam contribuir para a avaliação da pertinência de criação da unidade e para a definição de sua categoria, localização, dimensão e limites.

No enunciado do princípio 2, deve ser ressaltada a inclusão da definição da categoria de unidade de conservação no processo de consulta pública, conforme disposto na atual proposta de Política Nacional de Áreas Protegidas.

3.1.A.c) A consulta pública deve anteceder a criação de todas as categorias de unidades de conservação, inclusive Estações Ecológicas e Reservas Biológicas.

Mesmo que a lei do SNUC isente os processos de criação de Estações Ecológicas e Reservas Biológicas da realização de consultas públicas, são as duas categorias que mais implicam em restrições de usos, cabendo amplo espectro de informações e de negociações com os segmentos locais para prevenção de conflitos e comprometimento de interesses legítimos.

3.1.A.d) O Estado e a coletividade são responsáveis pela regulação do bem público, no caso as unidades de conservação e, portanto, a consulta pública deve ser um processo dialógico que assegure a participação efetiva dos



atores envolvidos em todas suas etapas. Para tanto, as formas e os meios de comunicação, inclusive sua linguagem, devem ser adequados às diferentes realidades regionais e locais, à pluralidade cultural e à diversidade de saberes.

Destacam-se, nesse enunciado, a atribuição de responsabilidades iguais, tanto aos órgãos públicos, quanto à sociedade civil na implantação e regulação do bem público, e o respeito às características regionais, à pluralidade cultural e à diversidade de saberes, mediante a adoção de mecanismos que assegurem a efetiva participação de todos os atores envolvidos.

Tais preceitos vêm atender ao que está estabelecido na Convenção sobre Diversidade Biológica e na proposta de Política Nacional de Áreas Protegidas, assim como o que foi deliberado na I Conferência Nacional do Meio Ambiente.

3.1.A.e) Durante as discussões e negociações para a definição da categoria de unidade de conservação a que uma determinada área será submetida, deve ser considerada a equidade de importância entre as diversas categorias previstas no SNUC, considerando a sua complementaridade e as possibilidades de implantação de mosaicos e corredores ecológicos.

A declaração de equidade de importância entre as diversas categorias de unidades de conservação colabora para a dissipação de preconceitos contra as de uso sustentável e realça, tanto a importância da complementaridade de funções das diversas categorias, quanto a significância dos mosaicos e corredores ecológicos.

3.1.B. – Diretrizes para Consultas Públicas

3.1.B.a) A demanda por criação de unidades de conservação poderá ser apresentada, tanto pelo poder público, quanto pela sociedade civil (ONGs, organizações comunitárias ou produtivas, fóruns, setor privado, etc).

3.1.B.b) Cabe aos órgãos executores do SNUC a responsabilidade para que sejam realizados levantamentos expeditos de dados primários e secundários sobre o meio físico e natural, ocupação sócio-econômica e uso do solo, situação fundiária e contexto político-institucional; cabe também a eles a análise dos instrumentos de planejamento e gestão territorial existentes e a identificação de temas que suscitem a necessidade de realização de pesquisas e estudos mais aprofundados.

3.1.B.c) Cabe aos órgãos executores do SNUC a identificação de conflitos manifestos ou latentes na área objeto de estudo, bem como o estabelecimento de mecanismos e vias de negociação para sua resolução.

3.1.B.d) Cabe aos órgãos executores do SNUC a identificação e qualificação dos atores e partes envolvidas e interessadas no processo de criação da unidade de conservação, com ênfase na identificação de processos e atores que tenham capilaridade com os setores sociais historicamente excluídos (extrativistas, pescadores, posseiros, ribeirinhos, pequenos produtores rurais, quilombolas, indígenas, etc.) de forma a garantir o caráter efetivamente participativo da consulta pública.



3.1.B.e) Cabe aos órgãos executores do SNUC a prestação de todas as informações necessárias sobre a criação da unidade de conservação, inclusive as conseqüências de sua implementação para o contexto sócio-econômico regional. De forma especial, devem ser prestadas informações sobre a legislação ambiental, com ênfase para a lei do SNUC e suas diversas categorias de unidades, de maneira a subsidiar a escolha da categoria mais adequada a cada caso, incluindo a possibilidade de formação de mosaicos.

3.1.B.f) Todas as etapas do processo de consulta pública devem ser devidamente documentadas e vias desses documentos devem ser arquivadas na sede do órgão gestor e em prefeituras dos municípios envolvidos com a área objeto de estudo, devendo ser disponibilizadas a qualquer cidadão ou grupo interessado em seu teor.

3.1.B.g) As mais variadas formas de envolvimento e de manifestação dos atores locais e regionais devem ser fomentadas para que a consulta pública seja efetivamente participativa.

3.1.B.h) Deve ser estipulado um prazo para o processo de consulta pública, considerando a necessidade da realização dos estudos básicos (3.1.B.b) e das demais pesquisas avaliadas como pertinentes, a plena compreensão e amadurecimento das informações pelos atores envolvidos, as negociações para ajustes de interesses e resolução de conflitos, bem como as ameaças potenciais à integridade do meio natural e das comunidades humanas¹³ da área em estudo.

3.1.B.i) Cabe aos órgãos executores do SNUC e demais instâncias competentes a garantia de integridade do ecossistema da área objeto de estudo durante a realização da consulta pública, mediante ações de monitoramento e fiscalização preventiva e edição de instrumento legal que contemple essa situação.

3.1.B.j) As consultas públicas devem ser norteadas por um Termo de Referência que contemple todas as ações, instrumentos e mecanismos necessários para o cumprimento de seus objetivos. O Termo de Referência deve ser elaborado pelo órgão executor e amplamente divulgado na região objeto de criação da unidade e nas páginas da Internet do Fórum Nacional de Áreas Protegidas, podendo sofrer alterações em seu teor a partir de propostas surgidas desde o início do processo de consulta pública.

3.2 – Princípios e Diretrizes para Criação e Funcionamento de Conselhos Gestores de Unidades de Conservação

As propostas discutidas e elaboradas pelos participantes da oficina foram baseadas:

- Nos relatos e debates sobre os casos referentes ao Parque Nacional da Serra do Divisor (AC), Parque Nacional da Restinga de Jurubatiba (RJ), Parque Estadual da Ilha do Cardoso (SP), Floresta Nacional de Tapajós (PA), APA Municipal de Capivari-Monos (S. Paulo/SP), Reserva Extrativista

¹³ Em especial para as unidades de conservação de uso sustentável.



Federal de Tapajós – Arapiuns (PA) e Reserva de Desenvolvimento Sustentável Estadual de Mamirauá (AM).

- No conhecimento e experiência dos técnicos, autoridades e representantes da sociedade civil, presentes no evento;
- Nos textos sobre procedimentos para a formação de conselhos da Diretoria de Ecossistemas (DIREC) e da Diretoria de Florestas (DIREF) do IBAMA e no texto sobre capacitação de membros dos conselhos da Coordenação Geral de Educação Ambiental (CGEAM), também do IBAMA.
- Nas análises e propostas dos trabalhos de avaliação das formas de criação e funcionamento de conselhos gestores¹⁴ promovidos pela Diretoria de Ecossistemas (DIREC) do IBAMA.

Constam a seguir os princípios e diretrizes, propostos durante a oficina, complementados de acordo com os preceitos da proposta da Política Nacional de Áreas Protegidas, e as deliberações da I Conferência Nacional do Meio Ambiente e da Convenção sobre Diversidade Biológica:

3.2.A) – Princípios para Conselhos Gestores

3.2.A.a) Os conselhos gestores de unidades de conservação, independente de seu caráter consultivo ou deliberativo, segundo a lei do SNUC, devem ser entendidos como espaços legalmente instituídos para o exercício da cidadania e do controle social da gestão do patrimônio público, por meio de discussão, avaliação e proposição de ações e políticas que visem o aprimoramento da administração das unidades de conservação e sua integração regional.

3.2.A.b) É da competência dos conselhos, segundo a lei do SNUC, a elaboração de seus regimentos internos; a avaliação dos orçamentos das unidades e seus relatórios financeiros anuais; a emissão de parecer ou a ratificação dos dispositivos dos termos de parceria para contratação de OSCIPs em casos de gestão compartilhada; o acompanhamento dessa forma de gestão e as recomendações para rescisão de contratos; o acompanhamento na elaboração, implementação e revisão dos planos de manejo das unidades; a integração das áreas protegidas regionais; a manifestação sobre atividades ou obras potencialmente causadoras de impactos nas unidades, mosaicos e corredores ecológicos; a consideração e a compatibilização de interesses dos diversos segmentos sociais relacionados com a unidade e a proposição de diretrizes e ações para otimizar as relações entre a administração da unidade e as populações residentes em seu interior ou entorno.

3.2.A.c) Os conselhos devem almejar o maior alcance possível de representação entre os segmentos sociais, econômicos e públicos envolvidos com as unidades de conservação, entendendo-se como alcance de representação o grau de participação no conselho de membros que tenham delegação formal dos variados segmentos envolvidos, beneficiados ou prejudicados com a ocorrência das unidades para expressar suas posições e defender seus interesses.

3.2.A.d) Os conselhos somente devem ser criados após a constatação

¹⁴ Ver relação de unidades na nota 2 desse documento



de que todos os possíveis setores envolvidos tenham tido acesso a informações sobre sua competência e atribuições e tenham suas possibilidades de representação e participação viabilizadas.

3.2.A.e) A nomeação dos membros dos conselhos deve se dar exclusivamente por indicação das entidades ou setores envolvidos, cabendo à sua presidência o acatamento das indicações, atentando apenas para que o número de titulares não seja excessivo a ponto de comprometer seu funcionamento. Nessa hipótese, cabe ao conselho deliberar quais formas de agrupamento de entidades ou setores com interesses e objetivos afins podem ser adotadas para que todos os interessados possam se fazer representar, direta ou indiretamente.

3.2.A.f) Os conselheiros devem defender legitimamente os interesses dos setores que a eles delegaram o direito de representação e os interesses públicos, cabendo aos próprios conselhos a avaliação da pertinência e coerência das posições e demandas de cada membro.

3.2.A.g) Os órgãos executores do SNUC devem assegurar a criação e o funcionamento dos conselhos, de acordo com suas competências legais, por meio da edição de atos normativos, da ampla divulgação de seu papel e atribuições, da disponibilização dos recursos financeiros, humanos e materiais necessários, do devido encaminhamento das matérias deliberadas e da capacitação que se fizer necessária, incluindo-se os representantes dos órgãos executores e a equipe técnica da unidade.

3.2.A.h) As decisões e tomadas de posições dos conselhos deliberativos, se não ferirem a legislação vigente, devem ser obrigatoriamente acatadas pelos órgãos executores; as tomadas de posições dos conselhos consultivos devem ser acatadas ou, em casos de discordância com os responsáveis pelas unidades, encaminhadas às instâncias competentes para avaliação de sua pertinência técnica e legal, cabendo, obrigatoriamente, o retorno justificado de seus respectivos pareceres aos conselhos.

3.2 B. Diretrizes Relativas aos Conselhos Gestores

3.2.B.a) Cabe ao Ministério do Meio Ambiente, em sintonia com os demais órgãos executores do SNUC e o Fórum Nacional de Áreas Protegidas, a edição de um instrumento normativo com as disposições estatutárias dos conselhos, definindo detalhadamente suas competências, princípios, diretrizes, estruturas funcionais, direitos e obrigações. Tal instrumento deve nortear os processos de capacitação das equipes técnicas dos órgãos gestores e deve constar como apenso às portarias de criação desses colegiados, não tendo o caráter de regimento interno, o qual, por lei, deve ser elaborado pelos conselhos, objetivando a definição de suas normas básicas e ordinárias de funcionamento.

3.2.B.b) Cabe aos órgãos executores do SNUC a capacitação de suas equipes técnicas sobre conselhos gestores, de acordo com a diretriz anterior.

3.2.B.c) Cabe aos gestores das unidades de conservação, com a colaboração de eventuais parcerias locais, a realização de levantamentos



sócio-econômico-culturais e político-institucionais, para identificação e mapeamento dos diversos segmentos interessados e envolvidos com as unidades de conservação.

3.2.B.d) Cabe aos gestores das unidades de conservação, com a colaboração de eventuais parcerias locais, a ampla divulgação dos dispositivos legais que tornam obrigatória a constituição de conselhos para apoio e controle social da administração das unidades de conservação implantadas. Para tanto, devem ser utilizados os meios e as formas de comunicação mais adequados a cada realidade geográfica e social, atentando-se para o desnivelamento do saber formal e para a pluralidade cultural e de conhecimentos patrimoniais presentes em todo o território nacional.

3.2.B.e) Cabe aos gestores das unidades de conservação, com a colaboração de eventuais parcerias locais, a realização de reuniões e oficinas públicas, para repasse de informações sobre a lei do SNUC e sobre a competência e atribuições dos conselhos gestores, bem como para identificação de demandas por capacitação e por apoio às formas de organização da sociedade civil. As reuniões e oficinas devem ser realizadas, tanto nas sedes dos municípios envolvidos, quanto nas regiões ou comunidades mais isoladas, atentando-se para que as formas de apresentação e as linguagens utilizadas sejam adequadas aos participantes de cada evento.

3.2.B.f) Cabem aos órgãos gestores das unidades de conservação, com a colaboração de eventuais parcerias locais, a sensibilização dos diversos segmentos sobre a importância de se fazerem representar nos conselhos, o início do processo de capacitação de seus representantes, a realização de reuniões preparatórias e a abertura do processo de inscrições para assentos nos conselhos.

3.2.B.g) Cabe aos órgãos executores do SNUC o aporte regular de recursos financeiros, materiais e humanos para a realização das tarefas anteriores mencionadas e para o funcionamento satisfatório do conselho, prevendo-se o acesso de todos os conselheiros às reuniões, a circulação de informações, a disponibilização de equipamentos e materiais para as reuniões e atividades afins, a realização de cursos de capacitação e os deslocamentos para intercâmbio e representação do conselho em eventos externos.

3.2.B.h) Além da função de presidente, disposta na legislação e assegurada ao representante do órgão gestor da unidade, os conselhos devem prever a criação das funções de vice-presidência e secretaria executiva, cujos titulares devem ser eleitos entre os conselheiros, com mandato de dois anos, coincidindo com o mandato de cada composição desse colegiado, previsto em lei. Deve, também, haver a regulamentação de mecanismos de funcionamento formal dos conselhos sob a autoridade e coordenação dos vice-presidentes, em casos de vacância dos presidentes ou de seu desinteresse em dar andamento aos trabalhos previstos em estatuto e regimento.

3.2.B.i) Os conselhos devem contar com câmaras técnicas ou grupos de trabalho, compostos por ao menos dois conselheiros, além de técnicos, especialistas e moradores locais, convidados para tratar de assuntos



específicos, eleitos como prioritários pelos conselhos. Os resultados dessas câmaras ou grupos, que podem tratar, tanto de assuntos técnico-científicos, quanto de questões regionais, culturais e comunitárias, têm o papel de subsidiar os conselheiros em suas tomadas de decisão.

3.2.B.j) Cabe aos órgãos executores do SNUC a responsabilidade de promover a capacitação dos conselheiros e das equipes técnicas das unidades de conservação para que possam desempenhar suas funções estatutárias e regimentais de forma satisfatória. As grades curriculares dos cursos de capacitação devem levar em consideração as realidades locais, mas devem abordar temas básicos como:

- Legislação ambiental, com enfoque na lei e decreto do SNUC.
- Gestão de Recursos Públicos.
- Formação de lideranças.
- Estruturação e funcionamento de organizações da sociedade civil.
- Elaboração de projetos.
- Gestão participativa.
- Captação e administração de recursos.
- Processos e métodos de discussão e deliberação em grupos.
- Planos de manejo das unidades e entorno.
- Alternativas econômicas em bases sustentáveis.

Os órgãos executores devem estabelecer parcerias locais para implementação de centros de capacitação regionais ou estaduais que se responsabilizem pela identificação de lacunas e demandas por capacitação, visando à contínua atualização desse processo.

3.2.B.k) Cabe aos conselhos gestores o estímulo para que seus membros sejam efetivamente os representantes dos interesses de suas entidades ou bases, por meio da divulgação da importância dos conselhos e da proposição de formas de sensibilização e capacitação das organizações representadas, para que manifestem suas posições e demandas de maneira mais sistemática e formal nas reuniões e atividades afins do conselho.

3.2.B.l) Nos casos em que uma ampla gama de entidades pleiteie sua representação nos conselhos, dificultando seu funcionamento pelo número excessivo de membros, devem ser estruturadas formas de representação alternativas, como por exemplo, a criação de comitês agrupando setores e entidades com objetivos e interesses afins, os quais elegeriam seus representantes (titular e suplente) para assento no conselho.

3.2.B.m) Após o primeiro mandato, os conselhos devem se estruturar para que sua próxima composição se dê através da eleição direta de seus membros pelos segmentos ou entidades envolvidas, respeitando-se o alcance da representação de interesses e a paridade entre órgãos públicos e entidades da sociedade civil, prevista em lei.

3.2.B.n) Cabe aos órgãos executores do SNUC a promoção de intercâmbio de experiências entre conselhos de unidades, por meio do custeio de visitas de conselheiros a outras áreas protegidas e da estruturação de fóruns regionais semestrais e de fóruns nacionais anuais que congreguem



representantes dos conselhos e instâncias competentes (e/ou demandas) dos órgãos gestores.

3.2.B.o) O Ministério do Meio Ambiente, principal articulador na função de coordenação do SNUC, deve incorporar ao seu quadro funcional o setor de ouvidoria para a gestão participativa, enfocando todos os aspectos relacionados a esse tema, inclusive conselhos gestores, investindo-o de autoridade para mediar conflitos e impasses, cobrar esclarecimentos das instâncias envolvidas, fazer cumprir a legislação e propor soluções.

3.2.B.p) O Ministério do Meio Ambiente, por meio do Fórum Nacional de Áreas Protegidas, deve propor a composição de um grupo de trabalho que discuta e colabore com a definição de diretrizes referentes à gestão participativa do SNUC, a partir das propostas aqui apresentadas.

3.2.B.q) Os órgãos gestores de unidades de conservação, assim como seus parceiros e programas de apoio, devem implementar as diretrizes aqui apresentadas, ainda que em caráter experimental, para buscar sua validação, servindo como exemplo ou referência para discussões do Fórum Nacional de Áreas Protegidas e melhoria das diretrizes aqui propostas.

3.2.B.r) Os temas elencados neste documento devem ser objeto de especial atenção por parte dos órgãos gestores de unidades de conservação e do Fórum Nacional de Áreas Protegidas. No que diz respeito aos conselhos de UCs, vale realçar a importância das seguintes recomendações oriundas da Oficina de Gestão Participativa do SNUC: capacitação dos membros dos conselhos de gestão; definição de estatuto e apoio à elaboração de regimento; viabilidade material (econômica); fluxo de informação relativo ao seu funcionamento, incluindo a comunicação entre os órgãos gestores e os representantes da sociedade, e entre estes últimos e os seus representados; aprofundamento do processo técnico-político de definição dos membros, entre outros. Deve, ainda, ser destacado que vários dos atores sociais envolvidos questionaram o fato da obrigatoriedade da presidência dos conselhos estar a cargo do órgão gestor, em especial no caso das unidades de uso sustentável, e chamaram a atenção para a necessidade de se discutir sobre as prerrogativas deliberativas ou consultivas desses colegiados para as diversas categorias. Sobre este ponto foi lembrado que o caráter deliberativo dos conselhos tem sido apontado como um dos motivos para que a sociedade participe efetivamente dos assuntos referentes às UCs, o que não representa nenhum problema quanto a legalidade, já que está previsto no Decreto nº 4.340/2002, em seu artigo 46, que "cada categoria de unidade de conservação integrante do SNUC será objeto de regulamentação específica".

4 - Bibliografia consultada

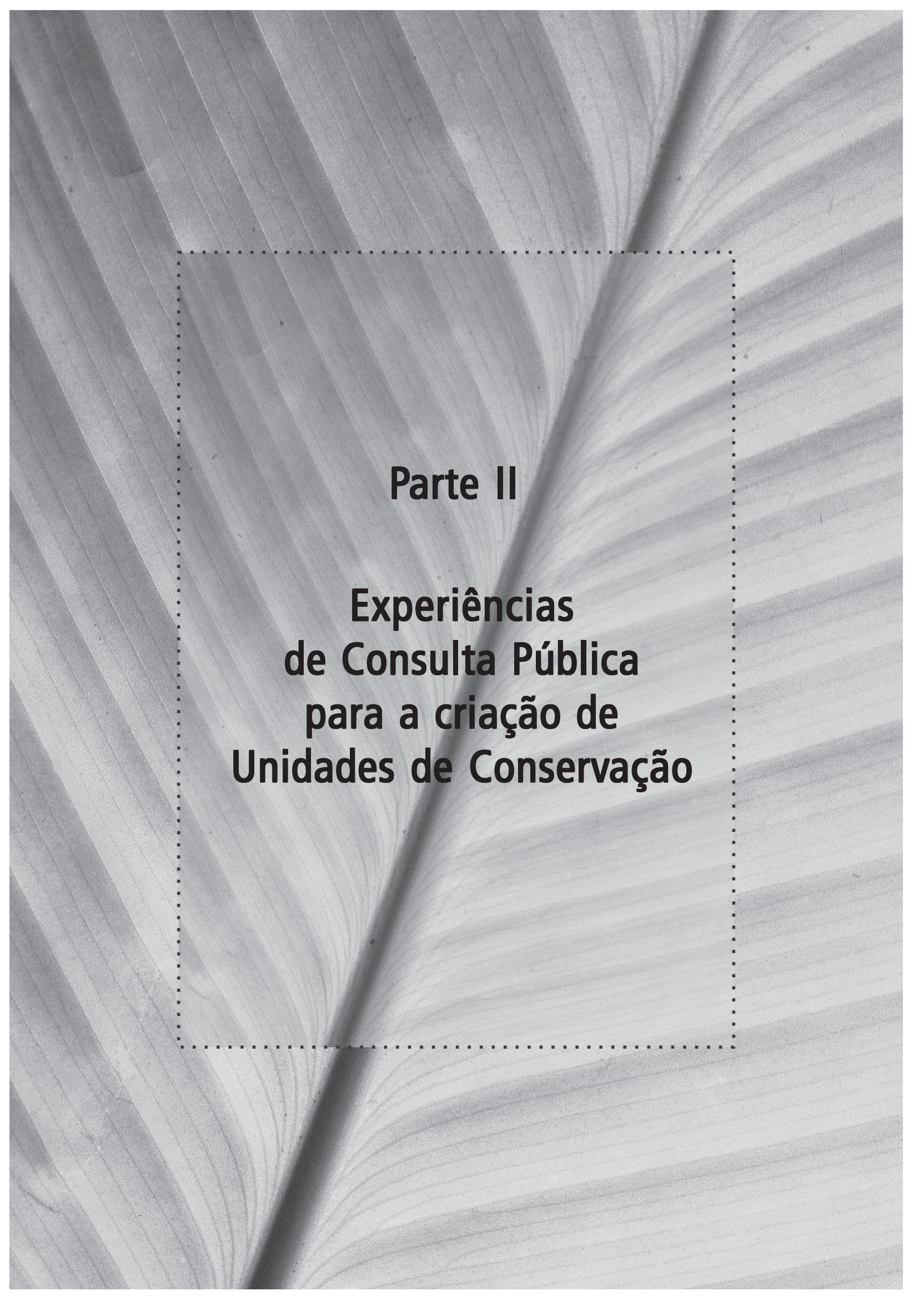
Castelo Branco, M.T. – Representações Sociais das Unidades de Conservação pelos Delegados da I Conferência Nacional do Meio Ambiente. 2004, Curitiba / PR.

I Conferência Nacional do Meio Ambiente – Propostas para a Política Ambiental do Brasil. 2003, Brasília / DF.

IBAMA/DIREC - CGEUC – Orientações Básicas para a Formação dos Conselhos de Unidades de Conservação. 2002, Brasília / DF.



- IBAMA/DIGET - CGEAM - Gestão com a Sociedade – Diretrizes básicas para a Operacionalização da Gestão Participativa em Unidades de Conservação. 2001, Brasília / DF.
- IBAMA/DIREF - CGFLO - Diretrizes para a Realização de Consulta Pública Destinada à Criação de Florestas Nacionais / A Criação e o Funcionamento de Conselhos de Florestas Nacionais. 2004, Brasília / DF.
- IBAMA/DIREC & PNUD – Relatório de Consultoria do Projeto PNUD BRA 00/009: Avaliação e Proposição de Melhorias nas Atividades de Gestão em Unidades de Conservação com Ênfase nas Questões Sociais. Tomo I: PARNAS de Aparados da Serra (RS) / Serra Geral (RS / SC) e ESEC Carijós (SC). 2004, Brasília / DF.
- IBAMA/DIREC & PNUD – Relatório de Consultoria do Projeto PNUD BRA 00/009: Avaliação e Proposição de Melhorias nas Atividades de Gestão em Unidades de Conservação com Ênfase nas Questões Sociais. Tomo II: PARNA de Abrolhos (BA) e APA de Cananéia / Iguape / Peruíbe (SP). 2004, Brasília/DF.
- IBAMA/DIREC & PNUD – Relatório de Consultoria do Projeto PNUD BRA 00/009: Avaliação e Proposição de Melhorias nas Atividades de Gestão em Unidades de Conservação com Ênfase nas Questões Sociais. Tomo III: PARNA da Restinga de Jurubatiba (RJ) e REBIO União (RJ). 2004, Brasília/DF.
- IBAMA/DIREC & PNUD – Relatório de Consultoria do Projeto PNUD BRA 00/009: Avaliação e Proposição de Melhorias nas Atividades de Gestão em Unidades de Conservação com Ênfase nas Questões Sociais. Tomo IV: REBIO do Tinguá (RJ) e PARNA Chapada Diamantina (no prelo). 2004, Brasília/DF.
- Institute On Governance – Princípios de Governabilidade para las Áreas Protegidas en el Siglo XXI. 2003, Ontario/Canadá.
- Ministério do Meio Ambiente (MMA) – Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – Lei nº 9.985 de julho de 2000 e Decreto nº 4.340 de agosto de 2002. 2002, Brasília /DF.
- Ministério do Meio Ambiente (MMA) – Proposta para uma Política Nacional de Áreas Protegidas. 2004, Brasília/DF.
- Ministério do Meio Ambiente (MMA) – Relatório e Transcrição das Apresentações e Debates da Oficina de Gestão Participativa do SNUC (no prelo). 2004, Brasília/DF.
- UNEP – Relatório da Conferência das Partes da Convenção sobre Diversidade Biológica. Sétima Reunião. 2004, Kuala Lumpur/Malásia.



Parte II

**Experiências
de Consulta Pública
para a criação de
Unidades de Conservação**

ENTREVISTA COM ADRIANO ALVES DE SOUZA FÓRUM DLIS DE RORAINÓPOLIS, RR

Representante do Fórum de DLIS (Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável) de Rorainópolis, colegiado formado por entidades sociais e públicas do Município, e da Agência de Desenvolvimento Sustentável de Rorainópolis (ADELIS), e qualificado como OSCIP – do Ministério da Justiça.

Entrevistadora - *Qual unidade existe em Rorainópolis?*

Adriano - Estamos em um processo em fase final de conclusão da Floresta Nacional do Anauá, com 260 mil hectares.

Entrevistadora: *Quais são os grupos que fazem parte da criação dessa unidade?*

Adriano - O Fórum de DLIS é formado por vários grupos: o econômico, compreendendo a Associação Comercial e Industrial de Rorainópolis e a Associação das Madeiras de Rorainópolis; os sociais e rurais, que são as Associações Rurais, Associações dos Produtores Rurais e Cooperativas Extrativistas; na área Educacional, as Associações de Pais e Mestres; na área ambiental, órgãos da Prefeitura participam também do processo de discussão. Ainda participam Sindicatos dos Trabalhadores Rurais, o Órgão de Extensão Rural e Assistência Técnica do Estado e o SEBRAE, que faz parte do sistema e é muito atuante. Temos grupos de todos os segmentos da sociedade nesse processo.

Entrevistadora - *E existe Associação Comunitária?*

Adriano - Lá, a Associação Comunitária é mais voltada para o setor rural, e nós chamamos de Associação dos Produtores Rurais da Vicinal. Temos 30 associações no Município. De bairro, ainda não temos.

Entrevistadora - *A motivação para criar uma Área Protegida, uma Unidade, partiu da comunidade? Por que e qual foi o foco?*

Adriano - O foco principal surgiu em 1990, até antes. A sociedade vivia desorganizada, não se unia para resolver os problemas comuns; então foi implantado um programa muito interessante, isso no Brasil inteiro, em 5 municípios de cada Estado, o Programa Comunidade Ativa. A estratégia era promover o desenvolvimento local, integrado e sustentável, das comunidades mais carentes do Brasil, o que foi implantado pelo programa Comunidade Solidária, cuja função é organizar a comunidade dentro de um fórum, dentro de um colegiado aberto, que não tenha personalidade jurídica, mas que componha toda a massa da sociedade por meio de representações. Isso para quê? Para fazer um diagnóstico do Município, ver realmente o que está faltando e o que temos, levantar as potencialidades, em cima disso elaborar um plano de desenvolvimento, e fazer uma agenda de desenvolvimento que será executada pela sociedade e parceiros. Em nosso diagnóstico, conseguimos, junto com a comunidade, identificar o potencial florestal que até então estava ali intacto, sem uso. A sociedade não poderia usar e transportar por ser ilegal, e isso foi colocado como



potencialidade prioritária. Com base nessa potencialidade, partiu-se para o plano de criar uma unidade, ou melhor, uma área da União para uso múltiplo. Essa foi a idéia inicial, porque nós também não conhecíamos o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) nessa época. Então, foi criada uma área de 150 mil hectares da floresta, da União, para uso múltiplo, em todas as áreas: frutas, madeira, turismo, plantas medicinais, ornamentais, enfim, tudo. Baseados nisso, procuramos os órgãos competentes, o IBAMA, para aprofundamento no assunto e para apresentar a demanda da agenda. Tudo se iniciou nesse pontapé; foi a sociedade mesma que demandou, baseada nesse diagnóstico.

Entrevistadora - *Então, antes desse diagnóstico a cidade não tinha muita sobrevivência, subsistência?*

Adriano - Até 1999, quando fizemos o levantamento, lá só existia o setor madeireiro, com 15 madeireiras de pequeno porte instaladas há 15 anos no Município, as quais estavam sobrevivendo de duas formas: algumas extraíndo madeira ilegal e outras extraíndo madeira de 3 hectares por ano, porque o IBAMA autoriza os pequenos produtores rurais. O setor madeireiro era o único setor privado que estava gerando emprego para o Município, por isso a preocupação principal era a parte social, a geração de emprego. Só que, a partir de 97/98, a legislação ambiental começou a se aperfeiçoar, e o IBAMA começou também a fiscalizar mais, a coibir e cobrar das madeireiras o reflorestamento, a trabalharem de forma legal. Ficou inviável para as empresas trabalharem, porque na mesma época o IBAMA, o Ministério do Meio Ambiente, reduziu a área de desmatamento de 50% para 20%. Então, baseado nisso e pela representação das empresas em participar do fórum, aconteceu a criação dessa Unidade de Conservação, também para beneficiar o setor que gera emprego lá no Município.

Entrevistadora - *Havia a preocupação da comunidade em preservar a floresta; eles viam essa preservação da biodiversidade, de se criar uma FLONA?*

Adriano - Antes do levantamento dessa demanda e identificação dessa potencialidade, não, porque a comunidade foi acostumada a receber tudo de graça dos governos assistencialistas, paternalistas. Eles ficaram muito tempo nisso e não estavam preocupados com essas questões de preservação ambiental. Houve muito desmatamento, ultrapassaram reservas. Essa preocupação só começou de três anos para cá, com uma conscientização maior, até por nós mesmos da comunidade repassando isso, e o próprio IBAMA, que se aproximou mais da comunidade.

Entrevistadora - *E a definição da FLONA foi feita junto com o IBAMA?*

Adriano - Sim, junto com o IBAMA. Um ano antes da realização da consulta, em 2003, nós tivemos acesso ao SNUC. A comunidade teve o Fórum de DLIS, e discutimos o SNUC durante um ano, vendo qual era a melhor modalidade, conversando com as entidades que compunham o Fórum e, quando chegou a consulta, em maio de 2003, a sociedade, mobilizada, já tinha mais ou menos uma visão geral do que queria. Mesmo assim, na realização da consulta, nós requeremos ao órgão do IBAMA que ele apresentasse todas as modalidades, explicando as vantagens e desvantagens



de cada uma, e realmente se consolidou na Floresta Nacional Anauá, que foi assim denominada porque ela margeia o Rio Anauá.

Entrevistadora - *E quantas pessoas tem a comunidade?*

Adriano - Lá na comunidade há 23.000 habitantes.

Entrevistadora - *Dessas entidades e órgãos, quais são a favor e quais são contra a FLONA?*

Adriano - De todas as entidades, a única contra foi a Igreja Católica; não a Igreja, mas o padre da Igreja.

Entrevistadora - *E ele disse por que era contra?*

Adriano - Em Roraima o sistema é diferenciado. Lá, a Igreja prioriza a expansão das áreas indígenas; quando se trata de outro tipo de reserva, de outro tipo de unidade de conservação, a Igreja é contra porque não está contemplando o índio. Criando uma área de conservação, fica completamente impossível criar uma área indígena naquele local. Então a Igreja Católica, por meio do Conselho Indigenista Missionário, foi a única instituição contra, que não participou da consulta em si.

Entrevistadora - *Que instrumentos vocês utilizaram para mapear e identificar os segmentos da sociedade que deveriam fazer parte desse trabalho?*

Adriano - Foi utilizado o instrumento democrático. Além das 33 instituições que participam do Fórum, que representam praticamente 95% das entidades do Município, os outros 5% que foram convidados para participar da Consulta Pública, por meio de edital protocolado e reuniões prévias. Porém, o mais importante foi o Edital de Convocação.

Entrevistadora - *Houve algum outro tipo de divulgação?*

Adriano - Não, não temos rádio comunitária. Usamos alto-falante, além desses convites escritos e entregues pessoalmente. Foi também divulgado nos órgãos públicos, no setor comercial, nos murais; então os instrumentos básicos foram esses aí.

Entrevistadora - *Como vocês avaliam a participação dos órgãos públicos, de políticos e entidades na criação da floresta?*

Adriano - O único órgão público que não participou das duas consultas e de duas florestas diferentes (estamos priorizando a Anauá, por estar mais avançada) foi a Prefeitura Municipal, não por ter um posicionamento favorável ou contrário, o que acontece é que a gestora local nos trata como concorrentes em ações e em uma série de coisas. Foram favoráveis a Comarca, através da Promotoria, a maioria da Câmara Municipal, o INCRA, o Sistema S, a Fundação Nacional de Saúde, enfim, todas as instituições; só a Prefeitura Municipal não deu um posicionamento. O Governo do Estado esteve presente por meio das Secretarias do Meio Ambiente e da Agricultura, que participaram das discussões, foram ouvidas e, inclusive,



compunham o Fórum de DLIS. Após a Consulta Pública, quando foi concluído o processo, o Ministério do Meio Ambiente condicionou a homologação a um parecer ou uma anuência do Governo do Estado. O Governo do Estado não deu seu posicionamento imediato, ele repassou o pedido para as Secretarias darem seus pareceres; e aí houve um impasse, porque parte da estrutura do Estado era favorável, e parte era contrária. Eles se mostraram contrários porque, como o Estado não tem nenhum palmo de terra, toda terra é da União, eles usaram a Floresta Nacional como argumento e pretexto para pressionar o Governo Federal a agilizar o processo fundiário do Estado.

Entrevistadora - *Quantas pessoas participam da entidade de que você faz parte e qual é a sua função nela?*

Adriano - São 40 pessoas e eu sou o Coordenador.

Entrevistadora - *As pessoas são todas atuantes? Quando você precisa se ausentar tem um substituto para desempenhar sua função?*

Adriano - Nós temos 14 Fóruns de DLIS no Estado de Roraima, mas o mais atuante é o de Rorainópolis. Isso porque, no primeiro ano de implantação, o Governo Federal dava suporte de capacitação, não financeiro, mas dava acompanhamento, motivação e uma série de coisas. Então, no primeiro ano já começamos a andar com as próprias pernas, a ser mais independentes, e hoje somos 100% independentes. Das 40 pessoas que compõem o Fórum de DLIS, cerca de 40% participam dos eventos e das reuniões; os restantes 60% participam ativamente, constantemente. O primeiro grupo é composto por servidores públicos, proprietários rurais que moram nas vicinais, com distância longa, então costumamos preservar essas pessoas para favorecer a participação deles nos eventos mais importantes. Temos no grupo umas 25 pessoas que participam constantemente, dividem tarefas, fazem as viagens, participam de seminários fora. Quando saio, há várias pessoas que podem assumir as responsabilidades.

Entrevistadora - *Como o representante passa para a comunidade as atuações, as decisões, da entidade, dos processos?*

Adriano - Eles falam de uma forma bem simples. Muitas vezes, após a consulta, fazemos várias reuniões nas comunidades rurais do entorno da floresta para esclarecer com mais detalhes, porque geralmente os presidentes de associações são pessoas com nível cultural baixo, semi-alfabetizadas, e não têm condições de passar na íntegra o que é uma Unidade de Conservação. Por isso, há necessidade de irmos juntos, até com o pessoal do IBAMA, fazer esses encontros nas comunidades do entorno após a consulta.

Entrevistadora - *A população está bem informada do que se trata?*

Adriano - Sim, ela está bem informada. Foi feita uma consulta em 2003, já faz mais de um ano, e não existiu sequer uma resistência contra a floresta. Hoje as pessoas já têm consciência, os produtores falam: "Olha, aqui nós não podemos avançar muito porque vai chegar na FLONA". "Não podemos fazer essa picada aqui". Hoje já existe a consciência de que não se



pode ultrapassar dali, porque já é o limite da floresta.

Entrevistadora - *E eles sabem do processo, participam do que está sendo feito na região deles?*

Adriano - Sim, participam, porque eles têm a consciência, até pela explicação que houve nas consultas e reuniões de que, sendo criada essa floresta, eles poderão de forma legalizada utilizar o potencial e a riqueza que tem ali, mediante treinamentos, capacitação e tudo mais. Lá temos um potencial muito grande: 60% da floresta não é mata densa, é pântano. Esse pântano serve para o turismo ecológico, pesca esportiva, enfim, uma série de atividades relacionadas ao turismo. A parte mais alta da floresta, que serve para o manejo da madeira e de outras culturas, eles vão utilizar para cultivar plantas medicinais. Eles têm essa consciência de extrair as plantas medicinais, ornamentais. Temos mais de 80 espécies de orquídeas e bromélias, artesanato local típico feito da floresta, a madeira, as frutas nativas, principalmente o buriti e o açaí. Eles têm essa consciência de que vão poder utilizar isso de forma sustentável para sobreviver.

Entrevistadora - *Adriano, o que você está achando deste evento?*

Adriano - O evento está superando as expectativas. Pelas outras experiências que existem, nós vemos que estamos no caminho certo, e também estamos servindo de experiência para os demais. Isso é importante: as pessoas nos estão procurando para pegar nossa apresentação e pegando mais informações informais até no café-da-manhã. Vamos levar uma lição muito importante daqui, até para agilizar mais o processo de homologação. Já conseguimos identificar alguma coisa para poder argumentar melhor perante o Governo do Estado e parlamentares, sobre a verdadeira importância dessa Floresta Nacional. Temos mais a apresentar no evento, que não está no foco principal, que é a Lei das Concessões em tramitação no Ministério do Meio Ambiente. Temos proposta para isso: que a lei priorize com exclusividade a sociedade e também a iniciativa privada do local, como lá da localidade, instalada há 10 ou 15 anos, e que é quem vai deixar o dinheiro no Município. Se for fazer uma concorrência pública aberta para o Brasil inteiro, chegam as grandes empresas, ganham a concorrência, porque têm dinheiro para a licitação, o processo de concorrência pública. E aí removem todos os recursos, exportam todo o produto e deixam a sociedade chupando o dedo. Então o nosso serviço não serviu para nada. A única coisa é que vai gerar alguns empregos, porque a parte mais técnica eles vão trazer de fora, e vão deixar a parte mais braçal para a comunidade local, e não é isso que queremos. Queremos que toda a capacidade de mão-de-obra seja de lá, tanto da parte mais técnica como da mais braçal. Esse é o objetivo que vamos apresentar e temos proposta para isso.



CONSULTA PÚBLICA PARA A AMPLIAÇÃO DO PARQUE NACIONAL GRANDE SERTÃO VEREDAS

No processo de ampliação do Parque Nacional Grande Sertão Veredas, foram identificados os municípios abrangidos pela área delimitada para a ampliação, visando à realização das consultas públicas. Assim, foram realizadas duas consultas: uma no município de Cocos/BA e outra no município de Formoso/MG.

Anteriormente às consultas, foi estabelecido contato com o Ministério do Meio Ambiente, prefeituras, vereadores, organizações não-governamentais que trabalhavam na região, associação de trabalhadores rurais, sindicatos, representantes regionais do IBAMA e da Pastoral da Terra.

As reuniões, que foram realizadas nas câmaras municipais com a finalidade de expor a proposta de ampliação do Parque Nacional Grande Sertão Veredas e informar, esclarecer dúvidas e registrar as sugestões com relação aos novos limites propostos, contaram com a presença de mais de 150 pessoas.

As reuniões foram abertas pelo representante das Prefeituras e contaram com a presença do Diretor de Áreas Protegidas do Ministério do Meio Ambiente, Sr. Maurício Mercadante; do Prefeito do Município de Formoso, Sr. Orlando José da Silva; dos representantes do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, Sr. Sérgio Brant Rocha, Sr. Reuber Brandão e Sr. Bernardo Brito; do Diretor Geral da Fundação Pró-natureza, FUNATURA, Sr. Cesar Victor do Espírito Santo; do proprietário da Fazenda Trijunção, Sr. Theodoro Machado; da representante da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA, - Sra. Semiramis Pedrosa; do Presidente dos Trabalhadores Rurais de Formoso, Sr. Ari Francisco dos Reis; do Vice-prefeito e Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Sr. Zenir João Pascoal; do representante do Comércio de Formoso, Sr. Severino José Botega; do representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do município de Chapada Gaúcha, Sr. José Adilson de Oliveira; do representante da Associação Rural Sertão Veredas, Sr. Pedro Barbosa das Neves; do Secretário de Saúde de Formoso, Sr. Éder Lúcio Carneiro; do representante do IBAMA da Chapada Gaúcha, Sr. Fábio Lourenço; dos representantes da FUNATURA da Chapada Gaúcha, Sr. Wilson Miguel, Sr. Marcio Chaves e Sr. José Elias Pereira; do Secretário de Agricultura do município de Cocos, Sr. Raimundo Ari; do Vereador do município de Cocos, Sr. José Rodrigues Montalvão; do representante da Fundação para o Desenvolvimento Integrado do São Francisco - FUNDIFRAN, Sr. Edison Ribeiro dos Santos; da representante da Pastoral da Terra do município de Cocos, Irmã Célia; da representante da Pastoral da Terra do município de Jaborandi, Irmã Dolores e dos demais participantes ali presentes.

O representante do IBAMA, Sr. Sérgio Brant Rocha, expôs os motivos da reunião, ressaltando a importância da participação da comunidade nesta etapa do processo de ampliação do Parque Nacional Grande Sertão Veredas.

Após estes pronunciamentos, foi exibida uma fita de vídeo, com o documentário *A Morte dos Rios*, produzido pelo programa Globo Rural.

Depois do vídeo, o Dr. Reuber Brandão, representante do IBAMA, fez



uma palestra sobre a proposta de ampliação, enfocando a necessidade de se preservar as nascentes dos rios da região. Nesta apresentação foram exibidos os limites da proposta, suas características biológicas relevantes e as vantagens e benefícios que um parque nacional pode proporcionar ao município e ao entorno da unidade de conservação.

Com a conclusão da exposição da proposta, foi aberta a plenária para o pronunciamento do público presente.

Após a apresentação, o prefeito de Formoso manifestou seu apoio à ampliação e ressaltou o problema dos posseiros no interior do Parque Nacional Grande Sertão Veredas. O representante da FUNATURA externou o seu apoio à proposta apresentada, ressaltando a importância do município de Formoso como uma porta de entrada para o Parque Nacional. Após a exposição da FUNATURA, o Sr. João Batista, proprietário de terra, pediu a palavra e manifestou a falta de apoio ao assentamento dos posseiros re-aloçados do Parque Nacional. Em seguida, o Sr. Theodoro ressaltou a importância da preservação das nascentes dos rios não só do oeste baiano, como também dos rios do noroeste do estado de Minas Gerais. Após a exposição do Sr. Theodoro, a representante da EMBRAPA ressaltou a importância econômica das espécies nativas do cerrado e da produção agrícola consciente, reconhecendo as fragilidades do cerrado e de suas nascentes, ressaltando a presença de integrantes dos assentados nos cursos de capacitação da EMBRAPA. Em seguida, o Sr. Sérgio Brant Rocha falou sobre o processo de regularização fundiária praticado pelo IBAMA nas unidades de conservação e sobre a parceria do IBAMA com o INCRA nos programas de assentamento dos posseiros. O Sr. Joaquim, proprietário de terra, afirmou que a ampliação do parque é louvável, que está protegendo importantes nascentes da região, mas que é necessário resolver os problemas do parque atual para depois ampliá-lo. O Sr. Sérgio Brant pediu novamente a palavra para expor a necessidade de unidades de conservação para proteção de características naturais nacionalmente relevantes e que funcionem como importantes ferramentas para o ordenamento da ocupação humana. Em seguida, o representante da FUNATURA pediu novamente a palavra para ressaltar a importância da participação da comunidade na consulta pública e na formação do conselho da unidade de conservação e para propor a inclusão das cabeceiras do Ribeirão Santa Rita e da reserva legal do assentamento nos limites da proposta. O Sr. Vladimir, proprietário de terra, declarou que é necessário primeiro resolver os problemas já existentes no Parque, para somente então pensar em ampliá-lo. O Sr. Theodoro pediu novamente a palavra para expor a importância do cerrado e dos estudos realizados na sua fazenda, demonstrando a importância biológica da região. O Sr. João Batista pediu novamente a palavra para falar sobre o transporte dos assentamentos, da falta de informação e de escolas. Neste sentido, a Sra. Andreлина pediu a palavra para expor que foram os assentados que em assembléia decidiram pelo transporte e que para ela era melhor e mais seguro a construção de uma escola no assentamento. O Prefeito pediu a palavra e informou que não seria viável a construção de escolas em todos os assentamentos e que a prefeitura já estava fornecendo transporte dos alunos para as escolas da sede do município. O Sr. Sérgio Brant perguntou se havia mais alguma dúvida ou sugestão com relação à ampliação do Parque Nacional Grande Sertão Veredas, e não havendo mais nenhuma foi encerrada a consulta pública.



No Município de Cocos/BA também foi feita uma apresentação da proposta e do vídeo. Na manifestação da plenária, inicialmente falou a representante da EMBRAPA, que ressaltou a importância econômica das espécies nativas do cerrado e da valorização do desenvolvimento sustentável e com respeito ao meio ambiente. Em seguida, o representante da FUNATURA pediu a palavra, e externou o seu apoio à proposta apresentada, enfatizando a importância de um parque nacional para o município, bem como a da participação da comunidade na consulta pública e na formação do conselho da unidade de conservação. Após a exposição da FUNATURA, o Sr. Theodoro pediu a palavra para manifestar o seu apoio à proposta e ressaltar a importância da preservação das nascentes dos rios do oeste baiano, os principais afluentes do médio Rio São Francisco. Dentro deste tema, o Sr. Sérgio Brant enfocou a problemática da ocupação desordenada e do descaso com a preservação ambiental. Após a explanação do Sr. Sérgio, o Sr. Vicente, morador local, perguntou qual a parcela do parque no município de Cocos. O Sr. Sérgio explicou que aproximadamente 100 mil hectares dos 130 mil da proposta de ampliação estavam dentro do município de Cocos. O Sr. Alan, morador local, perguntou se a ampliação do parque abrangeria terras devolutas e o que iria acontecer com as pessoas que moravam na área e que não possuíam título da terra. O Sr. Sérgio explicou que a área ampliada abrangia principalmente grandes fazendas e que seriam indenizados os proprietários que possuíam o título da terra, bem como as benfeitorias das fazendas, e que os eventuais posseiros seriam re-allocados em locais previamente acordados com os moradores. O Sr. Messias Bento perguntou dos benefícios para o entorno. O Sr. Sérgio esclareceu que o entorno será beneficiado através do turismo e da garantia da proteção dos mananciais de água da região. O representante do FUNDIFRAN perguntou se poderiam vir a existir pequenas centrais hidrelétricas no interior do parque. O Sr. Sérgio explicou que este tipo de empreendimento é incompatível com os objetivos de um parque nacional e que inclusive os empreendimentos localizados na zona de amortecimento do parque estão passíveis de licenciamento federal. O Pastor da Igreja Presbiteriana perguntou quem fazia a avaliação do preço das terras no interior do parque. O Sr. Sérgio explicou que quem faz a regularização fundiária dos parques é o IBAMA e que os valores das terras são estabelecidos de acordo com o preço praticado na região. O prefeito de Jaborandi pediu informações sobre o Refúgio de Vida Silvestre das Veredas do Oeste Baiano, e a representante do Conselho de Meio Ambiente de Jaborandi, Irmã Dolores, perguntou quais as ferramentas para a proteção dos rios. O Sr. Sérgio Brant respondeu às dúvidas supracitadas e perguntou se havia mais alguma dúvida ou sugestão com relação à ampliação do Parque Nacional Grande Sertão Veredas. Não havendo mais nenhuma, foi encerrada, às 13:00, a consulta pública.

Logística: As reuniões foram realizadas na Câmara de Vereadores, que apresentava sistema de som com alto-falantes e gravador. A apresentação contou com um projetor tipo “data show” e com um vídeo. Além disto, foram confeccionados três mapas grandes da proposta (tamanho A0). Estes mapas - colocados na entrada da Câmara, para que as pessoas pudessem visualizá-los e se familiarizar com a proposta - continham os limites da proposta, bem como os principais rios, vegetação, estradas e a imagem de satélite da área. Durante a apresentação, foram disponibilizadas para o público uma ficha de sugestões e a lista de presença.



ENTREVISTA COM CESAR VICTOR DO ESPÍRITO SANTO – FUNATURA

Entrevistadora - *Quais foram os grupos que fizeram parte do processo de ampliação do Parque Nacional Grande Sertão Veredas?*

Cesar - Bom, no processo de discussão sobre a ampliação do parque, estiveram envolvidos, em diferentes momentos, diversos grupos como a FUNATURA, que é uma Organização não-governamental com um trabalho de longa data na região. Sempre temos procurado discutir com as comunidades locais do entorno sobre tudo que envolve o parque, e no momento em que houve a proposta de ampliação, também começamos a discutir com moradores locais, prefeituras, sindicatos de trabalhadores rurais, nos municípios de Formoso e Chapada Gaúcha. No município de Cocos já foi uma história um pouco diferente. Lá, grupos do município, entidades de base organizadas já vinham de longa data preocupadas com a questão ambiental, em especial da água e do desmatamento para a produção do carvão, e esse grupo achou muito interessante a proposta de ampliação do parque, porque de certa forma protegeu as cabeceiras e as nascentes do rio que abastece a cidade de Cocos. Esses são os grupos de pessoas e entidades favoráveis à ampliação do parque. No grupo de fazendeiros, na área de ampliação do parque existem grandes fazendas e latifúndios, a maioria improdutivos, alguns deles foram contra e se mobilizaram para que o decreto de ampliação não fosse editado. Mas um importante grupo de fazendeiros, alguns poucos que têm área na região, foram a favor; isso também foi um contraponto nesse segmento. Foi uma luta difícil, porque são grupos que têm poder econômico e político na região, o que de certa forma colocou o Governo do Estado da Bahia contra a proposta de ampliação feita pelo Governo Federal. No momento em que se deram as audiências públicas na região, uma em Formoso e outra em Cocos, esses grupos começaram a se organizar melhor, o que retardou em um ano o decreto, com o risco de não sair pela pressão política.

Entrevistadora - *Os governos municipais estavam favoráveis?*

Cesar - O de Cocos e o da Chapada Gaúcha, sim. O de Formoso, onde se localiza a maior parte da área original do parque, questionou a ampliação, tendo em vista que essa área ainda não havia sido totalmente regularizada do ponto de vista fundiário. A preocupação deles era: “Por que vai ampliar o parque se nem a área original foi resolvida ainda?” Muitos proprietários de terras dentro da área original do parque pressionavam o prefeito, e o prefeito, por sua vez, ia atrás do IBAMA e das autoridades competentes; então a posição do prefeito foi muito em função da história e achava que seria importante que se resolvesse o problema fundiário de todos.

Entrevistadora - *E o Governo Estadual?*

Cesar - O de Minas Gerais a princípio esteve favorável, e de certa forma apoiou a iniciativa. O da Bahia foi contra pela pressão de alguns fazendeiros. Sua justificativa foi que, com a ampliação do parque, o Estado iria perder, uma vez que estavam previstos projetos agroindustriais que iriam levar desenvolvimento econômico à região.



Entrevistadora - *E associações, também participaram desse movimento de ampliação?*

Cesar - Tanto nas audiências públicas quanto posteriormente a elas. Tendo em vista que entendemos a consulta como um processo e não somente o momento da audiência, houve a participação de diversas associações de produtores rurais, principalmente do município de Cocos, e eu acho que esse grupo foi muito importante para respaldar um ato do Poder Executivo Federal, e também das ONGs que atuam no Cerrado, puxadas pela FUNATURA, que tem atuação lá e também faz parte da Rede Cerrado de ONGs. Mobilizamo-nos e nos manifestamos em várias oportunidades, seja em manifestos encaminhados ao Presidente da República, seja em posicionamento na imprensa.

Entrevistadora - *Essa ampliação partiu da comunidade; dos grupos que estavam ali?*

Cesar - Na verdade, foi uma conjugação de fatores. Desde 1998, a FUNATURA vem desenvolvendo estudos que embasaram o Plano de Manejo do Parque Nacional na sua área original. Fizemos vários levantamentos, tanto do ponto de vista ecológico como socioeconômico, histórico, cultural. Durante a elaboração do Plano de Manejo, definimos as áreas das Zonas de Amortecimento do Parque e Corredores Ecológicos. Quando fomos definir esses corredores ecológicos, detectamos que aquela região que fica no sudoeste da Bahia, que é a área de ampliação do parque, seria importante como corredor ecológico e zona de amortecimento; e ali nós incorporávamos microbacias que desaguavam no rio Carinhonha, um dos principais afluentes do rio São Francisco. Paralelamente a isso, um grande empreendedor da região, que tem reservas particulares do patrimônio natural na área que definimos como Corredor Ecológico da Trijunção, também estava preocupado com a possibilidade de haver alguma ligação entre o parque e as áreas dele das reservas, e que coincidiram com a proposta do nosso Corredor Ecológico, prevista no Plano de Manejo. Também as comunidades de base de Cocos, conforme foi apresentado pela Irmã Else, já de longa data estão preocupadas com a questão mais macro, em termos da proteção da natureza, dos mananciais e tudo. Quando ficaram sabendo da proposta, de pronto já vieram fazer um reconhecimento da área, e já se engajaram nesse processo, que redundou nesse apoio à ampliação do parque.

Entrevistadora - *Além da comunidade de Cocos, que teve um papel muito favorável, as outras comunidades estavam participativas?*

Cesar - A comunidade de Chapada Gaúcha pouco se envolveu, mesmo porque as áreas no Município são muito reduzidas, e em Formoso existiam algumas comunidades favoráveis, mas não tão engajadas. Um fazendeiro que tinha área numa posição central na área de ampliação do parque chegou a propor ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Formoso, que sempre luta por projetos de reforma agrária na região, doar parte da fazenda dele, algo em torno de 3.000 hectares, para o assentamento de 100 famílias. Num primeiro momento, o Sindicato entrou nessa história, e se isso viesse a acontecer estaria inviabilizando a ampliação do parque.



Foi mais uma cooptação de liderança; um fazendeiro poderoso cooptou um presidente de sindicato para tentar inviabilizar essa história, com o que não concordamos de jeito nenhum, e denunciamos isso.

Entrevistadora - *Nesse processo, vocês ouviram a sociedade, escutaram os grupos?*

Cesar – Ouvimos vários grupos, pessoas da região, fazendeiros, os favoráveis, os desfavoráveis. Não se tentou convencer, só se mostrou a importância, porque essas pessoas já têm uma idéia preconcebida, mas tentamos explicar e discutir. Houve maior discussão após a audiência, porque, entre a audiência e a edição do decreto, demorou um ano; então a mobilização após a audiência pública foi muito importante.

Entrevistadora - *Vocês se reuniram depois da audiência?*

Cesar - Não, depois da audiência houve ações e discussões sobre o caso mais focado com o pessoal de Cocos, que, por iniciativa própria, fez várias reuniões; mas também conversamos com alguns fazendeiros e associações favoráveis. Além disso, houve o movimento de discussão de outras organizações, que nem são locais, por exemplo, as ONGs na Conferência Nacional do Meio Ambiente. Estivemos lá com o nosso estande, mostrando o que era isso, e fizemos um abaixo-assinado com mais de 800 assinaturas.

Entrevistadora - *Quando da ampliação, vocês já conheciam os atores que estariam envolvidos, vocês fizeram uma prévia?*

Cesar - A condução da audiência e da consulta esteve mais a cargo do IBAMA. O IBAMA fez esse mapeamento dos atores, e para a audiência fez contatos com as Prefeituras e outras entidades locais. Na audiência, apresentaram os fatores que justificaram aquela proposta; no caso, a FUNATURA teve mais um papel de pressionar, entendendo a importância do parque, e até de fazer uma contraposição ao que estava sendo feito lá por alguns fazendeiros, porque estavam criando um fato para inviabilizar a ampliação. Nós tivemos um papel importante em mostrar o que estava acontecendo para a imprensa, para alertar as autoridades, e também fazendo e liderando manifestos.

Entrevistadora - *Quais estratégias de divulgação vocês usaram durante o processo?*

Cesar - Fizemos contatos via internet, grupos eletrônicos, grande imprensa, imprensa local da Bahia, televisão. A TV Cultura de São Paulo esteve lá ao longo do processo e fez uma matéria sobre o assunto, assim como a Rede Globo. Não usamos folhetos sobre a ampliação do parque em si, porque isso ficou mais a cargo da IBAMA; nós fizemos mais discussões e boca a boca.

Entrevistadora - *Qual é sua avaliação quanto aos órgãos públicos, políticos regionais locais?*

Cesar - Pudemos observar o seguinte: se tem algo que pode ir contra interesses, e se o grupo que se mostra interessado tem poder político, ele



consegue influenciar na conduta dos governantes. No caso da Bahia, acho que o Governo se posicionou de forma contrária olhando apenas um aspecto da questão, o econômico e desenvolvimentista, e mesmo assim com uma idéia equivocada, porque, para promover o desenvolvimento sustentável da região, precisa considerar a questão ambiental. Eles consideraram para o desenvolvimento só a expansão da fronteira agrícola, a conversão do Cerrado em plantio de soja, café, etc. Verificamos que os políticos locais sentem muito na pele algumas iniciativas que vêm do Governo Federal, que cria situações que acabam trazendo problemas, como é o caso de as unidades de conservação não terem a sua situação fundiária regularizada. Isso causa certa dificuldade de trabalhar na região, porque é fácil decretar um parque, mas colocar um parque para cumprir seus objetivos, ser regularizado, as pessoas serem indenizadas, é outra história, e isso é muito lento. Hoje, um dos principais problemas de gestão de unidade de conservação é justamente a questão da regularização fundiária. No nível federal, nós pudemos observar o seguinte: existe um grupo favorável, principalmente do Ministério do Meio Ambiente. A proposta parte do Ministério para a Casa Civil; esta, por sua vez, age de forma a não entrar em conflito com possíveis aliados. Então, como se trata de um Governo que tem ampla base de apoio e posições claramente diferentes em vários assuntos, a questão do meio ambiente muitas vezes é confrontada dentro do próprio Governo Federal, com gente que vai contra o que prega o Ministério. E aí a Casa Civil, que é responsável pela questão da condução das políticas, das votações no Congresso Nacional, fica sempre com muitos cuidados, querendo agradar a todos, e acaba por não tomar posições que deveriam ser tomadas. Então, ali se trata de uma relação de forças com interesses díspares; mas em determinado momento o Ministério do Meio Ambiente se posicionou de forma clara e forte, e acabou fazendo prevalecer a sua decisão, o que achei muito importante.

Entrevistadora - *Agora que já houve a ampliação, o decreto já foi assinado, o que acontece no processo?*

Cesar - Bem, agora é uma nova fase. Já estamos iniciando o trabalho, temos uma parceria com o IBAMA de apoiar a implementação do parque, estamos fazendo um reconhecimento melhor da área com visitas às fazendas, às casas, aos moradores, estamos fazendo um plano emergencial de proteção da área. Também estamos divulgando, sempre que podemos, a proposta, o decreto que foi editado. Acabamos de produzir um mapa com os limites do parque e no verso a transcrição do decreto, para ser distribuído amplamente na região, para facilitar ao público em geral saber os limites da área e ajudá-los a lutar pelos seus direitos, porque entendemos que quem foi afetado tem que ser ressarcido de forma justa.

Entrevistadora - *Você quer dizer quem saiu de lá e precisou ir para outro lugar?*

Cesar - Exatamente. No caso dos donos de terras, o Governo e o Poder Público têm que indenizar as propriedades; no caso de posseiros, indenizar as benfeitorias e discutir com eles uma proposta de realocação. Esse é um processo longo, demorado, que depende de muita discussão, mas a idéia é trabalhar com eles e achar a melhor forma. Se eles quiserem realmente uma realocação, que ajudem a escolher uma outra área onde



possam tocar a sua vida com o menor impacto possível, tentando manter nas mesmas tradições, as formas de uso da terra.

Entrevistadora - *Como foi feita a delimitação do Parque?*

Cesar - A proposta de corredor ecológico pegava 80% da área ampliada; a definição dos limites ficou a cargo do IBAMA, nós fizemos algumas considerações aos limites, nós demos sugestões.

Entrevistadora - *A Igreja se posicionou a favor?*

Cesar - Lá existe a Pastoral da Terra, a Pastoral da Mulher, a da Juventude, e eles têm um trabalho grande com as associações comunitárias, produtores, trabalhadores rurais, com uma ação bastante interessante na região.

Entrevistadora - *Então seria como se ela fosse a liderança das comunidades?*

Cesar - Seria uma das líderes. Na verdade, cada associação tem o seu Presidente, mas a Igreja Católica, através das Pastorais e da Caritas Diocesana lá da região, apóia projetos, por exemplo, de captação de água de chuva, cisternas, projetos de agricultura. A Igreja tem dado apoio, não só nesse aspecto, como também na própria organização da comunidade; esse é um trabalho que fazem há anos.

Entrevistadora - *O que você está achando desta oficina, desta iniciativa?*

Cesar - Acho uma boa iniciativa, porque essa questão de Consulta Pública é algo que a lei do SNUC alerta para diferentes formas de ação. Mas a minha preocupação é não criar uma camisa-de-força, pois, dependendo da forma como se normatizam estas consultas, em vez de buscar o objetivo maior do SNUC, que é a preservação da natureza, pode-se criar dificuldades de estabelecimento de novas unidades de conservação. Esse deve ser um processo aberto, participativo, mas que tenha princípio, meio e fim, e não muito longo, porque os agentes destruidores do meio ambiente são muito rápidos, e temos que estar atentos a eles.



ENTREVISTA COM IRMÃ ELSE – COMUNIDADE DE COCOS, BA

Entrevistadora - *A senhora é de qual comunidade?*

Irmã Else - Sou da Comunidade de Cocos, um município de 10.045 km², e nós temos toda esta parte nos gerais, porque a metade do município são gerais. Temos muita gente morando nesses gerais, mas também há muita terra desocupada, que foi desmatada de 1983 para cá; as empresas desmatando para o plantio de eucalipto e pinho, mas não deu certo. Hoje há uma terra imensa devastada por causa do desmatamento, que levou ao descrédito em projetos e planos governamentais e estaduais, e agora nós estamos implantando essa organização das comunidades. Essas são comunidades que lutam muito, primeiro para sobreviver, e segundo por causa da destruição imensa das terras, principalmente, pelas queimadas e pelo trabalho que é feito, clandestinamente, pelas carvoeiras. Existem lugares que possuem mais de 70 fornos de onde saem 10 caminhões por semana, e isso para o povo sempre foi uma luta, uma reivindicação, mas não sabia onde reivindicar. Nas reuniões se falava sobre isso e eles esperavam que um dia chegasse algum jeito de preservar essas terras e as águas, porque o rio que abastece a cidade nasce praticamente no fundo do Município. Nosso trabalho sempre era preservar os três rios que nascem ali, porque sem eles ninguém vai sobreviver. Foram feitos vários trabalhos, conhecimentos da realidade e, de repente, soubemos que seria feito um estudo para criar um Parque Nacional. Para o nosso povo foi a solução para uma série de coisas. Começou, então, o trabalho, o conhecimento, panfletos, estudos, reuniões, e um dia houve a consulta pública. Hoje, na cidade, conhecemos só duas pessoas que são contra o Parque, e isso eles nunca manifestaram, eu só estou falando agora, que já se sabe que está aprovado. Mas o nosso trabalho é mais na organização das comunidades e na defesa do auto-sustento dos lavradores.

Entrevistadora - *A senhora está falando da ampliação do parque?*

Irmã Else - Sim, porque para nós não havia ainda Parque, porque é de Minas que ele é emendado ao Município com a Trijunção, onde se encontram os três Estados: Minas Gerais, Bahia e Goiás.

Entrevistadora - *Além da pastoral, que outros grupos estão envolvidos no processo?*

Irmã Else - Nós temos a Pastoral da Terra, que trabalha sempre qualquer conflito de terras. Temos uma equipe organizada que participa também das reuniões nacionais e diocesanas; o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, que está muito bem organizado, acompanha muito os lavradores; e há outros movimentos de mulheres. Também a Pastoral da Juventude tem um trabalho muito bonito; todos os domingos eles fazem um grande evento em uma das comunidades, e quando há qualquer assunto novo, como o Parque, em todas as comunidades eles fazem primeiro um estudo sobre a realidade e explicam o que significa e o seu valor.

Entrevistadora - *Então as comunidades estão bem engajadas e unidas?*



Irmã Else - Sim, nossas comunidades são bem engajadas e unidas; poderia ser melhor se o povo tivesse mais leitura e conhecimentos, porque nossas gerais são muito longe, e há muitas comunidades que não têm escola, não tem estrada. Atualmente temos mais conhecimento da realidade do que muitos vereadores, porque o nosso Município é muito extenso para viajarmos e conhecer as comunidades; para a última comunidade, viajamos 290 km, e dá mais ou menos 5 horas e meia de viagem.

Entrevistadora - *São quantas comunidades ao todo?*

Irmã Else - São 72, mas 68 é que estão bem organizadas. Agora estamos fazendo um trabalho de auto-sustentação para que as famílias permaneçam nas comunidades, não venham para as periferias das cidades.

Entrevistadora - *O principal objetivo para a criação da Unidade foi a preocupação da comunidade com a preservação ou com sua subsistência?*

Irmã Else - Eles estavam preocupados, primeiro, com as nascentes dos rios, porque sem os rios não teriam mais água; depois com essa devastação imensa. Faz uns 10 anos que estão desmatando, entrando, e vai tudo no fundo, e quando você vê, a coisa está queimada. Nós passamos lá uma vez por mês, mas as autoridades dos municípios não.

Entrevistadora - *Essa ampliação partiu da comunidade, ou de alguma entidade?*

Irmã Else - Ela partiu de uma pessoa que tem terras lá, e quando foi ampliado o Parque da Chapada Gaúcha, aquilo se espalhou e ficamos conhecendo que era para preservação. Começamos a conversar com o pessoal para saber se isso não era bom para o nosso lado, para preservar justamente aquelas terras onde nascem os três rios, e foi sendo estudado também pelo Ministério do Meio Ambiente, FUNATURA, e quando nos reunimos, eles já sabiam mais das terras lá do que nós.

Entrevistadora - *E como foi feita a demarcação?*

Irmã Else - Essas demarcações foram feitas pelo Secretário do Meio Ambiente, consultando os fazendeiros. Também vão ser indenizados aqueles cuja terra vai ser usada para o Parque. Quando viemos a Brasília numa caravana para as audiências, nós ouvimos o Ministério do Meio Ambiente dizer que o dinheiro já estava disponível para a indenização desses fazendeiros. Existem famílias que moram lá, agora precisa ver como vai ficar, porque algumas querem continuar para preservar o Parque, e outras, obviamente, vão receber o usufruto da terra para poder ficar.

Entrevistadora - *A senhora disse que há 2 pessoas contra. E entidade, há alguma?*

Irmã Else - Não é uma entidade em si, são pessoas isoladas que são contra; para mim, porque não participaram das consultas populares, das reuniões, das reflexões, dos debates; quando você não participa, não tem conhecimento.



Entrevistadora - *Então, existem vários segmentos da sociedade favoráveis.*

Irmã Else - Quando nós viemos a Brasília, trouxemos um documento com 23 assinaturas legítimas de pessoas que são de instituições, de movimentos pastorais e entidades do Município, Câmara de Vereadores, Prefeitura, Fórum, Secretaria da Educação. Para a questão da saúde, ninguém negou a assinatura, quando pedimos para levar a Brasília.

Entrevistadora - *E o que vocês fizeram antes das audiências públicas?*

Irmã Else - Foi feita a consulta pública. Mandamos trazer pessoas que conhecem outros parques, fizemos estudos, panfletos, e distribuímos, em todas as comunidades, cartilhas explicando o que era um parque e como deveria ser. Agora estamos preparando o Dia Nacional da Juventude, que vai ser nos dias 11 e 12 de setembro, porque o dia 11 de setembro é o Dia do Cerrado. Queremos fazer uma grande celebração da linha do Cerrado, com simbologias do Cerrado, e no outro dia será feito um estudo sobre as vantagens e desvantagens de um parque. No Cerrado existem centenas de remédios, de arvorezinhas e coisas que são remédios de medicina natural. Temos um trabalho de medicina alternativa nas comunidades e queremos preservar estas raízes, folhas e frutas e sementes que se encontram no cerrado, que são altamente indicados para as medicinas alternativas e naturais.

Entrevistadora - *E a comunidade participa ativamente desse trabalho?*

Irmã Else - Nós temos agentes da saúde alternativa em 40 comunidades, já temos lideranças preparadas.

Entrevistadora - *Antes da avaliação e da consulta pública, foram identificadas as pessoas que deveriam estar envolvidas no processo; vocês ouviram todo mundo?*

Irmã Else - Essa questão da divulgação para a consulta popular partiu mais da organização com a Secretária da Agricultura do Município; foi ela que fez os convites, nós só ajudamos na organização. Na nossa consulta, estiveram presentes 3 municípios vizinhos - Cocos, Jaborandi e Coribe - para ouvir o que o povo daqui tinha a dizer sobre o Parque.

Entrevistadora - *São quantos hectares?*

Irmã Else - *Parece que ao todo vão ser 180 mil hectares.*

Entrevistadora - *E como a senhora avalia a participação dos órgãos públicos, locais e regionais?*

Irmã Else - Avaliamos os órgãos públicos numa linha positiva, porque já havíamos nos reunido mais vezes, anos e anos, por causa das queimadas, excesso de terras que alguns fazendeiros queimam demais, e a destruição é grande por causa das frutas nativas e dos bichos e animaizinhos que morrem lá. Todo mundo apostou numa coisa dessas porque ao menos teríamos um lugar onde ninguém pudesse fazer isso. Então, a avaliação pública da sociedade, da Prefeitura, não houve nada contra, porque já era um desejo.



A gente queria fazer alguma coisa para a conservação das terras e das nascentes das águas e da biodiversidade, porque o Cerrado é riquíssimo nisso.

Entrevistadora - *Nessas comunidades, existem associações comunitárias e lideranças; a sociedade participa como um todo, ou são pequenos grupos que lideram?*

Irmã Else - Nós formamos um grupo que representa praticamente todos os movimentos de entidades do Município, e esse grupo foi conhecer, veio para Brasília, voltou a estudar com o IBAMA com outro aprofundamento, e sempre existem as reuniões, para saber quais passos podem ser dados. Agora viemos para cá, elaboramos as respostas às perguntas, todo mundo participou, e levaremos de volta o que permita aprofundar mais.

Entrevistadora - *As comunidades escutam os representantes de cada segmento?*

Irmã Else - Nós já conseguimos que as entidades e os movimentos mandassem aquelas pessoas que são bem aceitas pelo povo, e que têm acesso ao povo e à linguagem do povo; não são pessoas que não são aceitas ou enganam.

Entrevistadora - *O que a senhora está achando do evento?*

Irmã Else - Acho que é um trabalho muito rico, nós conhecemos a luta e a persistência das pessoas de todos os Estados para chegar ao que têm hoje. Uns já estão mais lá na frente, mais organizados, outros estão começando, outros estão querendo se organizar melhor. Acho que essa partilha das experiências faz a gente criar mais coragem e firmeza naquilo que estamos fazendo também.



EDUCAÇÃO AMBIENTAL COMO INSTRUMENTO DE CONSULTA PÚBLICA PARA CRIAÇÃO DE UC NA COMUNIDADE DO BATOQUE, LITORAL LESTE DO ESTADO DO CEARÁ

Francisco João Moreira Juvencio – NEA/CNPT – IBAMA/CE

Agueda Maria Garcia Coelho – NEA/CNPT – IBAMA/CE

José Maria Barbosa da Silva – NEA/IBAMA/CE

Maria Odete de Carvalho Martins – Comunidade da Resex do Batoque/CE

1 - Contextualização da Unidade de Conservação

1.1- Localização, situação geográfica e acesso

A Reserva Extrativista do Batoque localiza-se no Município de Aquiraz, no Ceará, ocupando 601 ha de faixa litorânea a nordeste da região metropolitana de Fortaleza. Apresenta como limites: ao norte: Oceano Atlântico; a oeste: Comunidade do Barro Preto; ao sul: Município de Pindoretama e a leste: Área de Proteção Ambiental do Balbino, no Município de Cascavel. O acesso à Comunidade do Batoque se dá através da rodovia estadual CE 040, com pavimentação asfáltica, até o Município de Pindoretama, a partir do qual se percorre 12 km em vicinal sem pavimentação.

1.2- Características Geo-ambientais

Trata-se de representativo trecho do litoral cearense, constituído por terraços holocênicos, dunas, lagoas costeiras, estuários, manguezais e aluviões, os quais foram submetidos ao longo do tempo a um intenso processo sedimentológico. A partir destes processos, estão relacionadas duas situações distintas: uma natural, que é o avanço da linha do mar e uma outra provocada pela ação antrópica, devido ao uso inadequado dos campos de dunas, favorecendo a remobilização de dunas já fixadas.

Já os recursos hídricos são constituídos por numerosos cursos de água, entre eles: riachos, lagoas e áreas de mangues, que apresentam características peculiares e se manifestam na constituição das planícies flúvio-marinhas da Boa Vista e Mariscos, nas quais encontra-se distribuída uma espessa vegetação de mangues.

1.3- Antecedentes e Cenário de Caracterização de Conflito Sócio-ambiental.

Coelho (1999) abordou o histórico desse trecho do litoral como: *“As áreas litorâneas do município de Aquiraz começaram a ser exploradas a partir do século XVII. O porto do Iguape desempenhou papel importante para fixação de colonos, em toda a região. Atraía as embarcações, dado a calmaria das águas de sua enseada e a grande disponibilidade de madeira para consertá-las”* (Silva, 1987).

Nesse contexto histórico, segundo Silva 1987, a ocupação do Batoque se deu no ano de 1860, através da família Vitorino, que chegou e se instalou, com o propósito de explorar a pesca, coletar a tabuba (*Thypha domingensis*) e desenvolver a pecuária extensiva. A partir deste marco, o



núcleo populacional foi se expandindo, resultando nas atuais gerações, que por direito já deveriam ter a posse definitiva da terra.

A população atual é constituída por 200 famílias e aproximadamente 800 pessoas, que vivem da pesca, agricultura e exploração de turismo. Em geral residem em casas de alvenaria, uma porção menor em casas de taipa e uma porção muito pequena em casas de palha. Dessas famílias, 40% não dispõem de nenhuma condição sanitária, porcentagem que corresponde, também, à das pessoas que não sabem ler nem escrever. Em geral, sempre moraram no Batoque (60%), e os demais, nas comunidades vizinhas, até por laços familiares (Coelho *et al.*, 1999)

Em termos de ocupação para o trabalho, a comunidade caracteriza-se por pescadores (19,30%), pescadores-agricultores (14,91%), agricultores (20,18%), tendo a categoria de autônomos chegado a 28,95%, os quais exercem atividades de carpinteiros, pedreiros, roladores de embarcações etc. Desempregados, são poucos, praticamente 6% (Coelho *et al.* 1999).

O produto do trabalho dos comunitários é utilizado para sustentação interna e comercialização com cidades vizinhas e com Fortaleza. A produção maior é de pescado, batata, feijão e extrativismo do coco, murici, caju, cajuí.

A capacidade de organização dos moradores do Batoque é manifestada pelo associativismo: 62% fazem parte da Associação dos Moradores do Batoque; 8,7%, da Colônia de Pescadores. Provavelmente devido à organização da comunidade, os mesmos detêm um controle sobre as formas de comercialização (40%). Apesar dessa organização, 6% da produção de pescado e 32% da produção agrícola têm o preço ainda estipulado por atravessadores.

Por estar inserida no litoral leste do estado, região na qual ocorreram os processos mais contundentes da ocupação do litoral cearense, a organização alcançada pela comunidade faz parte da luta pela terra e pela apropriação dos recursos ambientais, elementos que sustentam a comunidade.

As investidas especulativas são históricas, sempre com resultados grandiosos para os comunitários. Mas, devemos ressaltar que a capacidade de mobilização da comunidade no sistema democrático é que legitima sua luta, pondo as instâncias do Estado a favor da sociedade local.

A última luta destes comunitários se travou com o empreendimento turístico denominado Aquiraz Resort, representando um conglomerado internacional que, de início, tinha o Grupo Odebrecht como principal consorciado. Esse empreendimento iria ocupar aproximadamente 8 Km de praia, inclusive a da comunidade, o que implicaria sua retirada e realocação ou, até mesmo, dispersão.

1.4 - Relevância ecológica e sócio-ambiental

A organização comunitária e luta pela terra fazem com que seja ainda resguardado um patrimônio ambiental muito preservado. Em geral, os ecossistemas existentes são extremamente frágeis, abrigando espécies da



flora e da fauna muito dependentes destes, diferentemente de como o processo de ocupação do litoral manifestou-se em outras localidades: desmonte de dunas, manguezais, pesca predatória e principalmente na desagregação sócio-ambiental dos núcleos de pescadores.

A pesca é o principal meio de contato entre as comunidades locais e os ecossistemas marinho e lacustre. Já o extrativismo vegetal, este se realiza com maior intensidade nas áreas de dunas secundárias e nas margens da Lagoa do Batoque. A agricultura de vazante assume papel significativo com a produção de batata. No período de safra, esse produto disponibiliza uma renda média de R\$ 70,00 por família.

Por outro lado, a pesca marítima é muito dependente das regulações de uso dos mangues locais e regionais, tendo um significado ímpar, pois ainda é a típica pesca de hábitos e petrechos artesanais, atualmente não mais comum no litoral cearense. As pescarias da praia do Batoque chegam a 40,0 toneladas/ano e significa 11,04% da produção do município de Aquiraz (IBAMA, 1999).

A exploração dos recursos fornecidos pela Vegetação Subperennifolia de Dunas, é um complemento dos rendimentos econômicos da população local. Através da coleta dos frutos do cajueiro (*Anacardium occidentale*) e do murici (*Byrsonima sp.*), obtêm-se mais recursos financeiros com o extrativismo vegetal.

Outros frutos, de espécies diversas, como ameixa (*Ximenia americana*), puçá (*Mouriri guianensis*), guajiru (*Chrysobalanus icaco*) e jatobá (*Hymenea courbaril*), são coletados e utilizados na complementação alimentar e medicinal da população do Batoque.

Os espaços ocupados como área de diversão e turismo são principalmente a Faixa da Praia, o Mar Litorâneo, as Lagoas e o Manguezal. No entanto, as áreas utilizadas para a ocupação residencial são predominantemente a Zona de Pós-Praia e o Campo de Dunas.

Estes espaços são bastante disputados, atualmente, tanto por nativos, como por comunidades próximas e por especuladores de terra. Estes últimos, nunca desistem de investir contra a comunidade, devido às suas belezas panorâmicas e à proximidade de Fortaleza. As comunidades próximas, pela exploração do turismo e também da pesca, na maioria de forma prejudicial aos recursos e, antes de tudo, à comunidade, pois trata-se de pesca predatória.

A fauna piscícola, ao lado da produção de batata e da coleta de coco, é o recurso natural que maior importância adquire para a população local e aquela das localidades próximas. Deve ser dito, ainda, que a produção da pesca de mangue é aqui menos significativa que a da pesca marinha.

Um indicativo que reforça esta importância é o fato de aproximadamente 19,30% da população se dedicarem exclusivamente à captura de peixes, aliado a 14,91% que, além de agricultores, são também



pescadores, conforme dados levantados na Caracterização Sócio-Econômica da Comunidade. Alguns extraem moluscos e crustáceos para consumo próprio. Já a comunidade do Balbino, vizinha ao Batoque, comercializa, como produto alternativo, a picholeta (*Tagelus plebeius*), molusco extraído das águas que fazem a divisa das comunidades.

Além dos pescadores que atuam diretamente na captura de pescados, a pesca oportuniza trabalho e renda a diferentes segmentos da comunidade, tais como: construtores e reparadores de embarcações e aparelhos de pesca, rolares de jangadas, transportadores e comerciantes de pescado.

A frota pesqueira que atua na localidade do Batoque é toda ela artesanal, ou seja, movida a vela, e constituída de 2 (dois) tipos de embarcações: a jangada e o pacote.

De uma maneira geral, observa-se que todas as unidades de paisagem e ecossistemas da área em estudo estão inter-relacionadas, apresentando grande importância para o equilíbrio ecológico, a harmonia da paisagem e a sustentação das comunidades.

2 - Mobilização para construção da UC

A comunidade - movida pelo poder cognitivo ou por experiências conhecidas em outras comunidades e também pelo momento em que as articulações dos núcleos costeiros andavam um pouco abaladas - optou por um trabalho de organização e assessoramento com a co-participação do IBAMA.

Como o Núcleo de Educação – NEA/IBAMA já tinha iniciado um trabalho com essa comunidade, somando-se aos esforços do Centro de Defesa e promoção dos Direitos Humanos da Arquidiocese de Fortaleza - CDPDH, postulou-se ali uma aliança que propiciou uma mediação do conflito, o qual poderia ser apocalíptico para os comunitários do Batoque, caso não se obtivesse o êxito buscado.

A comunidade, organizada em defesa dos seus interesses, toma conhecimento de outros mecanismos de gestão comunitária de recursos ambientais, o que poderá garantir-lhe a posse da terra e a preservação dos ecossistemas nos quais está inserida. Estuda, com a assessoria do Centro de Defesa e Promoção dos Direitos Humanos, o instrumento de gestão ambiental – Reserva Extrativista, que nasceu por iniciativa dos seringueiros da Amazônia e de seu Líder Chico Mendes e foi posteriormente reconhecido pelo CNPT/IBAMA, tendo se expandido entre as comunidades tradicionais do restante do País. Vendo na Reserva Extrativista uma forma de manter a preservação e conservação do meio ambiente, a sustentabilidade social e a garantia de seu espaço territorial, os Batoqueiros manifestam formalmente ao IBAMA o seu interesse na criação da Reserva Extrativista do Batoque.

Posterior a isto, o grupo empresarial Odebrecht propõe a construção de um mega complexo hoteleiro – Aquiraz Resort –, no valor aproximado de U\$ 800 milhões (oitocentos milhões de dólares), com uma extensão de 8 km de praia, afetando profundamente a comunidade do Batoque, que



seria obrigada a se mudar do seu próprio espaço, quebrando toda a dinâmica histórico-social construída ao longo de mais de um século.

Instala-se mais um conflito sócio-ambiental pelo uso e apropriação do recurso natural. De um lado, a comunidade em defesa do meio ambiente como um bem de uso comum de geração a geração e, do outro, o grupo empresarial Odebrecht, pleiteando-o como bem de uso privado e mercadoria, segregado a grupos bem específicos.

No desenrolar dos acontecimentos, surgem diferentes atores sociais; o empreendimento promove audiência pública no COEMA (Conselho Estadual de Meio Ambiente), onde várias instâncias do Estado se fazem presentes e celebram o complexo como uma alternativa extremamente viável para consolidação da política de Turismo ora instituída pelo governo do Estado. Desconhecem o processo já desencadeado para a criação da reserva extrativista. Submetem o projeto à aprovação do COEMA que, por sua vez, através de alguns conselheiros (representante da Assembléia Legislativa do Ceará, representante do IBAMA/CE, representante da AGB/CE, representante do MPF) solicita vistas ao processo e pede a criação de uma Câmara Técnica para avaliar o empreendimento e seus impactos e subsidiar sua decisão de aprovação ou não, atitude que modifica significativamente o curso do processo.

A empresa abre canal direto de negociação com a Comunidade do Batoque e são realizadas inúmeras reuniões em território da própria comunidade. A partir daí, o Ministério Público Federal – MPF – atua como principal mediador no processo. Após idas e vindas, conflito de interesses, audiências sob a mediação do MPF e assessoria do CDPDH, NEA/CNPT/CE, chega-se a um denominador comum que beneficia as partes envolvidas. Firma-se um termo de ajustamento de conduta entre elas, garantindo a área de Reserva Extrativista e o espaço da comunidade, o empreendimento com as alterações devidas e referendadas pelo COEMA, oriundas da Câmara Técnica, condicionando a implantação do Resort e garantindo os direitos da Comunidade.

Esse é um momento histórico e um dos raros exemplos no estado do Ceará, em que uma comunidade litorânea enfrenta um embate com grupo econômico e sai fortalecida. Percebe-se que nesta correlação de forças, às vezes muito desigual, onde o próprio Estado, ao praticar a gestão ambiental, como afirma Quintas (1995), distribui os custos e benefícios de forma assimétrica na sociedade, foram fundamentais a capacidade de organização, a articulação e a história de luta dos Batoqueiros. Fatores que contribuíram intensamente para um desfecho satisfatório em defesa dos seus direitos e de um patrimônio sócio-ambiental de relevância sem igual para as presentes e futuras gerações. Todavia, ainda há muito que avançar. Com a consolidação da Reserva Extrativista, estarão contribuindo para “o ressurgimento do comum e que o reconhecimento social deste instrumento vem mostrar a importância de se repensar e se reconstruir as formas tradicionais de apropriação de espaços e recursos naturais renováveis na gestão ambiental, na proteção da biodiversidade e da diversidade sócio-cultural”, como afirma Diegues (1995).



2.1 - Mecanismos de mobilização e consulta pública

A mobilização das comunidades costeiras no tocante à questão ambiental tem, ao longo do tempo, avançado em relação ao destino e uso dos recursos naturais e sua apropriação, de maneira a garantir o acesso dos mesmos a todos como preceitua o Art. 225 da Constituição Federal "*Todos têm o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações*".

Neste contexto, os técnicos do Núcleo de Educação Ambiental do IBAMA são capacitados através do Curso de Introdução à Gestão Ambiental Participativa, trabalhado pela Coordenação Geral de Educação Ambiental-IBAMA, e produzem proposta de trabalho para o litoral, incorporando uma produção de monografia específica ao Batoque. Tal trabalho balizou a metodologia descrita a seguir, e que é base do presente texto.

Ao mesmo tempo em que se organizam, na cobrança do papel do Estado como tutor das garantias de uma qualidade ambiental para o povo brasileiro, estes técnicos procuram influir e interferir nos processos existentes, criando os seus instrumentos de acesso, principalmente quando o Estado se mostra incapaz de satisfazer suas necessidades emergentes. Assim, constituíram o fórum do litoral, o fórum dos pescadores, o comitê da pesca da lagosta e campanhas educativas e de caráter regulador ambiental, tais como SÓS Dunas e Falésias, Movimento Salve Rio Pacoti e Caravana da Lagosta, esta última já com a participação do IBAMA, das Prefeituras e de todas as comunidades pesqueiras.

Neste contexto de efervescência de organização das comunidades pesqueiras e costeiras, a comunidade do Batoque sempre foi e permanece como exemplo de luta para as demais.

O seu estágio de mobilização foi resultado da vivência contínua do sustento e do espaço para praticar a subsistência.

O uso futuro dos recursos e dos espaços certamente será bastante problemático. Alguns conflitos e problemas precisam ser resolvidos. O primeiro é o fato de na área da reserva existirem, além dos comunitários, alguns veranistas com pequenas propriedades construídas, outros com terras compradas por cartas de concessão em cartórios, algumas totalmente ilegais, outras legitimadas por administrações anteriores da associação dos moradores.

Portanto, o simples decreto de criação da reserva não oferece o sossego aos comunitários, pois breves negociações precisam ser efetuadas, de maneira a possibilitar um convívio entre os vários atores envolvidos. Mesmo essa opção da comunidade, foi de difícil negociação entre os empreendedores - pessoas que se dizem titulares da terra - e o próprio governo do estado, que não abriria mão de um empreendimento de 800 milhões de dólares a ser aplicado no prazo de 15 anos.



Dessa forma ocorreu uma série de desgastes que, apesar das conquistas da comunidade, criou algumas situações difíceis. Dentre estas, a negociação de delimitação do espaço para a reserva, que ficou abaixo das expectativas iniciais de todos os envolvidos.

Isso vai requerer da comunidade uma tranquilidade maior no planejamento para os usos diversos: moradia, agricultura, lazer, reserva florestal etc.

A luta comunitária do momento vai além da posse da terra. Busca um imaginário que resgata a construção das sociedades costeiras, os usos e as formas de apropriação coletiva dos recursos ambientais.

Uma questão a ser trabalhada é a do uso dos recursos naturais da reserva extrativista por populações do entorno. As comunidades vizinhas comumente utilizam estes recursos sem nenhum controle. Em relação à pesca praticada por estes visitantes, é preciso ser dito que, na lagoa do Batoque, ela é tida como uma prática nociva à comunidade, pois em geral trata-se de pesca predatória.

Outra situação é a criada por turistas de Fortaleza e de cidades próximas, que utilizam a praia a seu bel-prazer, sem controle de conservação, e que a partir do advento da reserva deverá ser monitorada.

A forma de organização buscada tornou a mobilizar alguns atores, muitos dos quais passaram a apresentar visibilidade por conta do empreendimento turístico proposto para a região.

A garantia de sustentabilidade comunitária passa pela retomada da capacidade de apropriação dos recursos, um pouco abalada devido à desgastante negociação para o advento da reserva extrativista.

Para alcançar esse objetivo, é necessário que os papéis dos vários atores sejam devidamente esclarecidos, possibilitando clareza de negociação para a comunidade, permitindo a sustentação das ações futuras a serem propostas pelos comunitários a fim de garantir a qualidade ambiental de todos.

As várias instituições envolvidas têm capacidade de interferências diferenciadas, o que aponta para a necessidade de qualificação dos comunitários no sentido de diferenciar os momentos de concretização de atividades que movam estas instituições para o fim comum.

Algumas ações precisam ser avaliadas com o governo do estado, em muitas instâncias, ressaltando-se turismo, meio-ambiente e ação social. Definir claramente o papel da Prefeitura de Aquiraz. Avaliar o perfil de propostas de outras entidades que procuram a comunidade para desenvolver trabalhos conjuntos (universidade, escolas técnicas, ONGs).

É significativa a decodificação de uso dos recursos na reserva, de maneira a mediar conflitos que certamente irão existir entre comunitários e veranistas, entre comunitários associados e os não associados, interesses mesmos de associados para uso dos recursos, mas não condizente com a legislação ambiental, tais como agricultura intensiva no campo de



dunas. Esse tipo de relação cultural já gerou conflitos internos e, agora, com a diminuição do espaço comunitário, o acirramento deve crescer.

3 - Descrição e afirmação do método

Um dos princípios básicos da educação ambiental é o respeito à diversidade cultural. É preciso que sejam buscados novos hábitos e habilidades, que possibilitem aos grupos ou indivíduos a manutenção de uma relação mais igualitária entre os mesmos e na apropriação dos recursos naturais.

Assim, os mecanismos de consulta tiveram, como objetivo geral, possibilitar a construção de um Plano de Gestão para a Reserva Extrativista do Batoque que garantisse sustentabilidade ambiental e melhoria da qualidade de vida a todos os moradores.

De forma mais específica sempre se buscou:

- Proporcionar elementos para mediação dos conflitos institucionais durante a implantação da unidade de conservação;
- Garantir um processo solidário para um imaginário comum na apropriação do espaço e dos recursos ambientais locais;
- Incentivar alternativas de uso dos recursos que mantenham as regulações ecológicas dos ecossistemas;
- Desenvolver atividades com os moradores, valorizando o papel de todos no resgate da identidade sócio-cultural das comunidades pesqueiras;
- Buscar alternativas de geração de renda e melhoria da qualidade ambiental;
- Intensificar o intercâmbio com as demais comunidades do litoral;
- Inserir os adolescentes nas diversas atividades comunitárias, como forma de valorizar o trabalho e a manutenção da identidade comunitária;
- Valorizar o imaginário, o conhecimento popular, as regulações ecológicas e regionais para a construção de uma proposta de educação no âmbito formal.

De forma a garantir estes objetivos, a proposta desenvolvida buscou o processo de construção, tendo como base a reflexão-ação-reflexão, valorizando com intensidade as manifestações populares como instrumentos de exercício da cidadania na apropriação e uso dos recursos (Garjardo, 1996).

Buscou-se assegurar a participação comunitária além das formas de envolvimento nos procedimentos do discurso, que por si só não é suficiente para assegurar a ausência de manipulações e de escamoteamentos das relações de poder subjacentes (Thiollén, 1998).

Neste entendimento, a participação comunitária se dá em todo o processo, desde interferir e construir, modificando, avaliando, respeitando os conhecimentos populares, incorporando o conhecimento científico como instrumentos de reavaliação de sustentação comunitária. Enfim, reavaliando e formulando novas relações de sociedade e de mundo.

Foram incorporadas neste contexto as afirmações de Silva (1995), segundo as quais essas relações ocorrem através de mediações de interesse e



de conflitos entre os atores sociais que agem no meio natural e construído. No Batoque, todo o trabalho e a luta comunitária estão alicerçados nestas relações. Oliveira (1996) sugere que uma proposta de educação deste porte deve garantir uma política de desenvolvimento e conservação dos recursos naturais e deve pautar-se pelo estabelecimento de uma nova ética, que exige novas reflexões e ações sobre a dignidade, contradições, as opressões e as desigualdades, onde a qualidade de vida seja elemento mediador na relação sociedade natureza.

Para Toro (s.n.t), mobilizar é um ato de liberdade e manifestação de um imaginário que vai além de juntar ou aglomerar pessoas ou grupos. Neste sentido, o trabalho deve sempre buscar a manutenção da identidade de grupo e horizontes comuns.

Para garantir esse fim, a concepção de mundo, as relações criadas na história da sociedade que geram desigualdades e exploração de homens e mulheres por outros, se buscou na percepção e avaliação da capacidade dos comunitários de melhor obter benefícios na apropriação e uso dos recursos e que devem ser sem dúvida objeto de programas de educação comunitária.

Afinal, as diversas pessoas envolvidas fazem parte de um mundo que gira e pulsa fortemente. Elas não vivem isoladas, interagem continuamente, trocando energia e conhecimento com tudo que as cerca.

A qualificação da comunidade nas formas de comercialização e o controle de intermediação da produção comunitária são recursos que devem ser buscados, de maneira a agregar renda e fomentar a organização coletiva.

Essa proposta contempla, ainda, o envolvimento dos jovens em todas as manifestações da comunidade, participando das comissões de trabalho e interagindo mais intensamente com a associação de moradores. Aos idosos, cabe também uma parcela significativa de contribuição neste trabalho, principalmente no levantamento de informações, hábitos, costumes e usos dos recursos naturais, alguns desconhecidos pelos mais jovens.

Para alcançar o êxito neste trabalho e fugir da espontaneidade comum em muitos trabalhos comunitários, foi montada uma agenda de trabalho visando à realização de reuniões, seminário, oficinas, depoimentos, troca de experiências com outras comunidades, participação de lideranças em cursos e seminários afins. A partir das necessidades levantadas e manifestadas no decorrer dos trabalhos, agregar-se-ão mais instituições e articulações interinstitucionais, que poderão dar sustentação econômica, possibilitando alcançar alguns anseios já manifestados, tais como: piscicultura, apicultura, eco-turismo, pesca esportiva, farmácia viva, exploração de frutas nativas para aproveitamento em doces e sucos.

3.1 - Operacionalização do método

Já foi dito anteriormente que a prática deste trabalho é de construção em processo. No entanto, esta prática exige o ordenamento e o



planejamento conjuntos com a associação de moradores e demais parceiros, de maneira a consolidar uma proposta segura e exeqüível. Esse trabalho exigiu a definição e a necessidade de visibilidade dos atores envolvidos e prováveis na capacidade de contribuição no processo. Assim, entendeu-se que essa definição exigia, no mínimo, o estabelecimento de dois momentos distintos.

O primeiro momento constou de uma reunião com todos os moradores e as parcerias mais próximas, de maneira a tornar clara, para todos, a atual situação fundiária e institucional em que estavam envolvidos. Discutiram-se as reais possibilidades de êxito e construção de um objetivo comum, apresentando-se a proposta da equipe de trabalho para elaboração de um plano de uso da reserva.

A seguir, realizou-se um seminário envolvendo todos os moradores, no qual foi efetuada uma avaliação sobre os pontos positivos e negativos de todo o trabalho já desenvolvido, desde a etapa de mobilização até o estágio trabalhado.

Foi re-elaborado todo o cenário, visando à sua contextualização nos aspectos sócio-ambientais e político. Foram redefinidos os atores sociais, suas relações e participação no processo. Foram formados os grupos de trabalhos: agricultura, pesca, saúde e saneamento, turismo, educação e desenvolvimento.

Após a formação de cada grupo, realizaram-se oficinas de trabalhos, com o objetivo de construir um detalhamento de uso e disciplinamento, investimentos necessários para garantir a sustentação sócio-ambiental local.

Apesar da formação dos grupos de trabalhos por temas, a participação é aberta a todos os moradores, já que as oficinas temáticas são realizadas em dias diferentes, o que garante - aos que acham que devem e podem contribuir no trabalho - o direito de participar em todas.

Após essa etapa, foi elaborada uma plenária, visando oportunizar o conhecimento de todo o trabalho levantado por outros grupos e divulgar entre os parceiros envolvidos as estratégias dos grupos para cada tema tratado.

Elaborou-se, então, uma minuta de relatório, em que constavam já todas as estratégias tiradas em plenárias, sugestões e capacidade de contribuição dos envolvidos. Tal minuta viria a se transformar no documento denominado "Plano de Utilização da Reserva Extrativista do Batoque".

4 - A reserva é uma realidade

Depois de vários contratempos, idas e vindas originadas em 1998, finalmente o Presidente Luís Inácio Lula da Silva decretou no dia 05 de junho de 2003 a área como Unidade de Conservação, com área de 601 ha.

A partir deste momento, buscou-se superar o desgaste alimentado ao longo dos anos, fato comum quando da formulação de uma UC. Os ânimos ficaram mais animados. O fator maior, que era a posse da terra,



caiu no esquecimento. E o grande desafio, agora, será como fazer valer a reserva, para além do decreto.

Preocupadas com a acumulação de vários problemas, as instituições envolvidas formaram um grupo de trabalho, o qual foi instituído pela Gerência do IBAMA e constituído por: IBAMA, Governo do Estado, CDPDH, Inst. Terramar, Prefeitura Municipal de Aquiraz e Associação de Moradores, com seus diversos segmentos.

A partir desse grupo, inicia-se então o momento de avaliação da disposição comunitária e de outros prováveis atores envolvidos para buscar a agregação de parceiros que sejam potenciais contribuintes no plano de desenvolvimento a ser colocado em prática na reserva.

Realizaram-se várias oficinas, todas setorizadas por tema e levando em consideração as suas interfaces. Finalmente foi elaborado um plano de trabalho conjunto, definindo as atribuições de todos os parceiros e da comunidade, contendo detalhamento de ações/atividades a serem realizadas.

Todas essas ações estarão sujeitas a avaliações conjuntas e à reconstrução do método. Para esse fim, considerar-se-á, dentre outros, como indicadores de avaliação:

A curto prazo: agregação de mais moradores na associação, confiança gerada entre a equipe de trabalho e associados, esforço de todos os envolvidos, solidariedade do grupo em todas as atividades inclusive as de campo, melhoria da auto-estima da comunidade, participação dos jovens nas reuniões da associação.

A longo prazo: agregação de renda, melhoria da produção da pesca e da agricultura, diminuição de doenças nas crianças, destino de lixo, preservação ambiental de áreas necessárias à sustentação sócio-ambiental da comunidade etc.

Concomitantemente a todas estas atividades, está sendo realizado o zoneamento ambiental da área, através de amplo debate e da intervenção comunitária. Os conhecimentos técnico-científicos se somam ao conhecimento da população nativa para subsidiar a construção coletiva do Plano de Manejo da Unidade, a ser finalizado em 2005.

5 - Equipe técnica

A equipe de trabalho foi constituída por técnicos de áreas afins e educadores. As atividades foram coordenadas pelo Núcleo de Educação Ambiental do IBAMA/CE, e quando necessário, dependendo do projeto, buscou-se atrair mais profissionais além dos já disponíveis e envolvidos no trabalho. Na realidade, buscou-se um caráter interdisciplinar, como discriminados abaixo.



NOME	FORMAÇÃO	INSTITUIÇÃO
Francisco João M. Juvêncio	Geólogo	NEA/IBAMA
Agueda Maria Garcia Coelho	Assist. Social	NEA/IBAMA
José Maria Barbosa da Silva	Geógrafo	NEA/IBAMA
Rômulo George de Sales e Silveira	Historiador	NEA/IBAMA
Sônia Maria de Castro Silva	Eng ^a Pesca	PESCA/IBAMA
Enílida da Cruz Moraes Braid	Eng ^a Agrom ^a	NLA/NUC/IBAMA
Técnicos do CDPDH	–	Parceria
Técnicos do Inst. Terramar	–	Parceria
Maria Odete de Carvalho Martins	comunitária	Associação

6 - Avaliação

Ao final deste trabalho, pode ser dito que a base conceitual da educação ambiental como instrumento de gestão ambiental foi essencial na mediação do conflito à época do início do problema. Possibilitou - e ainda possibilita - incrementar os demais mecanismos de aproximação comunitária, confiabilidade, auto-estima, envolvimento interinstitucional e segurança na prática de construção social.

Verifica-se até esta etapa, que foi possível desenvolver uma proposta de trabalho exequível diante um conflito ambiental existente, em que a comunidade necessita de um aporte teórico e sistemático, de maneira a manter a qualidade ambiental atual.

Dessa forma, a opção de trabalho com a comunidade do Batoque foi além de um exercício acadêmico. Transformou-se na oportunidade de o NEA/IBAMA mais uma vez demonstrar à sociedade em que posição as Instituições do Estado devem estar quando houver situação de conflitos com atores de tão diferentes capacidades de modificar o meio ambiente.

Durante todo o trabalho, buscou-se uma proposta em que o exercício da cidadania e o respeito à diversidade cultural fossem os ícones de sustentação comunitária, garantindo assim um ambiente equilibrado e igual para esta e as futuras gerações, como preceitua a Constituição Federal em vigor no seu Art. 225.

7 - Referências bibliográficas

- COELHO *et. al.* *Caracterização Sócio-Econômica da Comunidade do Batoque no litoral leste do Estado do Ceará.* Fortaleza: IBAMA/CE, 1999.
- FREIRE, P. *O papel do trabalhador social no processo de mudança.* Santiago, 1968, s.n.t.
- GAJARDO, M. *Pesquisa Participante na América Latina.* Ed. Brasiliense, 1986.
- IBAMA/SUPES/CE - *Boletim estatístico da pesca marítima e estuarina - 1997 - Ceará.* Fortaleza, 1998.
- JUVENCIO, F.J.M. *Aspectos Degradacionais do Litoral do Estado do Ceará. Um Estudo de Caso: Paracuru* (Especialização em Educação Ambiental). Cuiabá: UFMT/IBAMA, 1990.



- JUVENCIO, F.J.M. & MORAES BRAID, E. da C. *et. al.* - *Lauda Biológico da Área da Comunidade do Batoque e entorno, Litoral Leste do Estado do Ceará*- Relatório Técnico-IBAMA, 1999.
- NUGA - *Contribuição ao estudo integrado de paisagem e dos ecossistemas na área do município de Aquiraz-Ceará*. Fortaleza: UECE, 1983.
- OLIVEIRA, E. M. *Educação Ambiental: Uma Possível Abordagem*. Brasília: Ed. IBAMA, 1996.
- SILVA, E.V. *Modelo de Aproveitamento e preservação de los manglares de Marisco y Barro Preto, Aquiraz - Ceará - Brasil*. Fortaleza: 1987. Dissertação (Master of Science - Zaragoza).
- SILVA QUINTAS, J. *Meio Ambiente e Cidadania*. Workshop sobre Comunicação e Mobilização Social - 30 e 31/10/95. Brasília: UnB, 1995.
- SOUSA., M.J.N. *Contribuição do estudo das Unidades Morfo-estruturais do Estado do Ceará*. Revista de Geologia. V.1.pg.73-91 - Fortaleza, 1988.
- THIOLLENT, M. *Metodologia da Pesquisa-Ação*. São Paulo : Ed. Cortez, 1998.
- TORO, B. *Mobilização Social: Uma teoria para a Universalização da Cidadania*, s.n.t.



ENTREVISTA COM MARIA ODETE - COMUNIDADE PRAIA DO BATOQUE, CE

Entrevistadora - *Maria Odete, você é de qual região?*

Maria Odete - Eu sou da comunidade da Praia do Batoque, Ceará. Temos uma associação de moradores que foi criada em 1989 para defesa da terra, da comunidade contra a especulação imobiliária. E o motivo de criarmos a reserva extrativista foi dar mais força para nos mantermos em cima da terra. Vimos que, com a criação da reserva, passava a ser uma lei federal, e que tínhamos mais capacidade de permanecer na terra. Agora, com o voto do dia 5 de julho de 2003, conseguimos, por meio do Presidente da República, assinar a Reserva Extrativista de Batoque. Desde 97 discutíamos a reserva extrativista e o projeto foi enviado para Brasília para ser aprovado, ainda na gestão de Henrique Cardoso; passou a gestão dele, e quando chegou ao Governo do Lula é que ele assinou, junto com a Marina Silva. Foram 14 anos de luta.

Entrevistadora - *E como chegaram à conclusão de que teria que ser uma RESEX? Vocês tiveram a explicação do que é uma reserva extrativista?*

Maria Odete - Tivemos sim, em reunião com o IBAMA, eles nos explicaram que havia reservas extrativistas em outros Estados que estavam dando certo, que garantiam mais. A comunidade fez reunião, discutiu e depois nós mandamos a demanda para o IBAMA, pedindo essa reserva extrativista. Recebemos a visita do superintendente do IBAMA, que na época era o José Airton Rebouças, e ele nos passou, junto com o núcleo ambiental, o que precisava para a criação. Antes estávamos pensando em uma APA municipal.

Entrevistadora - *Por que uma APA?*

Maria Odete - Uma APA municipal. Só que vimos que as APAs municipais que temos nas extremas não estão dando certo, porque o Governo Municipal muitas vezes não "dá bola" para o que a comunidade está querendo. É interesse particular deles trazer empreendimentos para a região. E quando a comunidade fala em ter os seus direitos adquiridos, acham que ela quer privatizar a área e não quer que pessoas entrem lá. Na verdade não é isso. O que nós pensamos é em defender a terra, a comunidade; é manter o nosso povo na comunidade, dar condições para eles sobreviverem. E que não passemos o que os nossos pais já passaram: perder a terra, ver que pessoas de fora estão com a nossa terra e tirando nosso sustento. As comunidades pesqueiras e de agricultura são muito precárias, não têm verba para aumentar a sua renda, mas o que queremos é que esse lugar seja legado de pai para filho, para neto, e que essa população mantenha a terra com a cultura local. Também que seja gerado emprego e renda para a comunidade.

Entrevistadora - *Quantas pessoas fazem parte da associação comunitária?*

Maria Odete - Temos na comunidade 200 famílias e um total de 800 pessoas. Na Associação dos Moradores temos 300 pessoas cadastradas. Nós nos reunimos em Assembléia Geral todo final do mês. E a diretoria de quinze em quinze dias.

Entrevistadora - *Então o que motivou vocês a querer uma Unidade de*



Conservação foi não perder a terra, para terem onde trabalhar?

Maria Odete - E cultivar, de todas as maneiras. E que a renda seja distribuída na própria comunidade. Porque nós vemos que a APA municipal ainda é muito atropelada pelos governantes do Município. E no Governo Federal eu acho que foi mais fácil trabalharmos, apesar de muita distância para chegar até ele. Mas nós tivemos um respaldo, porque criamos essa parceria com o IBAMA. Hoje existe muito esclarecimento na comunidade depois que foi criado o Plano de Utilização. Tudo o que nós queremos está dentro desse Plano, nas áreas de pesca, agricultura, artesanato, turismo, saúde, educação, e tudo o que se refere à comunidade. Foi bem explicado o que é que devia ser feito, em oficina junto com o IBAMA, com o centro de defesa, o Instituto Terra-Mar, que também nos ajudou a fazer a implantação da revista e do plano de utilização. Foi feita oficina com cada setor e depois uma assembléia geral para discutir se era isso mesmo que queríamos no plano. E vimos que as pessoas que não estão cumprindo o plano de utilização, quer seja nativo, quer seja da localidade vizinha, são punidas. Na APA vizinha, que é a praia de Balbina, eles têm uma brecha para entrar. Existe muito aquela história de dizer: este é meu amigo. Eles misturam trabalho com amizade e atropelam os interesses da comunidade. E na reserva é diferente. Nós temos uma parceria muito boa, graças a Deus, tanto com o Ministério Público quanto com o IBAMA, quando vemos coisas erradas, tentamos explicar, sempre vamos às pessoas da Arquidiocese ou do IBAMA.

Entrevistadora - *A comunidade participa; no conselho há vários representantes...*

Maria Odete - Agora que foi criada a RESEX e está sendo feito o planejamento, área de zoneamento, foi criado esse grupo de trabalho, um GT que envolve artesanato, agricultura, pesca, escola, saúde, Governo Municipal, Estadual e as ONGs que querem nos ajudar. Um exemplo: nós temos representante do Governo do Estado em setor que já existe na comunidade, e aí vem um representante da Prefeitura, um do IBAMA e outro do Instituto Terra-Mar, do Centro de Defesa e da Universidade e também da Pastoral dos Pescadores do Ceará. E esse grupo discute junto com o grupo da comunidade o que é melhor para ela. Nós estamos na implantação de projetos. Agora está terminando o zoneamento na área de moradia. Já foi discutido e passado no GT onde queremos que nossa moradia se instale e onde queremos a área de preservação ambiental.

Entrevistadora - *E tem algum morador que é contra?*

Maria Odete - Tem. Nós somos divididos por conta do especulador imobiliário. Ainda existem pessoas - foi feito um levantamento recente num cadastro do IBAMA e também do INCRA - que rejeitaram o movimento comunitário. Mas apenas dez pessoas que, mesmo após o trabalho de incentivo, rejeitaram a reserva extrativista.

Entrevistadora - *E esses dez vão ficar de fora?*

Maria Odete - O IBAMA não parou de conversar com eles e existe a possibilidade de ainda ficarem com a gente. Está sendo feito um trabalho de



incentivo, tanto da universidade como do Centro de Defesa e do IBAMA, para ver se esses dez conseguem ficar conosco de novo. Eles não estão sendo discriminados. O que temos de reunião, de participação, avisamos a eles, mandamos deixar convite lá. Eles não fizeram o cadastro, mas já estão chegando à sala de reunião para ouvir a comunidade.

Entrevistadora - *E nas instituições quem é a favor e quem é contra?*

Maria Odete - No começo, o ex-prefeito foi contra. E a prefeita atual, no começo não estava entendendo muito bem a história da reserva. Mas agora nós vemos que ela já se empenhou muito na comunidade.

Entrevistadora - *E vocês conversaram com donos de terras, as pessoas que estão contra. Há donos de terra lá?*

Maria Odete - Tem. O IBAMA chamou-os para conversar, nós também tivemos audiência no Ministério Público e uma conversa no IBAMA com eles. Era para eles aparecerem com sua documentação e nunca apareceram; e agora, que tiveram que ceder a terra e que o INCRA está fazendo o cadastro do pessoal, não podem falar mais nada. Para eles foi a pior coisa que aconteceu. Nós que estamos na comunidade temos que ter cuidado. Mesmo que fiquem calados, não devemos confiar neles, porque devem ter muita raiva.

Entrevistadora - *Eles não estão aceitando?*

Maria Odete - Não aceitam. E nunca vão conseguir aceitar perder o que eles diziam que era deles.

Entrevistadora - *E como vocês fizeram para identificar os segmentos sociais, as pessoas que poderiam ser atuantes para o conselho, para a criação da unidade?*

Maria Odete - Nós fizemos várias reuniões com segmentos da comunidade para que escolhessem seus representantes. Os barraqueiros indicaram o Mário. Então o Mário se reúne com os barraqueiros e depois traz as reivindicações do segmento para o GT. Os agricultores da região elegeram o Tarcísio. No artesanato, escolheram a Ieda; os jovens, escolheram o Marquinho e o Laerte. Os pescadores escolheram o Sebastião.

Entrevistadora - *Os trabalhadores de cada classe.*

Maria Odete - É, de cada classe. E depois de eleitos, foi feita uma assembleia geral com todos os setores, para proclamação e saber se havia mais alguém que eles quisessem apontar. E apontaram uma segunda pessoa para o caso de o escolhido não poder assumir a reunião.

Entrevistadora - *E essas duas pessoas participam das reuniões? São atuantes?*

Maria Odete - Sim, um substituto e um titular. Eles nunca faltam e são muito atuantes. O Sebastião é ex-presidente da associação, escolhido pelos próprios pescadores.



Entrevistadora - *Como vocês mobilizaram as pessoas antes das consultas e audiências para a criação da reserva?*

Maria Odete - Entregamos panfleto, fizemos convites e cartas também, dizendo tudo o que já passamos com a luta pela terra. O Centro de Defesa fez uma carta de recomendação, dizendo o que já tínhamos passado na comunidade e o que estávamos discutindo sobre essa reserva extrativista. Essa carta foi entregue a todas as famílias no Batoque. E, quando o Alexandre do CNPT esteve lá, foi o dia em que houve a maior reunião com toda a comunidade, para que ele explicasse o que era uma Reserva Extrativista. O IBAMA também esteve presente e o Conselho de Defesa gravou um vídeo. Isso não está na comunidade porque não temos uma sede adequada para colocar esse material, mas o IBAMA tem todo o material necessário para a criação da reserva, todas as discussões gravadas em vídeo, e até as assinaturas da ata, na associação.

Entrevistadora - *Quantas reuniões grandes de consulta foram feitas?*

Maria Odete - Fizemos várias reuniões. Acho que ficamos uns quatro meses fazendo reunião.

Entrevistadora - *E o meio de divulgação de vocês eram os folhetos, os convites?*

Maria Odete - Os convites individuais. E também conseguimos carro com som da Prefeitura para comunicação.

Entrevistadora - *Como tudo começou?*

Maria Odete - Com a Arquidiocese e com o deputado João Alfredo. E aí se engajaram mais deputados: o José Pimentel, o José Guimarães, a Íris Tavares; o pessoal da bancada do PT se engajou muito, o Pedro Ivo, que hoje está aqui com a Marina Silva, também era uma pessoa que já vinha há muito tempo acompanhando a luta da comunidade. Quando chegamos ao Núcleo Ambiental do IBAMA eles deram mais uma alavancada, tanto em nível estadual quanto nacional. A prefeita, no começo, não entendia bem o que estava acontecendo, mas quando a Arquidiocese e o IBAMA explicaram o que era uma reserva, ela também aceitou a decisão da comunidade.

Entrevistadora - *E como vocês demarcaram a área?*

Maria Odete - Para essa demarcação, nós chamamos o Governo Municipal, o Estadual e também tinha gente aqui de Brasília, como o Dr. Teodoro, que era Procurador da República aqui em Brasília. Nós andamos passo a passo dentro das dunas, da mata, demarcando, junto com o IBAMA, com o INCRA, a área que queríamos para a sobrevivência dos nativos. Isso antes de acontecer a RESEX.

Entrevistadora - *E na comunidade, Maria Odete, as pessoas se preocupam também com a preservação, com a conservação da natureza, das dunas?*

Maria Odete - Preocupam-se muito com a área da lagoa; nós temos muita lagoa, rio e manguezal. Lagoa para nós é uma sobrevivência. O pescador vive de três alternativas. Quando não está no alto mar, nos períodos de muito vento, ele



pesca na lagoa, ou no rio, que tem caranguejo, camarão. Quando não está pescando no rio, ele passa para a agricultura; vai plantar batata, feijão e mandioca. Também tem uma casa de farinha comunitária. E nós nos preocupamos muito, porque, se chega uma pessoa e enterra uma lagoa daquelas, está enterrando uma fonte de sobrevivência da comunidade. E nós não queremos que aconteça conosco o que aconteceu na Caponga. Eles achavam que era um desenvolvimento e a Caponga terminou. Foi todo o mundo perdendo a terra, e hoje eles vivem em estado de miséria. Os pescadores não têm acesso à pesca e o espaço das jangadas acabou. O cuidado lá no Batoque é exatamente que não aconteça o que vemos de exemplo nos lugares vizinhos.

Entrevistadora - *Como que os representantes levam as informações para o resto das categorias, para as pessoas que os elegeram?*

Maria Odete - Agora, por causa do zoneamento, estamos tendo reunião três vezes na semana com o grupo do GT. Quando termina essa reunião, eles vão e fazem a reunião lá na comunidade, com a classe deles. Depois que eles fazem a reunião com o setor, nós fazemos a Assembléia Geral e dizemos o que foi discutido; e o que eles acharem que não está certo, que o representante deles não informou certo, eles dizem na hora. Se algum representante não está dizendo o que eles estão querendo, ele será desclassificado na sala. Nós achamos muito bonito o que eles aprenderam na comunidade. Eu não sei se é mesmo a vontade deles ou se teve muita reunião com a Arquidiocese para incentivar. Mas o que eles não agüentam é você chegar lá na comunidade e dizer: "queremos isso". Se não for o que o setor está querendo, eles não aceitam. E não adianta ir o IBAMA com as propostas deles, nem a própria Arquidiocese, que tem a assessoria jurídica, ir com a proposta formada porque não aceitam.

Entrevistadora - Quando você foi eleita presidente da associação?

Maria Odete - Eu fui eleita agora em dezembro e assumi em janeiro. Antes era o Sebastião, que é o pescador. Acho que já estou no terceiro mandato.

Entrevistadora - *Existem pessoas que sabem tanto quanto você, que são atuantes?*

Maria Odete - Sim. Hoje eu estou aqui em Brasília. Mas eles resolvem tudo lá em termos do Município e da localidade. Se houver algum problema, eles me ligam. Não é só a Odete que representa o Batoque. Além da Diretoria, que está lá, entre os moradores há muita gente com capacidade. Num encontro, muita gente dizia assim: nós temos, eu não gosto dessa palavra, na nossa comunidade, um monte de analfabeto. Para mim, as pessoas que não sabem ler e escrever, na minha comunidade, são analfabetas de escrita, mas são as que têm mais memória, até do que um doutor, porque têm a prática, o significado da prática; pena que não têm estudo, mas têm a prática. Já tivemos muitos analfabetos, mas agora, com o incentivo do Governo Federal, temos quatro escolas funcionando com adultos, à noite, e eles estão muito empolgados, pessoas até de 70 anos estudando. E nós incentivamos muito, a Prefeitura também ampliou a escola, deu um respaldo muito grande à comunidade na área da educação. E aproveitamos muito deles. Eles não têm a escrita, mas têm uma inteligência muito grande.



SDS
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO ESTADO DO AMAZONAS

Procedimentos para a Criação das Unidades de Conservação

A criação de unidades de conservação deve ser precedida de estudos técnicos e de consultas públicas, para identificar de forma efetiva as áreas mais adequadas à criação de novas unidades. A participação efetiva das populações locais, na implantação e gestão das unidades de conservação, é considerada elemento fundamental.

1. A coordenação da preparação das propostas de criação está a cargo de diferentes Órgãos Responsáveis, conforme o tipo da UC:

- As propostas de criação de UCs federais são coordenadas pelo IBAMA/MMA.
- As propostas de criação de UCs estaduais são coordenadas pela SDS.
- As propostas de criação de UCs municipais são coordenadas pelos respectivos órgãos municipais.

2. O processo pode ser iniciado a partir de:

- Áreas prioritárias para conservação definidas na oficina de Estratégias para a Conservação da Biodiversidade no Estado do Amazonas, realizada em abril de 2004.
- Identificação da disponibilidade de novas áreas públicas, com localização importante para manutenção de conectividade, entre áreas protegidas.
- Propostas encaminhadas por comunidades ou organizações, sugerindo a criação de uma UC nas categorias contempladas no SNUC.

3. Diagnóstico preliminar:

- O órgão responsável define a proposta de limites da área, em escala 1:250.000, com base em dados secundários dos meios físico, biótico, conhecimento da ocupação e análise de imagens de satélite.
- Será realizada consulta à FUNAI, para verificar a existência de terras indígenas nos limites. Caso seja identificada a presença de terras indígenas, seus limites serão respeitados, durante a elaboração da proposta para as novas UCs.
- Diagnóstico ambiental preliminar, com levantamento de dados em campo, deve ser elaborado com objetividade nas análises e avaliações, em face da escolha da área e de suas possibilidades, limites, riscos e fragilidades.
- Diagnóstico social contemplará a identificação do número de famílias a serem afetadas e suas relações com a área proposta (por exemplo: moram, pescam ou coletam, utilizando-se dos recursos florestais, para sua atividade de subsistência ou econômica).
- Diagnóstico da sustentabilidade dos sistemas de produção.
- Diagnóstico da situação fundiária será solicitado ao órgão responsável pelo setor fundiário do Estado, União e Municípios e integrará o processo de criação da UC.
- Após os levantamentos, será elaborado o desenho preliminar, com



alternativas de manejo, localização e tamanho. Quando necessário, em função do grau de ocupação da área, o desenho deve considerar a possibilidade do princípio de mosaico de UCs, objetivando evitar o deslocamento de populações tradicionais.

4. Procedimentos para o trabalho de campo:

- Os levantamentos e o trabalho de sensibilização devem contar com a participação dos órgãos ambientais Federais, Estaduais e Municipais.
- Será criado Grupo de Trabalho interinstitucional para coordenar os trabalhos e organizar a consulta, envolvendo os órgãos ambientais estaduais, federais e municipais, assim como representação do setor não-governamental.

5. A consulta pública:

- Será realizada pelo órgão responsável, na região da área proposta, com as populações locais, órgãos do governo e outros interessados.
- Serão realizadas as reuniões de consultas necessárias ao processo de esclarecimento da comunidade local ou regional.

Procedimentos para mobilização das comunidades locais:

- Identificação e caracterização dos principais segmentos sociais e políticos, lideranças, formadores de opinião e agentes multiplicadores residentes na localidade ou região;
- Preparação de material de informação e didático sobre os principais pontos do diagnóstico expedito e das alternativas de localização e manejo, considerando dimensões, limites e categoria da nova UC.
- Realização de visita na área da proposta, para distribuir o material de informação e convocar os diferentes segmentos da sociedade para reunião pública na própria região, que deverá ocorrer pelo menos 30 dias após a disseminação dos materiais informativos.
- Eventual instalação de seminários de consulta; *workshops* e reuniões técnicas com público-alvo qualificado;

Prazos mínimos para o início da divulgação da realização das reuniões de consulta:

- A divulgação sobre a intenção de criar a UC deve ser iniciada logo após a realização dos levantamentos. Quando da realização da consulta propriamente dita, a divulgação deve ser iniciada no mínimo 30 dias antes de sua realização.

Meios de divulgação:

- Devem ser utilizados todos os meios de comunicação possíveis para a divulgação da reunião de consulta, principalmente rádio, jornal e televisão. Visitas às comunidades e distribuição de folhetos com informações necessárias aos esclarecimentos da comunidade local devem ser prioridades. A Internet deve ser utilizada, mas não como principal meio de divulgação. Os Prefeitos e ONGs locais também devem ser sensibilizados.



Local para a realização da reunião de consulta:

- A consulta deve ser realizada na sede da comunidade mais significativa, localizada dentro da área proposta para criar a UC. Quando a área tiver abrangência em mais de um município, deve ser realizada uma reunião em cada uma das sedes municipais, devendo o poder público responsável pela proposta se responsabilizar pelo deslocamento, hospedagem e alimentação, dos moradores da área.

Procedimentos para a condução da consulta pública:

- A reunião de consulta deve ser presidida pelo órgão ambiental responsável pela elaboração da proposta. Conduzida por seu mandatário maior ou por alguém por ele designado e com poder de decisão.
- Além dos moradores da área ou do entorno, devem ser convidadas instituições de governo, tanto para contribuir na apresentação da proposta, como para fazer esclarecimentos, ONGs, instituições de pesquisas e representações dos diferentes segmentos sociais.
- A proposta deve ser apresentada com a utilização de mapas em escala adequada, que possibilitem uma compreensão clara. Devem ser feitos todos os esclarecimentos necessários sobre a categoria na qual se pretende criar a área, inclusive sobre o tratamento a ser dado com relação à propriedade da terra e à permanência dos moradores locais e demais especificidades da categoria.
- A reunião deve durar o tempo necessário para a apresentação da proposta e de sua discussão. O tempo de duração da reunião deve ser divulgado também com antecedência, para que os participantes possam se programar para permanecer no local do evento.

Registro dos resultados:

- A reunião deve ser registrada em vídeo ou fita cassete e em ata.

6. Procedimento após consulta pública:

- Compilação de sugestões e resultados da consulta pública
- Incorporação de sugestões e resultados à proposta original.
- Caso a consulta pública e as reuniões comunitárias proponham uma revisão dos limites ou categoria de manejo que não possa ser decidida durante a própria reunião, cabe ao órgão responsável rever a proposta original em até 30 dias.
- A nova proposta deve ser submetida pelo órgão responsável a outra consulta pública.
- Caso a nova proposta seja aceita, o órgão responsável prepara a(s) proposta(s) de decreto de criação e a(s) encaminha à respectiva instância executiva, conforme o caso (federal, estadual, municipal).
- A instância executiva decreta a criação da UC.

Obs.: Não devem ser realizadas consultas em datas comemorativas da comunidade, datas religiosas ou quando as comunidades têm eventos programados.



ENTREVISTA COM FRANCISCO ADEMAR DA SILVA – SDS AMAZONAS

Entrevistadora - Francisco Ademar, você faz parte de que instituição na Amazônia?

Francisco Ademar - Eu trabalho hoje na Secretaria do Extrativismo, que é uma instituição ligada à Secretaria do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do Estado do Amazonas; então o nosso papel é desenvolver atividades nas Unidades de Conservação de Uso Sustentável, desde a sua criação até a organização e mobilização da gestão da unidade. A partir do momento que organizamos, há outro instituto dentro da Secretaria, chamado IPAAM, que faz o processo de gestão da Unidade; nosso papel é mais de mobilização e organização das comunidades e populações tradicionais.

Entrevistadora - *E nesta oficina vocês apresentaram quais experiências?*

Francisco Ademar - Apresentamos a experiência de Consulta Pública do Estado do Amazonas. Trouxemos algumas idéias e experiências que vimos trabalhando no Estado nesse processo de Consulta Pública. Percebemos que é um processo que não está concluído, que está se inovando. Ainda não achamos o verdadeiro esteio, mas estamos inovando as informações, e nosso trabalho tem tido boa evolução.

Entrevistadora - *Quando vão fazer as Consultas Públicas, vocês ouvem a sociedade, identificam as pessoas ouvidas?*

Francisco Ademar - Pegando o processo de criação de uma Unidade: primeiro recebemos o pedido de criação, vamos até a área, conversamos com as pessoas que moram naquela região para ver se têm interesse, explicamos o que é uma Unidade de Conservação de Uso Sustentável e as modalidades de acordo com o SNUC. Se chegamos a um entendimento, mandamos uma equipe técnica fazer um levantamento socioeconômico, biológico e fundiário da área que está sendo proposta. Os técnicos aplicam um questionário e, além disso, trazem amostras de solo e fazem toda uma conversa com o pessoal para explicar o procedimento e eles entenderem o que está sendo feito; é um processo bem participativo entre os moradores e os técnicos do IBAMA. Voltamos ao campo para mostrar o resultado dos estudos para eles; e nesse momento começamos a identificar outros atores que não moram na área, mas têm direta ou indiretamente influência nela, e conversamos com eles para saber o que realmente acham da criação. Muitas vezes recebemos propostas contrárias, dependendo do interesse, e aí marcamos a segunda, a terceira e a última etapa. Caso percebamos que já está na hora, porque isso é um procedimento, um roteiro, chegamos à reunião que chamamos de Reunião de Consultas Públicas, para a qual convidamos toda a sociedade do município que tem envolvimento direto ou indireto dentro da área - os moradores, as instituições governamentais e as ONGs que ali trabalham -, sentamos e fazemos um fórum de discussão. Aí já temos uma proposta de mapa, mas mesmo assim submetemos ao julgamento daquele fórum a limitação da área e também a questão da categoria; feito esse conceito e chegando a um entendimento, fazemos uma ata, todos assinam, dizendo que participaram do evento colocando os assuntos que foram discutidos e os entendimentos que



conseguiram na reunião. Depois, a nossa procuradoria sistematiza esse trabalho, e passa então a fazer o processo de publicação da área. Após isso, vem um segundo momento, que é de voltar lá e discutir novamente com os moradores e partir para a criação de conselho, etc.

Entrevistadora - *Quantas são as Unidades Sustentáveis no Amazonas?*

Francisco Ademar - No ano passado criamos Unidades de Conservação de Uso Sustentável em 4 áreas. Uma foi a RDS do Cujubim, que nessa categoria é a maior área, com 2.500.000 de hectares, no alto do Rio Jutaí, bem no centro do Amazonas. Outra é a RDS do Piagaçu-Purus, no Rio Purus, no município de Anurim, e abrange 3 municípios. Criamos também uma RESEX estadual – do Capaipixuna -, que já era um estudo feito pelo IBAMA; e agora recentemente criamos a RDS do Atumã – que fica em São Sebastião do Atumã – próximo a Silves. Foram várias as comunidades que sofreram influência da barragem de Balbina, então lá foi feito um estudo pelo IBAMA, e depois o IBAMA o passou para o Estado e nós criamos. Essas são áreas criadas neste Governo, e há outras, como a do Amiroá e a do Amanã, que foram criadas em governos anteriores. A nossa meta é criar mais 20 unidades de área de uso sustentável dentro da gestão do Governo Eduardo Braga, porque chegamos a ter uma equipe que compreende como políticas públicas essa criação de Unidades de Conservação para atender a população do interior. O Governo criou o conceito de Zona Franca Verde. Esse é um programa cujo objetivo é gerar renda no local onde as pessoas moram, geração de renda ligada à terra, e a terra é a Unidade de Conservação. O custo de tudo que o governo fez foi o seguinte: é mais barato você ter a família no interior do que migrar essa família para a cidade, porque lá há problemas de água, esgoto, escola, energia, transporte e falta de emprego. O programa Zona Franca Verde incorpora a criação das Unidades de Conservação e cria mecanismos para fortalecer a vida das pessoas que ali habitam; essa é uma meta nossa dentro desse programa.

Entrevistadora - *E todas essas unidades foram reivindicações das comunidades?*

Francisco Ademar - Todas foram reivindicações das comunidades locais, com exceção do Cujubim, que foi uma demanda da população do Município, que pediu essa área porque ela estava sendo invadida para exploração do garimpo, empresa de madeira e de pescadores. O Município não estava ganhando nada, por isso requereu do Estado a criação dessa área, e nós a criamos no alto Jutaí. Todo o resto foi demanda da comunidade, processo de estudo de anos. Por exemplo, Atumã e Caporé-Pixuna já estão em discussão há mais de seis anos; Piagaçu-Purus, uns dois anos. O procedimento de discussão é muito rigoroso; fazemos com que a comunidade amadureça a demanda e discuta, e é quando começamos a colocar o Estado e a comunidade juntos. Nenhuma demanda partiu do Governo.

Entrevistadora - *E qual o objetivo principal das comunidades ao pedirem a Unidade?*

Francisco Ademar - Em minha visão, são dois os fatores principais. Um está ligado ao peixe e à escassez do pescado, que é o cardápio número um do



ribeirinho amazonense. Como a atividade pesqueira no Estado do Amazonas tem crescido muito, por conta do crescimento urbano e da falta de emprego, muitos trabalhadores vão para o interior pescar, e as comunidades começam a ficar sem alimentação. Por isso eles querem proteger esse recurso pesqueiro para se manter. E o outro fator é que eles moram em terras, mas não têm uma área particular; precisam ir ao IBAMA tirar a autorização para fazer uma agricultura familiar, mas não têm documento da terra; têm que fazer financiamento, mas não têm documento. Esse conjunto de problemas faz com que a comunidade veja como a única saída ter uma área dentro de uma Unidade de Conservação onde possa ter terras, os recursos protegidos e a parceria do Governo.

Entrevistadora - *Então eles se preocupam em preservar a natureza?*

Francisco Ademar - Sim. Eu acho que o homem amazonense, no bom sentido, deveria receber do Governo Federal pelo menos um salário mínimo para viver na floresta, porque na medida em que vive na floresta ele cuida dela, não deixa ninguém de fora chegar, derrubando tudo. Automaticamente ele já protege, tem preocupação sim, é dali que tira o sustento da família; ele pensa nos filhos, porque normalmente são homens que só sabem viver daquilo e, se forem para a cidade, vão entrar num mundo diferente. O homem amazonense tem, sim, a preocupação com a destruição do meio ambiente e, principalmente, dos recursos naturais.

Entrevistadora - *E quais são os atores que mais se apresentam contra?*

Francisco Ademar - Em nossa experiência até aqui, os pescadores profissionais são os que se apresentam contra em primeiro lugar. Eu quero ilustrar: estamos indo sábado para uma Consulta Pública numa reserva que vai ser criada lá no Juruá, no município de Carauaí, e os pescadores fizeram um abaixo-assinado para o Governador dizendo que não queriam a criação da área. Por quê? Porque ela diminui o espaço de pesca deles, e na medida em que diminui, eles preferem se colocar contra. Eles acham que isso não vai favorecê-los em nada, porque, na Unidade, o recurso é para as populações que ali moram, e não para as que vêm da cidade pegar os peixes e levar embora. Outra categoria são as grandes empresas, as madeireiras e as que exploram minérios, porque às vezes prejudica o projeto que eles têm na área. E um último elemento, não generalizado, que está dentro de um contexto político, são os prefeitos e vereadores; se o prefeito tem voto naquela região, ele é favorável; se não tem, é contrário; e assim são os vereadores. Mas isso não é constante, é de acordo com o município

Entrevistadora - *E a comunidade, ela é toda a favor?*

Francisco Ademar - Quase toda. Nós só definimos a criação quando temos pelo menos 90% a favor da criação, e com a condição de que as pessoas da comunidade que estão a favor trabalhem com aquelas famílias que estão contra. Às vezes nós até excluimos as comunidades que não estão a favor, ou seja, por mais que tenha área de interesse das outras famílias que estão ali, por uma questão de conflito, nós excluimos da área aquela população que não quer viver na reserva, prefere morar sozinha. Mas isso é feito no momento da Consulta Pública, com a opinião de todos. Temos



nos colocado numa posição de participação, somos apenas intermediadores, não tomadores da decisão final; só fazemos isso quando escutamos todos os atores, todos os interessados.

Entrevistadora - *Vocês escutam os madeireiros?*

Francisco Ademar - Nós escutamos todos; até mesmo o juiz da cidade e o promotor vão para colocar o seu ponto de vista.

Entrevistadora - *Então, antes da consulta vocês fazem reuniões?*

Francisco Ademar - Sim, fazemos para escutar, para entender o mapa de interesses, para nos prepararmos para, na Consulta Pública, saber quem está a favor e quem está contra a criação. E aí você tem que ter um instrumento de esclarecimento, porque às vezes a pessoa está contra por não estar claro para ela o que vai ser isso; outro é contra pelo curto espaço de geração de renda para ele; e há aqueles que são contra porque não gera benefícios. Por exemplo, tem prefeito que é contra porque diminui a entrada de recursos para ele, por isso acha melhor deixar a área aberta, contratar pescadores e madeireiras, porque são amigos dele. São essas as situações que vivemos no Estado.

Entrevistadora - *A definição da categoria é estudada junto, vocês falam com as pessoas quais são as categorias e por quê?*

Francisco Ademar - Não. Quando eles mandam o pedido, às vezes já colocam a categoria que querem. Mas o Governo do Estado, por conta de sua política fundiária, é limitado financeiramente para a desapropriação de terras, portanto foram criadas as Reservas de Desenvolvimento Sustentável (RDS), uma modalidade muito parecida com as Reservas Extrativistas. Na Reserva Extrativista todo mundo que tem área particular dentro da área da reserva é obrigado à desapropriação, à indenização dos títulos dentro da área. Já a RDS permite áreas particulares dentro, desde que não interfira na vida, nos princípios da Reserva, por isso trabalhamos mais com esta categoria. Respeitamos muito os moradores. Eles dizem o que querem criar, nós vamos lá e estudamos se é a melhor opção; se não for, sugerimos mudança. Muitas vezes não conseguimos mudar, por mais que tenhamos elementos técnicos para apresentar, se isso não ficar claro para eles, se não se convencerem tecnicamente da mudança, nós permanecemos com o pedido deles, por uma questão democrática.

Entrevistadora - *Quando chegam a uma área, vocês identificam os atores que vão participar do processo?*

Francisco Ademar - Nós trabalhamos a partir daí; principalmente num trabalho-piloto, começamos pelas lideranças, que vão ser nossos co-gestores. Eles é que vão andar na área, se envolver na equipe de trabalho; são pessoas ligadas à criação da Unidade.

Entrevistadora - *E quais são suas ferramentas de comunicação para mobilizar a sociedade?*

Francisco Ademar - Usamos tudo que for necessário, dependendo do



local. Para comunidades com muita gente não alfabetizada, fazemos reuniões preparatórias, ou então fazemos um aviso no rádio, dizendo em que dia vai haver reunião. Também distribuimos convites para as instituições, às vezes na internet, mais para o pessoal de Manaus, porque no interior não existe internet. Usamos mais os convites para o pessoal que identificamos como direta ou indiretamente interessado naquela Unidade.

Entrevistadora - *E qual é a relação do Governo com as comunidades?*

Francisco Ademar - Estamos num momento muito interessante, no qual os movimentos sociais, as comunidades em si têm dado um crédito muito grande para este Governo, têm acreditado, têm trabalhado; a nossa relação é boa, e espero que continue, porque isso ajuda muito a trabalhar. Quando a comunidade não acredita é um problema, mas nós temos mantido a credibilidade frente à comunidade.

Entrevistadora - *E pelo que você vê, pelas experiências, essas associações, essas lideranças, passam o que aprendem para o resto da população?*

Francisco Ademar - Passar, passam, mas não tem a mesma qualidade. Nossas lideranças ainda são muito deficientes em receber a informação e repassá-las, mas eles escutam muito as comunidades.

Entrevistadora - *As comunidades estão sempre envolvidas nos processos, ou são pequenos grupos que estão à frente?*

Francisco Ademar - A maioria dos comunitários, das lideranças é a favor do processo, até porque eles sentem isso como uma necessidade para resolver problemas de conflito entre outras pessoas que não moram na comunidade, que vêm de fora às vezes para retirar os recursos pertencentes a eles. Não são todos favoráveis, mas 80%, 90% são a favor do processo de criação de uma Reserva.

Entrevistadora - *A comunidade escuta os indivíduos que estão à frente dos processos?*

Francisco Ademar - Essa é uma questão que percebemos ser de acordo com o interesse. Algumas lideranças são escutadas, respeitadas. Em algumas, às vezes a liderança não chega a ter essa representatividade com a totalidade da comunidade, mas sempre tem a maioria dos comunitários a favor das suas idéias e decisões. Então, a prática que eles têm é estar sempre se reunindo, entregar na mão do líder da comunidade as reivindicações, que este líder leva aos órgãos do Governo e órgãos aliados.

Entrevistadora - *E como você avalia a participação dos órgãos públicos, dos políticos, tanto regionais como locais?*

Francisco Ademar - Isso é muito relativo. Na esfera municipal há um grupo que vive ali no dia-a-dia e é fácil de trabalhar; mas às vezes esse grupo é difícil. Na esfera estadual, o processo não sofre as mesmas conseqüências ou os mesmos interesses dos grupos políticos. Os municípios são os lugares onde se posiciona mais contra ou a favor de determinada criação de



Unidade. O que temos feito no Estado do Amazonas, em particular, é juntar os interesses de Governo Federal e Estadual, traçando programas de criação de Unidades de Conservação de Uso Sustentável ou de Proteção Integral, e isso tem favorecido uma aliança entre essas duas forças políticas e tem nos ajudado a conduzir projetos que, se fossem só para o Governo Estadual, se tornariam quase impossíveis. Essa parceria tem contribuído, tanto que o nosso Estado hoje tem boa parte das Unidades de Conservação, quase a metade, em áreas federais, e temos trabalhado isso como entendimento e parceria.

Entrevistadora - *Na RESEX, a liderança, a associação, tem respaldo da sociedade?*

Francisco Ademar - O Catuá-Ipixuna é uma reserva nova. Estamos trabalhando num processo de criação do Conselho e de fortalecimento da capacitação de lideranças da associação da Reserva, mas eles têm certa força política, porque são aliados a vários grupos populares, como GTA, a própria Igreja Católica, que fortalece a estrutura política da associação. Com isso têm certo peso político de compreensão, de trabalhar essas comunidades e de levar ao Governo do Estado as suas reivindicações. Eles têm tido apoio político da grande frente de ONGs que existem na reserva.

Entrevistadora - *O que você achou desta oficina, deste trabalho de três dias?*

Francisco Ademar - Quero até aproveitar para parabenizar a iniciativa. É um momento muito rico, que nos trouxe uma forma de partilhar experiências, e isso enriquece, engrandece; acho que não devia parar aqui, porque nos traz uma esperança de inovação do trabalho nos estados, nos municípios, nas organizações de base. Essa oficina trouxe um aprendizado de diversos pontos de vista do Brasil, e isso ajudou muito para que tivéssemos outra concepção, porque às vezes pensamos que estamos indo pelo caminho correto, e com essa troca nesses três dias eu tive uma compreensão do processo de condução e de gestão das Unidades. Então, parabenizo o Ministério e as várias instituições envolvidas por essa iniciativa de ter conduzido e trazido muitas lideranças, muitas pessoas das Organizações Governamentais para trocar experiências e criar uma nova proposta de gestão e, ao mesmo tempo, de criação de Unidade de Conservação.



ENTREVISTA COM FRANCISCO CAVALCANTE DE SENA COMUNIDADE DE BELA CONQUISTA, AM

Entrevistadora - *Qual é seu nome e de qual comunidade você é?*

Francisco Cavalcante - Meu nome é Francisco Cavalcante de Sena, conhecido como Chico Zagaia. Estou na comunidade de Bela Conquista, do lago do Catuá. É uma Reserva Extrativista que nós lutamos para criar por sete anos, desde 1997. Agora em 2003, no dia 5 de setembro, ela foi decretada pelo Governo do Estado do Amazonas.

Entrevistadora - *E quem estava nessa luta?*

Francisco Cavalcante - Quem estava na luta, primeiro, eram as comunidades; são 6 comunidades dentro do lago do Catuá.

Entrevistadora - *Com quantas pessoas, mais ou menos?*

Francisco Cavalcante - Uma faixa de trezentas e poucas. O IBAMA, o CPT, a Praia Vazia e o GPD estavam na luta junto com a gente.

Entrevistadora - *E como comunidade se uniu?*

Francisco Cavalcante - No Catuá, nós tínhamos um trabalho de preservação há anos, só que feito do nosso jeito. Com o passar do tempo, fomos nos organizando e, depois de muitas reuniões com todas as comunidades da região, apareceu a idéia de criar a reserva.

Entrevistadora - *E como chegaram à conclusão de que deveria ser uma reserva?*

Francisco Cavalcante - Isso partiu da CPT. Nós não sabíamos o que era e o pessoal nos explicou. Fomos reunindo as comunidades, perguntando à população se todo mundo aceitava a criação de reserva. Houve dúvidas, então convocamos o pessoal da organização, por exemplo, IBAMA, CPT, CNPT, que é quem luta com isso, para nos orientar; e assim fizemos durante 7 anos.

Entrevistadora - *Então o motivo maior da comunidade era a preservação?*

Francisco Cavalcante - O motivo maior era a preservação, porque já vínhamos lutando, e apareceram muitas outras classes de reservas, mas a Reserva Extrativista nós aceitamos, porque ela combina com a população que mora na região. Dá pra trabalhar, tanto na parte da agricultura como na parte de extração da biodiversidade.

Entrevistadora - *A comunidade valoriza a biodiversidade e quer preservar?*

Francisco Cavalcante - É isso que nós queremos. Queremos trabalhar na biodiversidade, sem prejudicar a natureza nem a própria comunidade, que seja de igual para igual. Estamos agora desenvolvendo um projeto de zoneamento de madeiras de lei, para ver o potencial da área e fazer um plano de manejo sem prejudicar a própria comunidade.



Entrevistadora - *Esse plano de manejo vocês estão fazendo junto com quem?*

Francisco Cavalcante - Esse projeto nós fizemos com o GTA, e o PRÓVARZEA está nos ajudando a desenvolvê-lo.

Entrevistadora - *Das entidades da região, quais estão contra e quais estão a favor?*

Francisco Cavalcante - Até agora todas estão a favor. Ainda não conseguimos incluir na nossa reunião a parte da Prefeitura, Secretaria de Saúde e Secretaria da Educação. Esses aí, nós convidamos muitas vezes e nunca aparecem. Eles não ficam nem a favor nem contra. Nós nunca os tivemos junto conosco.

Entrevistadora - *E há proprietários de terra ou grupos que sejam contra?*

Francisco Cavalcante - Há alguns proprietários contra. São mais aqueles que não moram na região. Os que moram lá e são contra, nós estamos tentando convencer de que nada os prejudica.

Entrevistadora - *E eles foram ouvidos? Eles falaram por que estão contra?*

Francisco Cavalcante - O problema maior é que eles entendem que, depois da reserva ampliada, vão perder as terras, vão ser expulsos, não vão ter mais direito de trabalhar na terra. O que explicamos a eles é diferente. A terra passou a ser devoluta, toda a área da reserva. Eles vão ficar morando, trabalhando do mesmo jeito, só que não vão ser donos, ter documentos da terra; mas vão ter direito sobre o que plantar, o que fizer, sem pagar imposto, sem pagar nada. Mas eles não estão acreditando que é assim a realidade.

Entrevistadora - *O que vocês fizeram para mobilizar a sociedade nesses sete anos antes da consulta, além das reuniões?*

Francisco Cavalcante - Só foi reunião mesmo. Reuníamos a região para discutir os assuntos; depois, em outra reunião, convidávamos as entidades para ajudar a dar a explicação para o povo.

Entrevistadora - *Para a consulta, vocês convidaram todos os segmentos da comunidade?*

Francisco Cavalcante - Convidamos, porque era um momento de decisão, mas não apareceu ninguém das Prefeituras, nem de Guari nem de Tefé. Acho que eles não estão muito querendo ajudar, porque não partiu deles a iniciativa de criação, mas de uma parte da sociedade. As organizações convidando, não há tanta participação quanto se o convite for do prefeito. A Prefeita não se envolveu até agora, não sei por quê.

Entrevistadora - *Vocês têm uma associação, Como você participa dela?*

Francisco Cavalcante - É, temos a Associação Agroextrativista do Catuá. Eu sou o Presidente. São seis pessoas que atuam na Diretoria: o Presidente, o Vice, o Secretário e a Vice-Secretária, o Tesoureiro e o Vice-Tesoureiro.



Entrevistadora - *Nesse grupo, cada pessoa representa uma categoria de trabalho da comunidade? Como se mobilizaram para criar esse conselho?*

Francisco Cavalcante - Lá nós trabalhamos assim: eu represento a associação, e o secretário representa a secretaria da associação. Na hora de fazer uma reunião, nós convidamos a diretoria; e, quando o secretário não pode ir, o segundo vai.

Entrevistadora - *Como vocês passam as informações para a comunidade?*

Francisco Cavalcante - Quando chegamos, por exemplo, de uma viagem como esta, lançamos o convite, avisamos que precisamos nos reunir, porque existem algumas informações que devem ser repassadas a eles, marcamos a data. Combinamos com o Conselho Administrativo e pedimos que convidem o pessoal que puderem para a reunião. Nela, aquilo que eu posso passar para eles eu passo; é assim que trabalhamos.

Entrevistadora - *O que motivou a comunidade a querer uma Unidade de Conservação?*

Francisco Cavalcante - É que, dentro de uma área de reserva de extrativismo, nós temos mais direito no Poder Público. Queremos, por exemplo, escolher uma boa escola, uma boa saúde; queremos ter na nossa comunidade poço artesianos, gerador de luz, uma melhor qualidade de vida em termos de educação, porque os moradores não têm condições de conseguir isso com seus próprios recursos. Através da reserva, nós temos como conseguir do Poder Público, fazendo pedidos por meio de ofício.

Entrevistadora - *Antes, o que acontecia?*

Francisco Cavalcante - Antes, nós vivíamos somente a comunidade. A comunidade se reunia algumas vezes para discutir sobre a preservação, e vimos outras reservas que conhecemos no Alto Solimões, e o que estava acontecendo de benefícios para elas.

Entrevistadora - *Existe a pressão de algum grupo querendo destruir o que vocês têm lá, querendo tomar conta?*

Francisco Cavalcante - Não. Só uma empresa madeireira que iniciou a maior devastação da área. Isso foi logo no início, quando eu cheguei ao Catuá. Fez o maior destroço com derrubada de madeira. Daí em frente foi que começou a luta para a preservação mais forte, e para criar uma área de reserva.

Entrevistadora - *Vocês conversaram com a madeireira?*

Francisco Cavalcante - Não, só conversávamos com as pessoas que faziam o trabalho. Com o mandante mesmo foi o IBAMA que conversou.

Entrevistadora - *Já faz quanto tempo que vocês estão na associação?*

Francisco Cavalcante - Faz 6 anos que temos a associação. Eu estou há um ano como Presidente. São dois anos de mandato.



Entrevistadora - *Como é que se renova a diretoria?*

Francisco Cavalcante - Temos uma sede da associação na comunidade e, quando chega o prazo de mudança, convocamos as pessoas e as entidades de Tefé para fazer o acompanhamento conosco.

Entrevistadora - *Quando você fala em entidades, quais são elas?*

Francisco Cavalcante - As entidades, que eu entendo, são a Praia Vazia, o CPT, o CIME, o IBAMA, que nós convidamos para nos assessorar.

Entrevistadora - *E é a população que vota?*

Francisco Cavalcante - Sim a população vota, os moradores e os associados.

Entrevistadora - *E as pessoas representam que tipo de categorias?*

Francisco Cavalcante - Esses associados são os comunitários, caboclos mesmo do interior. Eles vão lá, fazem a votação e elegem.

Entrevistadora - *No grupo da diretoria, todos são atuantes, trabalham junto, ou ficam só esperando o que a Associação resolve?*

Francisco Cavalcante - Da diretoria mesmo tem as 3 primeiras pessoas que são interessadas, são lutadoras. O Vice-Presidente, que é o Francisco Cotia, é uma pessoa de luta, não existe dificuldade para ele.

Entrevistadora - *E vocês trabalham juntos?*

Francisco Cavalcante - Sim, trabalhamos juntos. Nós não dizemos assim: eu sou o Presidente e na minha falta ele vai estar; não, é do meu lado todo o tempo. Eu não preciso estar procurando o Vice-Presidente, ele está ali sempre do lado, a vontade dele é que a coisa mude, se organize mesmo. Ele já foi o segundo Presidente, e nós temos lutado bastante.

Entrevistadora - *Mas é sempre assim, o mesmo grupo que faz o rodízio?*

Francisco Cavalcante - Até agora não tem sido rodízio. O primeiro Presidente foi o João Mendes; era para ser eu como Presidente e ele como Vice, mas não apareceu ninguém na época para montar duas chapas. Então, tivemos que nos dividir: eu numa chapa e ele em outra. Como a comunidade dele era maior e estavam todos lá, ele ganhou a eleição, mas eu fiquei trabalhando sempre junto, nunca abandonei, trabalho há muito tempo sem nenhuma dificuldade. Quando chegou a época de mudar, apareceu outro grupo para fazer outra chapa. Na hora da votação eu tive 66 votos e a outra chapa teve 6. E agora já estamos falando na nova eleição e na nova Diretoria; já estamos querendo mudar para outra pessoa pegar experiência também, porque é complicado.

Entrevistadora - *Como vocês demarcaram a área da reserva?*



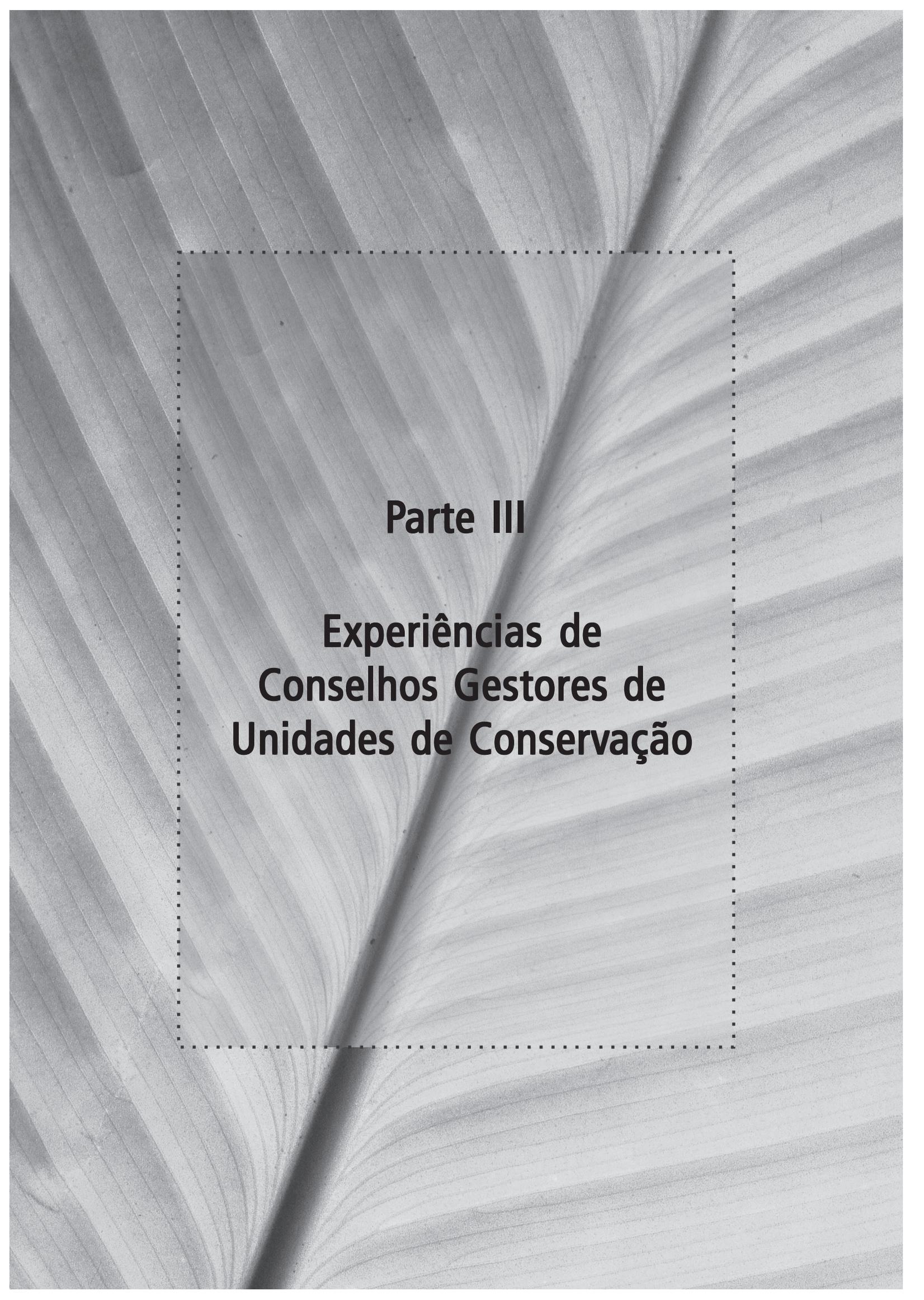
Francisco Cavalcante - Foi demarcada com o Estado; nós os levamos até onde queríamos que fosse, e eles fizeram a demarcação.

Entrevistadora - *Como vocês sabiam que era aquela área?*

Francisco Cavalcante - Porque nós já moramos lá há muitos anos e conhecemos tudo, sabemos o potencial que tem. Quando foi iniciada a criação dessa reserva, era uma área muito grande, pegava o Solimões, a área do Catuá, e Copeiá. Como a área ficou muito grande, nós nos reunimos e decidimos tirar a metade; depois explicamos ao pessoal que a decisão foi porque não íamos ter recurso de fiscalização para uma área tão grande. Depois eu discuti de novo numa reunião que era para tirar o Ipixuna também; uns concordaram, outros não, então resolvemos deixar o Ipixuna, porque ia ficar muito pequena essa área. Minha preocupação era a fiscalização, porque eu sou agente ambiental lá na região, e nós não tínhamos recursos para fazer isso tudo, mas ficou o Ipixuna. Lá no Catuá, a área é uma área grande, e não há tantos moradores nem tantos proprietários, assim ficou mais fácil. E sobre o assentamento das famílias, já fizemos o cadastro no INCRA para criar os benefícios. Nosso objetivo era criar a reserva, porque assim incluiria o Governo para fazer parte da reforma agrária. Como a reforma agrária era do Governo Federal, e quem decretou a reserva foi o Estadual, pedimos que este solicitasse ao Federal a inclusão de nossa reserva no Programa de Reforma Agrária. O Governo Federal atendeu o pedido e já mandou pessoal do INCRA lá no Catuá para fazer o cadastro das famílias. Foi feito o cadastro de duzentas e poucas famílias.

Entrevistadora - *São quantas famílias?*

Francisco Cavalcante - Não temos essa informação porque é muito longe, mas dá em torno de 300 a 400 famílias, nas duas áreas.



Parte III

**Experiências de
Conselhos Gestores de
Unidades de Conservação**

CONSTRUINDO CIDADANIA: CRIAÇÃO DO CONSELHO CONSULTIVO DO PARQUE NACIONAL DA SERRA DO DIVISOR.

Francisco Missias da C. Lopes - *Analista Ambiental-IBAMA/AC*

O Parque Nacional da Serra do Divisor – PNSD foi criado em 1989, possui 843.012 hectares de área, está localizado no extremo oeste do Brasil, no Estado do Acre, e abrange partes dos territórios de cinco municípios da micro-região do chamado Vale do Juruá: Cruzeiro do Sul, Mâncio Lima, Rodrigues Alves, Porto Walter e Marechal Thaumaturgo.

A proposta para criação do Conselho Consultivo do PNSD surgiu a partir da conjugação de vários fatores, como algumas conversas e uma reunião com o chefe da Unidade; conversas informais com alguns membros da equipe que elaborou o Plano de Manejo do Parque; uma reunião com o sub-coordenador da Coordenação Geral de Educação Ambiental do IBAMA/Brasília; a publicação da Lei 9.985/00, que criou o Sistema Nacional de Unidades de Conservação e, ainda, a sensibilidade da equipe de Educação Ambiental do IBAMA/AC, que alicerçada nos princípios e fundamentos da Educação Ambiental, percebeu que aquele momento era propício para a construção de um espaço (fórum), em que se fizessem representar todos os atores que direta ou indiretamente estabelecessem relações com o PNSD, para discussão dos problemas, conflitos e, principalmente, das potencialidades da Unidade de Conservação.

O processo de criação do Conselho Consultivo do PNSD iniciou-se no final do primeiro semestre 2001, fase de campo, e teve seu término no mês de agosto de 2002, momento em que ocorreu a solenidade de posse e diplomação dos membros do referido Conselho.

Todo o processo para criação do Conselho foi realizado em parceria com a Organização não-governamental Ambientalista SOS Amazônia e teve o apoio do IEB, do IBAMA/Brasília-Departamento de Unidades de Conservação, das prefeituras dos municípios e da população residente no PNSD. A equipe responsável pelo processo de criação do Conselho era composta de aproximadamente 12 pessoas, do IBAMA e da SOS Amazônia. Os recursos financeiros foram significativos, se olhados de forma holística. Porém, considerando a dimensão territorial da Unidade, os passos realizados (um ano e 3 meses de trabalho) e os resultados alcançados, e considerando ainda que era uma experiência pioneira de criação de um conselho com base na lei 9.985/00, os recursos foram insignificantes, devendo ter chegado em torno de R\$ 120.000,00.

A criação do Conselho passou por três fases bastante diferentes, porém, conectadas: a primeira fase deu-se através de visitas (e/ou reuniões) às instituições e entidades sociais que tinham interface com o PNSD e à população residente na UC (e/ou colocações¹) ou no seu entorno. Nestas oportunidades, era apresentada a proposta para criação do Conselho e feita a sensibilização para participação nos eventos futuros. Essa primeira fase serviu, também, para que alguns passos propostos no projeto inicial fossem redimensionados.

A segunda fase correspondeu à realização dos Seminários, num total de 04 (quatro), nos municípios abrangidos pelo PNSD e com a



participação dos representantes da população residente e do entorno da UC, das instituições, das entidades sociais e do público interessado. O objetivo dos seminários era o nivelamento de informações sobre o Projeto para criação do Conselho, conceitos fundamentais e básicos sobre a Lei do SNUC, conselhos Consultivos e Deliberativos, o PNSD e Gestão participativa. Durante os seminários eram escolhidos - num processo participativo e democrático, a partir dos critérios de representatividade, alfabetização e vontade de participar - os representantes da população residente e do entorno do PNSD, para as oficinas de capacitação. Ainda durante os seminários, esses representantes eram apresentados às pessoas indicadas pelas instituições e entidades com o objetivo de participar das referidas oficinas.

As oficinas de capacitação, num total de 03 (três), foram realizadas no município de Cruzeiro do Sul e contavam sempre com a participação da maioria dos pretensos conselheiros, os escolhidos pelas comunidades ou os indicados pelas instituições e/ou entidades sociais nos eventos anteriores (visitas/reuniões e seminários).

Durante as oficinas de capacitação, eram discutidos diversos temas relacionados à Unidade de Conservação, além de outros que pudessem contribuir para a formação de cada conselheiro. Durante a primeira oficina, foram discutidos alguns temas, tais como: atividades do Plano de Manejo, atividades em execução, atividades previstas, a natureza de um conselho consultivo, papel dos conselheiros, papel do conselho, Lei do SNUC, perfil do conselheiro, Estado, cidadania e políticas públicas.

Na segunda oficina, que teve como mediadora a Dra. Iara Vasco da ESEC Carijós – IBAMA/Santa Catarina, foram discutidas questões relativas às potencialidades da Unidade de Conservação, problemas enfrentados pela população residente, questões fundiárias, conhecimento da unidade, missão do IBAMA, objetivos da Unidade, regimento interno do Conselho, entre outras.

Na terceira oficina, mediada pelos professores Celso e Valdira, do Instituto Sere, do Rio de Janeiro, foram discutidos diversos temas, principalmente o regimento interno do Conselho.

A comunicação, com o objetivo de mobilizar os atores identificados como potenciais para participarem do Conselho, deu-se através de ofícios, sempre assinados pelo IBAMA e SOS Amazônia, mensagens via rádio, cartas, cartazes distribuídos em pontos estratégicos dos municípios da região do PNSD, folders e entrevistas em jornal escrito, televisivo e rádio.

A receptividade da maioria dos atores que interagem com a unidade foi muito positiva, porém houve - durante a primeira fase do processo - uma comunidade, que se dizia indígena, e que não aceitou ouvir a proposta para criação do Conselho. Felizmente, no início da terceira fase, o representante daquela comunidade já se fazia presente.

A equipe de coordenação do projeto, realizou inicialmente um recorte, a partir das respostas dadas a algumas perguntas formuladas pela



própria equipe, como por exemplo: quem mora na UC?, Quem não mora mas usufrui dos recursos naturais da UC, direta e indiretamente?, Quem tem interesse na UC?, Quem gera problemas para UC?, Quem deseja soluções para os problemas ou êxito da UC? etc. Com base no resultado das perguntas, elaborou-se uma relação de instituições e de entidades que deveriam ser visitadas e sensibilizadas para participarem, a partir de um processo democrático, do Conselho Consultivo do PNSD. Esse processo teve três momentos, que foram as visitas/reuniões de sensibilização, os seminários de nivelamentos e as oficinas de capacitação. Os representantes das instituições e das entidades foram indicados, a partir de um processo de sensibilização realizado junto às autoridades máximas de cada instituição e/ou entidade.

O PNSD está localizado na micro-região do Vale do Juruá, a oeste do estado e a 800 km da capital. Como Cruzeiro do Sul é considerada a capital do Juruá, quase todos os setores representativos da sociedade acreana se fizeram presentes no Vale e, por conseguinte, passaram a fazer parte do Conselho do PNSD todos aqueles setores que, a partir do recorte, foram considerados pela equipe de coordenação como importantes para a constituição do Conselho, como por exemplo: as comunidades residentes no PNSD, CNS, Exército Brasileiro, Sindicatos, Funai, Prefeituras, Câmaras de Vereadores, Associações Comerciais, dentre outros.

Durante todo o processo para criação do Conselho, os eventos foram realizados em locais de maior facilidade de acesso para os conselheiros. As oficinas, por exemplo, foram todas realizadas no município de Cruzeiro do Sul, por ser um ponto central da micro-região, e onde está situado o PNSD, assim como sempre se garantiu a hospedagem, alimentação e transporte para os conselheiros representantes da população residente na UC, bem como alimentação para os conselheiros representantes de entidades e instituições.

Considerando que o processo de escolha dos representantes das comunidades foi participativo e democrático (cada um dos eleitos passou, ainda, por um processo contínuo de capacitação), acreditamos na sua legitimidade e na sua capacidade de defender os interesses legítimos de suas comunidades, de suas entidades e de suas instituições. Os conselheiros, particularmente os representantes da população residente na UC que reivindicava os meios para garantir a realização de reuniões em suas comunidades para levantamento de demandas, foram atendidos pelo órgão gestor da unidade, que providenciou esses meios (gasolina e visitas de apoio, inclusive a partir de outros projetos do órgão gestor).

A equipe que coordenou todo o processo para criação do Conselho Consultivo do PNSD tem plena consciência de que a metodologia adotada para criação do Conselho Consultivo do PNSD teve como principal objetivo garantir a participação de cada conselheiro de forma prepositiva e qualificada, independentemente de suas origens ou do segmento social que representava.

O Conselho é, sem dúvida, o fórum legítimo para discussão e resoluções de todos os assuntos inerentes às Unidades de Conservação e garante a gestão participativa e compartilhada da Unidade.



APOIO À CAPACITAÇÃO DO CONSELHO CONSULTIVO DO PARQUE NACIONAL DA SERRA DO DIVISOR, AC

Leila Soraya Menezes

Instituto Internacional de Educação do Brasil – IEB

Programa de Apoio ao Desenvolvimento

Institucional e Sustentável - Padis

O Instituto Internacional de Educação do Brasil – IEB, no âmbito do seu Programa de Apoio ao Desenvolvimento Institucional e Sustentável – Padis, apóia a formação e capacitação do Conselho Consultivo do Parque Nacional da Serra do Divisor. O Padis é um programa que tem como objetivo o desenvolvimento institucional de espaços públicos sócio-ambientais, como o do Conselho deste parque do Acre.

Assinam o projeto a Associação SOS Amazônia e o IBAMA-AC. Seu objetivo original foi o de buscar apoio ao processo de constituição do Conselho Consultivo do Parque Nacional Serra do Divisor (convocação, criação, capacitação e assistência ao Conselho), envolvendo a população e organizações locais. Com este objetivo, algumas ações de capacitação dos conselheiros do PNSD e de ampliação das capacidades técnico-operativas das organizações parceiras foram pactuadas.

Os grandes desafios

O Padis enxergou na parceria IBAMA/ SOS Amazônia o embrião de um espaço público. Nossa meta era trabalhar para a formação e capacitação do Conselho Consultivo do Parque Nacional da Serra do Divisor de modo que, ele sim, viesse a se transformar no espaço público sócio-ambiental por excelência da região do Vale do Juruá, com capacidade de dialogar pelo interesse público e o bem comum e de influenciar a região na definição e implementação de políticas públicas.

Sabíamos que nossos desafios seriam imensos. Um mapeamento político-institucional, que teve por objetivo identificar os atores sociais locais e regionais, os conflitos latentes e os já deflagrados, os processos já iniciados na região, os recursos e possibilidades da região, e a relação de forças e poder entre os atores sociais, foi bastante revelador dos desafios que teríamos pela frente.

Até o ano 2000, não encontramos registro de mobilização ou constituição de espaços de discussão acerca da criação do Parque da Serra do Divisor ou de suas conseqüências, quando a SOS Amazônia apresentou aos grupos locais o Plano de Manejo que realizou. Entendíamos como uma limitação o não envolvimento anterior das populações e organizações locais, sua insatisfação e suas incertezas. Com relação à dinâmica e à cultura política dos signatários do projeto, embora o Plano de Manejo tenha sido realizado sem o envolvimento da população, em 2001 a SOS era percebida por parcelas da população como uma organização séria e com credibilidade. Por sua vez, à mesma época, o IBAMA do Acre se descrevia a si próprio como um órgão desaparelhado, com quadros de baixa qualificação técnica e política. Não possuindo cultura de participação em



projetos, apostava na aliança com a SOS como um possível meio de redução dos conflitos locais.

Foi neste contexto político-institucional que o Padis assumiu o compromisso de capacitar o Conselho Consultivo do Parque, prevendo que ele se transformaria, em pouco tempo, em um importante espaço público sócio-ambiental da região.

Lições aprendidas

As ações do Padis junto ao Conselho do Parque foram nos dando, paulatinamente, os dados de realidade necessários para ponderarmos nossas expectativas de apoio e reconsiderarmos nossa própria capacidade de atuação.

As ações junto ao Conselho tiveram início com a viabilização e facilitação de duas oficinas, em 2002: uma, com a finalidade de integração dos conselheiros e outra, na qual os conselheiros, após constatarem suas necessidades, pactuaram ações prioritárias, planejaram sua agenda de trabalho e definiram sua própria agenda de fortalecimento.

Foi à época da realização desta oficina que, diante do elenco de atividades de fortalecimento necessárias, nós - Conselho Consultivo do Parque Nacional da Serra do Divisor e IEB/ Padis - pactuamos as ações que seriam, a partir daí, facilitadas, viabilizadas e oferecidas com a colaboração do programa.

Dentre estas atividades, destacam-se a viabilização e a facilitação de intercâmbios dos conselheiros com outras áreas protegidas do Brasil. Ampliar a capacidade de leitura e avaliação dos conselheiros do Parque, por meio de intercâmbios de experiências entre os conselheiros e outras realidades relacionadas com a questão das unidades de conservação, eis o objetivo desta atividade.

Em 2002, os conselheiros visitaram o Projeto Pousada Ecológica Aldeia dos Lagos, no município de Silves, e a ESEC Anavilhanas, no Estado do Amazonas. A primeira visita tinha como finalidade observar a forma de organização comunitária de Silves, visando a criação de lagos reservados e a sustentabilidade da população ribeirinha e do município. A segunda, por sua vez, objetivava conhecer os moradores do entorno da ESEC Anavilhanas e com eles trocar experiências sobre os impactos da unidade de conservação em suas vidas.

Aprendemos muito com os acertos, mas principalmente com os erros deste primeiro intercâmbio. Como resultados dos intercâmbios, tivemos o início de um processo de fortalecimento e crescimento dos conselheiros. As visitas facultaram-lhes a oportunidade de penetrar em universos diferenciados, localizados em outra situação geográfica e culturalmente distintos, todavia apresentando elementos que lhes eram muito familiares. A percepção desses elementos conhecidos em ambientes estranhos, distantes, fez com que, por exemplo, na Esec Anavilhanas, pudessem vislumbrar problemas e situações de conflito vividas entre os moradores do entorno e a unidade de conservação, com suas políticas de restrição de uso dos recursos naturais.



A história de remoção traumática das populações ribeirinhas possibilitou aos conselheiros - em especial aos que eram moradores do Parque - a percepção concreta de que o processo de retirada, ou de "transição", das comunidades que viviam dentro de um parque poderia causar grande impacto sobre seus modos de vida e reprodução.

Por outro lado, a experiência em Silves mostrou aos conselheiros que a conservação pode ser objeto de interesse das próprias comunidades e que estas podem ser agentes no processo de proteção e conservação ambiental. Descobriram que promover ações de conservação ambiental - fosse pelo aumento dos estoques biológicos (peixes), fosse pela possibilidade de gerar renda por meio do turismo, artesanato e formas de extração sustentada da floresta - poderia trazer um ganho imenso em termos da melhoria da qualidade de vida a ser usufruída por aqueles que as promovessem.

Algumas das lições aprendidas com os primeiros intercâmbios referem-se à gestão desta atividade. Outras lições aprendidas desembocaram no que se refere à forma de potencializar os resultados da atividade de intercâmbio. Para destacar apenas uma lição: Os conselheiros, representantes das comunidades de moradores do Parque Nacional, são de fato e de direito os mais interessados no processo de intercâmbio. E a eles passou-se a dirigir a oportunidade desta metodologia, como forma de potencializar seus resultados.

2003/2004: Consolidação da Capacitação

Em 2003 e 2004, o processo de capacitação do Conselho do Parque foi consolidado. Mas foi também o período em que mais aprendemos sobre os limites físicos do Padi.

O segundo intercâmbio dos conselheiros do Parque Nacional da Serra do Divisor se deu em Barcelos, no Estado do Amazonas, no Parque Nacional do Jaú. Já conscientes dos erros ocorridos no intercâmbio anterior, os conselheiros viram, nesse segundo, a possibilidade de uma rica troca de experiências sobre a realização e a forma dos planos de manejo de cada uma das áreas. Este intercâmbio contribuiu, ainda, para a definição do valor real da palavra "participativo", na medida em que permitiu que se distinguisse não só o que em cada um dos Parques chamou-se de processo participativo, como também o próprio processo de elaboração dos respectivos planos de manejo.

Também em 2003 foi realizada uma oficina de legislação ambiental, na qual o Conselho pôde discutir e constatar que era possível conservação sem que ela arrastasse consigo dívidas sociais. Nesta oficina tratou-se das responsabilidades de todas as instituições que faziam parte do Conselho do Parque. Deixou-se claro que o IBAMA era o órgão responsável pela gestão, mas que o Parque não era só do IBAMA. Que devia haver compromisso das outras instituições e da comunidade para com o Parque. Que a nova Lei do SNUC oferecia um instrumento para solução 'temporária', com garantias das atividades tradicionais da população no Parque (até que se encontrasse uma solução definitiva, fosse pelo reassentamento em local desejado pelas comunidades com indenização justa, fosse pela reclassificação de parte do Parque para Reserva Extrativista ou de Desenvolvimento Sustentável, ou então pela mudança da Lei do SNUC).



Vimos o que podia vir a ser um Termo de Compromisso, um acordo entre Ibama e comunidades moradoras (cada família) para garantir direitos com regras claras sobre como continuar suas atividades tradicionais e apoiar a conservação do Parque e que ninguém devia assinar nenhum compromisso sem entender claramente o que estava sendo acordado, nem assinar contra vontade.

Discutimos como poderíamos iniciar um processo e as formas adequadas para uma negociação justa, com consulta, participação, reunião nas comunidades, participação de gente de confiança nas negociações. Vimos que na própria região do Vale do Juruá havia experiências de planejamento comunitário com compromisso da comunidade com a gestão do território (Projeto de Desenvolvimento Sustentável Assentamento de São Salvador, Terra Indígena Kampa do Rio Amônia, da Comunidade Ashaninka Apiwtxa, e a Reserva Extrativista do Alto Juruá) que podiam ajudar na construção do pacto Ibama/ comunidades no Parque da Serra do Divisor.

Vimos que a comunidade tinha que estar bem informada e articulada antes de iniciar um processo de negociação. Negociação sem informação é prejuízo para as famílias. Vimos que o Plano de Manejo tratava as áreas onde havia moradores como Zona de Recuperação, o que devia ser alterado para Zona de Uso Temporário. Vimos que a comunidade tinha muitas carências nas áreas de produção, saúde, educação, conscientização, direito à terra e posse.

Esta oficina gerou a atividade seguinte da capacitação do Conselho, acontecida em maio deste ano de 2004: o intercâmbio dos conselheiros moradores do Parque junto às outras áreas protegidas que compõem o mosaico de áreas protegidas da região do Parque da Serra do Divisor, a região do Vale do Juruá.

Os Conselheiros saíram da área Norte do Parque e seguiram para a área Sul, e de lá visitaram e se reuniram com a Reserva Extrativista do Alto Juruá, e seguiram para a Terra Indígena Ashaninka. Os temas tratados por esta expedição foram, principalmente, o Termo de Compromisso de conservação pactuado pelas comunidades visitadas e alternativas sustentáveis de convivência com a unidade e uso de seus recursos.

Esta expedição teve dois coroamentos. O primeiro deles foi a 5ª Reunião Ordinária do Conselho, realizada pela primeira vez no Município de Marechal Thaumaturgo, primeira reunião realizada em um município diferente do município de Cruzeiro do Sul. Reunião também viabilizada pelo IEB, no bojo das atividades de fortalecimento do Conselho.

O outro coroamento foi a constatação pública, pelo próprio Conselho, durante a reunião, do seu próprio amadurecimento, do amadurecimento dos conselheiros. Constatação que pudemos documentar em vídeo.

Os limites do Padis

Sobre os nossos limites, vale ressaltar dois aspectos.

O primeiro resulta das lições aprendidas em 2002, com a primeira



experiência de intercâmbio dos Conselheiros do Parque da Serra do Divisor. Diz respeito ao fato de termos assumido uma posição de defesa (em uma negociação nem sempre muito fácil junto aos parceiros originais do projeto) diante do que aprendemos ser necessário quanto à distribuição dos participantes dos intercâmbios. Uma distribuição que priorizasse a participação dos conselheiros moradores do Parque, que teriam mais necessidade, em relação aos demais membros do Conselho, de ampliar sua capacidade de participação e compreensão do processo pelo qual eles mesmos, suas famílias e sua comunidade passavam, além de capacitar-se para a atuação no Conselho. Esta experiência de negociação de interesses muitas vezes nos retirou da confortável posição de facilitadores de processos, mas com a limitação física de não sermos atores locais.

O mesmo se deu com relação à decisão de buscarmos participar da definição dos nomes dos facilitadores dos processos, atividades e oficinas, pactuados com o Conselho, como também da definição dos locais a serem visitados nos intercâmbios.

Um segundo aspecto, que compõe os limites do Padis, refere-se à aposta que o programa faz na ampliação de capacidades institucionais de atores estratégicos para que possam participar mais qualificadamente do processo de gestão participativa que representa o Conselho. Apostamos que se os atores pudessem ampliar as suas capacidades institucionais individuais de avaliação, planejamento, administração, gestão e comunicação, eles encontrariam mais fôlego e mais energia para atuar em situação de diálogo e sinergia com os demais atores da região e para tomar parte no jogo democrático local e do Conselho. Esta hipótese se provou não ser exatamente verdadeira. É certo que as agendas de fortalecimento individual tornam os atores mais ágeis, mais eficientes e mais próximos de realizar suas próprias missões. Mas não constitui garantia de que eles se tornarão mais democráticos ou de que poderão ser criadas condições políticas para que uma ação conjunta a outros atores se dê.

Por fim, outra limitação física que aprendemos refere-se ao fato das atividades junto ao Conselho do Parque necessitarem da viabilização de uma complexa e dispendiosa logística, o que nos permitiu realizar apenas parte das atividades pactuadas.

Perspectivas

Nossa perspectiva, apesar das dificuldades ainda presentes, é pela continuidade da relação da parceria com o Conselho Consultivo do Parque Nacional da Serra do Divisor e, para isso, o IEB tem envidado esforços de captação de recursos e intensificado a busca de novos aliados para a capacitação e o fortalecimento deste, que é considerado por nós, neste momento, como um dos espaços públicos sócio-ambientais mais importantes da região do Vale do Juruá.

Agosto de 2004



ENTREVISTA COM MIGUEL SCARCELLO SOS AMAZÔNIA/PARNA SERRA DO DIVISOR, AC

Entrevistadora - *Miguel, por favor, o seu nome e a instituição que você representa.*

Miguel - Eu sou Miguel Scarcello, trabalho na SOS Amazônia, e temos parceria com o IBAMA na área do Parque Nacional da Serra do Divisor.

Entrevistadora - *Você sabe identificar os grupos que fizeram parte do processo de criação do Parque da Serra do Divisor e como foi essa criação?*

Miguel - Bem, nós, juntamente com o IBAMA, visitamos tanto os setores governamentais como os não-governamentais, as famílias que vivem no Parque, os sindicatos que representam essas famílias, o setor empresarial na área urbana e algumas organizações da área ambiental e social. No setor público, trabalhamos com os governos estadual, federal, e incluímos tanto as Prefeituras quanto as Câmaras de vereadores de todos os 5 municípios onde o Parque está instalado. No geral, é mais ou menos esse grupo de representações que vamos ter. A visita foi uma primeira etapa; depois realizamos uma série de quatro reuniões em cada um dos municípios para motivar mais e explicar a importância do Parque e também a existência do Conselho. A partir daí, traçamos um processo de realização de oficinas com representantes indicados por esses setores, que foi culminar em 2002 com a criação do Conselho. Também se estabeleceu o Regimento Interno. Então, antes da criação nós tivemos duas reuniões e duas oficinas de trabalho com os representantes para que pudéssemos entender melhor o papel do Conselho e para definir a estrutura do regimento para a atuação do Conselho.

Entrevistadora - *A comunidade local participa ativamente desses acontecimentos, por exemplo, a instalação do Conselho?*

Miguel - É, eles são convidados a participar das reuniões e sempre estão presentes, mas não é assim uma participação em que a Sociedade Civil potencialize o Conselho e o Parque. Eles vêm e participam, tanto em Grupos de Trabalho quanto em Câmaras Técnicas, mas a participação ainda não é tão intensa como deveria.

Entrevistadora - *A comunidade é a favor do Parque; na época da instalação, foi uma comunidade atuante?*

Miguel - Não, o Parque surgiu para essas famílias como um problema; até hoje grande parte não acha boa sua existência, mas já têm surgido opiniões diferentes. Depois de um processo de integração com eles e de uma explicação melhor sobre o que é o Parque, o papel que ele tem, as pessoas começaram a ter um pouco mais de entendimento. Mas em geral as famílias que moram lá e têm representação acham que ele não deveria existir, ou que ao menos deveria permitir que permanecessem lá dentro; então não é uma unanimidade dentro das famílias que residem no Parque.

Entrevistadora - *Então, o Parque não foi uma reivindicação da comunidade?*



Miguel - Não, acho que dificilmente encontraremos um parque no país que tenha sido criado por uma demanda comunitária. Fez parte de um processo de criação de unidades na década de 70 e 80, tendo como base uma série de estudos de importância de áreas na Amazônia que deveriam ser preservadas, e essa foi, na verdade, a maior justificativa de identificação de prioridades de ambientes naturais importantes que deveriam ser prioritariamente preservados.

Entrevistadora - *Mas você acha que, com a criação e a atuação do Conselho, a tendência é conseguir mudar essa opinião?*

Miguel - Acho que sim; lentamente isso já está acontecendo. Os políticos locais têm mudado de posição; os prefeitos já mudaram de seis anos para cá.

Entrevistadora - *Quer dizer que eles eram contra?*

Miguel - Sim, alguns eram, mas agora eles estão começando a ter opinião favorável, e os vereadores também; sempre encontramos um grupo contrário, mas já está se formando uma nova consciência de ver o Parque com outros olhos.

Entrevistadora - *Qual foi a motivação para a criação do Conselho? Vocês ouviram a sociedade, explicaram como seria o Conselho?*

Miguel - Na verdade era um entendimento de que tinha que se criar um espaço público onde as pessoas pudessem debater suas preocupações, regularizar sua situação e cobrar do IBAMA a efetividade no funcionamento do Parque, porque ele tem que proporcionar benefícios. Internamente, na SOS Amazônia e com base no Plano de Manejo, vimos que um Conselho seria um instrumento fundamental para a gestão do Parque; então provocamos o IBAMA a tomar essa iniciativa, fizemos a parceria e acabou acontecendo.

Entrevistadora - *Na SOS Amazônia, são quantas pessoas envolvidas?*

Miguel - Hoje, trabalhando, são quase 25 pessoas com 2 escritórios, um em Cruzeiro do Sul e outro em Rio Branco.

Entrevistadora - *Como foram escolhidos os participantes do Conselho?*

Miguel - Como fizemos convocação por instituição, a indicação foi feita por eles; a seleção ou eleição é um processo interno em que não nos envolvemos. No caso das instituições indicadas, elegemos aquelas que teriam um papel político atuante na região, que estivessem relacionadas ao Parque, no caso de órgãos governamentais estaduais, federais e municipais. Por exemplo, todos os vereadores e todas as Câmaras têm assento no Conselho, como as Prefeituras também. E no caso da Sociedade Civil, nos preocupamos em convocar as representações das famílias que moram no Parque e do movimento social que tem relação com os moradores. No caso das famílias do Parque, que deve ser hoje uma representação de 9 associações de moradores lá de dentro, elas definiram entre si quem seriam os representantes.

Entrevistadora - *Quantas são as famílias que vivem dentro do Parque? Todas vão ter que deixar o Parque?*



Miguel - São 522 famílias. Pela legislação, necessariamente, deveriam ser reassentados em outro local.

Entrevistadora - *Como é a representatividade no Conselho?*

Miguel - No caso das cidades, temos os prefeitos e os vereadores que mandam seus representantes; existem 2 associações comerciais e os sindicatos rurais participando; então temos um universo de representações bastante significativo pela população que existe na região. Hoje são mais de 37 membros dentro do Conselho: 5 prefeitos, 5 vereadores e uma série de órgãos públicos estaduais e federais, fora a sociedade civil. Só de moradores são 9 representantes; sindicatos rurais, 2; comunidades indígenas, 4. Creio que é um universo razoável, e ele está numa estrutura quase que paritária, 50% Poder Público e 50% não-governamental; só da população consideramos que sejam quase 25% dos representantes. Não é o ideal, mas acho que, para iniciar o processo, pelo menos eles demonstraram interesse e compromisso em efetivar o funcionamento do Conselho, e têm marcado presença sempre.

Entrevistadora - *E o Regimento Interno?*

Miguel - O Regimento Interno já foi elaborado junto com eles, em duas oficinas que aconteceram em 2001 e 2002, discutido com eles, aprovado, e já está sendo aplicado.

Entrevistadora - *Esses representantes levam para as comunidades o que está sendo discutido?*

Miguel - Não tenho como aferir ou comprovar o efetivo repasse das decisões e das discussões, mas creio que deve ser muito fraco. Isso faz parte de uma estratégia de fortalecimento do Conselho, de um programa de formação dos conselheiros e de apoio a eles que o IBAMA encampou. Já fizemos uma primeira etapa, mas ainda foi muito pouco. É preciso intensificar o apoio aos conselheiros para que eles tenham maior habilidade e maior capacidade de repassar tanto os resultados como também de captar deles as demandas para levar ao Conselho.

Entrevistadora - *Então, vocês estão preocupados em capacitar esses representantes, em dar cursos?*

Miguel - Sim. Temos que deixá-los cada vez mais aptos a cumprir o papel de conselheiros. Nossa proposta junto com o IBAMA é fortalecer essa formação e dar apoio para que eles tenham a capacidade de fazer esse papel.

Entrevistadora - *Vocês fazem reuniões periódicas?*

Miguel - Existem as reuniões ordinárias; já aconteceram 4 ordinárias e acho que 1 extraordinária, nesses dois anos. E 3 grupos de trabalho também aconteceram.

Entrevistadora - *E as Prefeituras, vereadores, o Governo, comparecem a essas reuniões, mandam representantes?*



Miguel - Sim, mandam. Algumas prefeituras no início se ausentaram de 2 reuniões e depois foram cobradas, mas hoje, dos 5 municípios, 4 têm presença permanente.

Entrevistadora - *E como você avalia o processo de criação e implementação do Conselho?*

Miguel - Avalio como positiva, porque ainda não existia um foro dessa magnitude naquela região, com mais de 30 representações e juntando todos os representantes do Poder Público e movimento social. Isso deu efeito de participação. As pessoas estão participando, têm mostrado maior clareza do que é o Parque, porque ele está lá, mesmo não concordando, estão tendo um entendimento. Os prefeitos estão mudando a sua visão sobre a importância do Parque para a região e têm comparecido às reuniões; têm cobrado o andamento das atividades de gestão do Parque, têm apresentado demandas. De maneira geral, da criação para cá, eu penso que foi positivo, mas poderia ter sido melhor. Mas acredito que estamos num processo de aperfeiçoamento e que temos de fazer o Conselho funcionar melhor, tanto que houve já um Grupo de Trabalho para redefinir a representação das entidades dentro do Conselho. Nesses dois primeiros anos, até houve encaminhamentos equivocados pelo próprio IBAMA, e que as pessoas vêem que foram erros e já voltaram atrás; então se percebe que o processo de criação e de funcionamento tem dado resultado.

Entrevistadora - *Já houve um impacto de mudança de comportamento, de visão?*

Miguel - No caso de consciência, as pessoas da região, ao menos as lideranças e os representantes, têm tido uma clareza muito maior do que é o Parque e do papel do Conselho. Mas na gestão penso que ainda não, porque, infelizmente, a implementação pelo IBAMA é muito lenta. Essa é uma das cobranças que a gente faz sempre, que a decisão do Conselho tem que ser rapidamente executada; mas a execução é de uma lentidão imensa, então não dá um reflexo direto na Unidade.

Entrevistadora - *Houve alguma implementação desde que o Parque foi criado, de turismo ou outro trabalho que possa ser feito no entorno?*

Miguel - Desde que foi criado em 89 até 98, o Parque não tinha nada, por isso foi abandonado. As pessoas só ficaram sabendo que ele foi instalado por comunicado aos vereadores, mas nada muito oficial. O Plano de Manejo do Parque ficou pronto em 1998, e as atividades começaram a ser executadas somente a partir dessa data; então, efetivamente, mudanças espaciais ou dentro do território ainda não aconteceram.

Entrevistadora - *Com o Conselho isso pode vir a acontecer?*

Miguel - Creio que o Conselho é um importante instrumento de gestão, mas, para implementar, é preciso o Poder Público ter capacidade para isso. Ele não tem, então tem demonstrado que é ineficiente para executar o que planeja.



Entrevistadora - *O Poder Público?*

Miguel - É, o Poder Público: o IBAMA, o Governo Federal. Ele traça um Plano de Manejo para a Unidade, mas não consegue executar o que planejou, porque o Plano de Manejo orienta uma série de atividades no entorno do Parque, e infelizmente isso não foi potencializado. O próprio plano de uso do Parque, que é um plano de ecoturismo elaborado com recursos do PROECOTUR para viabilizar o ecoturismo dentro do Parque e potencializar o entorno, ficou pronto em 2002 e foi lançado agora em 2004. Até se implementar tudo o que ficou elaborado no plano, que vai dar um efeito concreto nas cidades e no entorno, podemos calcular que vai levar um bom tempo.

Entrevistadora - *E como é o relacionamento do Conselho com as pessoas que trabalham na administração do Parque?*

Miguel - Creio que ainda não haja cultura dentro do IBAMA para trabalhar com Conselho. Os técnicos do IBAMA não têm muita preocupação em potencializar, em perceber que o Conselho pode ser uma alavanca para impulsionar uma série de coisas, para cobrar dinheiro, cobrar maior iniciativa do Governo Federal. Essa falta de cultura dificulta um pouco o relacionamento. No caso da SOS Amazônia, que é parceira, mas também é Secretária Executiva do Conselho, nós ficamos muito amarrados na realização desses trabalhos de fortalecer o Conselho e o Parque, porque não podemos fazer nada se não estiver combinado com o IBAMA. E por conta dessas deficiências e por entendimentos não bem elaborados por parte dos técnicos, as coisas não andam com a agilidade que deviam. Essa é uma das cobranças que fazemos para que o Parque funcione melhor e o Conselho também.

Entrevistadora - *Então a autonomia do Conselho é restrita por essa obrigatoriedade de estar sempre juntos IBAMA e Parque?*

Miguel - Sem dúvida. Tem que haver um pouco mais de confiança e entender que não vão perder o poder sobre as coisas. É uma troca; nós queremos que o Parque traga benefícios, e para trazer benefícios é preciso trabalhar muito, e o Governo, o Poder Público é muito amarrado para executar suas tarefas.

Entrevistadora - *Como é resolvida a questão de locomoção dos representantes do Conselho para as reuniões?*

Miguel - As pessoas que moram no campo, as famílias que moram dentro do Parque, por lei é obrigado que seja bancado o transporte, a hospedagem e a alimentação delas. Isso às vezes é feito pelo IBAMA, ou numa parceria SOS Amazônia e IBAMA, mas recentemente foi feito até em parceria com o Instituto Internacional de Educação do Brasil, o IEB, por conta de um trabalho que tínhamos juntos - SOS, IBAMA e IEB. Nessas que aconteceram, foi assim; a partir daqui o recurso está vindo só do IBAMA.

Entrevistadora - *Na sua opinião qual a principal dificuldade para um funcionamento adequado do Conselho?*



Miguel - Creio que o motivo é não ter uma comunicação efetiva, contínua, com os conselheiros, para deixá-los a par de tudo o que acontece no Parque e de todos os encaminhamentos do IBAMA; de coletar com eles as pautas e as demandas para que se incluam nas Reuniões do Conselho assuntos mais importantes, além daqueles que o IBAMA apresenta como importantes para a gestão da Unidade. Para isso acontecer, seria importante que a Secretária Executiva do Conselho fosse mais ágil, que tivesse certa autonomia para viabilizar as articulações, as comunicações, a produção de documentos, para auxiliar os conselhos, especialmente os que representam as famílias que moram no Parque, a repassar as decisões, a promover os encontros. Mantê-los sempre informados do que está acontecendo, para que eles se sintam parte do processo, o que traria muito mais efeitos positivos para a dinâmica de funcionamento do Conselho e até para implementação das atividades do Parque.

Entrevistadora - *E como é o papel do Chefe do Parque com o IBAMA e o Conselho?*

Miguel - Acho que o Chefe hoje tem um trânsito bom com os conselheiros, mas acredito que ele tenha muita dificuldade com o IBAMA, por não agilizar os recursos para essa articulação, o que dificulta estar sempre em campo, conectado com as famílias. Isso para ele causa uma série de problemas e de dificuldades.

Entrevistadora - *E entre os conselheiros, como vocês se mantêm informados durante esse período em que não há encontros?*

Miguel - Da mesma maneira que não há comunicação IBAMA-conselheiros com intensidade, também não existe uma boa comunicação entre conselheiros, o que também dificulta a participação.

Entrevistadora - *Como você acha que deveria ser resolvido esse problema?*

Miguel - A primeira coisa é que o Chefe do Conselho e o Secretário Executivo do Conselho têm que incrementar essas relações entre os conselheiros e, a partir daí, incentivar que cada grupamento de representação, por exemplo, os vereadores dos cinco municípios, os prefeitos dos cinco municípios, se integrem, e promovam mais reuniões. Uma maneira seria o Presidente do Conselho e o Chefe do Parque visitarem cada setor, para fazer com que eles interajam .

Entrevistadora - *E já houve alguma manifestação ou o reconhecimento dessa falha e uma manifestação de que isso deva ser mudado?*

Miguel - Não me lembro de ter ouvido uma cobrança sobre isso. Da parte da SOS, temos cobrado isso sempre, porque temos um pouco mais de vivência com Conselhos, e percebemos que isso quebra muito a relação. Tem-se sempre uma cobrança das comunidades do Parque de uma presença maior do IBAMA, porque ele está muito ausente; e automaticamente, com uma maior presença do IBAMA no Parque, vão ser levadas também as mensagens e os assuntos do Conselho. Essa deficiência de atuação do IBAMA acaba levando também a uma deficiência de funcionamento do Conselho.



Entrevistadora - *A SOS Amazônia tem algum instrumento que possa ajudar os conselheiros a ter uma integração maior?*

Miguel - Já temos um plano de trabalho que será apresentado na próxima reunião do Conselho. Temos discutido isso intensamente com o IBAMA para ver se conseguimos agilizar isso. Existe uma pauta de trabalho bem interessante, usando meios de comunicação como rádio, promovendo visitas mais freqüentes aos conselheiros; um contato maior, tanto presencial quanto por papel, promoção de reuniões pontuais com grupos menores, para dinamizar um pouco e auxiliar os conselheiros a se prepararem para ter mais participação nas reuniões. Esse plano a gente tem traçado, mas, para fazer isso, é preciso ter um compromisso maior do IBAMA, mais liberdade para atuar com os conselheiros.

Entrevistadora - *Como as pautas das reuniões são enviadas aos participantes do Conselho?*

Miguel - Elas são enviadas com mais ou menos 15 dias de antecedência, assim como o convite. O pessoal do IBAMA entrega a cada um dos conselheiros, e avisa que a reunião é dia tal, e vem a pauta junto. E eles comparecem, levam sugestões e cobranças.

Entrevistadora - *E as sugestões e cobranças partem da comunidade ou da parte deles mesmos?*

Miguel - Creio que um pouco mais deles do que da comunidade, porque eu não vivenciei ainda como é a relação deles com a comunidade no sentido de pegar conteúdo para levar para o Conselho. Creio que ainda deva haver alguns buracos aí.

Entrevistadora - *Como você avalia esta oficina de gestão participativa em UC?*

Miguel - Vejo como importante, porque a gente vê as iniciativas de outros locais, atividades interessantes que nunca experimentamos, que cabe encaixá-las nas nossas áreas também. Em matéria de troca de experiência é muito bom, mas, para o objetivo do encontro, creio que foi muita experiência e pouco tempo para debater melhor alguns assuntos específicos. Espero que o tempo de debate tenha sido suficiente para ao menos trazer o conteúdo que a organização estava esperando, no caso, tanto da Consulta Pública quanto do funcionamento dos Conselhos, porque são várias experiências e, além de as pessoas trazerem experiências, há muito para comentar e discutir, até para trazer novas visões.



ENTREVISTA COM JOSÉ MARIA REBOUÇAS MACHADO CONSELHO CONSULTIVO DO PARNA SERRA DO DIVISOR, AC

Entrevistadora - *Como é o seu nome e qual a Unidade que o senhor pertence?*

José Maria - Sou José Maria Rebouças Machado, do Parque Nacional da Serra do Divisor, a terra em que nasci e me criei. Hoje eu sou um conselheiro do Conselho do PARNA Serra do Divisor, e trabalhamos junto com trinta e nove ou quarenta instituições que estão a cargo do nosso Conselho. Esse Conselho foi montado para resolver os problemas do parque.

Entrevistadora - *Quanto tempo tem o Conselho?*

José Maria - O Conselho tem dois anos.

Entrevistadora - *Quem são os participantes do Conselho?*

José Maria - Eu, por exemplo, moro dentro da comunidade e a defendo muito. É só uma parceria com o IBAMA. E lá dentro do parque existem: a Comunidade Zulmira, que é onde eu moro, que eu represento; a Comunidade Pé-da-Serra, na área norte do parque; há mais duas etnias indígenas lá, que também fazem parte do Conselho, e ainda há mais outra área do Rio Azul, na área norte, que ainda tem mais dois conselheiros.

Entrevistadora - *Então é só a área norte que faz parte do Conselho ou é toda a área do parque?*

José Maria - Toda a área; na área sul também há conselheiros.

Entrevistadora - *Como foi o trabalho para a indicação dos membros do Conselho; qual foi a estratégia?*

José Maria - Bom, eu cheguei a participar do Conselho por convite do IBAMA. Eles foram entregar nas comunidades, eu recebi. Naquela época estava quase um conflito lá dentro porque existia uma etnia que tinha aparecido e que iria definir uma área. Eles eram muito inteligentes e queriam que os brancos passassem para o lado deles e se cadastrassem para ficar mais fácil.

Entrevistadora - *Eles fazem parte do Conselho?*

José Maria - Fazem, foram convidados para entrar no Conselho, e depois disso as coisas vêm funcionando normalmente. Eles sempre vão às reuniões.

Entrevistadora - *Todos os representantes são eleitos pela comunidade?*

José Maria - Sim, o direito do conselheiro é ser eleito pela comunidade, ser escolhido pela comunidade; ela é que sabe a pessoa que a pode representar; no meu caso não foi bem assim, porque nós não fizemos reuniões antes, mas quando cheguei algumas pessoas que participaram da reunião, que realmente eram da comunidade, me apoiaram.

Entrevistadora - *Para criar o Conselho foram feitas reuniões com a comunidade?*



José Maria - Várias reuniões. Particpei de três oficinas; realmente o Marco Aurélio e o Messias chegaram lá para a formação do Conselho.

Entrevistadora - *E vocês avisavam a comunidade, falavam das coisas do Conselho; qual era a estratégia?*

José Maria - Depois da formação do Conselho. O conselheiro hoje tem que ser um mensageiro, porque é aquele negócio: leva notícia, traz notícia; eu recebo aqui, hoje participo aqui deste seminário, amanhã chego lá e faço uma reunião, e não vou chamar só a minha comunidade, porque eu incluo as três comunidades que são mais juntas, a que faz parte pelo lado de baixo da minha comunidade, e pelo lado de cima, e aí eu vou contar tudo o que ouvi e recebi, as coisas que eu posso levar na minha mente, porque nem tudo nós levamos, mas eu acho que o básico levamos.

Entrevistadora - *As reuniões têm atas; essas atas vocês tentam passar?*

José Maria - Nós pegamos as atas, levamos tudo, mas não sei se aqui nós vamos pegar uma ata.

Entrevistadora - *Eles vão mandar.*

José Maria - É realmente uma coisa necessária para nós apresentarmos.

Entrevistadora - *E para criar o Conselho vocês utilizaram algum meio de comunicação? Folhetos?*

José Maria - A comunicação é feita através de rádio, é a Rádio Difusora; lá nós temos os radinhos à pilha, nós só recebemos, não tem como transmitir de volta. Na época não foi por folheto; nós éramos convidados e vínhamos para as oficinas e participávamos.

Entrevistadora - *E hoje, quantas reuniões vocês têm no Conselho?*

José Maria - Cinco reuniões ordinárias. Não tem prazo; reunião ordinária depende muito de recursos, é o que se fala; quando está preparada, arranjamos os recursos.

Entrevistadora - *E quando vocês têm que ir para a reunião, quem custeia?*

José Maria - Na nossa região, todo mundo tem o seu barco preparado, todo mundo tem o seu motorzinho e seu barco, na hora que quer sair, sai; na hora que quer chegar; muitas vezes chega, se não tiver algum imprevisto, com certeza.

Entrevistadora - *Como vocês criaram o Regimento Interno?*

José Maria - O Regimento Interno foi tirado após tudo que foi estudado e passado na oficina de formação, conforme as regras que foram aplicadas e os procedimentos todos.



Entrevistadora - *Depois da criação do Conselho, a administração do parque já acatou, por exemplo, resoluções que vocês tomaram?*

José Maria - Mudaram algumas coisas. Não está 100%, porque realmente as coisas andam muito devagar, e os problemas que surgem são muitos muito fortes lá dentro. É uma das preocupações das pessoas que trabalham lá; é como eu lhe digo: lá dentro tem cinco gerações, eu acho que isso tem que ser respeitado, não se pode chegar assim e dizer: olha, você vai deixar de trabalhar. E sem levar um meio de sobrevivência, porque quando se tira um meio de sobrevivência de uma pessoa, tem que deixar outro; então a minha crítica maior é essa. Nós sabemos que dentro de um parque nacional vai chegar a época em que não vai poder morar ninguém. Mas, enquanto não se resolve isso, temos que continuar com nossas atividades, quer dizer, essa é a maneira como estamos trabalhando lá dentro.

Entrevistadora - *E tem alguma atividade fora do parque, no entorno, alguma atividade produtiva que ainda possa prejudicar o parque?*

José Maria - Eu não conheço todo o entorno do parque; pela margem do rio eu vejo que não tem.

Entrevistadora - *E lá dentro ainda tem alguma atividade desse tipo?*

José Maria - O que eu acho que deve estar prejudicando o parque é uma invasão peruana de madeira pelos fundos. A várzea do Rio Moura é produtiva; na várzea mesmo só existe plantação e isso está acabando, porque é proibido desmatar a beira, é uma plantação muito pequena. Se você chegar lá no Parque Nacional do Divisor, vai ver que não tem quase nada prejudicando, é uma pequena agricultura para aquela área toda. Então a nossa preocupação é que talvez o impacto maior seja este: tirar as famílias lá de dentro e levar para um lugar, com participação em negociatas.

Entrevistadora - *E o Conselho tem autonomia para trabalhar?*

José Maria - Estamos tentando nos organizar cada vez mais; embora não tenha, estamos tentando buscar.

Entrevistadora - *E como é a relação que vocês têm com o IBAMA, com os Órgãos Públicos?*

José Maria - É uma boa parceria; ficamos conversando, não só nas reuniões, detalhando e vendo como vamos buscar as coisas para agilizar.

Entrevistadora - *E os Prefeitos, o Governo?*

José Maria - Politicamente, eu não sei; eu sou um crítico político. Eu vejo a política funcionar apenas de quatro em quatro anos, quando chega a época da eleição.

Entrevistadora - *Ele não dá apoio nenhum ao Parque?*

José Maria - Se dá eu não sei.



Entrevistadora - *José Maria, quais são os principais obstáculos, as dificuldades que atrapalham um bom funcionamento do Conselho?*

José Maria - Primeiro, eu acho que são as condições, recursos financeiros; depois a organização do Conselho, pelo menos por parte das comunidades. O povo das comunidades às vezes não participa, tem gente que está lá, e está tão tranqüilo, que parece que não está acontecendo nada. E é isso que eu falo muitas vezes para eles, eu digo: olha, vocês nem sabem o que eu encontro por aí, nas minhas viagens defendendo a comunidade; vocês ficam aqui tão tranqüilos, e quando eu chego e anuncio uma reunião poderia vir todo mundo; as coisas não estão tão boas como vocês estão pensando. Acho necessário um programa de conscientização nas comunidades.

Entrevistadora - *Eles não têm consciência da conservação?*

José Maria - Eles não têm consciência, eles pensam que as coisas têm que estar sempre como eram.

Entrevistadora - *E qual a sua sugestão para o bom funcionamento do Conselho?*

José Maria - Não só do Conselho, eu diria que os problemas têm como ser tratados lá dentro. Há pessoas que querem sair para serem assentadas, há outros que querem sair individualmente, mas não com as mãos abanando, querem receber uma indenização, grande ou pequena. Vejo que, para os problemas serem resolvidos, tem que ser dessa maneira, porque na idéia do IBAMA, de querer tirar o pessoal para um assentamento, tem muita gente que não quer ir, sabe por quê? Porque aqueles costumes tradicionais são muito úteis para a pessoa; porque onde nós nascemos os caminhos estão todos abertos. Nós já visitamos a entrada da área, e o que encontramos foram os assentamentos abandonados, porque o pessoal foi para lá, ninguém deu assistência, ficaram lá jogados, a 40 km, 30 km, sem ter transporte, sem nada, e o pessoal fica morrendo à míngua, nós conhecemos situações de pessoas que adoecem, a pessoa vem buscar recursos, e quando chega lá a pessoa está morta. Mas o que o pessoal quer é o seguinte: na hora que fazem um assentamento, eles prometem um assentamento modelo, de acordo com que o pessoal pede; então façam o assentamento com asfalto, façam escola, posto de saúde, comunicação, coloquem luz elétrica, porque até hoje existe um programa do Governo Federal, esse é um programa que talvez nós não tenhamos mais medo, não, ele já está programado; então, quando tiver tudo prontinho, o pessoal irá um atrás do outro, com certeza.

Entrevistadora - *São quantas famílias?*

José Maria - Na área norte são 150 famílias, parece, não sei se está bem atualizado o cadastro.

Entrevistadora - *E lá existe o Plano de Manejo?*

José Maria - Ainda não temos, é o que se está estudando para fazer agora, que chamamos de termo de compromisso; eles estão estudando para fazer o diagnóstico e buscando recursos, porque não existem. Eles querem



fazer de uma maneira para que ninguém fique muito insatisfeito. Tem que haver um diagnóstico, e muito bem-feito. Depois do diagnóstico, vai-se preparar o Plano de Manejo.

Entrevistadora - *E o que o senhor achou da oficina de três dias?*

José Maria - Para mim foi muito boa. Nesses três dias em que nós participamos, vi que todos tratam de assuntos quase iguais, cada área de conservação tem seus problemas, mas todos estão tentando resolver; só a coragem desse povo, vindo lá de tão longe, chegando aqui e tendo coragem de falar, colocar tudo, isso para mim é muito interessante, é a força do povo, a união do povo que quer uma coisa, porque temos que combinar, temos de concordar que seja realizado, e que seja realizado com muita participação; do jeito que está se vendo, eu acho que vai muito bem; espero que um dia as coisas se realizem.

PROJETO DE EDUCAÇÃO PARA GESTÃO PARTICIPATIVA NAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DO RIO DE JANEIRO, ATRAVÉS DA IMPLEMENTAÇÃO, CAPACITAÇÃO E FORTALECIMENTO DE CONSELHOS GESTORES

Núcleo de Educação Ambiental – IBAMA/RJ

No ano de 2001, o Núcleo de Educação Ambiental do IBAMA Rio de Janeiro (NEA/RJ), em consonância com a Coordenação Geral de Educação Ambiental do IBAMA de Brasília, iniciou um processo amplo de discussão (Curso de Introdução à Educação no Processo de Gestão Ambiental, em março, e Seminário sobre Educação no Processo de Gestão Ambiental no Estado do Rio de Janeiro, em novembro) acerca da gestão participativa e da função dos conselhos em unidades de conservação, que contou com a colaboração de diversos agentes sociais governamentais e não-governamentais.

O principal resultado desse debate foi a definição de um projeto experimental e pioneiro de Educação Ambiental e Gestão Participativa, realizado em parceria com o Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase), junto ao Conselho Consultivo do PARNA da Restinga de Jurubatiba, no segundo semestre de 2002.

Tal projeto atendeu a dois objetivos interconexos:

1 - Formular bases conceituais e gerar metodologias que situem a Educação Ambiental no âmbito da Gestão Ambiental Democrática de Unidades de Conservação, tendo como espaço institucional privilegiado, para isto, os conselhos consultivos ou deliberativos previstos no SNUC.

1.1- Bases conceituais que nortearam as práticas para o fomento da gestão participativa no PARNA Jurubatiba, bem como o diagnóstico sócio-ambiental preliminar da área:

CONCEITOS ESTRUTURANTES

Desenvolvimento Humano Ecológico e Educação

Educação

Educação Ambiental

Educação Ambiental e o Conceito de Vulnerabilidade Sócio-Ambiental

Conceito de Ambiente e de Conflito Ambiental

Educação e Participação em Conselhos para a Resolução de Conflitos

Conselhos Gestores

Conselhos em Unidades de Conservação

1.2- Proposta metodológica para construção de Roteiro para o Diagnóstico Sócio-Ambiental Participativo do PARNA Jurubatiba – orientada por quatro eixos:

- Envolvimento comunidade / IBAMA / CONSELHO e GESTÃO DO PARNA
- Análise do cenário em que se insere o Conselho
- Formulação da visão de futuro e da missão do Conselho
- Elementos para um Plano de Ação





A oficina para o diagnóstico foi realizada em novembro de 2002. A metodologia foi registrada em um livro organizado e editado pelo IBASE, em junho de 2003.

2 - Realizar um planejamento participativo conjuntamente com os conselheiros do PARNA da Restinga de Jurubatiba, definindo um Plano de Ação para o fortalecimento do seu Conselho Consultivo, que começou a ser implementado no referido PARNA, em 2003.

PLANO DE AÇÃO CRONOGRAMA 2003

EIXOS / ATIVIDADES	MESES											
	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12
EIXO 1												
Elaborar o Regimento Interno	X	X										
Definir cronograma anual de reuniões	X											
Garantir recursos financeiros para a manutenção das atividades do Conselho	X											
Criar Câmaras Técnicas		X										
Desenvolver programa de educação continuada	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Elaborar manual de gestão de processos				X	X							
Criar veículo de comunicação interna			X									
Desenvolver estratégias de aproximação com outros Conselhos							X	X	X	X	X	X



EIXOS / ATIVIDADES	MESES											
	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12
EIXO 2												
Participar da elaboração do Plano de Manejo do PARNA	X	X										
Buscar parcerias que possibilitem a demarcação física			X	X	X	X						
Manifestar-se sobre atividades potencialmente poluidoras							X	X	X	X	X	X
Avaliar o orçamento da unidade de conservação	X											

EIXOS / ATIVIDADES	MESES											
	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12
EIXO 3												
Sensibilizar a sociedade para a necessidade de implantação da infraestrutura operacional do PARNA				X	X	X	X	X	X	X	X	X
Mobilizar os grupos dentro do PARNA para reunir as condições necessárias à sua regularização fundiária			X	X	X							
Avaliar o cadastro, elaborado no Plano de Sustentabilidade do entorno do PARNA,					X	X						

EIXOS / ATIVIDADES	MESES											
	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12
EIXO 4												
Realizar seminários temáticos							X	X	X	X	X	X
Realizar atividades formais de Educação Ambiental				X	X	X	X	X	X	X	X	X
Criar o Disque SOS Jurubatiba										X		
Divulgar e fomentar a participação em audiências públicas			X	X	X	X	X	X	X	X	X	X



EIXOS / ATIVIDADES	MESES											
	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12
EIXO 5												
Criar um fórum de discussão e um processo de educação para a gestão, voltados para a definição de propostas de manejo da pesca							X	X	X	X	X	X
Mobilizar e envolver as entidades comunitárias, visando à melhoria no processo de coleta e destinação dos resíduos domésticos			X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Promover debates e fomentar processos sociais e políticos que resultem em urbanização, remoção e regularização dos bolsões e moradias de risco e do LAGOMAR							X	X	X	X	X	X
Estabelecer parcerias com secretarias de agricultura e Emater e realizar a extensão rural, de modo a se viabilizar e implementar agriculturas de subsistência e sustentáveis		X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X

EIXOS / ATIVIDADES	MESES											
	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12
EIXO 6												
Criar e aplicar indicadores quantitativos e qualitativos de processo, de resultado e de impacto				X	X	X	X	X	X	X	X	X
Criar e aprovar logomarca										X	X	X



CRONOGRAMA 2004

EIXOS / ATIVIDADES	MESES											
	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12
EIXO 1												
Definir cronograma anual de reuniões e as metas para o ano	X											
Garantir recursos financeiros para a manutenção das atividades do Conselho	X											
Programa de educação continuada – continuação	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Manter o veículo de comunicação interna	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Estreitar as relações com outros conselhos	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X

EIXOS / ATIVIDADES	MESES											
	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12
EIXO 2												
Manifestar-se sobre atividades potencialmente poluidoras	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Avaliar o orçamento da unidade de conservação	X											

EIXOS / ATIVIDADES	MESES											
	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12
EIXO 4												
Realizar seminários temáticos	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Produzir jornal e revistas periódicas	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Realizar atividades formais de Educação Ambiental	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Divulgar e fomentar a participação em audiências públicas	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X



EIXOS / ATIVIDADES	MESES											
	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12
EIXO 5												
Criar um fórum de discussão e um processo de educação para a gestão, voltados para a definição de propostas de manejo da pesca	X	X	X	X	X	X						
Promover debates e fomentar processos sociais e políticos que resultem em urbanização, remoção e regularização dos bolsões e moradias de risco e do LAGOMAR	X	X	X	X	X	X						
Estabelecer parcerias com secretarias de agricultura e Emater e realizar a extensão rural, de modo a se viabilizar e implementar agriculturas de subsistência e sustentáveis	X	X	X	X	X	X						

EIXOS / ATIVIDADES	MESES											
	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12
EIXO 6												
Aplicar indicadores quantitativos e qualitativos de processo, de resultado e de impacto	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X

Desenvolver programa de educação continuada

CAPACITAÇÃO dos conselheiros – iniciada na Oficina para Diagnóstico Participativo, com duração de 20 horas.

Durante a implementação do Plano de ação, foi realizada uma primeira avaliação do processo, efetuada através de dois instrumentos: a aplicação de um questionário e, de acordo com a metodologia participativa, a realização de uma reunião de avaliação com o conjunto de conselheiros do PARNA.



O primeiro instrumento, a avaliação através de um questionário, compreendeu duas linhas: uma avaliou a eficiência do trabalho frente ao Conselho da UC e a outra avaliou a dinâmica do Conselho e de que modo este estava conseguindo tornar-se instância de participação do conjunto de seus membros. O segundo instrumento, a reunião realizada posteriormente, supriu as eventuais faltas de respostas ao questionário e ainda serviu para criar um espaço de interação dialógica, fundamentada nos trabalhos de Paulo Freire, auxiliando na construção das temáticas relevantes a serem incluídas na capacitação.

A partir dessa avaliação, destacamos alguns problemas decorrentes da tentativa de operacionalização do Plano de Ação. Em primeiro lugar, foi evidenciada certa deficiência na circulação e acesso às informações entre os membros do Conselho, observando-se a importância de se solicitar confirmação de recebimento para todo material enviado aos conselheiros, sempre que possível, uma vez que os conceitos propostos só poderão ter sua validade testada se os mesmos forem do conhecimento do Conselho como um todo.

Apresentou-se, ainda, a demanda coletiva por uma melhor distribuição de poder, que se explicitou no questionamento quanto ao papel do presidente do Conselho (no caso, o chefe do Parque), o qual levou ao estabelecimento de conflitos entre os conselheiros e a uma relativa desmobilização em relação ao prosseguimento das ações previstas no Plano de Ação. Isso revelou a situação ainda frágil da aprendizagem do que é o processo participativo e de distribuição de atribuições e responsabilidades entre Estado e sociedade civil, o que demonstra que é fundamental ter lucidez na própria construção do processo coletivo em moldes democráticos.

Tendo em vista as dificuldades evidenciadas na avaliação do processo desenvolvido no PARNA Jurubatiba, e na tentativa de superá-las, tornou-se imprescindível a definição de novas estratégias de mobilização dos conselheiros para se concluir o regimento interno, sendo a mais importante delas a capacitação dos membros do Conselho, estabelecida no programa de educação continuada. Este programa teve como objetivos a emancipação e o fortalecimento da participação efetiva no funcionamento do Conselho. Os temas geradores que compuseram os eixos temáticos da primeira atividade de capacitação foram levantados durante a reunião de avaliação pelos próprios conselheiros, a partir dos problemas concretos enfrentados em sua prática.

A continuação da capacitação dos conselheiros do PARNA de Jurubatiba (carga horária 20 horas) foi desenvolvida compreendendo a seguinte metodologia:

Etapa 1

Simpósio abordando os seguintes temas:

- Conceitos básicos sobre Unidades de Conservação
- Aspectos Legais voltados para a Gestão do PARNA (lei do SNUC)
- Plano de Manejo do PARNA
- Principais problemas na ocupação urbana da região



Etapa 2

Painel - Experiências em Conselhos de Unidades de Conservação (REBIO União e APA Petrópolis).

Foram feitos relatos sobre os regimentos, histórico de composição e modos de operação dos conselhos. Os esclarecimentos mais importantes foram os referentes à participação dos grupos locais, extra conselho e câmaras técnicas. A estratégia metodológica de estimular a troca de experiência entre conselhos se mostrou muito adequada, suscitou um debate interessante sobre as diferentes formas de funcionamento de um conselho, sobre fatores facilitadores e dificultadores da participação e caminhos escolhidos para ampliar a determinação política de fazer acontecer a gestão integrada.

Etapa 3

Dinâmica - Montaram-se grupos de trabalho para efetuar estudo comparativo dos regimentos das unidades citadas (acrescido o do PARNA de Itatiaia), em relação à minuta em construção para o Conselho Gestor do PARNA de Jurubatiba.

Etapa 4

Apresentação e definição de estratégias de ação - Os grupos relataram suas conclusões preliminares sobre o estudo para aplicação ao caso do PARNA de Jurubatiba, visando à elaboração do regimento interno do conselho do PARNA.

A partir dessa etapa, o Conselho adquiriu dinâmica própria, concluindo a elaboração de seu próprio Regimento e fortalecendo a sua capacidade de propor e gerenciar suas próprias ações.

Considerando-se o sucesso desta iniciativa e o conhecimento produzido a partir dela, o NEA-RJ - em parceria com o Ibase - aprofundou a metodologia de gestão participativa e está ampliando o seu espaço de aplicação em outras Unidades de Conservação do RJ.

Projeto 2004

“Educação para gestão participativa nas Unidades de Conservação do Rio de Janeiro, através da implantação, implementação, capacitação e fortalecimento de conselhos gestores”.

Rio de Janeiro, 6 de agosto de 2004



EDUCAÇÃO AMBIENTAL E GESTÃO PARTICIPATIVA EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO: o caso do PARNA da Restinga de Jurubatiba, RJ

Fortalecimento do funcionamento do Conselho: trabalho realizado com a parceria do IBASE. Equipe de Assessores do IBASE:

Carlos Frederico Loureiro, Marcus Azaziel e Nahyda Franca

O Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE) está sendo parceiro do IBAMA / NEA/RJ no desenvolvimento de projeto pioneiro de educação ambiental e gestão participativa, voltado para Unidades de Conservação. A primeira ação experimental deste projeto se deu durante os anos de 2002 e 2003 no PARNA da Restinga de Jurubatiba. De lá para cá, o IBASE vem prestando assessoria no sentido de fomentar a construção de Conselhos Gestores e ajudar a consolidá-los como espaços verdadeiramente participativos.

O IBASE é uma entidade não-governamental, sem fins lucrativos, sem vinculação religiosa, suprapartidária, reconhecida como de utilidade pública, que trabalha a serviço da cidadania e da democracia. Em consonância com a sua missão, desenvolve ações de fortalecimento de processos democráticos de gestão ambiental que contribuam para reverter situações de degradação do patrimônio natural e de exclusão social. Parceiro de organizações comunitárias, empresas, ONGs e do poder público, trabalha também na perspectiva de parcerias voltadas para o desenvolvimento de trabalho tecnicamente fundado, dentro de perspectiva socialmente comprometida com a democracia e a transparência.

A partir do trabalho conjunto de consultoria com o IBAMA / NEA-RJ no PARNA de Jurubatiba, algumas recomendações metodológicas podem contribuir para o aperfeiçoamento da gestão participativa de Conselhos em UCs.

Em primeiro lugar, deve-se destacar o fato dos Conselhos como forma de participação e de democracia mais direta, reconhecida pela Constituição Federal de 1988. Nestes espaços formais, todas as demandas são legítimas por princípio, prevendo-se canais de confronto e interpelação democrática entre projetos e ações sociais, de modo a se construir alternativas viáveis e inclusivas. A existência de desvios de propósito, de conselhos burocráticos e manipulados por determinados grupos ou esvaziados manifesta o modo como o Estado brasileiro foi formado e o exercício da cidadania negado ao longo da história. É igualmente evidente a importância de outras formas de expressão coletiva (fóruns, redes, Agenda 21 etc.), bem como a de compreender como os conselhos se inserem neste quadro de organização social. Dependendo do modo como um Conselho é instituído e regulamentado, da composição definida, da dinâmica de funcionamento, do poder de decisão e de ingerência no governo, este pode ser mais ou menos representativo do ideário participativo e emancipatório. Logo, há aspectos conjunturais e estruturais que precisam ser levados em consideração na análise dos Conselhos, dentre os quais destacam-se:

- Formalização do Conselho somente após um processo de debate e mobilização dos atores sociais e da realização de um evento em que se definam as bases para o funcionamento deste;



- Criação de mecanismos que evitem que o presidente tenha o poder de veto e de convocação exclusiva;
- Observação da composição numérica e qualitativa dos conselheiros, buscando ser uma expressão adequada da sociedade em seu recorte de responsabilidade;
- Estabelecimento de processos de discussão temática para estimular a participação, envolvendo aí o convite a profissionais e comunitários não integrantes do conselho;
- No caso das organizações da sociedade civil, estabelecer mecanismos de escolha a partir de critérios de seleção e não em cima de nomes pré-definidos por questões políticas ou conjunturais;
- Estabelecimento de estudos técnico-científicos que subsidiem com informações válidas as discussões nos conselhos;
- A criação de mecanismos de comunicação permanente com as comunidades, publicizando o trabalho feito e envolvendo-as no processo;
- Garantia do acesso a informações qualificadas e compreensíveis a todos os participantes;
- Capacitação dos conselheiros (com cursos e no processo), de modo a integrá-los e garantir uma relativa uniformidade de conhecimentos;
- Estabelecimento de regras com os conselheiros, que sejam viáveis em termos de tempo disponível e de possibilidade de acesso físico às reuniões;
- Garantia - a todos os conselheiros - de igualdade de condições para participar e decidir.

Existe, sobretudo no momento, uma dificuldade (compreensível) de se chegar a um bom termo entre as limitações da lei que regulamenta os conselhos pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação (S.N.UC), definindo o seu caráter consultivo apenas, e o anseio por parte de quem não pertence ao IBAMA, de decidir efetivamente sobre a ocupação e o uso atual e futuro da Unidade de Conservação.

Mesmo reconhecendo os limites que a Lei impõe, é possível e preciso pensar estratégias participativas que legitimem o Conselho, de tal modo que as iniciativas tomadas sejam valorizadas e incorporadas pelo poder público. A experiência demonstra que o principal para o bom funcionamento dos conselhos não é tanto a sua classificação em consultivo ou deliberativo, mas o *status* de legitimidade e representatividade que este alcança em função de seu processo de constituição e atuação ser realmente mobilizador, sério e democrático, resultando em efetivo poder de intervenção em políticas e ações sociais.

No caso das UCs, em que o conselho é uma exigência do SNUC e, portanto, algo que necessita ser viabilizado, o foco do trabalho de consolidação tem o intuito de torná-lo uma instância democrática, apropriada e legitimada pelos diferentes agentes sociais envolvidos na gestão ambiental.

Premissas metodológicas do trabalho com o PARNA da Restinga de Jurubatiba:

- Reconhecer que a sociedade (atual) é constituída por relações conflituosas;



- Saber que a negociação e busca do consenso é possível;
- Identificar os problemas, suas causas, interesses e argumentos das partes envolvidas;
- Possibilitar a clareza dos posicionamentos distintos;
- Exercitar o saber se colocar no lugar do outro;
- Ter o diálogo como princípio indissociável do processo;
- Atacar o problema e não as pessoas em suas individualidades;
- Assumir uma postura de cooperação, solidariedade e respeito;
- Usar a criatividade e o conhecimento disponível para encontrar alternativas.

A seguir, a descrição da proposta metodológica de capacitação, ainda em construção e testada junto ao conselho do PARNA da Restinga de Jurubatiba. Foram quatro os eixos que orientaram a construção do roteiro do diagnóstico e planejamento participativo:

- I. Envolvimento e Mobilização da Comunidade / IBAMA / Conselho na gestão do PARNA
- II. Análise do cenário em que se insere o Conselho
- III. Formulação da visão de futuro e da missão do Conselho
- IV. Elementos para um Plano de Ação

I. Envolvimento e Mobilização da Comunidade / IBAMA / Conselho na gestão do PARNA

Este eixo tem como objetivo identificar temas / problemas, percepções iniciais, identidades e diferenciações entre os grupos envolvidos, as formas de participação de cada grupo e os canais de participação existentes. Utilizamos uma dinâmica de associação de idéias, o “Círculo das Palavras”, que permitiu detectar as percepções iniciais, revelando identidades e diferenciações entre os grupos que foram considerados em todo o processo de educação ambiental. As respostas às questões abaixo nos possibilitaram o acesso a um acervo de sugestões que indicavam os limites e as possibilidades das redes sociais atuantes na região.

- 1) Como o PARNA afeta a minha vida?
- 2) O que a comunidade faz diante das interferências do PARNA?
- 3) Como a minha vida e a da comunidade afetam o PARNA?
- 4) O que pode ser feito para melhorar a participação na busca de solução dos problemas ambientais que afetam o PARNA e seu entorno?

As idéias surgidas foram registradas em painel e problematizadas com os participantes, constituindo um acervo de sugestões que indicam os limites e as possibilidades das redes sociais atuantes, invariavelmente em confronto com os interesses que têm prevalecido historicamente na formulação das políticas públicas direta ou indiretamente relacionadas à gestão da UC.

II. Análise do cenário em que se insere o Conselho

Nesta etapa, pretende-se analisar os aspectos internos (potencialidades e debilidades) e externos (ameaças e oportunidades) e a Educação Ambiental como mediadora de interesses e conflitos entre os atores sociais.



- Trabalho em grupos: leitura de texto extraído e adaptado da fundamentação teórica feita e do diagnóstico sócio-ambiental da UC; discussão em grupo e respostas às perguntas provocadoras formuladas pelos dinamizadores, em função das características da unidade de conservação.
- Que aspectos conjunturais e estruturais do Conselho Gestor do PARNA da Restinga de Jurubatiba precisam ser considerados para torná-lo participativo?
- Quanto aos aspectos externos, que ameaças e oportunidades podem interferir no funcionamento do Conselho Gestor do PARNA da Restinga de Jurubatiba?

Apresentação da tarefa do grupo em plenária, com discussão coletiva e sistematização das idéias apresentadas. Culmina com a discussão em plenária da questão:

- Quem nós somos e por que estamos no Conselho?

III. Formulação da visão de futuro e da missão do Conselho

- Através da aplicação de metodologia de Planejamento participativo, identifica-se o seguinte conjunto de questões:
- O "Sonho" comum do grupo para o PARNA de Jurubatiba - aonde se quer chegar?
- O que se espera do Conselho nos próximos 2 anos?
- O que é preciso ser feito para que isso aconteça?
- Quais os parceiros e atores estratégicos a serem envolvidos na proposta?

Em plenária, há a discussão e a compatibilização dos objetivos e das ações apresentadas, chegando-se a um único plano.

IV. Elementos para um Plano de Ação

Bases operacionais que resultem num planejamento das ações do Conselho, tomando por referência as informações obtidas ao longo do processo de execução do projeto e o plano construído coletivamente na oficina de capacitação. Isso significa a sistematização do Plano de Ação com diferentes esferas de intervenção (desde a consolidação e viabilização do Conselho, passando por seu funcionamento e capacitação dos membros, até as diretamente relacionadas com os problemas da UC e da população) e com o planejamento temporal de cada ação e seus prazos de execução.

Feito isso, o Plano de Ação foi consolidado e referendado coletivamente (consultores, IBAMA e conselheiros), com tempo para leitura prévia, em reunião em que todos os pontos, bem como o sentido global do documento, são amplamente discutidos, revistos e aprovados. É esse documento que passará a ser o principal instrumento-guia das iniciativas dos conselheiros e do IBAMA em determinada UC, potencializando os espaços de exercício democrático e participativo, que são os conselhos.



Considerações Finais

Finalmente, podemos tirar desta experiência no PARNA da Restinga de Jurubatiba alguns pontos para reflexão que contribuam para avaliar de que modo o Conselho está conseguindo tornar-se instância de participação do conjunto de seus membros, no tocante à decisão sobre como identificar e resolver problemas e conflitos, bem como efetivar potencialidades ambientais do PARNA da Restinga de Jurubatiba.

Destacou-se da análise dos questionários avaliativos respondidos em junho de 2003, que a dinâmica do Conselho estava, nesta ocasião, muito presa aos pré-requisitos de sua institucionalização. (Notem-se a formulação e a deliberação sobre o conteúdo do regimento interno.) É preciso criar condições para a agilização desta etapa, a fim de que os conselheiros se sintam logo na perspectiva de auxiliar na proposição de ações efetivas para o PARNA em si. Por outro lado, evidenciou-se uma compreensível insatisfação no tocante à participação decisória. Consideramos que este é o tema de motivação acerca do qual o IBAMA deve dar toda a sua atenção para que o projeto de fortalecimento de Conselhos Gestores de UCs se desenvolva conforme seus objetivos iniciais.

Há, em especial, uma demanda de maior poder por parte do coletivo, que se explicita numa controvérsia quanto ao papel da gerência do Parque. Na verdade, não deve haver qualquer dúvida quanto às atribuições da mesma, visto que estão prescritas em lei. Consideramos, entretanto, que é neste tipo de situação que se testam, na prática, os conceitos principais do projeto que são os de “problemas, conflitos e potencialidades ambientais” a serem resolvidos por meio da “participação democrática”. A controvérsia citada reflete a situação ainda instável, de aprendizagem do que é o processo participativo e de distribuição de atribuições e responsabilidades entre Estado (representado pelo gerente do PARNA, como membro do IBAMA) e sociedade civil (representada por grande parte dos outros conselheiros, com exceção dos membros das prefeituras que também são agentes do Estado, só que ao nível municipal). Tal conselho é instância de multi-representação e, como local de explicitação de conflitos, espaço pedagógico de diferentes sujeitos. Deve-se mencionar que outras experiências manifestam este tipo de conflito e que o que torna um conselho efetivamente participativo é o grau de mobilização dos seus componentes e não mudanças de caráter administrativo em si mesmas (estas é que devem refletir a mobilização que, permanente, constitui-se num poder de fato a ser, quando possível, um poder de direito).

Reiteramos que uma maior participação que implica poder decisório consensual “global” (sem ocultação de conflitos relativos derivados de interesses particulares), depende também da criação de condições econômicas para que o conjunto dos conselheiros possa se reunir com a frequência e disponibilidade necessárias para tal. Neste sentido, esforços do próprio governo ao nível federal, representado pelo IBAMA, para criar as melhores condições afirmadas, devem ser feitos (o que não dispensa o apoio possível de outros agentes governamentais, membros do Conselho ou não, tais como as prefeituras locais, bem como por parte dos não-governamentais).



Sugere-se que, conforme experiência realizada em 2002 / 2003, por meio de oficina, seminário de planejamento participativo e seminário de capacitação continuada, o trabalho de aprimoramento da gestão participativa do Conselho seja feito buscando pontos de consenso, deixando questões percebidas como não consensuais para resolução posterior, se possível. Tal atitude demonstra boa vontade e não impede o exercício das atribuições do Conselho e muito menos da gerência do Parque. Somente o exercício democrático nos educa para a democracia.

Outro ponto a ser ressaltado em nossa leitura dos questionários avaliativos respondidos, é que existe um grau bastante positivo de aceitação da metodologia utilizada pela equipe de consultores em 2002 / 2003, que contribuiu para integrar e construir a identidade do grupo e unificar linguagem e conhecimentos, e do próprio Plano de Ação como instrumento de apoio. Lembramos que tais instrumentos foram-lhes apresentados progressivamente, por meio de atividades de consulta, pesquisa e planejamento, com textos de apoio às mesmas que incluíram todos os conceitos orientadores do projeto, sua aplicação àquela realidade, inclusive com o diagnóstico sócio-ambiental do PARNA, culminando num plano de ação para o biênio 2003-2004, (elaborado de modo participativo).

Critérios de Seleção de Novas Unidades de Conservação - Alvo do Projeto

Os critérios abaixo relacionados foram estabelecidos em comum acordo com o NEA-RJ e o NURUC (Núcleo Regional das Unidades de Conservação). O conjunto visa atender às necessidades estratégicas do subprograma em foco, visando garantir sua expansão e continuidade.

- UC com conselho constituído formalmente, mesmo que este não esteja totalmente implementado e em funcionamento regular.
- UC com histórico de organização administrativa, possuidora de Plano de Manejo e outros estudos técnicos que auxiliem o trabalho educativo e de fomento ao Conselho.
- UC com infra-estrutura básica instalada, capaz de realizar encontros periódicos com os conselheiros da própria unidade e de sediar eventos regionais envolvendo pessoal do IBAMA, chefes e conselheiros de outras UCs, dado ao objetivo estratégico de criação de um Fórum Permanente de Educação Ambiental em UCs no Estado, que possa multiplicar as ações de fomento aos conselhos.
- UC em que seu corpo técnico dirigente possui interesse objetivo e previamente manifestado em realizar trabalhos de gestão participativa.
- UC representativa e significativa de um determinado ecossistema entendido como de grande prioridade política, situada próxima a núcleos urbanos em que os conflitos ambientais são explícitos.
- UC em área geográfica estratégica para as demais UCs federais do Rio de Janeiro e com condições de se tornar um pólo aglutinador de estudos, informações e organização dos conselhos no estado.

CRIAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE CONSELHOS GESTORES DE UCS

1) Motivos para criação do conselho.

A partir de 1996, algumas unidades de conservação do estado de São Paulo passaram a integrar o Projeto de Preservação da Mata Atlântica (PPMA), parceria entre o Governo do Estado e o banco alemão KFW. Este projeto tinha o direcionamento para atividades de fiscalização, porém outras atividades correlacionadas foram atendidas, entre elas a elaboração do Plano de Manejo. A equipe coordenadora dos Planos de Manejo (na época coordenada pelo Cláudio Maretti) adotou uma metodologia de concepção participativa e em fases. A primeira fase, denominada Plano de Gestão Ambiental - PGA do PEIC (fase preliminar ao Plano de Manejo), foi formalizada por meio da Resolução SMA n.28, de 27/03/98 (Diário Oficial do Estado de 28/03/98). Neste PGA, em seu programa Gestão e Infra-Estrutura do PEIC, estava prevista a atividade "criação de um conselho de gestão com as comunidades existentes no Parque Estadual da Ilha do Cardoso.

A formalização do "Comitê de Apoio à Gestão do PEIC" se deu no ano de 1998 (formalizado por meio da Portaria nº 6 do Diretor Geral do Instituto Florestal, publicada no Diário Oficial do Estado, em 18/07/98), antes da lei do SNUC, que prevê a criação de conselhos gestores.

Alguns fatos foram fundamentais para a criação deste Conselho: a existência de entidades e de algumas lideranças comunitárias do parque que já atuavam na questão ambiental, bem como a própria direção do parque, na época acordada com a implantação de um sistema de gestão participativa. Nas demais Unidades de Conservação atendidas pelo PPMA, onde não se instalara tal situação, havia morosidade na criação dos conselhos, sendo que algumas, até o presente momento, ainda não dispõem de conselhos.

2) Histórico de mobilização para formação do conselho (tempo e recursos despendidos, formas e meios de comunicação, modalidades e número de encontros, reações dos atores).

Após a realização das oficinas do PGA e das reuniões preparatórias, ocorridas em 1997, com a proposta de criação do Conselho já amadurecida, realizou-se a primeira reunião, com a posse dos membros, em 25 de março de 1998, dois dias antes da publicação do PGA no DOE.

Recursos do Estado (PEIC) e PPMA- Alimentação e combustível, além de material permanente adquirido pela unidade em função do convênio Convite através de ofício do PEIC. Reuniões, com atas, as quais são aprovadas em reunião posterior.

Até a formalização do conselho por portaria do I.F. publicada no DOE, houve 4 reuniões - 1 por mês - dinâmica que vem sendo seguida até hoje, num total de 72 reuniões, em 6 anos de atividade intensa.

A partir da 13ª reunião (02/99), estas passaram a ser itinerantes, como estratégia de divulgação e maior participação das comunidades existentes no interior do parque. A participação das comunidades nas oficinas para elaboração do Plano de Ambiental terminou por consolidar o interesse e a





mobilização destas para a criação do conselho, ficando apenas 2 comunidades mais isoladas (Cambriú/Foles e Pontal de Leste), com pouca participação, o que acontece até hoje.

O empenho da direção da unidade para a criação do conselho foi fundamental.

3) Critérios para escolha dos representantes da sociedade.

O critério para a escolha foi o de atender a representatividade das comunidades do parque e entidades sediadas e atuantes na região, com atividades na unidade de conservação.

Inicialmente teve a seguinte composição (13 representantes):

- 1 representante de cada comunidade (total de 5): Itacuruçá, Marujá, Enseada da Baleia, Pontal de Leste, Cambriú/Foles;
- 4 governamentais- Parque, Prefeitura de Cananéia, IBAMA e Instituto de Pesca;
- 4 entidades do terceiro setor- Centro de estudos Ecológicos GAIA Ambiental, Fundação SOS Mata Atlântica, Pastoral dos Pescadores e Colônia de Pescadores de Cananéia.

Em 2000, houve a entrada da Câmara de Vereadores de Cananéia. No presente ano (2004), foram integradas a Associação dos Monitores Ambientais de Educação e a Polícia Ambiental. A composição atual é de 18 representantes, sendo 5 das comunidades, 7 governamentais e 6 do terceiro setor.

4) Grau de representatividade dos setores locais na composição do conselho.

Os setores que compõem atualmente o Comitê são os mais representativos quanto às atividades desenvolvidas pelo Parque.

5) Condições de participação dos membros do conselho (facilidade ou dificuldade de acesso aos locais de reunião, entendimento das matérias tratadas, facilidade ou dificuldade de expressão e/ou de defesa de interesses etc).

Reuniões itinerantes desde a 13^a.

O parque disponibiliza embarcação e alimentação, além de combustível para comunidades com embarcação particular.

Grande parte dos membros tem histórico na área ambiental. As maiores dificuldades de participação estão nas comunidades isoladas e no poder executivo local - Prefeitura.

6) Grau de legitimidade, por parte dos conselheiros, na fase dos interesses de cada grupo social, público ou econômico.

Nas entidades, o grau é alto.



Nas comunidades isoladas, nem sempre o conselheiro repassa todas as demandas da comunidade para o conselho, nem as informações do conselho para a comunidade. Nas demais comunidades, o grau de legitimidade é alto.

A Prefeitura participa pouco, em relação à importância do PEIC no município.

7) Formas e meios praticados pelos conselheiros para detecção de demandas e discussão das resoluções com a base representada no conselho.

Cada conselheiro leva a demanda ao conselho isoladamente ou não. Na Associação dos Moradores do Marujá - AMOMAR, da comunidade do Marujá, maior comunidade do PEIC, as principais demandas são discutidas e levadas ao conselho. O conselho sempre solicita manifestação da AMOMAR quando se trata de assuntos daquela comunidade e existe uma forte parceria nisso.

A depender da especificidade dos assuntos, as comunidades podem ser consultadas por meio de visitas às casas ou de reuniões.

8) Modalidade e periodicidade dos encontros realizados pelo conselho.

1 vez por mês - 72 encontros - reuniões itinerantes

Ao longo do período de elaboração e atualização dos planos de gestão e de manejo, foram realizadas oficinas participativas.

Reuniões extraordinárias do comitê ou comissões do mesmo para assuntos específicos.

9) Número de encontros já realizados por modalidade.

- 2 grandes oficinas - uma do PGA e outra do Plano de Manejo, além de reuniões técnicas com o Comitê.
- 72 reuniões ordinárias
- 10 reuniões extraordinárias - comissões. Por exemplo: direitos relativos a tradicionalidade, roças, manejo, comércios na Ilha etc.

10) Histórico de redação do regimento interno (modelos utilizados, tempo despendido, modalidades e formas de encontros, formas de repasse e coleta de informações ou contribuições, meios de decisão).

Foi elaborado um estatuto que rege, no geral, o conselho.

O Regimento Interno foi discutido, durante várias reuniões, em função das demandas que iam aparecendo. Existe uma redação que se encontra desatualizada e não foi formalizada, o que, todavia, não tem atrapalhado os trabalhos e encaminhamentos do conselho.

11) Formas de elaboração das pautas, de convocação para reuniões e de comunicação com os conselheiros.



O convite é feito por meio de ofício, e a presença confirmada posteriormente através de ligação telefônica.

Assuntos pendentes de uma reunião entram na pauta da reunião seguinte, a qual é elaborada pela administração do Parque. Quando da abertura da reunião, solicita-se a complementação da pauta do dia por parte dos conselheiros presentes.

Dinâmica das reuniões:

- Abertura formal com contagem do quorum (a metade dos membros mais um), exigência necessária para os encaminhamentos.
- Complementação da pauta.
- Leitura e aprovação da ata anterior.
- Informes e discussões (projetos propostos e em andamento, problemas ocorridos, parcerias, eventos etc).
- Análise de solicitação de moradores.
- Agendamento da próxima reunião.

12) Formas de elaboração das atas e de repasse das resoluções para os segmentos locais.

As atas são elaboradas pela secretária do Conselho - funcionária do Parque, através de anotações ocorridas na reunião. Quando a secretária não pode estar presente, é nomeado um secretário para esta função (geralmente, outro funcionário ou estagiário do parque).

As atas ficam à disposição no PEIC, para consulta.

A dinâmica de reuniões itinerantes auxilia o repasse de informações para as comunidades, porém a divulgação efetiva para todos os moradores ainda é deficiente.

13) Disponibilização de recursos para realização das reuniões.

Do PEIC.

14) Estrutura administrativa e técnica do conselho, inclusive ocorrência de câmaras ou de grupos técnicos.

Diretor do PEIC, secretária do PEIC, câmaras técnicas com várias representações.

15) Grau de influência do conselho na tomada de decisões por parte da administração da UC (por exemplo: quantas resoluções do conselho já foram incorporadas à atual gestão?)

O grau de influência é alto. O Comitê do PEIC é de caráter consultivo, porém na prática é deliberativo para encaminhamentos com poder decisório ao nível da Unidade de Conservação.

Alguns exemplos de encaminhamentos:



- Normas para reformas, construções e manejo florestal junto ao Ministério Público;
- Plano de Manejo;
- Regulamento de visitação pública;
- Regulamentos nas comunidades (cota de áreas de camping, trilhas abertas etc);
- Priorização no atendimento de projetos nas comunidades;
- Ordenamento pesqueiro;
- etc.

16) Grau de receptividade das resoluções do conselho por parte de outras instâncias do Órgão Gestor .

Trânsito de encaminhamentos com grau de validação alto (Ministério Público, Instituto Florestal etc).

17) Grau de autonomia do conselho, excetuando-se sua presidência (Órgão Gestor), para elaboração de pautas e realização de reuniões.

Alto.

18) Conseqüências e/ou impactos para a UC, para seu entorno ou para a região, referentes ao funcionamento do conselho.

Aceitação de normas, transparência e referência quanto à gestão participativa para outras unidades de conservação.

19) Principais obstáculos ou problemas para o funcionamento do conselho.

Carga administrativa elevada da UC; pouca participação das comunidades isoladas (Pontal, Cambriú e Foles) e prefeituras; morosidade nos trâmites institucionais para formalização de propostas.

20) Principais vantagens para a gestão da UC, com o funcionamento do conselho.

Alívio de pressão junto à direção do parque, aceitação das normas elaboradas de forma participativa e transparência nas ações e encaminhamentos.

21) Sugestões para aprimoramento do funcionamento do conselho.

Ser deliberativo. Oficialmente é consultivo, mas na prática é deliberativo (pelo menos quanto a encaminhamentos possíveis pela Unidade de Conservação).



FLORESTA NACIONAL DE TAPAJÓS UMA PROPOSTA DE GESTÃO PARTICIPATIVA

Angelo de Lima Francisco - *Chefe da FLONA Tapajós/PA - IBAMA*

Introdução

A Floresta Nacional é uma unidade de conservação da categoria de uso sustentável, e tem como objetivo básico o uso múltiplo sustentável dos recursos florestais e a pesquisa científica, com ênfase em métodos para a exploração de florestas nativas (lei 9.985/2000- SNUC). A lei define, ainda, que as terras de uma Floresta Nacional são de posse e domínio públicos, sendo que as áreas particulares incluídas em seus limites devem ser desapropriadas, sendo somente reconhecida e admitida a permanência de populações tradicionais que a habitam quando de sua criação, de acordo com o Plano de Manejo e regulamentado por contrato através da Cessão de Direito Real de Uso.

A Floresta Nacional de Tapajós foi criada no ano de 1974, conforme decreto nº 73.684 de 19/02/1974, com área aproximada de 545.000 ha, na região oeste do Pará, nos municípios de Belterra, Rurópolis, Aveiro e Placas. Limita-se, a leste, com o rio Tapajós; a oeste, com a rodovia BR 163 (160 Km); ao norte, em linha seca perpendicular à BR163, no Km 50 e ao sul, com o rio Cupari.

A população em seu interior está distribuída em 30 comunidades, totalizando cerca de 11.000 pessoas em 2.000 famílias. Às margens do rio Tapajós, encontra-se a maioria dos residentes, considerados como povos tradicionais, distribuídos em 20 comunidades, e que vivem da agricultura de subsistência e do extrativismo vegetal.

A FLONA Tapajós possui um Conselho Consultivo criado em 2001, conforme previsto na Lei do SNUC, sendo hoje constituído de representantes do Governo Federal, Estadual e Municipal, de ONGs, e comunidades da FLONA e entorno. Tem por objetivo promover a gestão e planejamento da FLONA Tapajós de forma consultiva e participativa, contribuindo para uma política de desenvolvimento social e conservação de recursos naturais. É política do órgão o aumento da participação comunitária no processo de gestão da FLONA, através do Conselho Consultivo, inclusive com a ampliação do número de representantes atualmente previstos na composição do Conselho.

Atualmente são desenvolvidos na FLONA Tapajós projetos de pesquisa promovidos pelos programas LBA, IPAM, UFPA, Museu Goeldi, Embrapa, o que resultou na publicação de cerca de 600 títulos de cunho científico, incluindo artigos em revistas científicas, dissertações de mestrado, teses de doutorado, monografias e notas técnicas.

O Ibama, com o apoio financeiro do ITTO (Organização Internacional de Madeiras Tropicais), executa desde 1999 um projeto de manejo florestal para produção sustentada de madeira industrial, com o objetivo de instalar um modelo de manejo florestal para florestas nacionais na Amazônia.



A FLONA recebe boa parte de seu aporte financeiro e apoio à gestão através do Projeto Promanejo, com recursos oriundos de doação do PPG-7 – Programa Piloto para conservação das Florestas Tropicais do Brasil. O Promanejo ainda apóia projetos produtivos de manejo florestal comunitário, fortalecimento das organizações locais, bom manejo do fogo e capacitação de agentes ambientais voluntários na FLONA. Está articulando ações de educação ambiental no ensino formal fundamental no município de Belterra e junto às comunidades da FLONA. Está executando junto à gerência da FLONA um programa de ecoturismo que levou à capacitação de comunitários para a recepção do turista e à inauguração, em 2002, de uma trilha interpretativa. Promove convênios com ONGs locais para viabilizar ações de saúde e pesquisa na FLONA.

A gerência da FLONA Tapajós possui hoje um quadro de 15 funcionários, tendo recebido substancial reforço desde novembro de 2002, quando 4 técnicos aprovados em concurso passaram a integrar os seus quadros.

No entanto, esta Floresta Nacional com quase 30 anos de criação não solucionou a questão fundiária, que é extremamente complexa, e tem sido identificada como o maior problema para a consolidação da unidade. Várias questões legais e de manutenção da integridade da FLONA estão insolúveis, devido às pendências fundiárias: a regularização da situação legal dos comunitários, a apropriação de bens na FLONA, a existência de áreas tituladas e posses incompatíveis com os usos previstos em lei e, mais recentemente, o suposto interesse de comunitários na criação de terras indígenas dentro dos limites da unidade de conservação.

A FLONA Tapajós é um fértil laboratório para estudiosos das questões fundiárias. Temos áreas tituladas, posseiros, comunidades tradicionais com contrato de cessão coletiva pendente, a questão indígena (a mais recente), e o mais grave : a posse da terra ainda encontra-se em nome do Incra (437.000 ha) e do Iterpa (Instituto de Terras do Pará), e somente o SPU repassou recentemente cerca de 108.000ha, conforme a Portaria nº 166 do Ministério do Planejamento, de 07/07/04.

Em 1998, o Ibama envidou esforços para regularizar a situação dos comunitários da FLONA, através da assinatura de contrato de Concessão de Direito Real de Uso, que é um modelo de cessão coletiva de uso, reconhecido e utilizado pelo governo, principalmente em Reservas Extrativistas, mas também o instrumento legal mais adequado para as populações tradicionais nesta unidade.

A formalização do ato esbarrou na questão legal de que as terras não haviam sido devidamente repassadas ao Ibama. Tal fato fez o Ministério Público Federal firmar com o Ibama um Termo de Ajustamento de Conduta, em 20/05/1998, na cidade de Santarém, referente à utilização da Floresta Nacional de Tapajós por parte das Comunidades Tradicionais (cópia em anexo). O TAC está calcado em um Plano de Utilização das Comunidades da FLONA Tapajós, aprovado pelos comunitários em 05/12/97, que regulamenta a utilização dos recursos naturais segundo a legislação brasileira sobre o meio ambiente. Tal instrumento gerou compromisso



entre os moradores da FLONA e o Ibama. Este documento, ainda em plena vigência, deu amparo legal à edição das Instruções de Serviço nº 1 e 2, de setembro de 2002, editados pela chefia da FLONA, com o objetivo de regulamentar a **Supressão de vegetação e intervenção na fauna/ pesca**.

Criação do Conselho Consultivo

O Conselho Consultivo da Floresta Nacional de Tapajós foi criado em 29 de junho de 2001, através da Portaria 84, sendo o primeiro na categoria das FLONAs. As justificativas para a sua formalização estão embasadas, por um lado, nos Art. 17º da Lei 9.998/2.000 e no Art. 8º do Decreto nº 1.298/94, que trata da regulamentação da permanência de populações tradicionais dentro dos limites das FLONAs e, por outro, no fato de que cerca de 6.000 pessoas, à época, distribuídas em 22 comunidades, habitavam na UC; no Termo de Ajustamento de conduta celebrado entre o Ibama, Ministério Público Federal e Comunidades e no processo de gestão participativa que vem se dando na Floresta Nacional de Tapajós, desde 1997, através do Grupo Gestor.

Histórico

O processo foi iniciado em 24 de julho de 1997, quando foi criado o Grupo Gestor e realizada a primeira reunião para sua instalação no auditório do Ibama, na cidade de Santarém/PA. À época, estiveram presentes representantes da sociedade civil (GDA, CPT, UNECOS, ASSIMAS, PSA, CEAPAC), do Governo (IBAMA, 5ª URE, COMTUR, SEMED, EMBRAPA) e de representações comunitárias (APRUSANTA, AITA) que tinham algum tipo de intervenção junto à FLONA Tapajós. Posteriormente, outras instituições foram incorporadas ao GG: STR/Belterra, ASMIPRUT, Prefeitura de Belterra, UFGPA e FIT. Existiu - de fato, mas não de direito - por cerca de quatro anos, apesar de que a chefe da FLONA, à época, tenha feito uma tentativa, em 1999, de institucionalizá-lo junto ao Ibama, sem êxito.

Conforme estatuto do Grupo Gestor da FLONA Tapajós, estavam previstos os seguintes objetivos:

- Contribuir para o aprimoramento de uma política pública florestal que possa garantir o desenvolvimento da sociedade e a conservação dos recursos naturais;
- Promover a gestão e planejamento da FLONA Tapajós, de forma consultiva e propositiva, envolvendo os diversos grupos da sociedade e do poder público;
- Contribuir como experiência piloto para a gestão participativa em outras unidades de conservação.

Neste período, o grupo já discutia sobre o seu caráter : se consultivo ou deliberativo, a gestão participativa, a composição e a responsabilidade de cada membro e sua representatividade. Os temas mais efervescentes estavam relacionados à questão fundiária, principalmente o da Concessão de Direito Real de Uso e o Plano de Utilização para as comunidades da FLONA. Representantes do Grupo Gestor participaram de encontros em



outros estados, como o ocorrido em Minas Gerais, em 11/97, para tratar desta experiência de gestão realizada na FLONA.

O Grupo Gestor realizou um total de 26 reuniões, sendo cinco em 1997, 10 em 1998, 11 em 1999, registrando uma presença média de 12, 14 e 17 membros/ano, respectivamente. Tanto em 2000, quanto em 2001 (março), realizou-se apenas uma reunião do GG. A partir de agosto de 2001, as reuniões já passaram a ser do Conselho Consultivo. Nesse grupo, havia duas instâncias: o Conselho Diretor e a Assembléia Geral, sendo que na prática, algumas decisões importantes se concentravam no Conselho Diretor e eram referendadas pela Assembléia. As negociações para elaboração do estatuto social do GG prolongaram-se de 1997 até maio de 1999, quando a Chefe da FLONA - em reunião com o Grupo Gestor - propôs que este fosse o Comitê Consultivo. Foi aí que se definiu a sua estrutura e quais seriam as entidades envolvidas, o que resultou na primeira versão encaminhada à Administração Central do Ibama para manifestação. O processo permaneceu em análise para possíveis alterações até sua adequação à Lei do SNUC, em julho de 2000.

A Portaria nº 84 incorporou o regimento interno do GG, inserindo os ajustes previstos pelo SNUC, e contando com a presença da maioria das instituições que já faziam parte do processo.

Conselho Consultivo - 2001

Em 20/08/2001, é realizada, na sede do Ibama em Santarém, a primeira reunião do, agora formalmente constituído pela presidência do órgão, Conselho Consultivo da FLONA Tapajós, tendo como pauta a socialização da Portaria nº 84/01 e a habilitação e vacância dos membros.

No entanto, avaliou-se que permaneceriam os mesmos membros do Grupo Gestor, com a habilitação de novos e de pequenas adequações, até a renovação dos representantes em março de 2002.

Desde a criação do CC, foram realizadas 16 reuniões, entre ordinárias e extraordinárias, sendo três em 2001, quatro em 2002, cinco em 2003 e quatro em 2004, com média de 13, 16, 13 e 13 membros/ano, respectivamente.

O CC conta desde o início com uma Assembléia Geral de 23 membros e, conforme portaria, nove fazem parte do Conselho Diretor.

O Conselho Diretor, figura retirada do GG, raramente foi acionada, tendo sido questionada desde o início quanto à sua representatividade. E num processo natural, foi-se dando preferência e autonomia à Assembléia Geral na tomada de decisões. Geralmente eram formados grupos de trabalho em função de demandas específicas e associadas aos perfis dos membros e das Instituições. Por exemplo: análise e aprovação de projetos de pesquisa na FLONA eram atividades repassadas às instituições da área, como UFPA, FIT, ULBRA, Embrapa; formação de grupos de trabalho, para fins de elaboração de documentos e pareceres, eram repassados por afinidades e/ou disponibilidade de tempo.



As reuniões são convocadas via ofício, que no caso das representações comunitárias geralmente é transportado por barco e entregue em mãos, o que requer uma antecedência razoável no envio. O Ibama raramente tem arcado com as despesas de transporte e alimentação, tendo em vista a insuficiência de recursos e a distância da FLONA de Santarém, entre 50 e 80 Km. Em algumas oportunidades, quando a reunião se alonga, fornecemos refeições.

Até a 9ª reunião do CC, a Ata era elaborada por um de seus membros escolhidos antes da leitura do documento da reunião anterior e sua aprovação. Estávamos tendo muita dificuldade de receber a Ata em tempo hábil para as reuniões, além da difícil aceitação desta tarefa. A partir de 20/10/2003, definiu-se uma relatora única, funcionária do Ibama, que passou também a organizar toda a logística das reuniões, surtindo melhores resultados. As Atas geralmente são repassadas via e-mail, meio de comunicação não disponível principalmente aos comunitários.

Desde a instalação do CC, vêm sendo discutidas a paridade e a representatividade dos seus membros, principalmente das lideranças comunitárias que ainda não estão devidamente organizadas, em função dos variados grupos de interesse dentro dos limites da FLONA Tapajós e áreas de influência externas.

Conclusões e recomendações

- Recentemente o Governo, especialmente o Ibama, tem adotado o modelo de grupos gestores, tipo colegiado, que auxiliam a gestão e aumentam o grau de participação dos atores e parceiros das instituições, o que tem fortalecido o papel dos Conselhos Consultivos;
- As atribuições, a definição clara de papéis e o grau de autonomia desta proposta ainda não foram devidamente testados e delineados;
- O Conselho Consultivo, além de dividir responsabilidades, é um grande amortecedor de pressões políticas. Ex.: No Plano de Manejo da FLONA Tapajós, o CC participou ativamente nos momentos cruciais de tomadas de decisão;
- As atas de reunião devem ser elaboradas durante a própria reunião, para encaminhamento a todos os membros para aprovação na reunião seguinte;
- Alocação, nos Planos Operativos, de recursos orçamentários para viabilização das reuniões do CC;
- A presidência dos CC não deve ser prerrogativa exclusiva do órgão responsável pela UC, mas deve ser rotativa entre seus membros, a cada período de 2 ou 3 anos.



ALGUNS ASPECTOS DA GESTÃO PARTICIPATIVA DA FLONA TAPAJÓS ATRAVÉS DE SEU CONSELHO CONSULTIVO

Regina G.P. Cerdeira - Instituto Amazônico de Manejo Sustentável dos Recursos Ambientais - I.A.R.A

Das 23 instituições que atualmente compõem o Conselho Consultivo da FLONA Tapajós: universidades, órgãos de pesquisa, secretarias municipais, ONGs e associações comunitárias (Tabela 1), cerca de 14 têm frequência regular nas reuniões do Conselho. Entre elas, as instituições que atuam diretamente junto às comunidades da FLONA e as instituições de ensino superior, além das próprias representações comunitárias.

Tabela 1. Instituições componentes do Conselho Consultivo da FLONA Tapajós

Instituições de Ensino Superior	Instituições de Pesquisa e Extensão	Instituições Públicas Municipais	Instituições da Sociedade Civil (ONGs)	Instituições Comunitárias da FLONA	Sindicato	Órgão Gestor
Universidade Federal do Pará/ Campus de Santarém – UFPA	Embrapa	Secretaria Municipal de Turismo de Santarém – Santur	Instituto de Pesquisa da Amazônia – IPAM	Associação Intercomunitária do Tapajós - AITA	Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Belterra – STR/Belterra	IBAMA
Instituto Luterano de Ensino Superior – ILES/ULBRA	Emater	Instituto Sócio-ambiental de Santarém - ISAM	Instituto Amazônico de Manejo Sustentável dos Recursos Ambientais – I.A.R.A.	Associação de Mini e Pequenos Produtores Rurais do Tapajós - ASMIPRUT	-	-
Faculdades Integradas do Tapajós – FIT		Prefeitura Municipal de Belterra	Grupo de Defesa da Amazônia – GDA	Associação dos Produtores Rurais de Santarém – APRUSANTA	-	-
		Conselho Municipal de Turismo e Meio Ambiente – CONTUMA	Projeto Saúde e Alegria – PSA	Associação de Agroprodutores Regionais de Belterra	-	-
		Secretaria de Agricultura - SAGRI	União de Entidades Comunitárias de Santarém - Unescos	Associação Comunitária dos Moradores, Produtores Rurais e Extrativistas de Maguari Rio Tapajós – Ascomart	-	-



Instituições de Ensino Superior	Instituições de Pesquisa e Extensão	Instituições Públicas Municipais	Instituições da Sociedade Civil (ONGs)	Instituições Comunitárias da FLONA	Sindicato	Órgão
				Associação Intercomunitária da Nova União do Tapajós - Asnuta		

Na atual conjuntura da gestão participativa na FLONA Tapajós, refletida no Conselho Consultivo, as organizações comunitárias apresentam, ainda, uma forte dependência das intervenções e influências políticas de instituições chamadas ONGs que atuam nas comunidades. Suas atuações nas plenárias do Conselho são, muitas vezes, tímidas, prevalecendo as opiniões institucionais externas às comunidades, ainda que em nome do desenvolvimento comunitário.

Como em outras regiões da Amazônia, o processo de organização comunitária na FLONA tem sido encaminhado a partir de conceitos filosóficos institucionais, em nome de um desenvolvimento comunitário que, muitas vezes, não contempla um efetivo desenvolvimento político de suas lideranças. Contudo, nestes 7 anos de gestão participativa na FLONA, as comunidades começam agora a demonstrar algum sinal de independência e desenvolvimento político na gestão. Podemos destacar a atuação positiva da Comissão Fundiária, formada por lideranças comunitárias, criada para acompanhar o processo fundiário; e a criação em Junho de 2004 da Federação das Comunidades da FLONA Tapajós – FCFT que visa à representação política única das comunidades, devendo inclusive representá-las no acordo de concessão de uso da terra junto ao IBAMA.

Atualmente, na estrutura do Conselho Consultivo da FLONA, as comunidades têm representatividade paritária com as demais instituições, mas, efetivamente, estão representadas somente por 6 associações comunitárias que muitas vezes não apresentam sincronia de idéias voltadas para os interesses comuns. Na proposta de alteração do Regimento, já aprovada pelo Conselho, esta representatividade passa a ter a proporção de 40% em contrapartida às instituições do poder público e da sociedade civil, com 30% cada. A idéia aqui é garantir às comunidades maioria nas votações. Mas para isso, faz-se necessário o “empoderamento” das comunidades, que são os atores mais frágeis no processo.

Para que haja equilíbrio na gestão participativa, entretanto, esforços devem ser feitos neste sentido, caso contrário é tratarmos desiguais como iguais. As ações devem fortalecer e capacitar as organizações comunitárias, objetivando o equilíbrio entre as relações estabelecidas, com ênfase na formação sobre co-responsabilidade e suas implicações no processo de gestão participativa.



Destacam-se, ainda, entre as principais alterações, a criação do cargo de vice-presidente entre as instituições componentes do Conselho Consultivo e a criação da Coordenação Operacional que objetiva o encaminhamento das reuniões e outras ações do Conselho Consultivo. Por ser uma proposta que sugere, mesmo que eventual e interinamente, a presidência do Conselho através do vice-presidente, provavelmente a análise jurídica da proposta entenda haver conflito com a determinação do Art. 17, § 5º da Lei nº 9985/00.

Após 3 anos da publicação da portaria que cria o Conselho Consultivo da FLONA Tapajós, boa parte dos moradores desconhece seus objetivos e reclama sobre a falta de aproximação do Conselho em relação às comunidades. Apesar das críticas por parte de alguns integrantes do Conselho neste sentido, a responsabilidade de uma atuação mais ampla é, basicamente, das instituições técnicas que o compõem e do próprio IBAMA enquanto órgão gestor que preside o Conselho, por terem entendimento e argumentação privilegiados às representações comunitárias sobre questões técnicas e burocráticas. Efetivamente, nunca foi proposta à plenária nenhuma ação de divulgação dos objetivos do Conselho, nem sobre o seu funcionamento. A gestão participativa também pressupõe a responsabilidade compartilhada.

Importante destacar o caráter meramente consultivo do Conselho. Esta limitação constitui entrave para uma gestão participativa ampla e equilibrada entre o poder público e a sociedade civil, especialmente as organizações dos moradores. Muitas vezes, as consultas realizadas ao Conselho contribuem apenas para legitimar as ações do próprio IBAMA, salvo as conveniências. Portanto, para que o Conselho Consultivo da FLONA Tapajós torne-se um fórum de decisão, faz-se necessário o consentimento legal e a boa vontade política do órgão gestor. Provavelmente, com um caráter também deliberativo, o Conselho venha a ser um espaço de gestão participativa real.

Após 3 anos de funcionamento, o Conselho Consultivo apresenta experiências suficientes para uma avaliação técnica e imparcial, isenta de concorrências, tendo os seus membros oportunidade de aprendizado com as experiências, sejam negativas ou positivas.

Portaria 84 que regulamenta o Regimento do Conselho Consultivo da FLONA Tapajós e a proposta de alteração deste Regimento

INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS

PORTARIA Nº 84, DE 29 DE JUNHO DE 2001

PRESIDENTE DO INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 17, inciso VIII da Estrutura Regimental aprovada pelo Decreto nº 3.059, de 14 de maio de 1999 e pelo art. 83, inciso XIV do Regimento Interno aprovado pela Portaria Ministerial nº 445/89-GM/MINTER, de 16 de agosto de 1989, publicada no Diário Oficial da União do dia subsequente;



Considerando:

O Art. 17 e parágrafos da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que regulamenta o art. 225, §1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal e institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências;

O Art. 8º do Decreto nº 1.298, de 27 de outubro de 1994, que trata da regulamentação da permanência de populações tradicionais dentro dos limites das Florestas Nacionais - FLONAS;
que a Floresta Nacional de Tapajós é habitada por aproximadamente 6.000 pessoas, distribuídas em 22 Comunidades;
o Termo de Ajustamento de Conduta celebrado entre o IBAMA e o Ministério Público Federal; e
o processo de gestão participativa que vem se dando na Floresta Nacional de Tapajós desde 1997,RESOLVE:

Art. 1º Criar o CONSELHO CONSULTIVO da Floresta Nacional de Tapajós.

Art. 2º O CONSELHO CONSULTIVO será regido por REGIMENTO INTERNO, na forma do Anexo I a esta Portaria.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HAMILTON NOBRE CASARA

A N E X O – I

REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO CONSULTIVO DA Floresta Nacional de Tapajós/PA

CAPÍTULO I DOS OBJETIVOS E DAS ATRIBUIÇÕES

Art. 1º O Conselho Consultivo da Floresta Nacional de Tapajós - FLONA de Tapajós, com domicílio junto à unidade do IBAMA em Santarém - PA, é uma entidade voltada para a orientação das atividades desenvolvidas naquela floresta e no seu entorno, conforme disposições do presente Regimento.

Art. 2º Os objetivos do Conselho Consultivo, resguardados os preceitos do §1º do Art. 1º do Decreto nº 1.298/94, são:

- I - contribuir para o aprimoramento de uma política pública florestal que possa garantir o desenvolvimento da sociedade e a conservação dos recursos naturais;
- II - promover a gestão e o planejamento da FLONA de Tapajós, de forma consultiva e propositiva, envolvendo os diversos grupos da sociedade e do poder público;
- III - contribuir, como experiência piloto, para a gestão participativa em outras Unidades de Conservação.

Art. 3º São atribuições do Conselho Consultivo :

- I - orientar e acompanhar o desenvolvimento de programas, projetos e atividades ligadas à FLONA de Tapajós, de forma a harmonizar e



- compatibilizar suas ações;
- II** - atuar na FLONA de Tapajós de forma consultiva, com possibilidade de ampliar sua atuação junto ao IBAMA, a partir do amadurecimento de ações conseqüentes e propositivas do Conselho;
 - III** - propor critérios e procedimentos técnico-científicos para direcionar ações de proteção ambiental e de desenvolvimento econômico, social e científico na FLONA de Tapajós;
 - IV** - propor, encaminhar e executar programas, projetos e atividades relacionados à FLONA de Tapajós;
 - V** - contribuir para a divulgação de ações promissoras desenvolvidas na FLONA de Tapajós, que possam servir de subsídios para futuras ações;
 - VI** - zelar pelo cumprimento do Plano Diretor da FLONA de Tapajós.

Parágrafo único. Em todas as decisões do Conselho Consultivo, deverão ser observadas as normas e leis relacionadas com as Florestas Nacionais, meio ambiente e políticas florestais vigentes, inclusive as específicas da Floresta Nacional de Tapajós, tal como o Plano de Manejo.

CAPÍTULO II DA COMPOSIÇÃO

Art. 4º São órgãos do Conselho Consultivo:

- a) Assembléia Geral;
- o Conselho Diretor;
- o Apoio Técnico.

§ 1º A Assembléia Geral é o órgão soberano do Conselho Consultivo e será composta por órgãos do governo e da sociedade civil, em diversas representações dos municípios de Santarém, Belterra, Aveiro e Rurópolis.

§ 2º O Presidente do Conselho Consultivo será o Chefe da Floresta Nacional de Tapajós, que presidirá também a Assembléia Geral.

§ 3º O Conselho Diretor será composto por representantes e respectivos suplentes de órgãos governamentais e da sociedade civil organizada, devidamente habilitados, assim constituído:

- a) um Representante do IBAMA;
- b) um Representante de órgão governamental federal;
- c) um Representante de órgão governamental estadual;
- d) um Representante de órgão governamental municipal;
- e) um Representante de órgão não governamental de classe de trabalhadores rurais;
- f) um Representante de órgão não governamental de Assessoria Técnica;
- g) um Representante de órgão não governamental comunitário da FLONA de Tapajós;
- h) um Representante de órgão não governamental comunitário do entorno da FLONA de Tapajós;
- i) um Representante da classe empresarial.

§ 4º O Conselho Diretor terá uma Diretoria, assim constituída:

- a) Coordenador-Geral;
- b) Vice Coordenador-Geral;



- c) Secretário-Executivo;
- d) Vice Secretário-Executivo.

- § 5º A duração dos mandatos será de 2 (dois) anos, iniciando-se no mês de abril de cada biênio.
- § 6º A escolha do Coordenador-Geral e do Vice, do Secretário - Executivo e do Vice, dar-se-á por eleição em Assembléia Geral, entre representantes de Instituições e entidades que compõem o Conselho Diretor.
- § 7º Cada membro do Conselho Diretor terá 1 suplente, escolhido entre seus pares, segundo critério de representatividade das categorias, em Assembléia Geral.
- § 8º O Apoio Técnico será composto por técnicos especializados nas áreas de direito, educação, saúde, pesquisa, extensão, fomento e segurança, convidados pelo Conselho Consultivo a colaborar prestando apoio técnico-científico ao Conselho Diretor da FLONA de Tapajós, em assuntos de competência das entidades que o compõem.
- § 9º Ao Apoio Técnico compete estudar, analisar e dar parecer em projetos e matérias submetidas à sua apreciação, expressos em documentos ou relatórios.
- § 10 O técnico responsável pelo parecer não deverá estar envolvido diretamente em projetos ou matérias submetidas à sua apreciação.
- § 11 O Apoio Técnico será acionado pelo Conselho Diretor, sempre que considerar necessário.

SEÇÃO I DA COMPETÊNCIA DOS MEMBROS DO CONSELHO CONSULTIVO

Art. 5º Compete à Assembléia Geral:

- I - Orientar e acompanhar o desenvolvimento de programas, projetos e atividades ligadas à FLONA de Tapajós, de forma a harmonizar e compatibilizar suas ações;
- II - Atuar na FLONA de Tapajós de forma consultiva, com possibilidade de ampliar sua capacidade de deliberação junto ao IBAMA, a partir do amadurecimento e de ações conseqüentes e propositivas da Assembléia;
- III - Zelar pelo cumprimento do Plano de Manejo da FLONA de Tapajós;
- IV - Definir quem são os representantes que farão parte do Conselho Consultivo;
- V - Apreciar e aprovar o Relatório de Atividades desenvolvidas;
- VI - Apreciar e aprovar o Plano de Atividades do ano subseqüente;
- VII - Apreciar e aprovar a Prestação de Contas Anual;
- VIII - Aprovar e alterar, quando necessário, o Estatuto Social e o Regimento Interno;
- IX - Reunir-se, ordinariamente, uma vez por ano e, extraordinariamente, sempre que convocada pelo seu Presidente, com a anuência do Conselho Diretor.

Art. 6º Incumbe ao Presidente da Assembléia Geral:

- I - Receber, documentar e informar ao Conselho Consultivo a composição do Conselho Diretor;



- II - Convocar e coordenar as Assembléias Gerais ordinárias e extraordinárias;
- III - Presidir o processo eleitoral para renovação do Conselho Diretor;
- IV - Presidir o processo de habilitação e credenciamento das entidades que queiram compor o Conselho Consultivo.

Art. 7º Compete ao Conselho Diretor:

- I - Convidar técnicos especializados nas áreas de educação, saúde, pesquisa, extensão, fomento, segurança, jurídica e outros para assessorá-lo, sempre que necessário.
- II - Cumprir e zelar pela observância das normas deste Regimento;
- III - Propor, deliberar e executar programas, projetos e atividades relacionadas à FLONA de Tapajós, bem como julgar, aprovar ou recomendar, conforme o caso, Projetos Comunitários a serem financiados mediante Projetos especiais;
- IV - Contribuir para a divulgação de ações desenvolvidas na FLONA de Tapajós que possam servir de subsídios para futuras ações.
- V - Propor, estudar, discutir e votar assunto submetido ao exame do Conselho Consultivo.

Art. 8º Incumbe ao Coordenador-Geral:

- I - Convocar reuniões e enviar suas respectivas pautas, com antecedência de 10 (dez) dias, aos membros do Conselho Diretor;
- II - Presidir as reuniões ordinárias e extraordinárias do Conselho Diretor;
- III - Assinar documentos e representar o Conselho Consultivo, perante a sociedade civil e órgãos do poder público;
- IV - Propor questões de ordem e pauta das reuniões.

Art. 9º Incumbe ao Vice-Coordenador:

- I - Substituir o Coordenador em seus impedimentos e eventuais ausências;
- II - Assessorar o Coordenador.

Art. 10. Incumbe ao Secretário-Executivo:

- I - Redigir e assinar as Atas das reuniões e distribuí-las após cada reunião;
- II - Redigir correspondências, relatórios, comunicados e demais documentos necessários, mediante a aprovação do Conselho Diretor;
- III - Divulgar no Conselho Consultivo as informações, decisões e ações do Conselho Diretor, após a sua apreciação;
- IV - Receber todas as correspondências e documentos endereçados ao Conselho Consultivo, e encaminhá-los ao Conselho Diretor, para as providências necessárias;
- V - Manter atualizado e organizado o arquivo de documentos, correspondências do Conselho Consultivo;
- VI - Divulgar na sociedade as informações, decisões e ações do Conselho Consultivo após a apreciação pelo Conselho Diretor.



Art. 11. Incumbe ao Vice Secretário-Executivo:

- I - Substituir o Secretário-Executivo em seus impedimentos e ausências;
- II - Assessorar o Secretário-Executivo.

Art. 12. Compete ao Apoio Técnico:

- I - Estudar, analisar e emitir parecer sobre matéria submetida à sua apreciação pelo Conselho Diretor.

SEÇÃO II DA ASSEMBLÉIA GERAL

Art.13. A Assembléia Geral, órgão soberano do Conselho Consultivo, é composta por Representantes na forma do § 1º do Art. 4º deste Regimento.

Parágrafo único. As Assembléias Gerais serão convocadas por seu Presidente, através de Edital de Convocação publicado, pelo menos em um jornal de circulação de cada um dos municípios que compõem a representação do Conselho Consultivo, até 10 (dez) dias antes da data de sua realização.

SEÇÃO III DA HABILITAÇÃO E CREDENCIAMENTO DAS ENTIDADES

Art. 14. As entidades que pretendem compor o Conselho Consultivo devem submeter-se a critérios de habilitação e credenciamento, para então concorrer a cargos eletivos.

§ 1º Os critérios para habilitação e credenciamento das entidades, contempladas no Edital de convocação, são os seguintes:

- a) para os órgãos públicos: apresentar documento de sua criação, Regimento Interno e documento de nomeação do titular para os municípios que abrangem a FLONA de Tapajós;
- b) para as entidades não-governamentais: apresentar Ata da fundação da entidade, registro e Ata da reunião de posse da Diretoria e os objetivos das entidades compatíveis com as atividades da FLONA de Tapajós.

§ 2º A habilitação e credenciamento de qualquer entidade como membro do Conselho Consultivo dar-se-á com aprovação da Assembléia Geral, devendo tal proposta constar do Edital de Convocação.

SEÇÃO IV DAS ELEIÇÕES

Art. 15. As eleições para renovação do Conselho Diretor serão realizadas no período máximo de 60 (sessenta) dias; e mínimo de 30 (trinta) dias que antecederem o término dos mandatos vigentes.

§ 1º O Presidente da Assembléia Geral convocará todas as entidades para renovação e /ou nova habilitação para composição do Conselho Consultivo.



§ 2º As eleições serão convocadas pelo Presidente da Assembléia Geral, que terá plenos poderes para dirigir o Processo Eleitoral aprovado, tendo acesso à documentação, arquivos, cadastro e todo o material necessário à sua realização.

SEÇÃO V DA PERDA DO MANDATO E DA VACÂNCIA

Art. 16. Ocorrerá a perda do mandato quando o membro do Conselho Diretor:

- I - Deixar de comparecer a três reuniões consecutivas; ou cinco intercaladas, sem justificativa aceita pelo Conselho Diretor. Caso o membro justifique sua falta, por escrito, deverá designar suplente para substituí-lo;
- II - For descredenciado pela entidade que representa oficialmente.

Parágrafo único. A perda do mandato do membro do Conselho Diretor será efetivada a partir da resolução do Conselho Diretor.

Art. 17. Ocorrerá a vacância do mandato do membro do Conselho Diretor nos seguintes casos:

- I - Renúncia voluntária, formulada por escrito, em expediente endereçado ao Conselho Diretor;
- II - Perda de mandato;
- III - Morte.

§ 1º Em caso de vacância, o Conselho Diretor tomará as providências junto à entidade representada para que ocorra a substituição do membro.

§ 2º A ausência injustificada dos membros efetivos e suplentes do Conselho Diretor em três reuniões consecutivas, ou cinco intercaladas, implicará na perda do mandato, sendo possível sua substituição por outra entidade da mesma categoria, de acordo com o estabelecido no §2º do Art. 14.

SEÇÃO VI DAS REUNIÕES, ORDEM DO DIA, VOTAÇÕES E ATAS

Art. 18. O Conselho Diretor deverá comparecer às reuniões ordinárias e extraordinárias da Assembléia Geral para o andamento dos trabalhos.

§ 1º As Assembléias Gerais Ordinárias terão periodicidade anual (uma por ano).

§ 2º As Reuniões Ordinárias do Conselho Diretor terão periodicidade mensal (uma por mês).

§ 3º As Assembléias Gerais Extraordinárias poderão ser solicitadas por qualquer membro da Assembléia Geral, em caso de relevância julgada



pelo Conselho Diretor, e convocadas pelo Presidente da mesma.

§ 4º As Reuniões Extraordinárias do Conselho Diretor poderão ser solicitadas por qualquer membro do Conselho Diretor; indicando os motivos da solicitação, e convocadas com 24 horas de antecedência.

§ 5º As reuniões não ocorrerão, caso participem menos de quatro membros do Conselho Diretor, ou seja, não tenham maioria simples. A não realização da reunião será registrada em Ata da reunião subsequente, sendo que o não comparecimento dos membros deverá ser justificado.

§ 6º A sede executiva do Conselho Diretor será determinada segundo um sistema de rodízio entre suas entidades participantes. A entidade sede, bem como todas as entidades e instituições do Conselho Consultivo, deverão colocar à disposição infra-estrutura de apoio, quando necessário, para realização de trabalhos do Conselho Consultivo.

Art. 19. As deliberações do Conselho Diretor serão tomadas por maioria simples dos votos dos seus membros.

Parágrafo único. As deliberações relativas às propostas de alteração do Regimento Interno serão tomadas por maioria simples dos votos dos membros do Conselho Diretor.

Art. 20. Será lavrada uma Ata em cada Assembléia Geral e em cada reunião do Conselho Diretor, as quais após sua leitura e aprovação na reunião subsequente serão assinadas pelo Presidente da Assembléia Geral e pelo Secretário, respectivamente; e por todos os membros presentes, sendo também enviadas às entidades envolvidas nas questões da FLONA de Tapajós e às Associações Comunitárias da FLONA, e ainda colocadas à disposição dos membros do Conselho Consultivo.

CAPÍTULO III DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Art. 21. Antes da realização da Primeira Assembléia Geral caberá à FLONA de Tapajós / IBAMA fazer um chamamento para as entidades se habilitarem a compor o Conselho Consultivo.

Art. 22. Este chamamento será feito através de Edital de Convocação, que estabelecerá prazo e documentação para habilitação dos participantes.

Art. 23. A Primeira Assembléia Geral de formação do Conselho Consultivo será convocada e coordenada pela Administração da FLONA de Tapajós / IBAMA, junto aos órgãos e entidades habilitados.

Art. 24. O primeiro ato da Primeira Assembléia Geral será a definição dos representantes, por categoria, previamente habilitados.



Art. 25. Na Primeira Assembléia Geral será eleito o Conselho Diretor, com mandato de 2 (dois) anos.

CAPÍTULO IV DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 26. As despesas com transporte, hospedagem e alimentação dos membros do Conselho Consultivo, imbuídos de atividades definidas como relevantes para o grupo, fora da sede do município, serão submetidas ao IBAMA e, caso aprovadas, constarão da sua previsão orçamentária.

Art. 27 As decisões que o Conselho Consultivo julgar necessárias serão formalizadas em documentos, dando-se ampla publicidade às mesmas.

Art. 28. O Conselho Consultivo atuará e se posicionará de forma independente da administração do IBAMA.

Art. 29. Os casos omissos deste Regimento Interno serão dirimidos pelo Conselho Consultivo, em reunião.

Principais alterações ao Regimento Interno do Conselho Consultivo da FLONA

CAPÍTULO II DA COMPOSIÇÃO

Art. 4º São órgãos do Conselho Consultivo:

- a) Assembléia Geral;
- b) Coordenação Operacional (**exclusão do Conselho Diretor**)
- c) Apoio Técnico.

§ 2º O Conselho Consultivo será formado por 40% (quarenta por cento) das comunidades tradicionais, 30% (trinta por cento) da sociedade civil e 30% (trinta por cento) do governo, com composição total de no máximo 30 integrantes.

§ 5º O Conselho Consultivo terá um vice-presidente eleito na Assembléia Geral por um mandato de dois anos.

§ 6º A Coordenação Operacional será composta pelo presidente da Assembléia Geral e por três membros representantes do Poder Público, Sociedade Civil e das Comunidades da Floresta Nacional de Tapajós, referendados em Assembléia;

SEÇÃO I DA COMPETÊNCIA DOS ÓRGÃOS DO CONSELHO CONSULTIVO

Art. 8º Compete à Assembléia Geral:



IX - Reunir-se, ordinariamente, **quatro vezes por ano** e, extraordinariamente, sempre que convocada pelo seu Presidente, **ou por cinquenta por cento mais um de seus membros, e/ou pela Coordenação Operacional.**

Art. 10. Compete ao vice-presidente substituir o presidente nas suas ausências e impedimentos.

Art. 12. Compete à Coordenação Operacional:

- I** – Operacionalizar as convocações de reuniões e enviar suas respectivas pautas, com antecedência de 10 (dez) dias, aos membros do Conselho Consultivo;
- II** - Propor questões de ordem e pauta das reuniões;
- III** - Colaborar na execução das atividades para o bom funcionamento do Conselho Consultivo.

Art. 14. As entidades que pretendem compor o Conselho Consultivo, devem ser atuantes na região e desenvolver atividades compromissadas com os objetivos da FLONA de Tapajós e com o meio ambiente, e devem submeter-se a critérios de habilitação e credenciamento, para então concorrer a cargos eletivos.



ENTREVISTA COM ALMIRO ALMEIDA RODRIGUES COMUNIDADE MAGUARI, PA

Entrevistadora - *Qual o seu nome e a instituição que está representando?*

Almiro - Meu nome é Almiro Almeida Rodrigues. Moro na Comunidade Maguari, Floresta Nacional de Tapajós, e sou Coordenador da Associação Intercomunitária de Mini e Pequenos Produtores da Margem Direita do Tapajós - ASMIPRUT, criada em 1994. É uma associação comunitária. Na época nós nos víamos muito separados do sistema de organização, e a comunidade resolveu ter uma entidade que lutasse para defender melhor o direito das comunidades que viviam dentro da Floresta Nacional de Tapajós. Na época não havia uma garantia, mesmo do próprio órgão que era o IBAMA, nem do Governo, então nós fizemos assembléias, sentamos e discutimos para encontrar formas para resistência: podermos viver dentro da floresta dos Tapajós.

Entrevistadora - *A resistência é por parte de quem?*

Almiro - A resistência nasceu por parte de uma organização comunitária, com o apoio do IBAMA e de entidades parceiras com as quais trabalhávamos, incluindo as ONGs, sindicatos, prefeituras, e outras entidades que nos ajudaram a conseguir a permanência na floresta.

Entrevistadora - *O que motivou a criação do Conselho?*

Almiro - O Conselho foi criado porque queríamos participar de toda a discussão de Governo, ONGs e Prefeituras. Criamos, então, um Conselho Gestor com poder para abrir a participação de todas as comunidades do Tapajós, cada uma levando seus representantes.

Entrevistadora - *São quantas comunidades? E quantos representantes de cada uma?*

Almiro - A Floresta Nacional do Tapajós tem 25 comunidades. Cada comunidade local possui 14 representantes. Tem representante do time de futebol, da Igreja, do trabalho comunitário, das associações, de sindicatos.

Entrevistadora - *E como foi feito esse Conselho?*

Almiro - Foi criado por meio de reuniões e uma Assembléia Geral, que teve uma participação de 100 pessoas, envolvendo várias entidades: o IBAMA, a Prefeitura Municipal de Belterra, a de Santarém, o Sindicato dos Trabalhadores, o projeto Saúde e Alegria, as entidades de moradores das comunidades e as 3 intercomunitárias da FLONA, que são associações com representatividade para esse povo do Tapajós.

Entrevistadora - *E os recursos e a divulgação?*

Almiro - Como existe o PROMANEJO, que é um programa que disponibiliza recursos internacionais, fizemos um ofício pedindo recursos para trabalhar no sistema de mobilização, pelo menos para transporte e



alimentação. Com esse apoio conseguimos reunir as comunidades todas e fazer a assembléia para criar o Conselho. A divulgação foi mais através de *folhetos*, jornais e pela Rádio Rural de Santarém.

Entrevistadora - *As comunidades são participativas? Elas sabem da atuação do Conselho dentro da Floresta Tapajós?*

Almiro - Pelo menos as da FLONA têm uma participação muito boa. O pessoal se empenha muito a respeito da situação fundiária, da legalização de documentos para garantir esse pessoal na FLONA; então quando fazemos um evento, uma reunião comunitária, uma assembléia, temos uma participação muito boa, chegamos a ter de 200 a 250 pessoas.

Entrevistadora - *Qual é a população dessas comunidades?*

Almiro - São 25 comunidades da FLONA, com 1400 famílias. Isso sem o entorno.

Entrevistadora - *Quando o Conselho foi criado? E como as comunidades escolheram seus representantes?*

Almiro - O Conselho foi criado em 25 de março de 1998. A escolha foi em assembléia.

Entrevistadora - *Os moradores da FLONA têm quantos representantes no Conselho?*

Almiro - O Conselho é participativo, e cada comunidade tem um representante no Conselho, titular e suplente.

Entrevistadora - *As pessoas escolhidas têm legitimidade; são escutadas e reconhecidas como representantes da sociedade?*

Almiro - Sim. Nós, como representantes, quando vamos a um evento desses, primeiramente escutamos a voz do povo, quem o povo quer que levemos para o encontro, para falar em nome deles; então, antes de vir, fazemos uma reunião e procuramos saber o que o povo acha que devemos defender naquele evento.

Entrevistadora - *As reuniões do Conselho acontecem de quanto em quanto tempo?*

Almiro - Trabalhamos com 9 comunidades, e convocamos para a assembléia com 15 dias de antecedência, que é o tempo de mobilização. Temos um grupo de apoio, que vai às comunidades para mobilizar o povo, marcando o dia e a hora da assembléia.

Entrevistadora - *Das assembléias do Conselho, as pessoas que quiserem podem participar? E essas assembléias acontecem de quanto em quanto tempo?*

Almiro - A nossa assembléia é participativa; dela participa todo o pessoal das comunidades, das ONGs, do próprio Governo, do IBAMA, da



Prefeitura, da Câmara de Vereadores. Ela é aberta a todos os que queiram participar e nos ajudar em alguns pontos que precisam ser discutidos. Por ano são 3 assembleias.

Entrevistadora - *O que mudou para o entorno e para os moradores da FLONA depois do Conselho?*

Almiro - Uma das mudanças foi que, com o Conselho, nós tivemos a possibilidade de criar o Fórum Comunitário. Nesse Fórum nós nos reunimos duas vezes por mês para articular a gestão da maior parte executiva da FLONA e da coordenação comunitária, tendo também acesso a cada atividade e projeto que as comunidades desenvolvem. O Fórum é que está definindo a aprovação de projetos através da sua parceria. Quando começamos a trabalhar com os projetos comunitários que iam para o plano de manejo, eles iam todos para Manaus, e de Manaus nós podíamos aprová-los em Santarém. Hoje mudou, em vez de ir para Manaus, uma comissão em Santarém faz uma avaliação, e da avaliação envia para o Fórum com uma data marcada para sua aprovação.

Entrevistadora - *Como é a relação do Conselho com a administração da Unidade Tapajós?*

Almiro - Nossa relação com o pessoal da administração se tornou muito viável; hoje nos juntamos para tomar as decisões e as levamos para discussão nas comunidades. As comunidades acham que a parceria foi muito boa para as nossas decisões.

Entrevistadora - *Os gestores da unidade já acataram alguma decisão do Conselho?*

Almiro - O Conselho já implantou diversos sistemas na FLONA: criou um centro de treinamento com recurso do BNDES, implantou um abastecimento de água, também com recurso do BNDES, e já implantamos a saúde com mais assistência, as escolas com um grau de estudo melhor, a comunicação e transporte, com escoamento de produção. As coisas melhoraram um pouco para as pessoas das comunidades.

Entrevistadora - *E quanto ao administrador da unidade, ele tem um trabalho conjunto com vocês, incorpora ou acata as indicações do conselho?*

Almiro - Sim, ele acata. É uma pessoa muito disponível, que escuta bem o povo e, com isso, ajuda no sistema de gestão, de participação, de influenciar até aquelas pessoas muitas vezes divergentes, que não ligam para o movimento comunitário nem para a organização. Por meio dele, temos trazido várias pessoas para dentro da sociedade.

Entrevistadora - *Quais foram os maiores obstáculos à criação do Conselho?*

Almiro - O maior problema que encontramos foi agora com a criação das comunidades indígenas, porque os índios querem uma área muito grande, que até prejudica as comunidades. Querem tirar uma faixa de terra das comunidades e ficar com elas. O Grupo de Trabalho também tem uma



culpa nisso porque deveria fazer a pesquisa dentro da área indígena, e não dentro da área comunitária. Fizemos uma reunião em Matanxim, com aproximadamente cem pessoas, e começamos a conversar com o pessoal do GT e dizer que dávamos a oportunidade para as pesquisas deles, mas que fossem dentro da área indígena e não dentro da área comunitária.

Entrevistadora - *Os indígenas têm representantes dentro do Conselho?*

Almiro - No nosso Conselho, não. Eles têm um Conselho próprio que não sei como funciona, porque nunca nos convidaram para fazer parte do conselho ou das reuniões.

Entrevistadora - *Então não há um bom relacionamento com eles?*

Almiro - O nosso relacionamento com eles não é muito bom, porque eles são muito fechados; não têm um trabalho amplo, aberto. Acho que o administrador da FLONA tem com eles os mesmos problemas que nós, comunitários, enfrentamos.

Entrevistadora - *Qual sua sugestão para melhorar o funcionamento do Conselho?*

Almiro - Uma sugestão é que esse pessoal da Aldeia Indígena, que também é um povo tradicional, se juntasse a nós para reforçar o Conselho, o que seria mais viável do que ficar separados. Eles também faziam parte do nosso trabalho, caminhavam conosco e estavam dentro da nossa participação, só que depois quiseram se assumir como índios. Ficaram fazendo grupos e dizendo que o trabalho deles é até melhor que o nosso. Acha-mos que não podem se vangloriar, porque nós perambulamos na mesma área que eles; os peixes que eles comem, nós também comemos.

Entrevistadora - *Como seria possível fazer esse trabalho conjunto?*

Almiro - Eu achava que fosse possível, mas o próprio cacique deles não procura participar conosco. Já fizemos muitos convites, visitas, e nunca eles disseram que querem participar conosco. Procuram cada vez mais ficar sós, como se diz, ficar tendo o nome de comunidade indígena, separados das nossas organizações, dentro das quais eles também poderiam ser ouvidos pra melhorar a situação da população ribeirinha.

Entrevistadora - *O Senhor lembra quando foi criada a Floresta Nacional do Tapajós?*

Almiro - Eu acho que a Tapajós foi criada em 1974, dia 19 de fevereiro.

Entrevistadora - *Os moradores eram a favor da floresta? Como foi isso?*

Almiro - Naquela época, acho que a comunidade, o povo ribeirinho, não sabia. Era o tempo do regime militar, era um governo rígido. Dentro das unidades de conservação não podia haver moradores, comunidades. Falaram que, pelo decreto, esse pessoal tinha que ser retirado de lá. Mas nós, como comunidade, fizemos várias reuniões, fizemos uma grande parceria com



outras ONGs, possivelmente CPT, GDA ou Saúde e Alegria. Sentamos e começamos a conversar comunidade com comunidade e depois convocamos uma reunião com o próprio IBDF, na época não era o IBAMA. De repente muda de IBDF para IBAMA; juntaram-se outros coordenadores com outra experiência, para dar possibilidade aos moradores da FLONA de permanecer lá, como fiscais. Hoje trabalhamos em parceria com o IBAMA. Temos muitos agentes ambientais que foram capacitados pra trabalhar na FLONA dando apoio ao IBAMA, e o IBAMA mandando apoio para os agentes ambientais para fiscalizar a FLONA e evitar a invasão de madeireiros, de caçadores, de pescadores, para não ficar degradando tanto a parte de rio quanto a parte de floresta.

Entrevistadora - *Vinte anos depois, o que melhorou com a criação da Floresta?*

Almiro - Primeiro foi a permanência dentro da FLONA. É a própria FLONA dando toda a possibilidade de o próprio morador poder fazer aproveitamento dos recursos naturais. Outra possibilidade foi a implantação de diversos projetos para as comunidades: reaproveitamento de sementes, produção de óleos vegetais, trabalho com a matéria-prima, fabricado na comunidade de Maguari. Hoje foi implantado também um projeto de reaproveitamento de madeira para fazer artesanatos. Para o povo da comunidade da FLONA foi um passo à frente, e eles tiveram um apoio muito favorável do IBAMA para o manejo.

Entrevistadora - *Além do conflito com os índios, quais são as ameaças que hoje ainda existem na FLONA?*

Almiro - O que muitas vezes acontece na FLONA são algumas irregularidades na exploração de madeira, a abertura de grande roçado, pasto, que são ameaças que prejudicam até as comunidades.

Entrevistadora - *Há empresas grandes, madeireiras?*

Almiro - Grandes, não. Mas há aquelas pequenas que costumam levar madeira clandestinamente. Eles não são autorizados para explorar madeira, mas fazem um trabalho clandestino e com ele vão prejudicando as comunidades. A própria comunidade muitas vezes pega, sempre dá uma desconfiança; o pescador faz a pesca predatória também, fora de época. As pessoas vão e conversam com eles, muitos entendem, mas muitos não. Muitos têm boas idéias, mas outros pensam diferente da gente.

Entrevistadora - *Existe plano de manejo da Floresta Nacional?*

Almiro - O plano de manejo está sendo feito agora e, se Deus quiser, vai ser aprovado; estamos trabalhando agora no plano de uso também das comunidades. Esse é um plano geral para todas as comunidades, mas também cada comunidade vai ter direito de fazer o seu plano próprio, até porque há regras que a comunidade deve estabelecer.

Entrevistadora - *E as comunidades confiam nesse Conselho, elas o escutam, falam dos problemas para que o Conselho os leve para as assembléias?*



Almiro - Nas comunidades, nós temos 50%, 60% de pessoas muito positivas, que têm uma confiança muito boa na gente, uma relação muito boa. E uns 40% que ficam em cima do muro; eles não sabem se apóiam muito bem isso ou se não apóiam aquilo. Até porque é muito difícil você ter uma mensagem que agrade a todo mundo.

Entrevistadora - *Há algum representante do governo local ou regional no Conselho?*

Almiro - Pelo menos da parte do IBAMA nós temos o Ângelo, e ele faz parte do Conselho. Da parte da Prefeitura, nós temos o prefeito, mas é difícil ele comparecer às reuniões do Conselho, mas sempre manda um secretário.

Entrevistadora - *E da comunidade do entorno?*

Almiro - Da comunidade do entorno, pelo menos, temos a comunidade de Nazaré, com quem temos uma relação muito boa, até porque eles também têm vontade de participar do Conselho. São pessoas que ainda não receberam nenhum benefício através da FLONA para a área deles.

Entrevistadora - *E o senhor acha que, com a atuação do Conselho, vai ser possível melhorar alguma coisa para o entorno?*

Almiro - Tenho plena certeza de que o Conselho tem poder de dar um apoio ao pessoal do entorno, porque eles também são trabalhadores, vivem do campo e muitas vezes não desenvolvem bem as atividades de agricultura no campo por falta de apoio e de recursos financeiros.

Entrevistadora - *O que o senhor está achando desses três dias de encontro?*

Almiro - Para mim, a vinda aqui foi muito importante; a gente fica muito grato e satisfeito. É uma experiência em que a pessoa vê como está a situação de outros estados, de outros municípios, e também traz e conta as histórias do seu município, porque a dor que diretamente o país sofre, quase todo mundo passa por ela.



ENTREVISTA COM REGINA GLÓRIA PINHEIRO CERDEIRA – INSTITUTO AMAZÔNICO DE MANEJO SUSTENTÁVEL DOS RECURSOS AMBIENTAIS

Entrevistadora - *O seu nome, a instituição que você representa e o Conselho do qual vocês fazem parte.*

Regina - Meu nome é Regina Glória Pinheiro Cerdeira. Sou técnica do Instituto Amazônico de Manejo Sustentável dos Recursos Ambientais, que é o IARA, de Santarém do Pará. E o IARA é membro do Conselho Consultivo da Floresta Nacional de Tapajós.

Entrevistadora - *A população entendeu o processo de criação da FLONA?*

Regina - A FLONA tem precisamente trinta anos, mas, depois de estar criada há mais ou menos dez, treze anos, é que os moradores começaram a ter consciência de morar em uma unidade de conservação. Há todo um esforço dessas comunidades pra resolver a questão da terra, porque naquela época já havia um impasse com o órgão gestor, então o IBDF, que não admitia de forma alguma moradores na unidade. A partir de 1989, quando foi efetivamente dissolvido o IBDF com a criação do IBAMA, esses impasses viraram confrontos e conflitos com os gestores do IBAMA na época. Foi a partir de 1997 que se criou um canal de diálogo com o IBAMA, quando a Selma Bara Melgaço assumiu a gerência do órgão. Ela promoveu uma audiência pública, uma iniciativa do próprio IBAMA através dela, de esclarecimento à sociedade do problema que a afligia. Foi a primeira vez que o povo começou a encarar os problemas, as reivindicações através das comunidades e a se aproximar mais. De lá para cá melhorou extremamente, não só o caso do IBAMA Santarém, não só essa questão da FLONA, mas o IBAMA começou a se aproximar, até antes disso, das comunidades através de um projeto de administração pesqueira que era o projeto IARA; era a primeira vez efetivamente que o IBAMA se aproximava das comunidades. Ainda há críticas ao IBAMA, mas as pessoas já não têm mais “medo”, elas se comunicam com o órgão, elas vão, pressionam, criticam, falam mal e sabem como cobrar e sabem também ser parceiras e colaborar por conta dessas ações. Hoje temos essa FLONA com uma série de atividades que envolvem efetivamente os moradores, com um projeto que se chama PROMANEJO, em que um dos componentes é a FLONA Tapajós. Ela é bem atípica em relação a muitas outras FLONAs, porque tem moradores, tem muitos projetos.

Entrevistadora - *São muitos moradores?*

Regina - Há perto de 11 mil moradores e uma série de projetos. As comunidades, apesar de estarem com uma organização um pouco fragilizada, já estão começando a dar algum sinal de desenvolvimento, de maturidade política, embora eu tenha muita crítica, o que foi parte da minha fala nessa oficina, à intervenção excessiva das ONGs, que são importantes como apoio técnico, mas acabam tutelando demais as comunidades e as organizações de comunidades, e elas ficam um pouco dependentes nas suas representações políticas. O próprio Conselho Consultivo é um espaço garantido para que essas comunidades se façam representar e até para a sociedade civil que faz parte do processo de gestão diretamente, apesar de não ser usuária do recurso; eu falo a sociedade civil através das ONGS, mas são áreas de trabalho dessas instituições.



Entrevistadora - *Quais são, hoje, as principais ameaças, conflitos existentes?*

Regina - A FLONA Tapajós tem as populações ribeirinhas, típicas da Amazônia, que sempre se assentam ao longo dos rios, mas tem também uma outra, que não é maioria, com um comportamento completamente diferente. Apesar de estarem há muito tempo lá, foram moradores assentados por conta das desapropriações de áreas para a construção da reversa da hidroelétrica de Itaipu. Constituem hoje a comunidade de São Jorge, e dessa unidade já se originaram outras, como o Chibé. Elas são essencialmente agrícolas e acham que a terra tem valor sem florestas; têm que derrubar tudo para plantar, com máquinas pesadas. Já os ribeirinhos, que são extrativistas, têm agricultura familiar, aquela agricultura de rodízio em áreas de roçado. Portanto é um processo de relação com a floresta muito diferente. De alguma forma, isso é uma ameaça, porque a área de São Jorge, por exemplo, está bem estragada, a floresta bem dizimada. Por conta disso, o próprio entorno é uma grande ameaça. A fronteira agrícola está avançando, essencialmente, soja e arroz, e estamos prevendo um impacto até maior do que o que vem acontecendo com o roubo de madeira. Quer dizer, a pressão em cima da FLONA está intensa, e a própria unidade Santarém não tem condições de fazer uma fiscalização mais efetiva por conta do tamanho da FLONA e das fronteiras muito abertas.

Entrevistadora - *Você sabe o tamanho dela mais ou menos?*

Regina - Tem mais de 500.000 hectares. E agora há outros conflitos, fundiários mesmo, que é a questão recente e preocupante, da criação de uma unidade indígena, os chamados "índios ressurgidos", aqueles que já deixaram de ser índios de hábitos originais muitas gerações atrás, mas que agora resolveram resgatar todos os valores. Três comunidades das 22 existentes na FLONA querem ser reconhecidas. A FUNAI está no processo de demarcação, um processo um pouco conflituoso, porque muitas dessas famílias que são reconhecidas indígenas têm parentes que não querem, então há um racha na própria comunidade. Isso é um conflito atual, e a própria criação da unidade vai dismantelar toda a área das comunidades caboclas, até então tradicionais.

Entrevistadora - *O plano de manejo já foi concluído?*

Regina - O plano de manejo foi concluído e estamos trabalhando para que seja editado e publicado através de portaria. Esse foi realmente um processo participativo. Como representante da ONG, atuante dentro do Conselho, só tenho a parabenizar as comunidades, o Conselho Consultivo e o IBAMA. O processo do plano de manejo mostra que estamos maduros para uma gestão compartilhada, em que a sociedade também delibera e não só o governo. A elaboração do plano é prova de que, no caso de FLONAs, principalmente se há morador dentro delas, os conselhos têm que ser deliberativos e não consultivos, como é a imposição do SNUC. Na situação do nosso Conselho, acreditamos ter condições e capacidade de deliberar, porque nós é que, efetivamente, comandamos essa gestão na prática, que fazemos acontecer.

Entrevistadora - *E o plano, a construção dele, isso levou quanto tempo?*



Regina - Ele vem sendo amadurecido desde 2002. Efetivamente, foi para campo em 2003 e foi concluído agora em 2004, com uma grande consulta pública, em três ou quatro etapas, todas acompanhadas pelas comunidades, executadas também pelo IBAMA e o próprio Conselho Consultivo, que contribuiu como amortecedor de impacto e um grande apoio técnico.

Entrevistadora - *Quando e como surgiu essa iniciativa de fazer o Conselho?*

Regina - O Conselho da FLONA Tapajós tem uma história bem diferente em relação aos outros. Ele efetivamente já existia quando a FLONA, quando o SNUC ainda nem existiam. A lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação é de 2000, e o grupo que está aí construindo o Conselho foi formado com o nome de grupo gestor efetivamente em 1997, 1998, por aí. E houve uma tentativa do próprio IBAMA de reconhecer e editar isso através de uma portaria, porque, naquela época, gestão participativa, nem pensar. Então ficou engavetado por uns dois anos. Foi quando surgiu o SNUC e todo o regimento do estatuto social que seria do grupo gestor com o regimento interno do Conselho Consultivo. O Conselho é o mesmo grupo gestor que passou, então, a se chamar Conselho Consultivo por determinação do SNUC.

Entrevistadora - *E ele foi instituído em 1997?*

Regina - É, começou todo o trabalho; isso foi todo um trabalho que a Selma na época promoveu. Ela teve a iniciativa de convidar todas as instituições que davam apoio na época, e a gente se aproximou mais do IBAMA e teve apoio técnico. Naquela época a FLONA Tapajós tinha apenas um técnico, que era o próprio chefe. Apesar dos muitos técnicos do escritório regional de Santarém do IBAMA, nenhum tinha qualificação para conduzir o processo de gestão de uma FLONA, de uma unidade de conservação. A mão-de-obra técnica com que o IBAMA podia contar era a que estava disponível na sociedade civil, que se prestava a ajudar e apoiar, que já trabalhava com as comunidades. Então, inteligentemente, a chefe na época reconheceu isso e tirou proveito da situação.

Entrevistadora - *Quais foram os indivíduos e entidades se destacaram?*

Regina - As ONGs. Uma característica das ONGs de Santarém é a participação ativa. Muitas delas trabalham há muitos anos dentro da própria FLONA. As universidades têm contribuído muito, principalmente no apoio técnico. Uma delas é a UFPA e de mais duas universidades particulares. Também o sindicato de trabalhadores rurais, enfim, todo o mundo se preocupa e quer essa ajuda mútua, embora tenha toda aquela coisa do empoderamento da sua própria instituição na questão da gestão. Acho que é preciso haver limites; tem horas que a gente tutela demais quem tem que aprender a andar com suas próprias pernas, que são as comunidades.

Entrevistadora - *As comunidades têm lideranças que as representam ativamente?*

Regina - As comunidades são representadas de forma legítima. Só que essa representação precisa estar mais formada, mais desenvolvida, mais



capacitada. Aí é que as ONGs precisam trabalhar mais. Tirar um pouco a tutela e capacitá-las para que tenham o discernimento de uma escolha, do que é bom para elas, a partir de sua iniciativa, não da ONG.

Entrevistadora - *Quem são esses representantes que atuam no Conselho?*

Regina - Temos representante do poder público, através das secretarias municipais da Prefeitura de Belterra e Santarém; universidades; ONGs; seis representações comunitárias; organizações comunitárias; um sindicato; o próprio IBAMA; são 5 ONGs que não são da comunidade, enfim, temos a representação, pelo menos teórica, da EMATEC, que não comparece muito, da EMBRAPA que vez ou outra está colaborando, e uma presença interessante, enfim, da SAGRI, que é a Secretaria de Agricultura do Estado.

Entrevistadora - *Na época da criação, que estratégia foi usada para mobilizar as pessoas, levar o conhecimento sobre o Conselho?*

Regina - O Conselho chega ao conhecimento das pessoas, em todos esses anos, desde a época que ele era um grupo gestor, através de cada uma das instituições que o compõe. Mas ainda hoje ouvimos queixa da comunidade de que não sabe o que é. Ouviram falar mas não sabem para que serve. Ainda é uma falha do próprio Conselho. Acho que nos acomodamos um pouco, o que é natural num processo longo em que há um desgaste. Precisamos rever uma série de comportamentos, de questões. Já estamos discutindo isso para mudar brevemente.

Entrevistadora - *Não existe uma estratégia de instrumentos de comunicação?*

Regina - Instrumentos de comunicação existem, mas não estamos utilizando-os adequadamente.

Entrevistadora - *E você sabe dizer se os representantes retornam para as comunidades o que é discutido?*

Regina - No geral sim, mas muitos talvez não o façam de forma apropriada. Isso porque há muita queixa. Sempre ouço queixa de comunitários que não são conselheiros em reuniões técnicas em que há participação das comunidades.

Entrevistadora - *Há uma falta de comunicação dentro do Conselho também?*

Regina - Comunicação existe, mas precisa ser melhorada. Até esse processo do Conselho se fazer conhecer externamente precisa ser trabalhado melhor.

Entrevistadora - *Vocês têm reuniões de quanto em quanto tempo?*

Regina - Pelo regimento interno, é uma reunião ordinária por ano e quantas extraordinárias forem necessárias. Na prática, cada necessidade puxa uma reunião.

Entrevistadora - *Como os membros do Conselho ficam sabendo da reunião?*



Regina - Pelo regimento interno, quem faz a pauta é o presidente do Conselho, que é o próprio chefe da FLONA, segundo imposição do SNUC, mas nunca houve problema de se incluir pauta nova se aparece, na abertura da assembléia, alguém que queira incluir algo. Agora vamos entrar num processo administrativo de alteração do regimento para permitir que a própria assembléia possa se autoconvocar com maioria simples, e a criação de um outro órgão que também vai poder fazer isso.

Entrevistadora - *Há representantes do entorno?*

Regina - Sim. Há uma única associação que representa o entorno, que é a associação de agroprodutores regionais de Belterra.

Entrevistadora - *Como é o relacionamento no Conselho?*

Regina - Eu diria que é bom, mas poderia ser melhor. A crítica é em relação ao próprio IBAMA, justamente pelo caráter consultivo do Conselho. Porque acabam sendo as consultas a única coisa que podemos fazer ao IBAMA. Muitas vezes temos discussões técnicas intensas, dominamos a situação por viver aquilo e não somos contemplados nas decisões deles. Agora, quando é conveniente sim. Eles admitem as nossas orientações ou as nossas sugestões na consulta, como o próprio plano de manejo.

Entrevistadora - *A FLONA já acatou alguma sugestão que o Conselho tenha dado?*

Regina - Sim, quando são sugestões ou indicações que não vão afetar muito administrativamente ou politicamente o órgão. É aí que o Conselho serve de amortecedor para as questões políticas entre o órgão gestor que é o IBAMA e a comunidade. Acho que o nosso papel é muito além disso. Que seja só um órgão mediador dessa relação direta das duas partes da gestão, que são os moradores e o próprio IBAMA, tudo bem, mas efetivamente temos contribuído e despendido energia e tempo nosso sem ônus para o Estado, então precisamos ter esse esforço mais reconhecido pelo órgão gestor. É preciso mudar o SNUC, que reconhece moradores dentro de uma FLONA, mas não reconhece essa gestão participativa, um Conselho deliberativo como reconhece as RESEXs.

Entrevistadora - *Esse é um dos obstáculos para o bom funcionamento do Conselho?*

Regina - No nosso caso de Floresta Nacional do Tapajós, sim. Se a lei nos permite, vamos cobrar e pressionar para que aconteça essa mudança.

Entrevistadora - *E tem mais algum obstáculo?*

Regina - Sim. A organização interna do sistema de gestão precisa mudar urgentemente, e melhorar. Tem sido entrave ao desenvolvimento do Conselho também. Não é só o fato de não poder efetivamente deliberar junto com o órgão. Isso é importante, mas temos que rever uma série de condutas do próprio Conselho.



Entrevistadora - *Você tem mais alguma sugestão para a melhoria do funcionamento?*

Regina - Sim. As ações nossas têm que acontecer de forma mais próxima da comunidade. A sede do Conselho é em Santarém, a distância entre as comunidades e Santarém é considerável, e esse é um dos pontos de entrave desse desenvolvimento e aceitação até do próprio Conselho. Temos que pensar em ações de divulgação que extrapolem o Conselho para fora das salas de reuniões, para que possamos trabalhar mais naquele corpo a corpo com a comunidade.

Entrevistadora - *As pessoas que fazem parte do Conselho, quando acontecem as reuniões têm recursos para ir até a sede, você falou que a sede é fisicamente distante...*

Regina - Atualmente o IBAMA está arcando com os custos de transporte e alimentação. Geralmente as reuniões são de algumas horas num único dia e tem transporte todos os dias para a comunidade, então o IBAMA está arcando com esse custo. Para comunitários. Outras instituições têm que se esforçar para chegar até lá.

Entrevistadora - *E as comunidades são presentes, elas participam das reuniões?*

Regina - Teoricamente, os conselheiros comunitários têm que antes consultar as bases ou repassar às bases na volta de uma reunião. Mas sinceramente nós não temos controle de até onde isso é feito. As ONGs que trabalham diretamente, que estão em contato com eles, poderiam contribuir nesse sentido. Eu acho que essa organização das próprias comunidades para se fazerem representar no Conselho é um ponto crucial para o desenvolvimento do Conselho.

Entrevistadora - *O que você achou da oficina?*

Regina - Como ponto positivo, a oportunidade de intercâmbio das várias experiências do Conselho Consultivo, de Parque, de FLONA, de RDS, de RESEX, foi muito oportuna, porque enriquece todo o processo. O que se espera é que os resultados dessa oficina sejam realmente aproveitados e encaminhados nos maiores fóruns daqui para a frente. Quanto às Unidades de Conservação, agora está claro para todos que é preciso haver uma reforma urgente no SNUC. Como ponto negativo, a metodologia de condução das discussões foi meio equivocada porque atrapalhou um pouco. Não houve muita consulta à plenária. Por exemplo, essa coisa de usar a plenária como único grupo de discussão, aquele grupão, o pessoal que trabalha com oficina sabe que não dá certo; fica um processo lento, você perde tempo, e não há muito tempo nas oficinas. Trabalhar as discussões fragmentadas em grupo, no mesmo tempo, e depois levar para a plenária, está comprovado em nossas oficinas, é o que dá certo, é o melhor meio. E tem mais um ponto que não ficou claro desde o início, que seriam as etapas de discussão. Ficou parecendo que se começou um discurso e, a partir das reclamações, ele foi sendo moldado, ficou meio confuso. Não foram trabalhados alguns conceitos e houve pouco tempo assuntos intensos, muito diversificados. Mas no geral foi bom.

A GESTÃO PARTICIPATIVA DA APA CAPIVARI-MONOS

Anita Correia de Souza - Socióloga
Diretora da Divisão de Planejamento Ambiental
Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente

A gestão participativa na primeira Área de Proteção Ambiental criada pelo Município de São Paulo, a APA Capivari-Monos, teve início, de fato, bem antes de sua criação legal.

O processo de criação da APA Capivari-Monos teve início em 1995 e se estendeu por cinco anos, até a aprovação da Lei Municipal 13.136/2001.

O projeto de lei, cuja redação inicial era diferente da atual, foi encaminhado à Câmara Municipal, pelo executivo, em meados de 1998. O Conselho Gestor, deliberativo e paritário, já constava do projeto original, ainda que com composição e funções menos amplas que as do projeto aprovado.

Em 1996, foram dados os primeiros passos para o levantamento dos atores locais através de trabalhos de campo, iniciando-se pelas escolas, único equipamento público presente. Foram visitadas 16 escolas públicas - oito dentro do perímetro proposto para a APA e oito no entorno imediato -, para um diagnóstico da realidade escolar, através de entrevistas com diretores e coordenadores e da participação em reuniões pedagógicas.

A partir das informações colhidas nas escolas, começou o levantamento das organizações sociais existentes - ONGs e associações de moradores - com atuação na APA. Todas foram visitadas e cadastradas. Durante as visitas, foi feito um levantamento mais detalhado, incluindo as igrejas, empreendimentos turísticos, aldeias indígenas, pequenos comerciantes e lideranças, formais e informais, encontrados.

No ano de 1998, foram realizadas duas audiências públicas, a partir das quais a equipe técnica da Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente de São Paulo (SVMA) passou a priorizar o trabalho com a comunidade local, com vistas à formação de um conselho gestor efetivamente representativo.

Em dezembro de 1999, foi realizado o "*Primeiro Encontro Pró-APA Municipal do Capivari-Monos - Conservação Ambiental com a Participação da Comunidade*". A organização do evento contou com ativo envolvimento da comunidade local. Participaram ao todo cerca de 500 pessoas, entre representantes da comunidade, órgãos públicos federais, estaduais e municipais, empresários e ONGs.

Como resultado do encontro, formaram-se grupos de trabalho, a partir de temas previamente definidos com as lideranças comunitárias: agricultura, ecoturismo, educação, saúde e saneamento, fiscalização, recuperação de áreas degradadas e questão indígena, todos com a participação do poder público e da sociedade civil. A plenária final do





evento deliberou, também, sobre a criação de uma Comissão Pró-Conselho Gestor, composta paritariamente, para dar andamento às demandas prementes na região e lutar pela criação da APA.

Essa comissão teve importante papel na criação da APA, articulando lideranças, ganhando espaço na mídia e pressionando a Câmara Municipal para a criação da APA, até a aprovação da Lei em 2001.

Em Março de 2002, foi aberto o cadastramento das entidades da sociedade civil, cuja divulgação foi realizada via Portaria editada no Diário Oficial do Município, meios de comunicação local, página na web da Prefeitura do Município de São Paulo - PMSP, Informativo da Secretaria do Verde e do Meio Ambiente - SVMA e trabalhos de campo. Estes últimos tiveram imprescindível importância, pois ainda que em anos anteriores tenham sido realizados constantes trabalhos de articulação da população, acreditava-se que havia sido criada alguma conscientização da população quanto à importância da proteção da região, entretanto era importante fomentar os princípios da participação política. Nesse sentido, durante os três meses transcorridos durante o cadastramento, que ocorreu na sede da SVMA, técnicos da Secretaria visitaram as entidades previamente conhecidas e contatadas por ocasião dos encontros, cursos e eventos. O objetivo era, portanto, motivar e convencer tais grupos da relevância de sua participação no Conselho Gestor.

Paralelamente, o poder público foi oficiado pela SVMA, para indicação de seus representantes titulares e suplentes.

Concluído o cadastramento, foi realizada uma oficina para definição das regras das eleições, tanto da sociedade civil, como posteriormente do corpo executivo do Conselho (Presidente e Vice), da qual participaram todos os cadastrados da sociedade civil e os indicados pelo poder público.

Alguns dias depois, realizou-se a reunião para eleição da sociedade civil. Na ocasião, além do pleito eleitoral propriamente dito, houve uma abertura, durante a qual um representante da sociedade civil de um Conselho Gestor já empossado (Conselho Gestor da APA Estadual da Várzea do Rio Tietê, criado em 1998), testemunhou sua experiência. Como principal resultado deste trabalho, decidiu-se que a titularidade e a suplência poderiam ser desempenhadas por entidades diferentes, do mesmo ramo ou setor. Tal fato se deve à grande mobilização das comunidades e ao seu elevado interesse em se fazer representar no Conselho.

Eleitos os representantes da sociedade civil, ocorreu a discussão sobre o Regimento Interno. A minuta elaborada pelos técnicos da SVMA e da Subprefeitura da Capela do Socorro baseava-se em textos de regimentos de APAs estaduais, como a própria APA da Várzea do Rio Tietê, a APA Jundiá-Cabreúva, a APA do Carmo etc. Foram três reuniões de árdua discussão até que se chegasse a um texto de pleno consenso, que mediante revisão jurídica da SVMA, foi aprovado pelo corpo de conselheiros.

Assim como o regimento interno, mesmo antes da cerimônia de posse, o conselho providenciou a eleição de seu presidente e de seu vice. O cargo de



Secretário Executivo, conforme disposição do Decreto Municipal nº 41.396, de 21 de novembro de 2001, deveria ser submetido à indicação da SVMA. As eleições foram realizadas a partir da candidatura de chapas compostas por presidente e vice. A sociedade civil elegeu-se para o desempenho dos dois cargos.

Em 15 de agosto de 2002, tomou posse o Conselho, em cerimônia realizada na sede da Subprefeitura da Capela do Socorro, então Administração Regional da Capela do Socorro. O atual mandato encerra-se no próximo dia 15 de agosto deste ano. O novo cadastramento das entidades da sociedade civil teve início em julho deste ano e em setembro será realizada nova eleição.

A grande maioria dos representantes da sociedade civil no Conselho participou, em algum momento, da Comissão Pró-Conselho, o que contribuiu muito para a efetividade da gestão e o Conselho Gestor, que embora recente, é bastante ativo.

Desde a posse, o Conselho se reúne mensalmente, totalizando, ao longo dos seus quase dois anos de existência, 16 reuniões Ordinárias e 2 Extraordinárias.

Estrutura

Conforme disciplinado no decreto mencionado anteriormente, o Conselho Gestor possui 20 membros, sendo dez titulares e dez suplentes, distribuídos paritariamente entre o poder público (estadual e municipal) e a sociedade civil. Conforme já dispunha a Lei de criação da APA, seu caráter é deliberativo.

Os órgãos e Secretarias do poder público representados no Conselho são: Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente – SVMA; Secretaria Municipal das Subprefeituras - SMSP; Secretaria Municipal da Habitação e Desenvolvimento Urbano - SEHAB; Secretaria Municipal de Planejamento Urbano - SEMPLA; Secretaria Municipal de Cultura - SMC; Guarda Civil de São Paulo - GCSP; Departamento do Uso do Solo Metropolitano - DUSM, da Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo - SMA; Instituto Florestal - IF, da Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo - SMA; Companhia Estadual de Saneamento Básico – SABESP e Polícia Ambiental do Estado de São Paulo.

A sociedade civil possui as seguintes representações: organizações não-governamentais, ligadas à defesa do meio ambiente, com comprovada atuação na área da APA Capivari-Monos; organizações não-governamentais, ligadas à defesa do meio ambiente; associações de moradores locais, situadas no Distrito de Marsilac, com sede e atuação no interior da APA Capivari-Monos; associações de moradores locais, situadas no Distrito de Parelheiros, com sede e atuação no interior da APA Capivari-Monos; associações civis profissionais e Instituições de ensino e técnico-científicas; sindicatos de trabalhadores; Comunidade Indígena Guarani, localizada no perímetro da APA do Capivari-Monos; setor agrícola, setor de turismo e setor empresarial.



Esta configuração do Conselho resultou de inúmeras reuniões, desde os primeiros trabalhos na área, mas ganhou o formato definitivo a partir das atividades do Pró-Conselho e do Conselho Municipal do Meio Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável – CADES. Este último teve como tarefa a aprovação da proposta de criação da APA e da minuta de Projeto de Lei que foi submetida à Câmara Municipal de São Paulo. As Secretarias e órgãos públicos estão, desta forma, representados por atribuição e pela atuação constante ou precária na região da APA.

A definição das representações da sociedade civil deu-se a partir de: 1) necessidade de representação das associações de moradores dos dois distritos parcialmente inseridos na APA (Parelheiros e Marsilac); 2) as ONGs ambientalistas internas e externas foram contempladas por razões óbvias, ressaltando-se o fato do envolvimento das últimas para a profissionalização, aprimoramento e expansão dos projetos desenvolvidos na área; 3) as instituições de ensino foram consideradas de imprescindível relevância, na medida em que propiciam a ampliação dos estudos sócio-ambientais sobre a área; 4) as Comunidades Guarani, por viverem na área; 5) a inclusão dos sindicatos de trabalhadores resultou da necessidade de se estimular a criação de organizações desta natureza na região; 6) os setores agrícola, empresarial e de turismo, para incorporar usos adequados à área e para incentivar o desenvolvimento de tais atividades de forma sustentável.

O Conselho Gestor vem funcionando provisoriamente na Coordenadoria de Planejamento da Subprefeitura de Parelheiros. Entretanto, estão em andamento as obras da sede. Esta deverá funcionar junto à Casa de Agricultura, criada por iniciativa do Município e a qual, mesmo sem a conclusão das obras mencionadas, já vem desenvolvendo atividades na região da APA e seu entorno, prestando assistência técnica rural e oferecendo cursos de capacitação aos agricultores locais.

Não existem recursos humanos específicos para a APA. A Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente (SVMA) conta com técnicos que desenvolvem trabalhos na APA, mas nenhum deles com dedicação exclusiva.

Com relação aos recursos financeiros, existem duas dotações orçamentárias que atendem precariamente às demandas do Conselho e da APA. Uma delas está na SVMA e recebeu seu primeiro montante no ano de 2002. Cerca de R\$ 60.000 foram investidos em aquisição de material técnico (cartas, fotos aéreas, imagens de satélite, plotagens de mapas, capacitação dos técnicos em geoprocessamento, etc) e na elaboração do projeto gráfico de sinalização da Unidade de Conservação. Há também uma dotação orçamentária na Subprefeitura de Parelheiros, destinada especificamente ao Conselho Gestor, que apenas no ano de 2003, recebeu cerca de R\$ 15.000. Mediante ampla discussão no grupo de conselheiros, esta soma foi destinada à aquisição de itens como suplementos de informática, GPS, máquina digital, dentre outros. Ainda assim, os poucos recursos existentes foram insuficientes para atender às inúmeras necessidades da APA.

Portanto, todos os trabalhos envolvendo cursos, eventos, vistorias, etc, realizados objetivando a criação do conselho, através da articulação da população, não contaram com recursos específicos. Além do esforço e



dedicação – desde 1996 - dos técnicos da SVMA e, a partir de 1999, dos demais envolvidos no Pró-Conselho, foram utilizados os veículos, equipamentos e pequenos montantes advindos de “adiantamentos diretos” do Departamento de Educação Ambiental e Planejamento – DEAPLA/SVMA.

Atualmente, além da dotação supracitada, em 2003, após inúmeras justificativas e solicitações, o corpo técnico da SVMA passou a contar com um veículo 4X4, locado pela Secretaria, destinado às atividades de planejamento, educação ambiental e fiscalização na área da APA. Por sua vez, o Conselho Gestor não conta com veículo específico e os trabalhos de campo são feitos com veículo cedido pela SVMA ou, mais raramente, pela Subprefeitura.

Foram criadas Câmaras Técnicas de Turismo, Saneamento, Educação Ambiental, Fiscalização e Populações Tradicionais. Criou-se, ainda, um grupo técnico responsável pela coordenação do Zoneamento, que após muitos debates teve sua minuta aprovada em maio de 2003.¹⁵

O grau de atividade das Câmaras Técnicas é bastante variável. As Câmaras de Educação Ambiental e Turismo são bastante ativas, enquanto as de Saneamento e Populações Tradicionais estão em fase inicial. A Câmara Técnica de Fiscalização é palco de muita discussão, devido a conflitos de competências entre os órgãos públicos que a integram.

A fiscalização é exercida por vários órgãos: a Subprefeitura, no que tange ao uso e ocupação do solo e às posturas municipais; a Secretaria do Meio Ambiente do Estado e a Polícia Ambiental, no que tange à legislação estadual de proteção aos mananciais; a SVMA, no que se refere às infrações à própria lei de criação da APA e à Lei de Crimes Ambientais; a Guarda Civil Metropolitana, que embora não tenha poder de polícia, apóia a fiscalização, fazendo o patrulhamento de áreas estratégicas e encaminhando as infrações e denúncias observadas aos órgãos competentes. A integração entre os diferentes órgãos com atribuições de fiscalização ainda precisa ser muito aprimorada e esta tem sido uma das prioridades da Câmara Técnica de Fiscalização.

Ações e Projetos

Durante o ano de 2000, foram realizados alguns eventos, cujos resultados positivos contribuíram para a sensibilização e conscientização da população da APA, fortalecendo a Comissão Pró-Conselho. Entre esses eventos, destacam-se:

- Curso de educação ambiental para os professores de 16 escolas públicas da APA e entorno;
- Dois cursos de formação de multiplicadores ambientais para a comunidade, um no distrito de Parelheiros e outro no distrito de Marsilac;
- Mutirão “Fora Lixo Já” em Engenheiro Marsilac, numa parceria entre a Prefeitura e a Associação Comunitária de Engenheiro Marsilac e Adjacências - ACOEMA.

¹⁵ Cabe ressaltar que, por força da Lei Orgânica do Município de São Paulo, o Zoneamento tem que ser necessariamente criado por Lei, dependendo, portanto, de aprovação pela Câmara Municipal.



Em 2002 foi realizado - numa parceria entre a Prefeitura, as ONGs Olhos da Mata (membro do Conselho), Associação Pró Capivari-Monos e Instituto ING ONG de Planejamento Sócio-ambiental, e com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) - o Curso de Formação de Monitores Ambientais, resultando na capacitação de jovens locais. Os monitores vêm trabalhando para a criação de uma associação, com vistas à profissionalização da atividade na área, o que se configura como uma das possibilidades de geração de renda local.

Foi realizado durante o ano de 2003 o Curso de Formação de Multiplicadores Ambientais voltados para os agentes do Programa Médico da Família (PSF), com bons resultados, pois esses agentes acompanham muito de perto as famílias e acessam os locais mais remotos, sendo de fato excelentes multiplicadores. Por outro lado, os agentes têm grande conhecimento da área, apontando particularidades e problemas que até então não eram percebidos.

Atividades de educação ambiental são também desenvolvidas nas escolas de Engenheiro Marsilac e do Condomínio Vargem Grande, sendo este último o bairro mais populoso da APA.

Outro projeto, de cunho mais técnico, é o monitoramento da qualidade das águas, a cargo da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (SABESP), que vem monitorando, já pelo terceiro ano consecutivo, 12 pontos estratégicos de cursos d'água na APA. Os resultados desse monitoramento foram valiosos para a elaboração do zoneamento, e também serão incorporados ao quadro sócio-ambiental.

Ainda com relação ao monitoramento dos corpos d'água, o Conselho Gestor, em parceria com a S.O.S. Mata Atlântica, vem desenvolvendo um trabalho de capacitação das comunidades locais visando a manipulação de kits educativos para avaliação dos parâmetros de demanda bioquímica de oxigênio (DBO), de forma interativa e inclusiva, tendo como meta a conscientização dos envolvidos com relação à importância da água e da conduta ambientalmente responsável. Existem dois grupos atuantes desde 2003 no Bairro de Marsilac e outro no Núcleo Curutu do Parque Estadual da Serra do Mar.

Durante o primeiro semestre do ano de 2003, o Conselho dedicou-se prioritariamente à elaboração, discussão e aprovação do Zoneamento Geo-Ambiental (ou Zoneamento Ecológico-Econômico).

O Conselho desenvolveu e aprovou o Plano de Manutenção das Estradas Rurais, encaminhando-o à Subprefeitura, responsável pela execução dos serviços. Esse plano é de grande importância para a gestão da APA, pois define critérios e tecnologia adequada a serem adotados.

Outras importantes atividades no ano de 2003 foram: discussão e aprovação do termo de referência para a sinalização da APA, envolvendo a contratação do serviço de confecção e colocação de elementos de sinalização. O Projeto Gráfico já foi finalizado, mediante contratação por parte da SVMA, conforme orientações de manual específico do IBAMA/MMA,



relativo à sinalização em Unidades de Conservação e brevemente será viabilizado com a implantação de placas e totens.

Através de sua Câmara Técnica de Turismo, o Conselho desenvolveu um “Estudo Preliminar de Turismo”, visando a elaboração de um plano para a atividade. Ainda sobre esta temática, está em andamento, no âmbito desta mesma Câmara, um projeto de criação de um selo de procedência para os produtos e serviços da APA.

Finalmente, em maio deste ano, celebrou-se junto ao SEBRAE/SP um termo de parceria para que as atividades acima descritas ganhem maior empenho, através da aplicação na região do “Programa de Desenvolvimento do Turismo Receptivo” - PDTR/ SEBRAE, que tem por base o trabalho diretamente com as comunidades locais. Já foram realizadas duas atividades: uma reunião de lançamento do Programa e uma oficina, denominada “Oficina de Diagnóstico do Conselho Gestor - APA Capivari-Monos”, que tratou especificamente de uma espécie de balanço do Conselho Gestor, cujos resultados foram extremamente importantes para o conselho e merecem ser aqui revelados, na medida em que muitas vezes respondem às demandas e prerrogativas da *Oficina de Gestão Participativa do Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC, à qual se destina o presente texto.*

A oficina realizada sob a coordenação do SEBRAE, tinha como objetivo realizar durante as suas oito horas de duração, um diagnóstico participativo da situação estrutural e administrativa do referido Conselho, pois este é a instituição parceira do SEBRAE no PDTR.

Na ocasião, foram realizadas duas modalidades de trabalho: a primeira delas, um “bate papo” informal, onde todos os presentes tiveram a chance de falar um pouco sobre a estrutura organizacional (constituição e base legal) do Conselho; a outra, constituiu-se em discussões realizadas por grupos de conselheiros para responder a questões avaliativas referentes ao Conselho, tendo como meta a construção de um painel, a partir do método ZOOOP, de planejamento participativo.

Dentre as temáticas apresentadas aos conselheiros para reflexão nos grupos, estava a avaliação de como era o relacionamento, tanto interno quanto externo, do Conselho Gestor da APA Capivari-Monos. A troca de informações, tanto no seio do grupo, quanto com algumas ONGs e Conselhos de Meio Ambiente (CONSEMA/CADES/CONAMA), foi considerada eficaz. Entretanto, com relação a alguns órgãos públicos, como a FUNAI e Polícia Ambiental, o relacionamento foi avaliado como fraco e/ou insuficiente. Já no tocante à mídia (Globo, Veja, Cultura), observou-se, principalmente no último ano, uma melhora nas relações, tendo em vista as inúmeras reportagens apontando e valorizando a beleza e os atrativos naturais da região, em detrimento das reportagens anteriormente veiculadas nos meios de comunicação, que apenas divulgavam os problemas sócio-econômicos da região, relacionados à pobreza e à violência. Finalmente, a avaliação do relacionamento com as Universidades, principalmente aquelas representadas no Conselho, também salientou algumas dificuldades, considerando-se coletivamente que as relações



deveriam ser mais próximas e constantes. Por outro lado, salientou-se o incremento dos trabalhos científicos na área.

A representatividade do Conselho também foi amplamente discutida e, de forma unânime, foi julgada boa e legítima, havendo apenas uma exceção feita à comunidade do Bairro do Gramado. Tal constatação não se apresentou como um fato desconhecido, na realidade, várias foram as razões que a justificaram. O Bairro do Gramado possui, como principais características, o desenvolvimento da agricultura familiar e a difícil acessibilidade, estando localizado em uma das áreas mais distantes e de acesso mais complicado de toda a Unidade. Assim, tanto por causa do tipo de setor social mais recorrente (que evidentemente pressupunha um trabalho de aproximação e de conscientização diferenciado), quanto em razão dos problemas de acesso, desde o início, os trabalhos de articulação da população foram comprometidos. Dessa forma, mesmos os cursos realizados junto às comunidades para formação de multiplicadores, mencionados anteriormente, aplicados nas demais regiões da APA (Billings e Capivari-Monos), não foram levados à frente no bairro em questão.

A “função” do Conselho foi também discutida pelos Conselheiros por ocasião da Oficina. Obtiveram-se cinco respostas, que de forma alguma são contraditórias ou excludentes: 1) gerenciar a APA de forma participativa, acompanhando ações dentro da APA e a ela relacionadas; 2) promover o uso sustentável dos recursos; 3) gerir os conflitos (função conciliadora); 4) elaborar e rever o ZEE e 5) deliberar e ser consultado (dependendo do caso).

A maior polêmica aconteceu no instante das discussões referentes aos pontos fracos e fortes do Conselho. Foram destacados: a eficiência da Secretaria Executiva, a atuação da Presidência e o bom conhecimento dos problemas da região. A articulação entre membros e entidades, assim como a integração do Conselho com a sociedade, também foram vistas como pontos positivos. Os pontos avaliados como deficitários e/ou problemáticos foram: a precária estruturação das câmaras técnicas; a insuficiência de recursos para operacionalizar o Conselho; a inexistência de relacionamento orgânico com o Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos – SIGRH e integração incipiente com o Conselho Municipal de Turismo – COMTUR. Identificou-se, ainda, a necessidade de se aprimorar os canais de comunicação com o público para propiciar uma maior representatividade do Conselho.

Sugestões para o Aprimoramento do Funcionamento do Conselho

Foi justamente a partir da avaliação inicial, realizada na Oficina de Diagnóstico do Conselho Gestor da APA Capivari-Monos, que se tornou viável a proposição de encaminhamentos capazes de sanar ou minimizar alguns dos problemas identificados. Para tanto, em julho deste ano, ocorreu um segundo encontro do Conselho, no qual foram traçadas algumas tarefas e linhas de ação, mediante novas discussões em grupo.

No tocante à precariedade das Câmaras Técnicas, apontou-se para a necessidade iminente de coordenações mais efetivas e eficazes, inclusive inspirando-se nas experiências das Câmaras dos sub-comitês de Bacias.



Também foi observada a relevância do estreitamento de relações entre as Câmaras Técnicas e o corpo executivo do Conselho, uma vez que o próprio Conselho muitas vezes desconhecia assuntos e trabalhos desenvolvidos e discutidos internamente nas Câmaras Técnicas, fato que terminava por levar as atividades planejadas a resultados insatisfatórios.

A insuficiência de recursos para operacionalizar o Conselho teve como encaminhamento a necessidade de realização de um estudo detalhado das possíveis fontes de financiamento, que ficou a cargo da SVMA. Ficou acordado pelo grupo, que deveriam ser destinados recursos de compensação ambiental para a criação de suporte ao Conselho, o que já foi previsto, inclusive, pelo Decreto Regulamentador do SNUC. Tendo em vista os inúmeros empreendimentos impactantes (Ex: Gasbol, Rodoanel Metropolitano Mário Covas – Trecho Sul, etc) em processo de licenciamento e que deverão atingir a região da Unidade, visualizou-se a possibilidade de providenciar suporte para a gestão da área.

Com relação à inexistência de relacionamento orgânico com o Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos – SIGRH, decidiu-se que todas as atas de reunião do Conselho Gestor da APA Capivari-Monos deverão ser encaminhadas aos subcomitês da Billings e da Guarapiranga, mediante prévio envio de ofícios, salientando o interesse do Conselho na troca de informações e na maior aproximação entre os fóruns. Em razão da participação de alguns dos Conselheiros nos subcomitês supracitados, solicitou-se que os mesmos realizem informes constantes nas reuniões do Conselho e enviem por e-mail as informações tocantes ao andamento dos trabalhos e às decisões desse fórum. Entretanto, o maior problema advém da inexistência de interação com o Comitê de Bacia Hidrográfica da Baixada, ao qual pertence a bacia hidrográfica dos rios Capivari e Monos, o que se justifica pelo fato do município de São Paulo não possuir assento neste Comitê. Assim, apesar da premência do estabelecimento de vínculo entre os fóruns (Conselho Gestor da APA e Comitê da Baixada Santista), por se tratar de uma decisão política que supera as possibilidades do Conselho, não se acordou nenhuma estratégia de ação para viabilizar esta interação.

Para tentar sanar a incipiente relação do Conselho com o COMTUR, algumas possibilidades foram levantadas, desde a solicitação de uma apresentação formal da APA Capivari-Monos àquele Conselho, até a ressalva de que a participação da SVMA no COMTUR, que atualmente se configura apenas como membro convidado, deverá ser mais efetiva, contundente e orientada para a divulgação da importância e potencial da APA.

Finalmente, no que se refere à necessidade de se aprimorar os canais de comunicação com o público para propiciar uma maior representatividade do Conselho, buscou-se encontrar algumas alternativas práticas, tais como maior articulação com as áreas mais afastadas e menos acessíveis, como o Bairro do Gramado, através da ampliação das atividades de educação ambiental desenvolvidas pela Secretaria, vistorias técnicas mais frequentes e, conseqüentemente, uma maior aproximação com aquela comunidade. Inicialmente, o contato seria intermediado pela presidência e secretaria executiva do Conselho, mas, posteriormente, em razão da existência



de um relacionamento mais estreito entre aquela comunidade e a direção do Núcleo Curucutu do Parque Estadual da Serra do Mar, tendo em vista a proximidade físico-territorial entre elas e os trabalhos desenvolvidos com a comunidade do entorno dessa Unidade, considerou-se a possibilidade de que as tarefas de articulação da comunidade pudessem ser mediadas pela direção do referido Núcleo.

Considerações Finais

Além de todos os trabalhos diretamente afetos ao gerenciamento da Unidade de Conservação, apresentados brevemente ao longo do texto, gostaríamos de salientar que os membros do Conselho Gestor participaram ativamente do Plano Diretor Regional Estratégico, capitaneado pela Secretaria Municipal do Planejamento do Município de São Paulo. É importante destacar que o zoneamento geo-ambiental da APA foi construído *pari passu* com o Plano Diretor Regional Estratégico de Parelheiros, havendo plena compatibilidade entre os instrumentos legais.¹⁶

Há ainda uma outra instância de participação em nível municipal, que é o Conselho do Orçamento Participativo, que define as prioridades para o uso dos recursos da municipalidade em cada subprefeitura. Este ano, o Conselho da APA teve seus representantes no orçamento participativo, e conseguiu priorizar algumas reivindicações referentes, principalmente, a equipamentos de saúde, dos quais o território da APA é extremamente carente.

A criação da APA, inicialmente, gerou alguns conflitos, relacionados à falta de clareza do significado de uma APA. Para alguns setores da sociedade civil, a APA – bem como qualquer iniciativa para a proteção ambiental – é ainda vista como um entrave ao desenvolvimento. Essa percepção ainda existe, mas é cada vez menos freqüente, à medida que o próprio funcionamento do Conselho e o seu papel multiplicador se fortalecem.

Houve, também inicialmente, falta de compreensão, nos próprios órgãos municipais, da importância da área rural do município de São Paulo. A própria criação da unidade, bem como o espaço que ela vem ganhando na mídia, contribui para que a Administração Municipal passe a reconhecer, também, ainda que não com a prioridade necessária, a importância do espaço rural paulistano.

A fiscalização é uma grande fonte de conflitos. São várias as competências dos órgãos estaduais e municipais, e não são ainda completamente claras as competências de cada um, o que dificulta a integração e mesmo a operacionalização da ação fiscalizadora. Esse é um dos aspectos a serem tratados no Plano de Manejo, que deverá ser elaborado a partir do próximo ano.

A criação da APA e a do Conselho foram, de forma geral, bem recebidas pela população, pelas lideranças locais e pelos órgãos públicos. Há que se aprimorar a compreensão e esclarecer o papel e as atribuições de

¹⁶ O Plano Diretor Regional Estratégico de Parelheiros, ainda não foi aprovado pela Câmara, estando em fase inicial de tramitação.



cada um dos membros do Conselho, bem como do próprio Conselho. Há uma certa tendência, entre alguns setores da sociedade civil nele representados, de confundir o papel deste com o dos órgãos públicos. O Plano de Manejo e seu processo participativo de elaboração devem contribuir também para esclarecer esse aspecto.

Diante da conclusão desses imprescindíveis instrumentos de gestão, ZEE (já aprovado em 5 de janeiro de 2004, pela Lei Municipal nº 13.706) e Plano de Manejo, certamente a gestão da área ganhará novo fôlego e respaldo técnico. Entretanto, o desafio está apenas começando, na medida em que reside exatamente em desenvolver a região de forma sustentável, mesmo diante das pressões cada vez maiores do Capital sobre os Recursos Naturais, o que nos remete à difícil dicotomia entre a preservação e o desenvolvimento econômico. Somos nós, técnicos dos órgãos que integram o Sistema Nacional de Unidades de Conservação e, principalmente, aqueles que vivenciam o dia a dia das áreas protegidas em suas potencialidades e dificuldades, que temos como tarefa escrever uma história a muitas mãos, na qual não se almeje o utópico equilíbrio entre o homem e natureza (da qual este é parte inerente), mas na qual a busca seja, em última instância, por uma ação mais responsável do homem sobre o meio.

São Paulo, 03 de agosto de 2004

Referências bibliográficas

- BELLENZANI, M.L.R. *A APA do Capivari-Monos como estratégia para a proteção dos mananciais da Região Metropolitana de São Paulo*. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2001.
- BRITO, F. A e CÂMARA, J. B. D. *Democratização e gestão ambiental: em busca do desenvolvimento sustentável*. Petrópolis: Vozes, 1999.
- CARVALHO, R. V, SILVA, K. G et al.. "Gestão ambiental para criação de uma unidade de conservação municipal no Rio Grande do Sul - Brasil" in *II Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação. Anais, Vol. 2*. Campo Grande: Rede Nacional Pró-Unidades de Conservação: Fundação O Boticário de Proteção à Natureza., 2000, p. 59 - 68.
- COELHO, J. A. T. et al. "Setor agrícola da zona rural do município de São Paulo e seu papel na política ambiental" in *A questão ambiental urbana.: cidade de São Paulo*. São Paulo: Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente, 1993, p. 459-473.
- CORTE, D. A. de A. *Planejamento e Gestão de APAs: um enfoque institucional*. IBAMA, Série Seminários Ambientais, nº 15 <http://www.ibama.gov.br/atuação/eduamb/publi/htm>, 1997.
- GRAZIANO, J. "O novo rural brasileiro" in *Revista Nova Economia*. Belo Horizonte . 7(1) 43-81. 1997
- GROSTEIN, M. D. "Mananciais: a nova lei e as perspectivas" in *Meio ambiente: participação, representação e legitimidade. Debates sócio-ambientais*. 2(6), 1997.



- IBAMA. Roteiro Metodológico para Gestão de Área de Proteção Ambiental – APA. Brasília, 2001.
- MATTOS, C. O.. *Contribuição ao Planejamento e Gestão da APA de Sousas e Joaquim Egidio, Campinas SP*. Dissertação (Mestrado). USP. Instituto de Biociências, 1996.
- MORAES, M.R. B. *As APAs como estratégia de planejamento e gestão*. Dissertação (Mestrado). USP. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, 2000.
- MORAES, M.R.B, MARETTI, C. C. *et al* (1997). "APA Cananéia - Iguape - Peruíbe: proposta de regulamentação - Convênio IBAMA/SMA" in *I Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação*. Anais, Vol. 2 . Curitiba : IAP: UNILIVRE:
- Rede Nacional Pró-Unidades de Conservação, 1997, p 42-52.
- ROPER, M. . "A difícil arte do planejamento participativo: a implementação da APA Estadual de Chapada dos Guimarães como exemplo de institucionalização territorial" in *II Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação*. Anais, Vol. 2 . Campo Grande: Rede Nacional Pró-Unidades de Conservação: Fundação O Boticário de Proteção à Natureza, 2000, p. 69-79.
- SACHS, I. "Estratégias de transição para o século XXI" in BURSZTYN, M (org.). *Para pensar o desenvolvimento sustentável*. IBAMA/ENAP. São Paulo: Brasiliense, 1993.
- SEMPLA. *São Paulo: crise e mudança*. Secretaria Municipal do Planejamento .São Paulo: Ed. Brasiliense, 1990.
- SEBRAE/SP: Relatório da Oficina de Diagnóstico do Parceiro Local: Conselho Gestor da APA Capivari-Monos, São Paulo, 2004.
- SMA *Área de Proteção Ambiental - APA Cabreúva e Jundiá - decreto de regulamentação*. Série Documentos Ambientais, São Paulo : SMA, 1998.
- SONDA, C... "Áreas de uso regulamentado: complexidade e importância" in *Discussão sobre Áreas de Proteção Ambiental Estaduais - APAs*. Curitiba: Instituto Ambiental do Paraná/GTZ, 1997.
- SVMA, *Caracterização sócio-ambiental da APA Municipal do Capivari-Monos: relatório preliminar*. São Paulo: Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente (relatório), 1997. http://www.prodham.sp.gov.br/svma/educacao_amb/capivari/index.htm



MEMÓRIA DE UMA GESTÃO COMPARTILHADA. ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL MUNICIPAL APA DO CAPIVARI-MONOS, SP

Jacqueline Kirk da Fonseca - Presidente do Conselho Gestor
APA Municipal Capivari-Monos

Maria Lúcia Ramos Bellenzani - Secretária Executiva do Conselho Gestor
APA Municipal Capivari-Monos

Os processos de envolvimento das comunidades locais e os processos legais da escolha dos representantes já foram descritos por Anita. A minha contribuição para este debate é a experiência de dois anos como representante dos Produtores Rurais e como Presidente do Conselho Gestor, tendo sido eleita por voto direto pelos Conselheiros. Na mesma Assembleia foi eleito um Vice-Presidente, também da sociedade civil. A Secretária Executiva foi nomeada pela Secretaria do Verde e do Meio Ambiente da cidade de São Paulo.

Durante estes dois anos, os conselheiros da sociedade civil, titulares e suplentes, estiveram presentes nas nossas reuniões mensais, com pouquíssimas faltas e, quando ocorreram, estas foram sempre justificadas.

A primeira tarefa foi a redação do Regimento Interno, feita através de minutas discutidas em assembleias, e muitas vezes corrigidas durante as mesmas, usando expedientes eletrônicos. Nesse primeiro momento foram criadas Câmaras Técnicas de Turismo, de Saneamento e de Fiscalização. Iniciou-se, também, a capacitação dos Conselheiros. Esta capacitação é muito importante e deve ser feita de forma continuada, pois a dinâmica da Gestão exige uma grande diversidade de aptidões e a constante reavaliação das situações. Acredito que essa capacitação deva ser objeto de discussão dentro do Conselho, e que deva contar com a orientação de facilitadores experientes, devendo ser previstas verbas para tais contratações, dentro do orçamento do Conselho Gestor. Ano que vem, o Conselho Gestor da APA Capivari-Monos estará dando continuidade a este trabalho, através de um projeto aprovado e financiado pelo FNMA.

As nossas Câmaras Técnicas não são exclusivas dos Conselheiros, sendo que hoje a Câmara Técnica de Fiscalização é coordenada por um departamento da SVMA que não é conselheiro. O caso da CT de Fiscalização demonstra uma das grandes diferenças entre a gestão de uma APA e a de uma UC em forma de Parque, Reserva etc. Dentro de uma APA incidem três níveis de legislação – Federal, Estadual e Municipal, e o Presidente do Conselho Gestor, mesmo sendo nomeado pelo órgão criador da APA, não tem o poder de estabelecer as formas de fiscalização. O que o Conselho e seu Presidente podem fazer através da CT de Fiscalização é chamar os atores à mesa e tentar construir protocolos de trabalho, visando uma maior eficiência. No caso da APA Capivari-Monos, foi necessário que eu, como Presidente, assumisse pessoalmente a coordenação desta CT, até o momento em que as dificuldades políticas fossem vencidas. Os trabalhos seguem agora num patamar técnico e as parcerias entre o âmbito Municipal, Estadual e Federal encontram-se equilibradas.



A segunda grande tarefa cumprida pelo Conselho Gestor foi o Zoneamento Geo-Ambiental. É claro que o projeto do zoneamento discutido foi elaborado por uma equipe de técnicos da SVMA antes de ser apresentado ao Conselho, porém a participação dos conselheiros da sociedade civil foi de suma importância. O Zoneamento elaborado pelos técnicos jamais conseguiria chegar ao nível de detalhamento sem a participação destes conselheiros, conhecedores que são da realidade local em todas as suas nuances. E foi este Conselho, com 50% de representatividade da sociedade civil e um Presidente da sociedade civil, que criou como produto final um Zoneamento bastante restritivo, com força de Lei Municipal, aprovado e sancionado pela Prefeita Marta Suplicy no começo deste ano.

Quando se discute a possibilidade do Presidente do Conselho Gestor de uma APA ser da sociedade civil, é importante lembrar que não cabe ao Conselho conceder nenhum tipo de licenciamento ambiental. As licenças ambientais, ou quaisquer outras licenças necessárias, são de responsabilidade dos órgãos públicos que estão representados no Conselho Gestor. Cabe ao Conselho ser ouvido, e exigir que sejam obedecidas as regras e as restrições previstas em lei.

A participação da população em processos de gestão só tem valor para o cidadão quando é valorizada sua responsabilidade. Uma APA é criada para proteger um ecossistema, uma bacia hidrográfica, uma paisagem, uma ocupação, e para contribuir para a preservação. Às vezes, para tudo isso ao mesmo tempo. Na APA Capivari-Monos, temos também áreas de ocupação irregular, incluídas com o intuito de ordenar, prevenir sua expansão e melhorar a qualidade de vida dessa população. Estes bairros estão representados no Conselho Gestor.

As pessoas que moram dentro de uma APA precisam ter consciência do valor dessa realidade, para que se transformem nos maiores agentes de proteção do meio ambiente. Isto só vai acontecer na medida que seja trabalhada a sustentabilidade. Na APA Capivari-Monos, estamos trabalhando em duas frentes – Agricultura e Turismo.

O Conselho fomentou a criação de uma Casa de Agricultura Ecológica junto com a SVMA-PMSP e a Subprefeitura de Parelheiros, que tem como proposta fixar o produtor rural na terra e incentivar a agricultura orgânica e a criação de agroindústrias familiares. Atende também a projetos de Hortas Comunitárias e de Segurança Alimentar dentro da perspectiva de agricultura urbana e periurbana.. Não se pretende exigir a mudança da agricultura convencional para o orgânico, mas sim mostrar a sua viabilidade, e incentivar uma mudança lenta neste sentido. Uma das chamadas para a agricultura orgânica é a diminuição de custos e o aumento de empregos nas propriedades rurais.

Quanto ao Turismo, o Conselho - em parceria com a SEBRAE - está elaborando seu Plano de Desenvolvimento de Turismo Receptivo da APA Capivari-Monos e entorno. O Turismo desponta como grande fonte de renda e de geração de empregos, porém seu sucesso depende muito de uma boa capacitação da população local. O turista tem que ser atendido com produtos de boa qualidade, bem elaborados, mas não necessariamente caros, para que se tenha, assegurada, a sua volta.



Ainda neste ano, estaremos organizando, junto com a SVMA e a Subprefeitura de Parelheiros, a 1ª Festa da Árvore de Natal e seus Enfeites, que atende tanto ao nosso produtor rural quanto aos empresários de turismo e aos artesãos locais.

Concomitantemente a tudo isso, são trabalhadas pela Secretaria do Verde e do Meio Ambiente várias frentes de Educação Ambiental. Um bom exemplo é o curso que foi oferecido aos Agentes de Saúde do Programa Saúde Familiar, que visitam todas as famílias que vivem na região. Durante um ano participaram deste curso e se tornaram multiplicadores.

A exigência do SNUC de que a presidência fosse ocupada pelo chefe da APA nos deixou perplexos, pois na estrutura da nossa APA, sequer há provisão para este cargo, tendo sido construído de forma a que o próprio Conselho Gestor seja de fato gerenciador da APA. Essa imposição corre o perigo de ser elemento desagregador nos trabalhos dos conselhos gestores das APAs. Os membros do Conselho se sentem burlados e a relação de confiança que se criou nesses dois anos foi fortemente abalada. Na perspectiva de um estado moderno, menos onipresente, a proposta de criação de APAs vem ao encontro do princípio da autogestão, desonerando os órgãos públicos da compra ou desapropriação de grandes áreas e da sua posterior manutenção. Ao criar APAs, a comunidade, além de participar ativamente da gestão, também financia esta proteção, tornando-se parceira do órgão criador da APA.

Ao impossibilitar a participação plena da Sociedade Civil, com a regulamentação do SNUC, temos um retrocesso a um sistema autoritário, em que o papel dos Conselheiros serve apenas para ratificar as decisões do Presidente, sem poder real de interferir. A eleição direta do Presidente pelos conselheiros, com seu poder de voto de minerva, garante à sociedade civil a participação efetiva, e evita o uso político do cargo.

Nós acreditamos que é essencial abrir o debate sobre este artigo do SNUC (n.º 15), para estabelecer diferenças entre as formas de gestão de Unidades de Proteção Integral e as de Unidades de Uso Sustentável. A formação de uma APA, bem como o gerenciamento de áreas de propriedade privada, não pode obedecer aos mesmos critérios da propriedade pública, inclusive entender que dentro de uma Área de Proteção Ambiental não é possível criar um Plano de Manejo, mas sim um Plano de Gestão. Acreditamos na APA como uma forma moderna de proteção ambiental, criando um compromisso e dividindo responsabilidades entre governo e governados. O cidadão do século 21 deve perceber que não pode mais se esquivar às suas responsabilidades e que o bem-estar de todos resulta no bem-estar de cada um.

São Paulo, 03 de agosto de 2004.



ENTREVISTA COM JACQUELINE MARGARETH KIRK DA FONSECA CONSELHO DOS PRODUTORES RURAIS DA APA CAPIVARI-MONOS, SP

Entrevistadora - *Jacqueline, eu quero saber o seu nome completo, a instituição que representa e a unidade que veio apresentar aqui.*

Jacqueline - Meu nome é Jacqueline Margareth Kirk da Fonseca, represento a área de proteção ambiental municipal Capivari Monos, do município de São Paulo. Sou também representante no Conselho dos produtores rurais dessa APA.

Entrevistadora - *E você sabe dizer quando foi a criação da APA Capivari?*

Jacqueline - A APA é de junho de 2000, e o Conselho foi criado em 2002.

Entrevistadora - *E por que foi criada uma APA?*

Jacqueline - Essa APA abrange três bacias hidrográficas. Ela sobrepõe a área de proteção aos mananciais, e o objetivo maior é proteger um ambiente que está bastante intacto. Percebia-se a tendência à pressão antrópica na região, a ocupações irregulares, daí o sonho de criar essa área de proteção ambiental, que partiu de duas funcionárias da Secretaria do Verde, de 96 para 97, Maria Lúcia Belenzani e Letícia, que hoje está aqui em Brasília. Elas começaram a desenvolver um projeto no sentido de imaginar essa proteção em forma de APA. Esse processo foi levado adiante na forma de consultas, trabalhado com toda a população da região, e em 2000 foi aprovada a lei e sancionada pela prefeitura em 2000. Já em 2002 o Conselho começou a funcionar.

Entrevistadora - *E existe população dentro da APA?*

Jacqueline - São propriedades particulares, não há desapropriação, são aproximadamente 40.000 pessoas, dentro da APA. Dessas, 20.000 moram dentro de um loteamento irregular situado na cratera da colônia, em torno de 2 km², e os outros 20.000 moram em 249.000 km². Você percebe que apesar de ser muito denso esse primeiro loteamento, no resto da área é absolutamente rarefeita a população.

Entrevistadora - *Qual é o tamanho da área?*

Jacqueline - 251 km². Representa 1/6 do município de São Paulo.

Entrevistadora - *E existe alguma ameaça de degradação ou de conflito?*

Jacqueline - Existe sim. Existe ainda venda irregular de lotes; uma pressão no sentido de as pessoas serem expulsas das áreas mais nobres da cidade. Existe, infelizmente, uma parte dessa população remanescente de extrema miséria. Há venda de lotes muito baratos, totalmente irregulares, construção de casas ou casebres em locais inadequados. Acontece ainda, apesar de ter aumentado bastante a vigilância. Nós temos dois grupos de Guaranis dentro da APA, duas aldeias. A FUNAI está propondo aumentar a área indígena e só isso, a idéia em si, criou um conflito. Mesmo porque



a FUNAI se recusa a definir qualquer coisa, não conversa, ignora a população local e cria um ambiente extremamente tenso. Estes são os dois conflitos maiores nesse momento.

Entrevistadora - *O que levou a constituir o Conselho?*

Jacqueline - Dentro da lei de criação da APA foi sempre citada a constituição de um conselho gestor, que no caso tinha o presidente, que poderia ser qualquer conselheiro titular, não precisava ser do órgão criador da APA. Antes da criação da APA por lei, existia um pró-Conselho; foi um grupo que trabalhou no sentido da construção do projeto de lei de criação, e esse grupo incluiu sempre sociedade civil e órgãos do governo municipal. O Conselho vem antes da criação da APA em si.

Entrevistadora - *Então esse grupo foi o que tomou iniciativa, tanto da APA quanto do Conselho. Esse grupo era formado por quais pessoas, quais instituições?*

Jacqueline - Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente da cidade de São Paulo, na época não existia a subprefeitura, eram administrações regionais. Sempre sentam juntos a Secretaria de Habitação e a Secretaria de Planejamento do Município. Do lado da sociedade civil, os empresários locais, os agricultores, sempre ONGs presentes. Esse grupo e principalmente os líderes comunitários participaram fortemente do começo e continuam trabalhando intensamente.

Entrevistadora - *Então todas essas instituições fazem parte do Conselho hoje?*

Jacqueline - Sim. E foram acrescentadas mais algumas à medida que se identificaram necessidades.

Entrevistadora - *Como vocês fizeram essa identificação?*

Jacqueline - No processo de discussão, por exemplo, no pró-Conselho, não havia um representante da Secretaria do Meio Ambiente do Instituto Florestal do Estado. No entanto, nós nos sobrepomos a um parque estadual. Então, percebeu-se logo que havia necessidade de chamar um. Hoje o Instituto Florestal tem o diretor daquele parque, que é conselheiro.

Entrevistadora - *A comunidade participa ativamente desde a criação da APA, é favorável e toma conhecimento dos trabalhos que vocês desenvolvem?*

Jacqueline - As reuniões são mensais, abertas e não só para conselheiros, mas para toda a população. Os próprios líderes comunitários tratam de multiplicar essa informação, levar a informação de volta para sua comunidade, é tudo bastante aberto, tentamos continuar a manter eventos.

Entrevistadora - *Você falou que a reunião é mensal. Em algum momento vocês usam estratégia de comunicação? Folhetos?*

Jacqueline - Sim. Usamos correio para aqueles de quem temos o endereço certo. Mas de forma mais ampla há um jornal local, temos duas rádios



comunitárias que são usadas para divulgar os acontecimentos, e usamos muito a velha faixa amarrada no centro da comunidade. A faixa na “quarta-feira que vem tem isso” nós usamos bastante.

Entrevistadora - *Os membros do Conselho foram apontados pela comunidade?*

Jacqueline - Como dentro do Conselho quem representa a comunidade são as associações de moradores, estas associações indicaram o seu representante. Geralmente ele vem a ser o presidente daquela associação ou vice. Então sim, porque essas pessoas foram colocadas pela própria sociedade na sua associação.

Entrevistadora - *Alguma instituição ou indivíduo é desfavorável à APA?*

Jacqueline - Não temos nenhuma manifestação contra a APA em si. Às vezes contra algumas atitudes, algumas posturas, aí você vai encontrar certas resistências. A resistência é pontual, é bastante individual. À medida que a fiscalização vai em cima de algo que tem que ser resolvido, que cria um problema, logicamente há resistência. A gente tem que agradecer a um trabalho enorme de educação ambiental que, se de um lado é fomentado pelo Conselho, é levado a termo pela Secretaria do Verde. Esse trabalho de educação ambiental é contínuo, como o que fizeram ano passado com as agentes de saúde familiar. Essas agentes entram em todas as residências da região. Elas são grandes multiplicadoras e foi feito um trabalho longo de educação ambiental com elas. Assim, você tem essa multiplicadora constantemente em contato com a parte da população mais difícil de ser alcançada.

Entrevistadora - *A APA tem um chefe gestor também?*

Jacqueline - Não. Dentro do que nós criamos não existe. Existe o Conselho de que a presidente hoje sou eu. O SNUC pede um chefe, nós não temos um chefe. Não existe esse cargo; inclusive dentro da Prefeitura do município de São Paulo, ela teria que ser criada por lei, porque cargo só se cria por lei. Ela não existe; e eu, o Conselho e várias outras pessoas, nós realmente acreditamos que esse pedacinho do SNUC deverá ser revisto e repensado porque o chefe de uma APA é algo complicado no nível municipal.

Entrevistadora - *Existe alguma ameaça externa de produtores, de alguma atividade produtiva que possa atingir a APA?*

Jacqueline - Não, não existe. Os nossos agricultores são pequenos, são agricultores familiares, alguns um pouco maiores. A produção é de plantas ornamentais, verduras e legumes, é bem tranquilo, não são áreas muito grandes. A maior ameaça que poderá vir a acontecer, mas nós não acreditamos que seja tão já, é o antigo projeto de uma represa por conta dos vários problemas do fornecimento de água que São Paulo sofre.

Entrevistadora - *Você diz que há duas aldeias Guaranis; elas participam do Conselho?*

Jacqueline - Sim, eles têm representantes, é um titular e um suplente. Por conta dos problemas de locomoção, a subprefeitura costuma disponibilizar



um veículo para buscá-los. Eles freqüentam bastante, de vez em quando faltam se tem um congresso grande, uma coisa assim. Participam aparentemente pouco, mas são bem atentos ao que está acontecendo.

Entrevistadora - *Os participantes do Conselho assumem o papel de conselheiros? Eles criticam, levam reivindicações, sugestões? E as discutem nas comunidades?*

Jacqueline - São bastante atuantes. Trazem dificuldades, problemas, debatem bastante as situações. Há algumas coisas que foram desenvolvidas e trabalhadas dentro do Conselho, como, por exemplo, um plano de manutenção de estradas.

Entrevistadora - *E tem visitação?*

Jacqueline - É totalmente aberta, e há alguns lugares com trilha. No parque estadual há trilha também.

Entrevistadora - *Como vocês fazem a convocação das reuniões?*

Jacqueline - É feita uma agenda na primeira reunião do ano com a programação de datas. Mas também é feita a divulgação no jornal local e nas rádios comunitárias. E a reunião é num lugar mais central da região, no prédio da subprefeitura, enquanto não está pronta a nossa sede.

Entrevistadora - *Quais foram as principais vantagens com a criação da APA e do Conselho?*

Jacqueline - Em primeiro lugar, que esteja bem claro, se toda a legislação vigente realmente funcionasse, talvez nem sequer fosse necessário criar essa APA. Ela é regida pelo código florestal, pela lei de mananciais do estado. O processo da criação trouxe foi a conscientização. A APA é uma área que está com muita mata ainda, muito bicho, rios lindos, que não são grandes, são de montanhas, tem campos naturais, uma série de ecossistemas fantásticos, e de repente as pessoas começam a vislumbrar que aquilo é importante. Todo esse processo de criação da APA torna público para quem mora ali que isso é uma coisa boa e que o Conselho precisa da participação efetiva de todas as comunidades. A APA cumpre um papel tão social quando ecológico.

Entrevistadora - *E trouxe benefícios para a comunidade?*

Jacqueline - Estamos terminando o segundo ano de gestão e já temos vários projetos engatilhados, que devem começar em breve. Acho que o momento de frutos está chegando. Sim, houve melhorias, houve atenção do município para a região. Quer dizer, era uma região absolutamente esquecida pelo município e foi incorporada de volta; o município já percebeu que aquilo existe. Isso já é um grande passo. Os projetos mais explícitos começam a acontecer agora.

Entrevistadora - *Quantos membros tem o Conselho?*



Jacqueline - Vinte pessoas. Sete são do município, três do governo do estado e dez da sociedade civil; tem várias manifestações.

Entrevistadora - *Que sugestão você tem de melhoria para o funcionamento do Conselho?*

Jacqueline - Em primeiro lugar vejo que todo mundo sofre do mesmo mal: falta de recursos. Em segundo lugar, o SNUC representa para nós um retrocesso, porque nos tira o direito de eleger o nosso presidente. O SNUC deu um esvaziamento no Conselho que foi difícil recuperar. Tive que, literalmente, ir de casa em casa buscar os conselheiros e dizer assim: esse problema existe mas vamos encarar.

Entrevistadora - *Como é o presidente agora?*

Jacqueline - O presidente será nomeado pelo Secretário do Meio Ambiente. Então isso foi realmente um desgaste muito grande. Não desisti, vou continuar lutando para que haja alterações eventuais e isso foi um balde de água fria.

Entrevistadora - *E o que você está achando deste evento; os pontos positivos e negativos?*

Jacqueline - Primeiro, vem o positivo, que é sem dúvida a troca de experiências, conhecer pessoas, debater, não só dentro da oficina, mas depois do jantar, no corredor, no café. Isso é sempre uma grande riqueza. A crítica é somente à falta de tempo. Ficou um pouco apertado; nas apresentações a gente percebeu que teria sido tão bom poder debater um a um, mas realmente seriam dois por dia. Eu entendo isso. E vamos torcer para que a equipe toda consiga continuar, talvez direcionando oficinas mais especificamente, mas é um trabalho que apenas está iniciando, acho que tem um caminho bom aí pela frente.

ENTREVISTA COM NAZARENO JOSÉ DE OLIVEIRA – CONSELHO DELIBERATIVO DA RESEX TAPAJÓS-ARAPIUNS, PA

Entrevistadora - *Qual o seu nome, de onde o senhor é, e de qual RESEX faz parte?*

Nazareno - Meu nome é Nazareno José de Oliveira, sou da RESEX Tapajós-Arapiuns, que fica no Município de Santarém, Pará.

Entrevistadora - *Então o senhor é presidente da RESEX, não do Conselho?*

Nazareno - Eu sou vice-presidente do Conselho Deliberativo.

Entrevistadora - *Quando e por que vocês criaram a RESEX Tapajós?*

Nazareno - Criamos a RESEX Tapajós-Arapiuns antes de 1998. No dia 6 de novembro de 1998, segundo o decreto presidencial, foi assinada a criação da RESEX Tapajós-Arapiuns. A partir daí, as comunidades, através das associações, organizaram uma associação que representasse todas as demais associações e os moradores que moram dentro da RESEX. Somos em torno de 20.000 habitantes, 3.500 famílias, que hoje moram em 60 comunidades. Estamos organizados em 40 associações, e trabalhamos entre gêneros – homens e mulheres – a questão da organização, que é muito forte dentro da RESEX Tapajós-Arapiuns.

Entrevistadora - *Como é a participação da Comunidade?*

Nazareno - As famílias, os moradores, eles participam de tudo aquilo que é de importância e de bem para cada um e para o coletivo. As mulheres têm participado muito bem. A RESEX, de acordo com a lei do SNUC, está organizada em bacias hidrográficas. Assim como temos diretor para cada bacia hidrográfica, temos também uma diretora da Secretaria da Mulher do Conselho Nacional dos Seringueiros que participa também. O mesmo papel, o mesmo compromisso que tem o diretor da Tapajós-Arapiuns, que é da RESEX, em fazer o trabalho, tem a pessoa que está como diretora da Secretaria da Mulher dentro dessa bacia hidrográfica. E há um laço de companheirismo, de entendimento no momento de fazer um trabalho. O povo está acostumado a participar. Para criar a reserva, se não fosse a participação de cem por cento dos moradores, não teríamos conseguido o que conseguimos cinco anos atrás.

Entrevistadora - *Qual foi a motivação para criar a RESEX?*

Nazareno - Vimos que a floresta, os animais, os seres vivos, os lagos, o rio, as caças, o peixe, até mesmo nós moradores, se nós não tivéssemos uma garantia de uma área para morar, teríamos que sair de lá e ir para a periferia da cidade. E isso é muito ruim porque ia ser uma destruição do ser humano, ideologicamente, pessoalmente. Temos que nos unir para garantir esta área de terra para viver e sobreviver. E essa área de floresta, com todos os seus recursos naturais, servirá então para essa geração e para as futuras. Com esse objetivo, conseguimos o apoio de todo mundo. Por meio de parcerias com ONGs e até mesmo o Governo, no caso a unidade lá em Santarém que é o CNPT, que nos ajudou muito, o





Sindicado dos Trabalhadores Rurais lá de Santarém, conseguimos criar três associações intercomunitárias, que abrangeram toda a área da RESEX. Junto com o Sindicato, as ONGs, a unidade do IBAMA, e o Ministério Público Federal e o Estadual, conseguimos realizar várias assembleias e audiências públicas. Com as duas audiências que conseguimos nas duas regiões, depois de várias assembleias reunidas, definimos um documento para ser enviado ao CNPT nacional com o pedido da criação da reserva.

Entrevistadora - *Como que vocês descobriram que a categoria deveria ser RESEX?*

Nazareno - Partimos de uma experiência anterior, através de ONGs que participavam de outros encontros, mais aqui por Brasília e outras capitais, e houve informações de que haveria possibilidade de criar uma reserva em uma área onde os moradores nativos viviam e moravam. Nossa RESEX, já com cinco anos, é uma das mais recentes; as demais tinham sido criadas há oito anos, dez anos. E aproveitamos essa experiência .

Entrevistadora - *E qual o tamanho dela?*

Nazareno - Ela tem 647.510 hectares. Sua área de abrangência pega dois municípios, o de Santarém e o de Aveiros, e também tem quatro rios, a margem esquerda do Tapajós, a margem direita do Arapiuns, o Maró e o Inambu. São rios bonitos, com muitas praias, pelo menos o Tapajós e o Arapiuns, e ficam frontais à cidade balneária, cidade turística que é Alter do Chão, próximo de Santarém. Quem vai a Alter do Chão, onde temos uma tradição folclórica, que é o Çairé, conhecido quase no mundo todo, no Brasil todo pelo menos, fica no frontal. Temos um avanço de organização através do Projeto Puxirum que foi um ato de cooperação entre o governo finlandês e o governo brasileiro, com recurso conseguido através de um projeto. E uma das rubricas desse recurso é exatamente trabalhar a capacitação das lideranças. Com esse processo, tivemos a oportunidade de capacitar os nossos seringueiros que produzem a borracha natural, e através dessa capacitação e da produção de primeira qualidade, temos a felicidade de vender o nosso produto já acabado e em forma de *jeb*, da cooperativa, direto para a Pirelli de São Paulo. Já foram capacitados também os produtores de mel de abelha nativa, silvestre, e os castanheiros, que produzem a castanha também do Pará, e os que extraem os óleos de andiroba e copaíba, que produz também o artesanato de palha, de cipó, de semente, de madeira morta, transformando-a em móveis rústicos. Temos também a capacitação de guias turísticos. Temos também o Projeto Trilhas, que oferece condição para o escoamento da produção de dentro da floresta. Essa trilha dá condição para o pedestre, o ciclista, o mototaxista, um tipo de transporte que estamos agora trabalhando dentro da reserva para escoar a produção, chamado Cafuringa, que arria toda a produção de dentro da mata.

Entrevistadora - *Essa Cafuringa é um barco?*

Nazareno - É um carro. Estamos com duas Cafuringas dentro da reserva e esperamos aumentar. Nossa perspectiva é o Projeto PRONAF. Já conseguimos em parceria com o INCRA três mil e quinhentos créditos. Cada família terá direito a um crédito, que é o Crédito Habitação e o Crédito Fomento. Então são dois créditos para cada família. E, com isso, um será usado de forma individual, o Crédito Habitação, e o Crédito Apoio poderá ser usado



de forma coletiva. Uma comunidade que tem quarenta ou cinquenta famílias pode se unir e comprar um transporte, dependendo da necessidade.

Entrevistadora - *Vocês já têm um Conselho?*

Nazareno - Após a criação da reserva, antes do Conselho Deliberativo, segundo a lei do SNUC, nós criamos o Conselho Comunitário. Até para facilitar o melhor desenvolvimento da reserva e o acesso às comunidades. Então cada comunidade indicou, em reunião comunitária, duas pessoas para representar aquela comunidade, formando o Conselho Comunitário. Por isso nesse encontro eu disse que temos cento e quarenta membros do Conselho Comunitário. E que esses cento e quarenta membros, em uma reunião de encontro, indicaram as doze associações de dentro da reserva, para tirar cada uma um membro para participar do Conselho Deliberativo. Hoje eu sou o vice-presidente do Conselho Deliberativo e represento o povo. E a chefe da unidade, que é a nossa colega Rosália, é a presidente. Somos vinte e quatro membros, incluindo os dois prefeitos dos dois municípios, os dois presidentes de câmara, o presidente do sindicato, um da ONG e outro da SECTAN e da universidade. Então o total dá vinte e quatro membros.

Entrevistadora - *Vocês escolheram os membros que representam as comunidades?*

Nazareno - Exatamente. Foi escolhido através de assembléia.

Entrevistadora - *Quais foram as pessoas, indivíduos ou instituições que se destacaram, que fizeram um trabalho de frente, para conseguir tudo isso?*

Nazareno - Temos o maior respeito de ter o apoio do IBAMA, do CNPT, do Ministério do Meio Ambiente, da Secretaria de Conservação da Amazônia, e de outros mais órgãos aqui do Governo Federal, dos ministérios, que nos apoiaram muito para que isso aqui viesse a acontecer até mesmo com recursos. O primeiro recurso que conseguimos foi do Ministério do Meio Ambiente, para o primeiro pontapé. E esse recurso ajudou muito na nossa estruturação. Temos agora um convênio, através de um Projeto com o BNDES, em parceria com o PSA, Projeto Saúde Alegria, em que cada família já está recebendo: pedra sanitária, um filtro, radioamador, rádio comunitária, posto de saúde entre outros benefícios. E fora isso, temos um projeto direto com a RESEX e o BNDES, com o qual vamos também trabalhar a questão dos centros de difusão dentro da RESEX.

Entrevistadora - *O que é o centro de difusão?*

Nazareno - Centro de difusão são bases físicas que vão dar condição de melhor acesso para as duas regiões. Por exemplo, um centro de difusão no Tapajós vai dar apoio às comunidades do Tapajós, e outro em Arapiuns também que vai dar apoio às comunidades daquela região. E outro é onde vai ser o centro de formação. Cada um deles tem os seus objetivos iguais e isso vai facilitar, porque nós vamos lá estruturar para que facilite o acesso. Hoje temos o escritório da RESEX em Santarém, isso para tratar e trabalhar as políticas internas e externas da RESEX. Mas dentro da RESEX ele vai ter exatamente essa estrutura para que facilite o nosso acesso.



Entrevistadora - *Quais foram as pessoas que tomaram frente, que se destacaram para esse trabalho de criação da RESEX, das associações comunitárias e do Conselho?*

Nazareno - Todas as famílias, através das lideranças – sindicais, comunitárias, de associações – elas se prontificaram, se doaram a esse trabalho porque viram que de fato isso ia ter um resultado coletivo. E a partir da força de vontade de cada um deles, conseguimos criar as associações, o Conselho. No mês passado, tivemos a reunião do Conselho Deliberativo e nenhum dos membros que pertencem ao Conselho e que moram dentro da reserva falhou. Até hoje nós agradecemos a disposição, a firmeza dos nossos extrativistas de lá, que exercem cargos, que têm uma consciência muito rica na questão do saber, aceitar e até mesmo cumprir com suas obrigações e deveres.

Entrevistadora - *Como representantes levam o que foi deliberado para as comunidades? Eles são reconhecidos, respeitados pela comunidade?*

Nazareno - Eles são muito respeitados, aceitos, porque foram escolhidos e eleitos na comunidade. Quando eles saem para o encontro, a comunidade sabe para onde vão e qual é o objetivo, e contribui com 40%, 50% das despesas com transporte e alimentação. Então eles têm uma grande responsabilidade ao retornar, reunir e repassar todos os assuntos que foram tratados no encontro.

Entrevistadora - *E quem arca com a outra metade das despesas?*

Nazareno - Nesse momento somos nós, a Tapajoara, que é a RESEX. Arcamos com a outra metade porque nós temos um recurso do projeto de que eu falei no início, que é voltado para essa capacitação de lideranças. Então bancamos até mais da metade.

Entrevistadora - *E de quanto em quanto tempo o Conselho se reúne?*

Nazareno - O Conselho Comunitário se reúne de três em três ou de quatro em quatro meses, varia de acordo com a necessidade da participação. O Conselho Deliberativo se reúne de acordo com o que está no Estatuto e no Regimento. E as assembleias da RESEX também de acordo com o que está no Estatuto: é um encontro por ano ou até dois, dependendo da necessidade.

Entrevistadora - *Existe alguma entidade contrária a RESEX?*

Nazareno - No início tivemos muita influência de políticos que eram contra totalmente o projeto. Hoje, se são contra, já não têm mais aquela força de querer impedir a criação da RESEX. No momento acompanhamos também as eleições partidárias; entendemos que precisamos de bons parceiros na Assembleia Legislativa, lá no Executivo, e também no Estado. E também no nível nacional. Porque, sem bons parceiros nesses setores do poder, fica difícil.

Entrevistadora - *E existe hoje alguma que esteja afetando a RESEX?*

Nazareno - Dentro da RESEX não temos mais problemas, porque nos pequenos roçados que as famílias fazem, nós trabalhamos a questão do PREVFOGO, a questão do cuidado com as queimadas. Mas no entorno



temos problemas. Por exemplo, no Rio Arapiuns, no Rio Maró e no Rio Aruã temos duas glebas: a Gleba Nova Olinda e a Gleba Lago Grande. Lá, temos informações de que há vários madeireiros e que atrás dos madeireiros estão indo junto os sojeiros. Se acabar com a floresta à beira dos rios, é claro que os rios irão sofrer conseqüências. E tudo que for colocado de impureza vai prejudicar a questão ambiental do rio, dos lagos e igarapés, e essa água banha a RESEX. Estamos preocupados com isso e acompanhando essa questão da criação de um projeto de Unidade de Conservação no entorno da reserva, para que nós não venhamos também a sofrer as conseqüências.

Entrevistadora - *As atividades produtivas que estão sendo desenvolvidas dentro da RESEX não ameaçam a unidade?*

Nazareno - As trilhas, por exemplo, que escoam a castanha, a borracha, a copaíba, a andiroba, não prejudicam a floresta. Também estamos fazendo a recuperação das áreas alteradas através de viveiros. Temos dois viveiros de início, e o objetivo é cada bacia hidrográfica ter um viveiro. E nesse viveiro a produção é de ipê, mogno, itaúba e outras madeiras de lei, que nós vamos fazer através de pequenos caminhos, nas capoeiras, com o plantio dessas mudas, e isso vai recuperando o que já foi perdido. Até hoje não temos problemas de qualquer um que trabalhe dentro da RESEX e venha a prejudicar a floresta.

Entrevistadora - *A RESEX tem plano de manejo?*

Nazareno - Ela tem plano de manejo, só falta ser aprovado, e já veio aqui para o Ministério, como disse a Rosária. Estamos esperando, porque estamos com a capacitação de todos aqueles que produzem, e este ano já se pensa em grande potencialidade de toneladas de produção de castanha. Precisamos agilizar o plano de manejo para que seja também um dos parceiros fortes nessa hora da comercialização.

Entrevistadora - *E são muitos produtos que vocês plantam?*

Nazareno - Temos a borracha, que é da seringa, a copaíba, a andiroba, a castanha-do-pará, a castanha-de-caju, o breu, o artesanato que vem do cipó, da tala da palha, e outros produtos como sementes, como aru, que podem também ser manejados de forma controlada.

Entrevistadora - *Que tipos de mobilização, estratégias de comunicação foram utilizadas quando da criação do Conselho?*

Nazareno - Primeiro havia a experiência do Conselho Comunitário, então criamos o plano de utilização. No plano de utilização, temos cinquenta e sete artigos em favor da questão ambiental. E vimos que isso era uma questão interna nossa. De acordo com a lei do SNUC, além do plano de uso, deveria ter o manejo. Então achamos que devíamos participar e começamos a esclarecer as comunidades de que tínhamos um outro Conselho a criar, que viria somar condições de garantir a nossa reserva, a produção, o potencial da reserva. E isso foi de fácil entendimento.

Entrevistadora - *De quais materiais vocês se utilizam para a comunicação?*



Nazareno - Hoje trabalhamos o meio de comunicação dentro da reserva com vários mecanismos. Um é o radioamador, que temos em quase todas as bacias hidrográficas. O outro é através do Programa Puxirum, que funciona na Rádio Eldorado, de Santarém. A rádio atende todo o Baixo Amazonas, e temos uma hora nesse programa que dá o recado em relação à reserva, todas atividades do CNPT, do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, do Conselho Nacional dos Seringueiros, da Cooperativa, e aí todo o povo ouve. Todas as famílias dentro da reserva escutam esse programa todo domingo. Também todo final de semana tem os barcos que vêm das comunidades de dentro da reserva. Nós elaboramos convites e mandamos através de lideranças que vêm nos barcos. Outro é a visita dos diretores, mensalmente, a todas as áreas da reserva, todas. Cada diretor leva na sua pasta a pauta de reunião que vai fazer em cada comunidade. É uma pauta única. O que o diretor falar em uma comunidade, os demais falam em todas as comunidades, então eles mesmos mobilizam, e isso é fácil.

Entrevistadora - *Assim também vocês chamam para as reuniões, para tudo?*

Nazareno - Chamamos para as reuniões, para as assembléias, para tirar documentação. Agora foram expedidos mais de seis mil documentos, entre registro de nascimento, carteira profissional, identidade, CPF, título, tudo isso nós conseguimos.

Entrevistadora - *E a ata, vocês passam também para as comunidades? Os líderes levam as resoluções?*

Nazareno - Cada reunião tem uma ata que registra os assuntos tratados e aprovados, e uma lista de presença dos participantes. Disso fazemos um arquivo e também repassamos uma cópia para a comunidade. Às vezes tem dois secretários, um da comunidade e outro que o diretor escolhe para trazer o seu relatório. Então para nós é um relatório com a participação na reunião, a lista de presença e os assuntos que foram tratados. É nessas reuniões que as comunidades sugerem os pedidos através de projetos.

Entrevistadora - *Vocês usam o programa de domingo para passar essas deliberações?*

Nazareno - Exatamente. Informamos que os diretores, ao fazer visita nas comunidades foram bem-sucedidos, que as comunidades encaminharam projetos e que a RESEX, a Tapajoara, vai encaminhar. Nesse programa também há uma abertura para convites de eventos na comunidade e até músicas, porque o nosso pessoal gosta de tudo.

Entrevistadora - *Quais são os principais obstáculos para um funcionamento melhor do Conselho?*

Nazareno - Temos problema na participação de alguns dos membros nas reuniões. Dificilmente o Prefeito e o Presidente da Câmara de Vereadores vão às reuniões. Se sabem que exatamente naquela reunião vêm projetos, vêm pedidos em relação à saúde, em relação à educação, eles não comparecem. Mas, pelo Regimento, com cinquenta por cento mais um nós temos o direito de resolver e decidir os problemas.



Entrevistadora - *Vocês têm autonomia de resolver e deliberar?*

Nazareno - Exatamente. Não temos nenhum problema em relação a órgão público. Pelo contrário, são os parceiros nossos que votam de fato as propostas que as comunidades decidem, encaminham. Então não temos problema com sindicatos, ONGs e associações.

Entrevistadora - *Quantas pessoas fazem parte da parte administrativa?*

Nazareno - Doze diretores. Eleitos pelo povo.

Entrevistadora - *Sr. Nazareno, quais são as principais vantagens do Conselho?*

Nazareno - Espero como vantagem para a RESEX, através do funcionamento do Conselho, que se abra mais um espaço político para que possamos mostrar a nossa cara para o Brasil e também fazer a nossa palavra chegar aonde ela tem que chegar, o nosso pedido.

Entrevistadora - *E o senhor tem alguma sugestão, mesmo sendo vice-presidente, para melhorar o funcionamento do Conselho?*

Nazareno - Minha sugestão como membro do Conselho e vice-presidente é que cada membro de fato assuma o verdadeiro papel. E que o Conselho tenha condição econômica para que também possa se movimentar, correr atrás de alguns projetos em apoio à diretoria, por exemplo, da RESEX e de outras ONGs ou sindicato. Outro ponto é que o Conselho participe mais de formação e capacitação. Com isso, ele vai criar dentro de cada membro uma riqueza de conhecimento. Para melhorar ainda mais, precisamos de mais condição econômica, capacitação, e participar dos encontros.

Entrevistadora - *Esses recursos financeiros, de onde poderiam vir?*

Nazareno - Bom, já temos uma parceria com o Ministério do Meio Ambiente, IBAMA, CNPT, Secretaria de Conservação da Amazônia, Conselho Nacional dos Seringueiros, acho que esses são os parceiros de frente. Podíamos ter a liberdade de procurar juntos a melhor forma através de projetos que garantam o trabalho do Conselho, com prestação de contas e relatório diário das atividades realizadas.

Entrevistadora - *E o que o senhor achou deste evento? Quais os pontos positivos ou negativos?*

Nazareno - Um dos pontos positivos é a alegria que eu tive de conhecer, de saber e ver de perto que cada pedaço desse território brasileiro está sendo cuidado, zelado, administrado pelos próprios filhos do país com coragem, entusiasmo, alegria. O Brasil todo se mexe para isso. Também ponto positivo foi cada um trazer sua experiência. Eu já conversei com vários companheiros de outras reservas, que estavam procurando saber como trabalhar na reserva deles assim como estamos trabalhando na Tapajós-Arapiuns em relação a projetos. Eu disse: é muito fácil, desde que tenha uma diretoria comprometida, que corra atrás de bons parceiros e também atrás de alguns financiamentos que vão dar condição para que se possa trabalhar esses projetos.

ENTREVISTA COM RAIMUNDO MARINHO DA SILVA INSTITUTO MAMIRAUÁ

Entrevistadora - *Qual o seu nome, a unidade que você representa, instituição e onde ela está localizada?*

Raimundo - Meu nome é Raimundo Marinho da Silva, da Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Mamirauá, do Estado do Amazonas, município de Tefé. Trabalho no programa de gestão comunitária do Instituto Mamirauá, que tem vários outros programas.

Entrevistadora - *Você sabe me dizer quando que foi criada a reserva?*

Raimundo - A reserva foi decretada estação ecológica em 1990, depois houve todo um estudo devido ao grande número de população existente na área. Em 96 foi transformada em RDS, Reserva de Desenvolvimento Sustentável. Não podia ser estação ecológica porque a categoria não permitiria pessoas morando dentro. Aí o governo adotou essa categoria de reserva de desenvolvimento sustentável.

Entrevistadora - *Qual o número de pessoas que moram lá dentro?*

Raimundo - São 64 comunidades, 22 delas são dentro, com população de menos de 1.000 habitantes.

Entrevistadora - *E qual foi o objetivo da criação dessa unidade?*

Raimundo - O objetivo da criação foi um estudo do biólogo Márcio Ayres, que foi para lá estudar o macaco uacari branco, que é endêmico da região. Para preservar a espécie, teve que pedir a decretação da reserva biológica, mas depois houve vários outros estudos e foi descoberta uma grande variedade da biodiversidade. Agora tudo passou a ser preservado, não só o macaco, mas toda a biodiversidade.

Entrevistadora - *Como é a relação da comunidade com a reserva?*

Raimundo - É de sustentabilidade da reserva.

Entrevistadora - *Há pessoas contra a reserva?*

Raimundo - Sim, sempre existem pessoas contra e pessoas a favor. As contrárias são as que têm aquele conceito de que o que é criado por Deus não se acaba. "Isso aqui não se acaba então não precisa". Mas 90% aceitam a reserva. Principalmente os moradores da reserva, 100% são a favor. Os que talvez ainda sejam contra são os que moram no entorno, só usam a reserva, dependem um pouco de lá. Mas, quando eles virem que a degradação está muito forte, eles passam para o lado da reserva. Eles acham que têm muito e então querem acabar.

Entrevistadora - *Atualmente, ainda há ameaças de degradação, de mau uso, conflitos?*



Raimundo - Ameaça de mau uso não existe mais. Porque hoje no entorno de toda a área focal que está sendo trabalhada já existem programas que vão dar suporte, principalmente para as comunidades, para utilizar o recurso de maneira sustentável. Por outro lado, tem o sistema de fiscalização. A parte que seria mais degradável, a questão da madeira, precisa de um tempo; quase todos os setores em torno já têm um programa de manejo florestal, então essa preocupação com a devastação da floresta não existe. A única preocupação é com invasores de fora, na questão do pescado, porque eles têm um material muito predador e, quando entram, acabam tudo de forma rápida, a qualquer hora do dia ou da noite.

Entrevistadora - *E vocês têm algum conflito lá?*

Raimundo - Os únicos conflitos são ainda em algumas áreas, de alguns setores com relação a proprietários de terras, a questão fundiária, e um pouco em algumas comunidades indígenas que se estabeleceram; eram comunidades ribeirinhas e depois se tornaram comunidades indígenas dentro da RDS. Essas comunidades, por serem indígenas, têm uma legislação diferente, um apoio de forma diferenciada. Acaba tendo conflito com o pessoal ribeirinho, que está dentro das normas da reserva.

Entrevistadora - *Na reserva há plano de manejo?*

Raimundo - Há. Primeiro os trabalhos de pesquisa, de monitoramento dentro da reserva foram justamente para embasar o plano de manejo que foi aprovado em 97. Agora ele está sofrendo uma revisão das normas, se modificou. Porque muita coisa mudou, até nos próprios hábitos da população. Tudo está sendo revisado e estão sendo feitas outras propostas para incluir no plano de manejo.

Entrevistadora - *Isso é discutido com a comunidade?*

Raimundo - É discutido nas pequenas reuniões da comunidade, aí vai para as reuniões setoriais que são de várias comunidades, até a aprovação em assembléia geral, que é o evento maior da reserva.

Entrevistadora - *Quando foi pensado e começou a se trabalhar o Conselho?*

Raimundo - O Conselho está sendo pensado a partir de 2003. Depois da lei do SNUC, ficamos ilegais, porque não tínhamos o Conselho. Mas já trabalhávamos nessa linha de decisões e tudo mais. Então começamos uma discussão com as lideranças e com as comunidades. No final de 2003, entramos com um projeto com o FNMA e conseguimos uma verba para começar a trabalhar o Conselho. Agora em 2004, começamos com as atividades de formação, de juntar as entidades parceiras para a formação do Conselho.

Entrevistadora - *O que os levou a querer ter o Conselho foi mesmo o SNUC ou uma reivindicação?*

Raimundo - Não foi uma reivindicação, foi mais essa questão da própria lei. E conversando com os comunitários, eles já tinham a idéia de ter um pouco mais de representatividade nas tomadas de decisões com relação à gestão da



reserva. Tanto é que eles já vinham discutindo a criação de uma unidade de confederação da própria reserva que unisse todas as associações hoje existentes, em torno de 30, 40 associações. Essa é a idéia, juntar as associações e fazer uma confederação que teria poder de comercializar, de dar mais valor ao produto, tudo isso. E essa idéia de Conselho vem juntar com isso aí.

Entrevistadora - *E o instituto?*

Raimundo - O Instituto do Mamirauá, juntamente com os órgãos científicos, é que determinava quais pesquisas deveriam ser feitas na região. A partir do Conselho, as comunidades vão poder também estudar essas questões, participando das decisões. O Conselho vai ter oportunidade de dizer: tal setor está precisando de uma pesquisa em relação àquela espécie e vai determinar ou vai sugerir que outro órgão maior e competente venha com pesquisadores e recursos fazer essas pesquisas. Então é isso que está incentivando mais o pessoal também a se juntar nesse Conselho.

Entrevistadora - *Então o Conselho ainda não foi constituído?*

Raimundo - Não. Estamos identificando os parceiros, a formação dos conselheiros. Porque há lideranças que teriam capacidade de estar nessa discussão, mas em um nível mais avançado, e aquelas que têm certa influência na comunidade, mas não têm a capacidade de assimilar determinadas idéias. Então estamos trabalhando nessa formação, com as comunidades, com as lideranças, para que eles possam representar cada vez melhor seus interesses comunitários.

Entrevistadora - *São quantas comunidades? Todas vão fazer parte do Conselho? Como estão definindo isso?*

Raimundo - São sessenta e quatro comunidades. A questão lá não é uma por comunidade. Essas comunidades são representadas por setores. Hoje são oito setores, mas vamos ter nove representantes das comunidades. Esses setores por área é que vão compor o Conselho. Devem sair duas pessoas por setor: um titular e um suplente.

Entrevistadora - *Como vão ser indicados os dois representantes de cada setor?*

Raimundo - Eles já estão sendo indicados. Por exemplo, de dois em dois meses essas comunidades se reúnem em um Encontro Setorial. Essa é uma reunião de um dia, um dia e meio, dois dias, de acordo com os assuntos a ser discutidos. E aí cada setor também tem uma representação, uma liderança que representa, e esse setor escolhe. A princípio escolheram quatro pessoas para depois escolher qual eles querem que seja conselheiro realmente.

Entrevistadora - *E essas quatro são pessoas atuantes nas comunidades?*

Raimundo - São pessoas atuantes, que já trabalham com as comunidades fazendo reuniões, encontros, que já estão participando de assembleias, de tudo o que acontece.



Entrevistadora - *E além desses oito setores?*

Raimundo - Além desses oito setores, segundo a orientação do SNUC e também do próprio plano de manejo, que já tinha uma orientação assim, vem o pessoal do próprio instituto: um representante da área de pesquisa da própria organização. Vêm os parceiros: as instituições sociais que trabalham ali também, junto com o pessoal – a Praia Vazia, e as instituições governamentais, Prefeitura, IBAMA, que já têm um trabalho em parceria. Esses são os que vão entrar para a composição do Conselho.

Entrevistadora - *Que estratégia vocês estão usando para divulgar essa criação?*

Raimundo - O primeiro passo foi uma carta dirigida aos parceiros, às pessoas que estão ali trabalhando junto. Depois veio a discussão do que é o Conselho, a sua importância, a sua formação, em uma assembleia geral com todas as comunidades e mais parceiros convidados. Houve uma grande discussão em torno disso. Esse fórum de decisão é a Assembleia Geral, um dos principais processos de formação do Conselho.

Entrevistadora - *E os índios também vão ter representantes?*

Raimundo - Os índios também vão ter representantes. Mesmo as comunidades indígenas estando inseridas nesses debates em discussão nas comunidades, mas eles também têm sua organização. Então essa organização está sendo convidada também a ter um representante no Conselho.

Entrevistadora - *E os moradores do entorno?*

Raimundo - Eles também estão dentro dessa discussão, porque nunca ficaram fora de nenhuma discussão. A gente diz entorno, mas eles são considerados usuários; chamam-se comunidades usuárias.

Entrevistadora - *Como é a relação do Instituto com a comunidade?*

Raimundo - Podemos dizer que é bastante boa, porque eles têm uma relação de confiança. É bem-recebida nas comunidades qualquer pessoa, qualquer pesquisador. Mas às vezes, não a instituição em si, mas alguns pesquisadores têm problemas com as comunidades. Porque eles chegam, têm uma data para fazer essa pesquisa, e querem chegar lá de qualquer jeito e ir fazendo as suas pesquisas. Mas as comunidades não são assim. Elas têm toda uma regulamentação, e se alguém vem e quer passar por cima dessas normas, eles começam a reclamar. Então essa é a única coisa que às vezes cria um pouco de conflito entre a instituição e as comunidades.

Entrevistadora - *Desde que foi criada a Reserva, houve melhorias para a comunidade?*

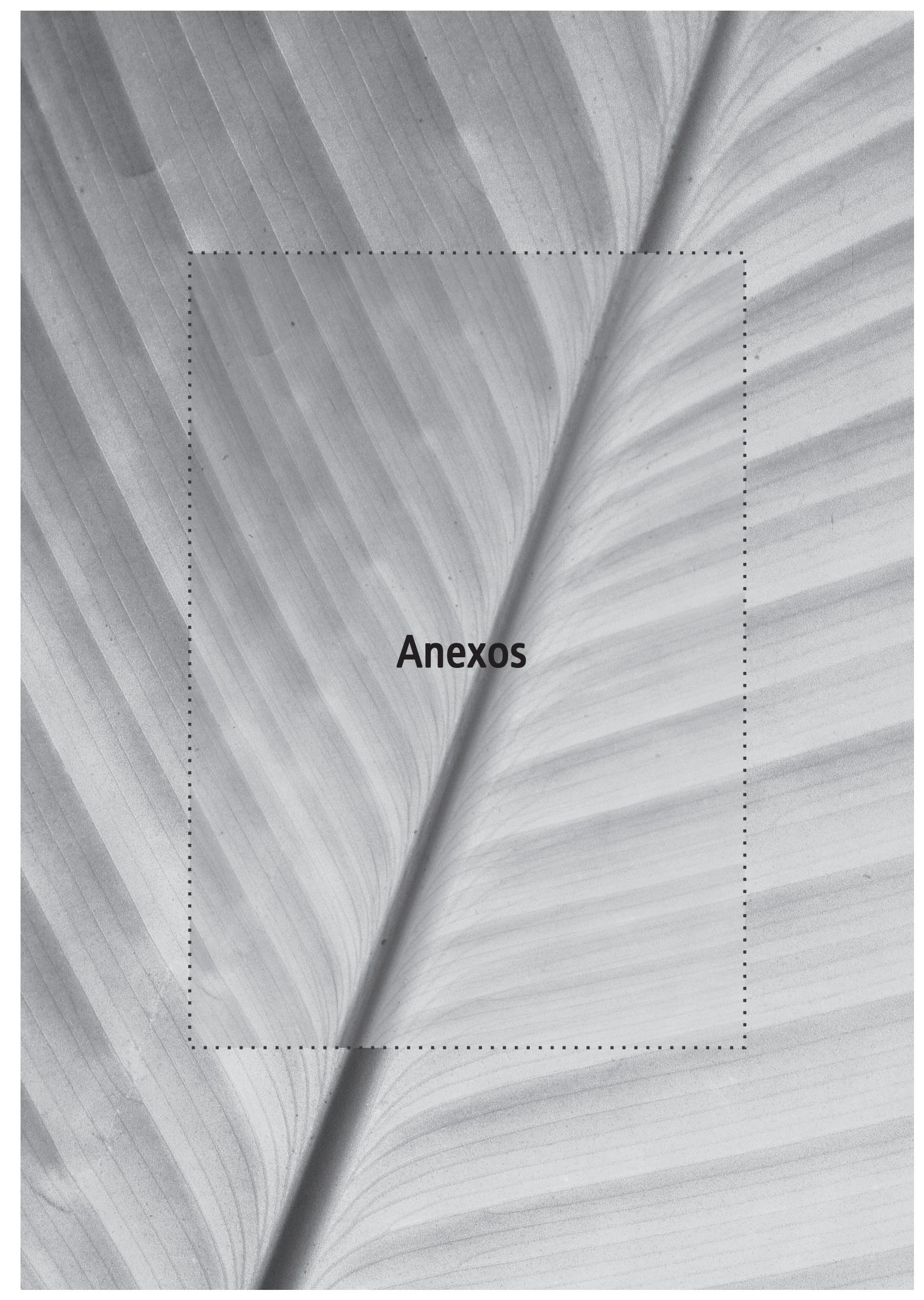
Raimundo - Teve, sim, eles mesmos apontam essas melhorias nas comunidades. Hoje você tem comunidade em que cada casa tem uma antena parabólica, televisão, geladeira, tem seu comércio. Inclusive está sendo feito um estudo em algumas comunidades que evoluíram devido à sua maior organização, sobre a grande influência de produtos



industrializados na saúde das crianças, principalmente. Porque a criança deixa de comer uma fruta que é natural, para comer um produto industrializado, e isso vai gerando uma verminose, uma outra coisa. Então está sendo feito um estudo pela área de saúde para avaliar isso.

Entrevistadora - *O que você achou deste encontro? Quais os pontos positivos e negativos?*

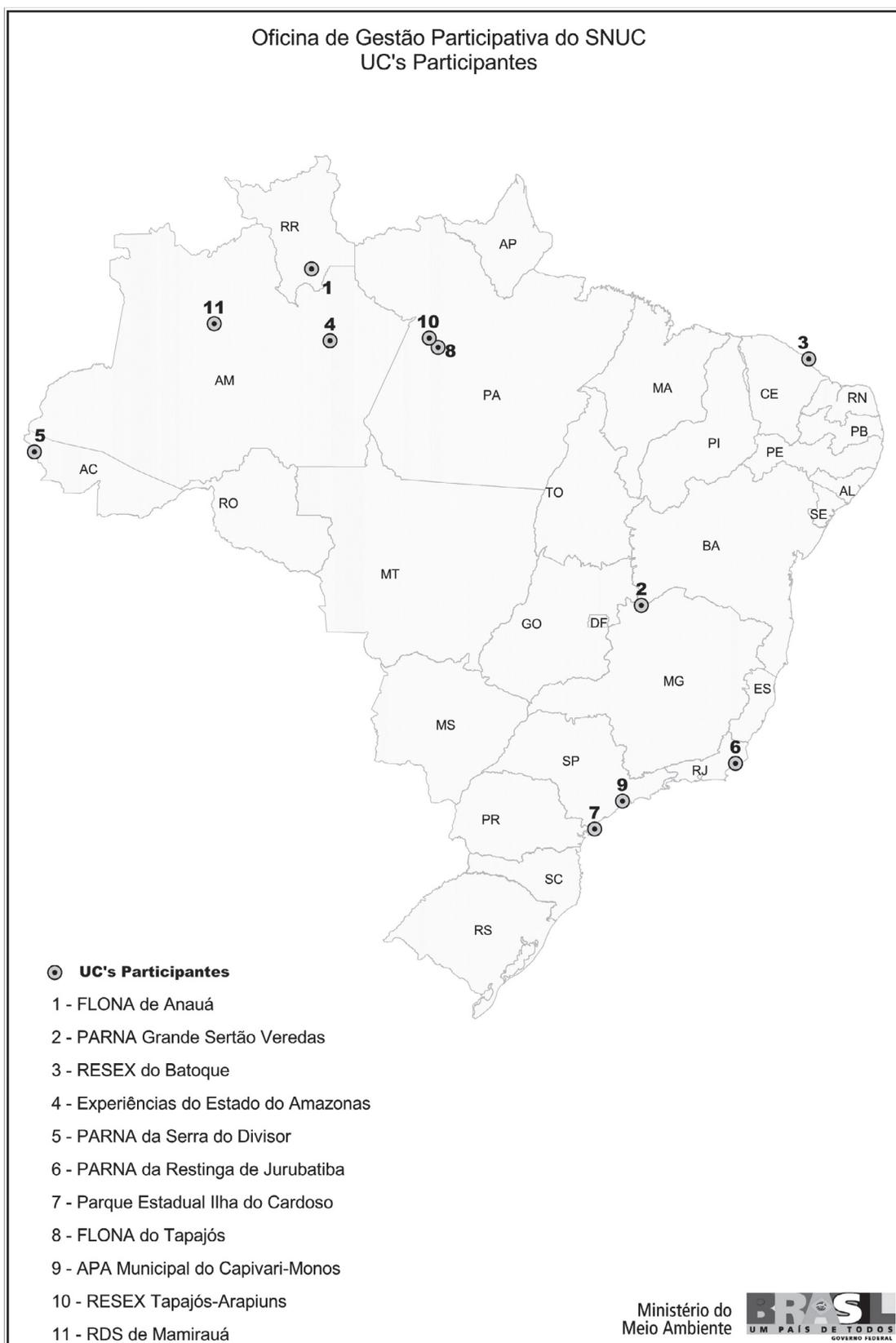
Raimundo - Eu vim na expectativa de aprender as experiências, principalmente na gestão de Conselho. Sobre essa questão de como formar o Conselho, como é que o Conselho funciona, para poder contribuir lá. Essa foi a minha função. O encontro nos pôde possibilitar isso de certa forma, não cem por cento. Algumas apresentações não focaram muito a questão da gestão de Conselho, ficaram mais no histórico da própria reserva, e quando foram falar do Conselho já não tinha mais tempo. Então isso atrapalhou um pouco. Mas no geral foi boa a experiência vivida com outras unidades. Que possamos depois poder contribuir mais com essa discussão.



Anexos



MAPA DA LOCALIZAÇÃO DAS EXPERIÊNCIAS



Mapa elaborado por Rogério Vereza de Azevedo

PARTICIPANTES DA OFICINA DE GESTÃO PARTICIPATIVA DO SNUC

Adalberto da Costa Meira Filho
IBAMA/DIREF

Adriano Alves de Souza
Fórum DLIS de Rorainópolis - RR

Almiro Almeida Rodrigues
Comunidade Maguari - FLONA de Tapajós

Ana Cristina Barros
The Nature Conservancy - TNC

Analizita Müller
MMA/ARPA

Ana Paula Leite Prates
MMA/SBF/INZCM

Ângelo de Lima Francisco
IBAMA/FLONA de Tapajós

Anita Correia de Souza
SVMA-SP

Arlindo Gomes Filho
IBAMA/RESEX do Cazumbá

Beloyanes Bueno Monteiro
SOS Mata Atlântica

Bernardo Alves de Brito
IBAMA/DIREC/CGECO

Betsy Neal
Rede Mata Atlântica

Camila Duarte da Costa
IBAMA/DIGET

César Victor do Espírito Santo
FUNATURA

Cláudio C. Maretti
WWF-Brasil e UICN – CMAP – Brasil

Cristina Pedrosa
MMA/SBF/DAP

Dalila Silva Mello
Conselho Consultivo PARNA da Restinga de Jurubatiba

Daniela de Oliveira
MMA/FNMA

Daniela Kolhy Ferraz
MMA/DEA

Eliana M. Corbucci
IBAMA/DIREC

Irmã Else Terhorst
Comunidade Cocos - BA

Fabio Olmos
BirdLife International

Fenelon Muller Neto
IBAMA/CNPT

Francisco Ademar da Silva Cruz
SDS-AM/SEAE

Francisco Antônio Correia Lima
IBAMA/PARNA Serra do Divisor

Francisco Cavalcante de Sena
Associação Agroextrativista do Catuá/Ipixuna

Francisco João Moreira Juvêncio
IBAMA-CE

Francisco Missias da Conceição Lopes
IBAMA/PARNA Serra do Divisor

Flávia Batista
IBAMA/PARNA Montanhas de Tumucumaque

Gláucia Drummond
Fundação Biodiversitas

Gustavo Wachtel
GTZ – Projeto Corredores





Henry Philippe Ibañez de Novion
Instituto Socioambiental - ISA

Iara Vasco Ferreira
MMA/SBF/DAP

Ilton Luiz de Oliveira
Associação dos moradores do Marujá - SP

Jacqueline Margaret Kirk da Fonseca
Conselho Gestor da APA Municipal Capivari-Monos

José Augusto Ferreira da Costa
Comunidade da RESEX do Alto Juruá

José Luiz de Andrade Franco
MMA/SBF/DAP

José Maria Rebouças Machado
Conselho Consultivo PARNA Serra do Divisor

Karen Karam
UFSC

Leila Soraya Menezes
Instituto Internacional de Educação do Brasil - IEB

Lindolfo Abdalla Júnior
IBAMA/CNPT

Luciana Álvares da Silva
MMA/PDA

Luiz Carlos Pinagé
FUNBIO

Manoel Lima Feitosa
IBAMA/DIREF

Marcelo Augusto M. Ferraz
IBAMA/DIREF

Marcelo Ivan P. Creão
WWF-Brasil/Macapá

Marcelo M. Cavallini
IBAMA

Marco Antônio Gonçalves
WWF-Brasil

Marco Aurélio B. Figueira
IBAMA/CNPT

Marco Aurélio Rodrigues
WWF-Brasil

Maria Jasylene Pena de Abreu
Fundação Vitória Amazônia -FVA

Maria José Gualda Oliveira
IBAMA/CGEAM

Maria Odete de Carvalho Martins
Associação Comunitária dos Moradores do Batoque

Mariângela Bampi
IBAMA/RESEX Alto Juruá

Mario Douglas Oliveira
IBAMA/ESEC Anavilhanas

Miguel Scarcello
SOS Amazônia

Nahyda Franca
IBASE

Nazareno José de Oliveira
Associação de Moradores da RESEX Tapajós Arapiuns

Nilvanda de Lima
IBAMA/CNPT

Paula Moraes Pereira
Consultora - MMA

Raimundo Marinho da Silva
Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá

Rainor Abensur de Souza
IBAMA



Regina Célia Negrão Machado
MMA/SBF/DAP

Regina Glória Pinheiro Cerdeira
Conselho Consultivo FLONA de Tapajós

Renata Maranhão
MMA/DEA

Renato Rivaben de Sales
Consultor

Ronaldo Weigand Junior
MMA/ARPA

Roberto Xavier de Lima
MMA/Projeto Corredores Ecológicos

Rosa Lia G. de Castro
IBAMA/DIREC

Rosaria M. de Souza Ferreira
IBAMA/CGEAM

Rosaria Sena Cardoso Farias
IBAMA/CNPT

Rose Mary Araújo
MMA/FNMA

Shirley Barbosa
IBAMA/DIREF

Sultane Maria Mussi
IBAMA/NEA

Terezinha Andrade
IBAMA/CGEAM

Thais Salmito
IBAMA/NEA

Virginia de Siqueira Barros
MMA/SBF/DAP



PARCEIROS DA OFICINA DE GESTÃO PARTICIPATIVA DO SNUC



WWF-Brasil

O WWF-Brasil é uma organização autônoma da sociedade civil brasileira, sem fins lucrativos, reconhecida pelo governo como instituição de utilidade pública. Criado em 1996 e sediada em Brasília, atua em todo o país com a missão de contribuir para que a sociedade brasileira conserve a natureza, harmonizando a atividade humana, a proteção da biodiversidade e o uso racional dos recursos naturais, para o benefício dos cidadãos de hoje e das gerações futuras.

O WWF-Brasil desenvolve atualmente mais de 70 programas e projetos em parceria com ONGs, iniciativa privada, universidades e órgãos governamentais em temas como áreas protegidas, desenvolvimento sustentável e reabilitação da paisagem. O WWF-Brasil também é membro da maior rede mundial independente de conservação da natureza, a Rede WWF, que atua em 96 países e mobiliza 5 milhões de afiliados.

Conselho Diretor

Presidente: Álvaro de Souza

Vice-presidentes: Paulo Nogueira-Neto e Mário Augusto Frering

Conselheiros: Cláudio Benedito Valladares Pádua, Francisco Antunes Maciel Müssnich, Guilherme Peirão Leal, Haakon Lorentzen, José Pedro Sirotsky, José Roberto Marinho, Luis Paulo Saade Montenegro, Marcos Kisil, Marcos Pessoa de Queiroz Falcão, Maria Christina Carvalho Pinto, Octávio Castello Branco, Roberto Paulo Cezar de Andrade, Sérgio Besserman Vianna, Vera Lúcia Imperatriz Fonseca

Secretária Geral: Denise Hamú

Superintendente de Conservação: Rosa Lemos de Sá

WWF-Brasil

SHIS EQ QL 6/8, conjunto E, 2º andar
71620-430, Brasília, DF
Tel.: (61) 364-7400 / fax: (61) 364-7474
panda@wwf.org.br
www.wwf.org.br

As atividades desse programa são realizadas graças ao apoio da Gordon and Betty Moore Foundation, Fundação Ford, World Wildlife Fund (WWF-EUA) e World Wide Fund For Nature (Rede WWF Internacional)



THE FORD FOUNDATION



FUNBIO

O FUNBIO - Fundo Brasileiro para a Biodiversidade - é uma associação civil sem fins lucrativos criada em outubro de 1995 com o objetivo geral de complementar as ações governamentais para a conservação e o uso sustentável da diversidade biológica do país, em consonância com a Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB), de âmbito mundial, e o Programa Nacional da Diversidade Biológica (Pronabio). Tem como público alvo o empresariado que atua no país, organizações não-governamentais e movimentos sociais, e as comunidades locais beneficiárias dessas ações.

Missão

A missão do FUNBIO é catalisar recursos para o apoio a ações estratégicas e projetos que, por sua excelência, sirvam de referência para ações de conservação e uso sustentável da biodiversidade no Brasil. Sua ação envolve busca, captação, potencialização e distribuição de recursos financeiros e materiais, bem como a criação das condições necessárias para a participação da sociedade civil nesse processo.

Presidente do Conselho Deliberativo: Roberto Leme Klabin

Coordenador da Comissão de Áreas Protegidas: Cláudio Benedito Valadares Pádua

Secretário Geral: Pedro Wilson Leitão Filho

Representante em Brasília: Luiz Carlos Pinagé de Lima

Funbio - Fundo Brasileiro para a Biodiversidade

Largo do IBAM, 1, 6 andar

Humaitá

22271-070 - Rio de Janeiro, RJ

Tel.: (21) 2123-5300

Fax : (61) 2123-5354

funbio@funbio.org.br

www.funbio.org.br



IEB

O Instituto Internacional de Educação do Brasil – IEB é uma associação civil, brasileira, sem fins lucrativos, de caráter educacional, acadêmico, cultural e assistencial, fundada em 1998 e com sede em Brasília, DF. Sua missão é educar e capacitar para o desenvolvimento sustentável.

O IEB executa, atualmente, as seguintes ações: (i) Programa de Apoio ao Desenvolvimento Institucional e Sustentável (PADIS) – voltado ao fortalecimento institucional de parcerias entre órgãos governamentais e organizações da sociedade civil, que sejam parceiros no enfrentamento de problemas socioambientais locais; (ii) Programa Negócios Sustentáveis (PRONEGÓCIOS) – incentiva o estabelecimento de negócios privados com fortes componentes sociais e ambientais, e estimula o empreendedorismo como forma de gerar mais renda e empregos para comunidades; (iii) Programa Mudanças Climáticas (MUDACLIMA) – enfoca o treinamento de profissionais como forma de aumentar o conhecimento e a percepção da população para os problemas relacionados com as mudanças climáticas globais; (iv) Grupo de Trabalho em Manejo Florestal Comunitário (GT/MFC) – coordenado pelo IEB, o grupo é formado por dezoito instituições que trabalham em conjunto na promoção do manejo florestal comunitário na Amazônia brasileira; (v) Consórcio ALFA - Aliança para as Florestas da Amazônia e Mata Atlântica – visa conservar as florestas tropicais do Brasil e aumentar os seus benefícios sócio-econômicos por meio de ações articuladas entre sete organizações, nos eixos temáticos de manejo florestal, comunidades e mercados e desenho e monitoramento de paisagens. Para maiores informações sobre os programas e ações do IEB, visite o site: www.iieb.org.br

Secretária Executiva: Maria José M. C. Gontijo

Diretor Técnico e Coordenador do Consórcio ALFA: Gordon Armstrong

Gerente Institucional: Camila Pinheiro de Castro

Administrador Financeiro: David E. Chandler

Coordenadora dos Cursos de Capacitação: Janilda Cavalcante

Coordenadora do PADIS: Leila Soraya Menezes

Coordenador do MUDACLIMA e do PRONEGÓCIOS: Hans Dorresteyjn

Coordenador do GT-MFC: Manuel Amaral

Instituto Internacional de Educação do Brasil - IEB

SHIS QI 05 Bloco F Sala 101 - Centro Comercial Gilberto Salomão

71606-900 Brasília, DF

Tel: (61) 248-7449

Fax: (61) 248-7440

iieb@iieb.org.br

www.iieb.org.br



TNC

A The Nature Conservancy (TNC) é uma organização sem fins lucrativos, cuja missão é proteger plantas, animais e os ecossistemas naturais que representam a diversidade de vida no planeta, conservando as terras e águas de que precisam para sobreviver. Com mais de 50 anos de história, a TNC está presente em 28 países. No Brasil, a TNC atua desde 1988 e tornou-se uma organização brasileira em 1994.

A TNC está presente em todas as regiões do país. Nossas iniciativas influenciam e apoiam ações de conservação da biodiversidade em mais de 16 milhões de hectares. Trabalhamos com mais de 50 parceiros, entre setores do governo, da sociedade civil e do setor privado. Apoiamos políticas públicas e participamos de discussões nacionais com as principais ONGs que enfoquem as questões de florestas, mudanças climáticas e áreas protegidas.

Diretor Executivo para América do Sul: Joe Keenan

Representante Nacional: Ana Cristina Barros

Diretor para Floresta Atlântica: Miguel Calmon

Diretor para Savanas Centrais: João Campari

Diretor para Amazônia: David Cleary

TNC

SHIN Centro de Atividades 05
Conjunto J Bloco B Salas 301-309
71503-505
Brasília-DF
Tel/Fax: (61) 468-4819
tnc@tnc.org.br
www.tnc.org.br

"Esta publicação foi possível devido ao apoio do Escritório de Desenvolvimento Sustentável Regional, Bureau da América Latina e Caribe, Agência Norte-Americana para o Desenvolvimento Internacional e a The Nature Conservancy, pelos termos do acordo de nº EDG-A-00-01-00023-00. As opiniões aqui expressadas são exclusivamente do(s) autor(es) e não necessariamente refletem o ponto de vista da Agência Norte-Americana para o Desenvolvimento Internacional ou da The Nature Conservancy."



